

TIAGO KRAMER DE OLIVEIRA

RURALIDADE NA TERRA DA CONQUISTA:

Ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750).

Cuiabá, março de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TIAGO KRAMER DE OLIVEIRA

RURALIDADE NA terra da conquista:

Ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750).

Dissertação de Mestrado apresentada
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT, para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Rosa.

Cuiabá, março de 2008

TIAGO KRAMER DE OLIVEIRA

RURALIDADE NA TERRA DA CONQUISTA:

Ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750).

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Alberto Rosa – orientador
Universidade Federal de Mato Grosso.

Profª. Drª. Leny Caselli Anzai – membro interno
Universidade Federal de Mato Grosso.

Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda – membro externo
Universidade Sagrado Coração – Bauru – SP.

Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges – membro suplente
Universidade Federal de Mato Grosso.

ABREVIATURAS

APMT	Arquivo Público do Estado de Mato Grosso
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso

Aos meus pais, Sérgio e Dinorá

AGRADECIMENTOS

O espaço destinado aos agradecimentos é curto para fazer justiça a todos que de uma forma ou de outra colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho. Faz-se necessário, contudo apontar instituições e pessoas que possibilitaram que esta dissertação fosse realizada.

Agradeço a CAPES pela concessão de bolsa durante os dois anos em que desenvolvi a pesquisa.

À Universidade Federal de Mato Grosso, à qual devo a oportunidade de desenvolver meus estudos, desde a graduação, em uma instituição pública, gratuita e de qualidade. Agradeço a todos os funcionários da UFMT: da Biblioteca Central, do Acervo Rubens de Mendonça, do Restaurante Universitário, da CAE (Coordenação de Administração Escolar), das pró-reitorias, institutos e departamentos.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação por ter incentivado, com a cobertura dos custos de passagens terrestres, a participação dos alunos de mestrado em eventos realizados em diferentes regiões do país, o que oportunizou a exposição e a discussão dos resultados parciais desta pesquisa em congressos, seminários e encontros. Agradeço ainda pela forma democrática e atenciosa como a Pró-Reitoria sempre recebeu os alunos, incentivando e reconhecendo a legitimidade da Associação dos Pós-Graduandos da UFMT (APG-UFMT), à qual tive a honra de integrar.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História – por ter desde o princípio, garantido, com notado empenho, todas as condições possíveis para o desenvolvimento não apenas desta, mas de todas as pesquisas desenvolvidas no âmbito deste programa. Agradeço a Prof^a. Dr^a. Leny Caselli Anzai que, à frente dessa coordenação, empenhou-se para a melhoria contínua da qualidade do Programa de Mestrado, percebendo a importância da participação dos alunos neste processo. Espero que minha passagem pelo Mestrado, e esta dissertação em particular, tenham constituído uma contribuição, ainda que pequena, neste sentido. Ainda no âmbito da Coordenação do Programa de Pós-Graduação tenho muito a agradecer à Mônica Acendino, secretária do programa, pelas inúmeras vezes que me atendeu de forma prestativa e competente, mas, sobretudo, agradeço a confiança e a amizade, as quais só posso retribuir por meio do sentimento de carinho, admiração e respeito.

Aos funcionários do NDIHR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional) da Universidade Federal de Mato Grosso, em especial ao Alcione, pela forma prestativa e paciente que sempre me atendeu.

Aos funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso pela dedicação na organização do acervo e pelo pronto atendimento.

Aos colegas do mestrado por oportunizarem um ótimo ambiente de aprendizado durante as aulas. Em particular os colegas da “Leitura Dirigida” sobre o século XVIII, ministrado pela professora Dr^a Leny Caselli Anzai: Gilian, Nathalia, Masília, Flávia e Vanda pelo rico debate produzido durante a disciplina. À Vanda agradeço ainda o empréstimo de material bibliográfico e pelas discussões rápidas mais sempre proveitosas sobre a História Agrária. À Masília agradeço pela leitura e apontamentos significativos de parte do material que compôs esta dissertação. À Flávia agradeço, além da leitura de parte da dissertação e dos preciosos apontamentos, por poder contar com o apoio e amizade nos momentos mais difíceis. Muito obrigado! À Maria Auxiliadora, Dora, agradeço por poder ter dividido momentos de apreensão, tão comuns a esta fase da vida acadêmica.

À professora Sueli Pereira Castro, a quem devo a oportunidade de ingressar no universo da pesquisa e por quem guardo profunda amizade, carinho e respeito. Essa dissertação possui marcas da experiência de pesquisa que sob sua orientação desenvolvi no NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos) da UFMT. Ao prof. Carlos Alberto Castro, pela confiança e amizade, e por ter me oportunizado contato com a Economia, contato este que teve consequências evidentes nessa dissertação. Ao prof. João Carlos Barroso, coordenador do NERU, pela forma como nos acolheu neste núcleo, e pelo exemplo de vida acadêmica e de compromisso ao ensino e à pesquisa, que sempre terei como referência na construção de uma carreira profissional.

A todos os ex-colegas do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos que conviveram comigo ao longo do tempo. Em especial, Ana Carolina da Silva Borges, Itamara dos Anjos Oliveira, Paula Luciana da Silva, Greice Caroline Guerreiro e Gilian Evaristo França por terem me oportunizado aprender trabalhar em grupo e por termos dividido experiências de pesquisa inesquecíveis. Espero que colhamos ainda bons frutos das férteis possibilidades que abrimos com esforço e dedicação ao longo dos três anos que trabalhamos juntos.

Ao professor João Antonio B. Lucídio pelas poucas, mas proveitosas, conversas e por partilhar de imagens digitalizadas da produção cartográfica do século XVIII que utilizamos nessa dissertação.

Nos encontros, congressos, seminários e mini-cursos pude apresentar parcialidades dessa dissertação. Agradeço as intervenções, comentários e questões dos professores Elmar Arruda (UNEMAT), Nauk Maria de Jesus (UFMS), Vera Ferlini (USP), José Newton de Meneses (UFMG), Alexandre Mendes Cunha (UFMG), Pedro Puntoni (USP), Ângelo Carrara (UFJF) e Luiz Antonio Silva Araújo (UFRB). Agradeço ainda aos colegas pós-graduandos de outras instituições pelas ótimas conversas que tivemos nas oportunidades que nos encontramos em congressos e seminários, em especial Cristiano Corte Restitutti e Jonis Freire.

Aos amigos Rubens, Antônio (Guido), Priscila, Raquel e Gilbert com os quais pude discutir, refletir e me divertir. Aprendi muito com vocês. Sinais de nossas conversas estão, de forma mais ou menos evidente, presentes nesse trabalho.

A Ana Carolina da Silva Borges, por ter me apoiado em momentos decisivos da construção desta dissertação. Além da nossa filha, Alice, conquistamos muitas coisas juntos. Tenho orgulho dividir momentos felizes e períodos difíceis com uma pessoa tão especial.

Às minhas filhas Julia e Alice, que embora muito jovens para entender os momentos de reclusão que a construção de uma dissertação exige e sentissem visivelmente minha falta, sempre responderam com afeto e amor às condições impostas pela vida profissional e particular.

Aos meus eternos amigos, Álvaro, Edson, Márcio, Kleber, Jakson, Marco e Diogo que mesmo de longe sempre me incentivaram.

Aos meus jovens irmãos Luã e Mateus.

Aos meus grandes amigos Luiz Carlos e Jefferson pelas experiências que ao longo de sete anos de amizade vivemos juntos e pelo apoio incondicional.

Aos professores Fernando Tadeu de Miranda Borges, Leny Caselli Anzai e José Jobson de Andrade Arruda pelos apontamentos no exame de qualificação.

Por último, ao meu orientador, Carlos Alberto Rosa, com quem aprendi muito e a quem agradeço a forma dedicada e séria que desenvolveu o trabalho de orientação. Apesar de inúmeras questões que poderiam tê-lo afastado do interesse por nosso projeto, sempre estive à disposição para conversar sobre o desenvolvimento da pesquisa. Às minhas “dúvidas, angústias e inquietações” impôs-se uma orientação de forma “socrática”, apontando caminhos através de novos questionamentos, conselhos, considerações e observações e nunca respostas definitivas, sempre respeitando minhas escolhas e autonomia. Espero que a dissertação corresponda às expectativas que o prof. Carlos Alberto Rosa tinha quando aceitou orientá-la.

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
PARTE III – A ESPACIALIZAÇÃO DA RURALIDADE LUSO-AMERICANA NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL	20
Capítulo I - Espacializações portuguesas e a formação da ruralidade.....	21
<i>O centro da América do Sul: territórios entre dois impérios.</i>	<i>23</i>
<i>Formação de ambientes rurais na terra da conquista</i>	<i>29</i>
Capítulo II - Expansão das conquistas portuguesas e a reprodução da ruralidade.....	45
<i>As “minas do Mato Grosso” e a expansão da conquista portuguesa</i>	<i>49</i>
PARTE II - ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA E SOCIEDADE COLONIAL: hegemonia do escravismo e espaços para a reprodução camponesa	65
Capítulo III - O sistema administrativo português e a formação dos ambientes rurais ..	66
<i>O sistema administrativo português na terra da conquista.....</i>	<i>68</i>
<i>Conquista: construção das distâncias.....</i>	<i>86</i>
<i>Entre a administração e o costume: relações de poder e diversidade social na posse da terra.</i>	<i>90</i>
Capítulo IV - Campesinato e escravidão na terra da conquista	99
<i>Algumas matrizes da historiografia brasileira e a questão da campesinato</i>	<i>101</i>
<i>Campesinato no Brasil Colonial: uma discussão historiográfica e definições conceituais</i>	<i>108</i>
<i>Apontamentos sobre o campesinato na terra da conquista: a contínua luta pela terra.</i>	<i>115</i>
PARTE III - RURALIDADE E REPRODUÇÃO ECONÔMICA: MERCADO INTERNO, SISTEMA COLONIAL E ECONOMIA MUNDO.....	123
Capítulo V - Produção rural, comércio e mercado interno na terra da conquista	124

<i>Os engenhos de Cuiabá e de Mato Grosso e o mercado interno da Colônia</i>	129
<i>Ruralidade e comércio nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso</i>	136
 Capítulo VI – O fetichismo da mercadoria e as articulações da produção rural ao sistema colonial e à economia mundo	149
<i>Acumulação Endógena x Sistema Colonial: modelos rivais?</i>	158
<i>O centro da América do Sul no âmbito da economia-mundo</i>	165
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
 REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	183

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Sesmarias concedidas por Rodrigo César de Meneses no termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1726-1728)	33
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Receitas e Despesas da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá entre 1728 e 1732.	75
TABELA II – Receitas da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1728 ..	76
TABELA III – Despesas da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1728	124
TABELA IV – Preços registrados por Gervásio Leite Rebelo em 1726.....	141
TABELA V – Valores da capitação referente à segunda matrícula de 1739	153
TABELA VI – Dízimos da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Cuiabá: 1727-42 – em mil-réis.	156

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM I – “L’Amerique Meridionale por Guillaume de L’Isle, 1703”	24
IMAGEM II – Detalhe – Provinces del Rio de la Plata – “L’Amerique Meridionale por Guillaume de L’Isle, 1703”	24
IMAGEM III – “Carte du Paraguay et des Pays voisins pour servir a l’Histoire Generale des Voiages, 1756”	28
IMAGEM IV – “Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso”, 1746	51
IMAGEM V – Detalhe – Arraial de Sant’Ana – “Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso”, 1746	52
IMAGEM VI– Detalhe – Arraial de N. Sra do Pilar – “Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso”, 1746	52
IMAGEM VII– Detalhe – Arraial São Francisco Xavier – “Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso”, 1746	53
IMAGEM VIII– “Bacia do médio Guaporé”, 1769	56
IMAGEM IX – Detalhe – rios Sararé e Guaporé - “Bacia do médio Guaporé”, 1769	57
IMAGEM X – “Territórios do norte e do centro do Brasil”, 1746	60
IMAGEM XI – Detalhe – Caminho para San Inácio – “Territórios do norte e do centro do Brasil”, 1746	61
IMAGEM XII – Detalhe – Missões Espanholas – “Territórios do norte e do centro do Brasil”, 1746	62
IMAGEM XIII– Detalhe – Caminhos entre Cuiabá e Mato Grosso – “Territórios entre a foz do rio Amazonas e São Paulo”, 1769	143
IMAGEM XIV– “Mapa da viagem que fez o Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura, desde Parati no Rio de Janeiro, até o Pouso Alegre na Capitania de Mato Grosso, no ano de 1751”	144
IMAGEM XV– Detalhe – Caminhos entre Cuiabá e Mato Grosso – “Mapa da viagem que fez o Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura, desde Parati no Rio de Janeiro, até o Pouso Alegre na Capitania de Mato Grosso, no ano de 1751”	144
IMAGEM XVI– Detalhe – Caminho entre Mato Grosso, Cuiabá e Goizazes – “Mapa da viagem que fez o Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura, desde Parati no Rio de Janeiro, até o Pouso Alegre na Capitania de Mato Grosso, no ano de 1751”	145
IMAGEM XVII– “Carte du Paraguay et des Pays voisins pour servir a l’Histoire Generale des Voiages, 1756”	173

RESUMO

Nesta dissertação nosso objetivo é analisar a formação e a reprodução de ambientes rurais no contexto das conquistas portuguesas no centro da América do Sul na primeira metade do século XVIII, entre 1716 e 1750. Em um território de exploração aurífera e de fronteira com os domínios espanhóis a espacialização de ambientes rurais estava articulada às diversas atividades econômicas e aos interesses da geografia política portuguesa. O meio rural nos territórios de Cuiabá e de Mato Grosso era composto por uma diversidade de paisagens, de agentes sociais e de formas de exploração do trabalho e dos recursos naturais. A reprodução da ruralidade pode ser analisada de uma forma muito mais abrangente do que a simples atividade voltada para a subsistência, ou ainda como função de abastecimento ou de povoamento. Neste estudo destacamos as articulações da produção rural não apenas com o mercado local, mas também com o mercado interno do Brasil colonial e à economia-mundo, articulações estas mediadas pelo sistema colonial moderno.

Palavras-chave: colonização portuguesa; ambientes coloniais; ruralidade colonial; Cuiabá; Mato Grosso.

ABSTRACT

In this dissertation our objective is to analyze the formation and reproduction of rural environments in the context of the Portuguese conquests in the center of South America in the first half of the eighteenth century, between 1716 and 1750. In an area of exploration of gold and border with the areas Spanish the spatialization of the rural was articulated at various economic activities in the interests of Portuguese political geography. The rural areas in the territories of Cuiaba, Mato Grosso and was composed of a variety of landscapes, social agents and forms of exploitation of work and natural resources. Reproduction of the rurality can be analysed in a way much more comprehensive than the simple activity of subsistence, or as a function of supply or settlement. In this study highlight the joints of the rural production not only on the local market but also to the internal market of colonial Brasil and on the world-economy, these joints mediated by the modern colonial system.

Keywords: Portuguese colonization; colonial environments; rurality colonial; Cuiabá, Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Se as pretensões de um conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a idéia de totalidade deve ser abandonada.

Carlo Ginzburg em *Relações de Força*.

Um caminho tortuoso foi percorrido para chegarmos aos resultados que apresentamos neste texto. A distância entre a intenção inicial do projeto apresentado ao programa de pós-graduação em História e o conteúdo deste trabalho evidencia as dificuldades próprias do ofício do historiador. Pretendíamos dar conta de reconstruir de forma muito mais detalhada os ambientes rurais, a vida material, as técnicas agrícolas, a quantidade de escravos por unidades produtivas, a quantidade de unidades que não possuíam escravos, a quantidade da produção rural e, tendo às mãos estes dados, construir interpretações que levassem à reconstrução mais ampla possível, tanto em termos quantitativos como qualitativos do que poderíamos chamar de “vida rural” na primeira metade do século XVIII, no centro da América do Sul.

O obstáculo decisivo para mudarmos o enfoque da nossa pesquisa foi a não existência em nossos arquivos da documentação cartorial, referente á compra e venda de propriedades e também de inventários e testamentos que permitiriam a construção dos indícios quantitativos que pretendíamos obter. Dois caminhos colocavam-se como opções viáveis para prosseguirmos nossa pesquisa: mudar o recorte temporal para as últimas décadas do século XVIII e para o começo do XIX e contar com estas fontes, ou manter o período e readequar nossas ambições quanto à possibilidade de reconstruir aspectos importantes sobre os ambientes rurais. Optamos por trilhar o segundo caminho e mudamos o enfoque da pesquisa, deslocando-nos de uma análise que pretendia reconstruir a vida rural, com dados quantitativos e ao mesmo tempo com detalhes da vida material e do cotidiano, para uma análise dos ambientes rurais que privilegiasse os pontos de articulação da “ruralidade” com outras características da colonização portuguesa no centro da América do Sul.

Uma investigação sobre o *modus operandi* da formação do meio agrário no extremo oeste dos territórios portugueses na América, entre 1716 e 1750. É desta forma que definimos ao mesmo tempo o tema e o problema de nossa pesquisa. O tema é bastante claro, trata-se de um estudo sobre os ambientes rurais formados durante as primeiras décadas de colonização portuguesa nos territórios ao centro da América do Sul. O objeto, ou melhor, a

problematização do tema, pode ser vislumbrada a partir da expressão latina *modus operandi*. De acordo com Bourdieu,

Para escapar do *realismo da estrutura*, que hipostasia os sistemas de relações objetivas convertendo-as em totalidades já constituídas fora do indivíduo e da história do grupo, é necessário e suficiente ir do *opus operatum* ao *modus operandi*, da regularidade estatística ou da estrutura algébrica ao princípio da produção desta ordem observada e construir a teoria da prática ou, mais exatamente, do modo de engendramento das práticas, condição da construção de uma ciência experimental da *dialética da interioridade e da exterioridade*, isto é, da *interiorização da exterioridade* e da *exteriorização da interioridade*¹.

Investigar o *modus operandi* significa entender o engendramento, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais que possibilitaram a emergência e a reprodução de uma diversidade de ambientes rurais que se espacializaram nesta região da América Portuguesa² na primeira metade do século XVIII. Seria uma pretensão ingênua aspirar dar conta da totalidade destas “relações”, o que não nos isenta da responsabilidade de construir uma análise que seja capaz de apontar uma diversidade de elementos que condicionaram, possibilitaram e deram características específicas aos ambientes rurais em questão.

Podemos afirmar que não há registros da produção rural, mas sim indícios, presentes em documentos que, quase na totalidade das vezes, não objetivavam informar especificamente sobre as espacialidades rurais. Utilizamos principalmente relatos de viagem, crônicas, cartas de sesmarias e correspondências oficiais de autoridades coloniais entre si e com o poder central.

Alguns desses documentos foram publicados. Além dos conhecidos “relatos monçoeiros”³, publicações do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso⁴ e os

¹ BOURDIEU, Pierre. Sociologia. “Esboço de uma teoria da prática”. p 47 -81. Ed. Ática. São Paulo, 1995, p. 60.

² Usamos neste trabalho tanto a denominação de “América Portuguesa” como de “Brasil Colônia”, entendendo que embora a conotação da referência espacial mude significativamente na utilização de uma ou de outra denominação, as duas são adequadas expressando a contradição própria da situação colonial, ao mesmo tempo uma extensão dos territórios ultramarinos de um império europeu e um território brasileiro em construção, com particularidades marcantes e conseqüências históricas significativas. Na documentação tal “contradição” não é menos evidente. Em relação a região das minas do Cuiabá e Mato Grosso a referências a sua localização tanto no “Império Ocidental Português” como nos “interiores” ou no “oeste” do “Brasil”.

³ TAUNAY, Affonso de E. História das Bandeiras Paulistas. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

⁴ BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. Anais de Mato Grosso. Publicações Avulsas nº 20. Cuiabá: IHGMT, 2001

BORGES, Francisco Caetano. Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001. FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá. Cuiabá: IHGMT, 2001. Publicações Avulsas nº 22. PEREIRA, João Gonçalves. Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as missões Jesuíticas de Moxos. Cuiabá: IHGMT, 2001. SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Crônicas do Cuiabá. Publicações Avulsas nº 53, Cuiabá: IHGMT, 2002.

recentemente publicados *Anais da Vila Bela*⁵ e *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*⁶. A forma como analisaremos estes documentos é explicitada ao longo do texto.

A formação e reprodução de ambientes rurais no “oeste do Império Ocidental Português” pode ser pensada, para usarmos uma figura de linguagem, como nós em um novelo, com fios interligados e de tal forma embaraçados que é difícil perceber onde está o fio que possibilita desemaranhar o novelo. Nesta ótica figurativa, este trabalho consiste em tentar desembaraçar este novelo percebendo os laços que ligam a formação de ambientes rurais a outros elementos formativos da sociedade colonial no centro da América do Sul.

Para tentarmos, de forma parcial, “desembaraçar” esta história, procuramos perceber a formação e a reprodução do meio rural, entre 1716 e 1750, como parte de um processo social e econômico mais amplo, o que implica em uma análise das *articulações*⁷ entre a formação de espacialidades rurais e realidades que, embora *a priori* pareçam exteriores a estas, interiorizam-se nas relações reproduzidas entre homens e mulheres de diferentes camadas sociais e constituem-se em elementos fundamentais para a compreensão do *modus operandi* da espacialização de ambientes rurais nos territórios que formariam a capitania de Mato Grosso. Ao mesmo tempo em que esperamos desfazer nós, esperamos também, com outras amarrações feitas por nossa análise, construir uma forma de compreender a formação destes ambientes.

Nesta dissertação esperamos articular estes diferentes contextos com nossa análise para romper definitivamente com a idéia de isolamento das atividades produtivas desenvolvidas por luso-americanos no centro da América do Sul, ou ainda que estas atividades reproduzem-se determinadas por um “centro dinâmico”. Descentralizar a análise da economia e sociedade coloniais não significa renegar a concepção de que existem poderes amplos, a nível político e econômico, que orientam práticas. Significa sim, perceber que os processos históricos não são produzidos em locais geográficos específicos e dali emanam para todo o resto, como uma pedra atirada em um lago. Não existe um centro dinâmico que provoca deslocamentos de forma espasmódica, de pessoas, capitais e do próprio tempo⁸.

⁵ AMADO, Janaina e ANZAI, Leny C. (orgs). *Anais da Vila Bela (1734-1789)* Ed. Carlini e Caniato; ed. UFMT, Cuiabá, 2006.

⁶ SUZUKI, Yumiko Takamoto (transcrição e org.). *Anaes do Sennado da Câmara do Cuyabá*. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

⁷ O termo *articulações* é repetido várias vezes neste trabalho, não por falta de sinônimos, mas por expressar um princípio de nossa análise: perceber as articulações entre os diferentes aspectos sem níveis hierárquicos de determinação.

⁸ Ver THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 150-151. Ver também MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas América*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 21-22.

Por outro lado, a sociedade luso-americana engendrada no centro da América do Sul, não pode ser entendida apenas como determinada por processos econômicos e sociais internos. Como parte, sim. Uma parte que é uma expressão da totalidade, com contornos específicos, reinvenções, espacializações. Neste sentido levamos a noção de “sistema” ao seu limite, onde cada “lugar” da rede que o compõe representa um ponto em um circuito, que em sua totalidade é capaz de gerar uma série de efeitos e de ser retro-alimentado pelos efeitos de sua expansão.

Não utilizaremos nossos documentos para mostrar uma suposta proeminência das “minas do Cuiabá” e do “Mato Grosso” na América Portuguesa ou no Império luso, inserindo o centro da América do Sul na disputa com Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia para impor-se como centro dinâmico da economia colonial. Neste sentido, para alguns historiadores da economia, nosso objeto de estudo pode parecer de menor importância.

Nossa análise pretende compreender alguns aspectos da formação de ambientes rurais e perceber como esta análise específica serve para percebermos características gerais, questionar os modelos, relacionar com outros contextos.

O território ao centro da América do Sul onde espacializaram-se ambientes coloniais luso-americanos era percorrido por vassalos portugueses desde pelo menos o final do século XVII. Estes, atraídos pela possibilidade de aprisionarem ameríndios adentravam cada vez mais ao interior da América. No entanto, foi somente com os descobrimentos auríferos no rio Coxipó-mirim, afluente do rio Cuiabá, a partir de pelo menos 1716 que foram formados ambientes coloniais fixos. Concomitantemente aos descobertos auríferos formaram-se ambientes rurais, que se localizavam ao longo dos rios que levavam às minas e também nos arredores das vilas e arraiais. A cada vez mais efetiva presença luso-americana na região e a articulação desta com outras partes da América Portuguesa, possibilitou que, entre 1716 e 1727, a colonização consolidasse posições portuguesas. Consolidação que tem como principal marco a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1727.

Nos ambientes rurais desenvolviam-se práticas que extrapolam as atividades agropastoris. Este é um dos motivos para utilizarmos o termo “ruralidade” para tratar das atividades agrícolas, pastoris, de extração vegetal e animal, das atividades de transformação e de produção de derivados no meio rural e também, eventualmente, nos ambientes urbanos. O termo ruralidade além de ser útil para designar estas atividades econômicas também parece ser mais adequado para ser relacionado com noções como “temporalidade” e “espacialidade”, permitindo perceber que as atividades rurais não estavam restritas ao meio agrário, mas se recompunham em diversos ambientes e espacializavam-se de diferentes formas.

Apesar de não haver exploração aurífera considerável no rio Cuiabá, mas em seus afluentes, as minas da região foram sempre referenciadas como “minas do Cuiabá”, topônimo que se confundia até 1734 com o termo da Vila Real. As “minas do Cuiabá” estavam administrativamente submetidas à capitania de São Paulo. Ao nível local, a câmara, instituição imperial portuguesa, que intermediava relações institucionais entre o local, o colonial e o metropolitano. A expansão das conquistas possibilitou que, a partir de 1734, houvesse novos descobertos em direção oeste da Vila Real, nas minas que ficaram conhecidas com o topônimo Mato Grosso.

Estas duas espacialidades, minas do Cuiabá e minas do Mato Grosso, passaram a compor o *termo* da Vila do Cuiabá até a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748 (efetivada em 1751) e da Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, já na segunda metade do século XVIII. Portanto, quando nos referimos ao Mato Grosso ao longo dos capítulos deste trabalho, estamos nos referindo apenas às minas do Mato Grosso. Tanto em uma, como em outra espacialidade do termo da Vila Real, desenvolveram-se atividades rurais em concomitância com os descobertos auríferos.

O recorte que demarca os limites temporais de nossa pesquisa tem como marco inicial 1716, por motivos já justificados, e como limite final, 1750 por ter sido este o ano da assinatura do Tratado de Madri, que embora não definitivo, foi indiscutivelmente um marco para a legitimação dos territórios na parte mais central da América do Sul como posses portuguesas. Embora a justificativa do recorte pareça mera formalidade, percebemos uma especificidade neste período, que corresponde à primeira metade do século XVIII. Peculiaridade a nível local, pois é um período inicial de conquista, de um território submetido administrativamente à capitania de São Paulo, e período em que se delinearam, embora de forma não definitiva, os territórios que posteriormente pertenceriam à América Portuguesa. Do ponto de vista colonial, um período de crise do setor açucareiro, o que para muitos, seguidores neste ponto de Caio Prado Júnior, significou uma crise no setor agrícola, o qual somente “renasceria” na segunda metade do século XVIII.

No âmbito administrativo do Império Português, correspondeu, quase todo este período, ao reinado de D. João V, que desenvolveu, em termos de geopolítica, várias estratégias para incorporação dos territórios em litígio com o Império Espanhol. Em especial destacam-se justamente as negociações para o Tratado de Madri. Por último em nível mundial, foi um período caracterizado por transformações profundas na economia, sociedade e cultura européias, que não apenas tiveram suas implicações na América Portuguesa, mas

também devem a ela, como em uma via de mão-dupla, algumas características de sua expansão e consolidação.

Na revisão bibliográfica que desenvolvemos ao longo da construção deste trabalho, procuramos dar conta de uma visão geral que a historiografia desenvolveu a respeito dos ambientes rurais na América Portuguesa, e especificamente com relação aos ambientes formados em áreas de intensas atividades mineradoras e de fronteira com a América Espanhola.

Na revisão bibliográfica que fizemos para construir este trabalho percebemos que as matrizes teóricas da historiografia brasileira, até meados do século XX, construíram uma imagem dos ambientes rurais extremamente limitada, na qual a análise documental foi desprivilegiada em favor de juízos de valor e em elucubrações de aspectos teóricos pré-concebidos⁹.

A partir dos anos 70, a historiografia brasileira multiplicou suas pesquisas sobre as relações entre colônia e metrópole. Trabalhos desenvolvidos por José Roberto do Amaral Lapa¹⁰ Fernando Novais¹¹, José Jobson de Andrade Arruda¹², Ciro Flamarion Cardoso¹³, Maria Yedda Leite Linhares¹⁴ tornaram-se multiplicadores de pesquisas desenvolvidas posteriormente nos programas de pós-graduação no Brasil. Sobre os ambientes rurais os estudos se voltavam para o nordeste açucareiro, destacando a monocultura e o escravismo das *plantations*¹⁵.

Na historiografia sobre as áreas de mineração a importância do ouro extrapolou a dimensão econômica e era vista como definidora das características da sociedade. Entre os trabalhos de história social destacamos “Os desclassificados do ouro” de Laura de Mello e Souza, desenvolvido inicialmente como dissertação de mestrado e publicado como livro em várias edições. Com uma reconhecida e imperiosa herança de Sérgio Buarque de Holanda

⁹ A discussão que possibilitou chegarmos a esta conclusão está explicitada no capítulo IV.

¹⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

¹¹ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: 4ª Edição, 1986.

¹² ARRUDA, José Jobson de Andrade - *O Brasil no Comércio Colonial. (1796-1808)*. SP., Ática, 1980.

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

¹⁴ LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

¹⁵ Um destes trabalhos, embora, como é evidente, tenha como referência de análise uma realidade espaço-temporal diversa de nosso objeto de estudo, contribui para a análise de aspectos da historiografia sobre a inserção da América Portuguesa na Época Moderna. Nos referimos ao livro “Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial” de Vera Ferlini, mais especificamente ao capítulo I, “Colonização e Sistema Colonial”. A autora faz uma discussão bastante aprofundada da historiografia nacional produzida até o período (1986) e também da historiografia internacional, sobretudo, em relação aos aspectos econômicos e políticos da Época Moderna, o que nos auxiliou a pensar a especificidade deste período em detrimento de análises que atribuíam ao período apenas a característica de proporcionar a transição do feudalismo ao capitalismo. FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 50-51.

articulada ao modelo explicativo de Fernando Novais, a autora analisou o processo de desclassificação dos livres pobres, construindo um quadro social em que a riqueza concentrava-se nas mãos de poucos e a pobreza, para o restante da população, era generalizada¹⁶.

O trabalho de Souza teve influências na historiografia sobre as áreas mineradoras da parte mais central da América do Sul. Luiza R. R. Volpato, em dissertação de mestrado, caracterizou o meio rural mato-grossense como espaço de subsistência, formado em decorrência de uma profunda crise na produção aurífera. A sobrevivência da sociedade de Mato Grosso se deu graças a um equilíbrio econômico precário, em um universo de pobreza generalizada¹⁷.

Confrontando esta posição da economia e sociedade coloniais, assentada na exploração metropolitana e na precariedade dos circuitos econômicos internos, desenvolveram-se trabalhos orientados pela posição teórico-metodológica desenvolvida por Ciro Flamarion Cardoso. Cardoso deu ênfase especial às dinâmicas coloniais, com o objetivo de demonstrar uma relativa independência dos circuitos internos de acumulação, opondo-se, portanto, à noção de Antigo Sistema Colonial, desenvolvida por Fernando Novais.

O posicionamento de Cardoso também teve implicações no desenvolvimento de trabalhos sobre a economia colonial de Mato Grosso. A dissertação de mestrado defendida por Elmar Arruda, “O mercado interno em Mato Grosso”, aplica o modelo de Cardoso. Elmar Arruda reconstrói o meio rural como espaço do mercado intra-capitania¹⁸. Utiliza os registros que possibilitam quantificar a produção aurífera para argumentar que não houve decadência na produção de ouro, e propõe que a ocupação do meio rural deu-se em função dos altos preços dos produtos no litoral. O comércio intra-capitania, segundo Arruda, garantia a manutenção da atividade mineradora, assim como absorvia o capital da mineração e diversificava as atividades econômicas, possibilitando um emprego de capital mais seguro na agricultura e na pecuária¹⁹.

Apesar de certa polarização da historiografia, principalmente a econômica e social, na década de 80, entre o alinhamento com as posições teórico-metodológicas de Ciro Flamarion Cardoso e Fernando Novais, a característica mais marcante da historiografia deste período, em relação à praticada até os anos 60, foi o compromisso com utilização de documentos, para

¹⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro*. 4ª ed. Editora Paz e Terra, 2005.

¹⁷ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1987, p. 10; 19; 99-100.

¹⁸ ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Op. cit.* p. 95.

¹⁹ Publicado em livro, ARRUDA, Elmar Figueiredo. *O mercado interno de Mato Grosso - Século XVIII*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1991. p. 47-48; 95.

a construção de análises históricas. Mesmo que muitas vezes ofuscados por pressupostos teóricos que engessavam a análise, as referências documentais tornaram-se cada vez mais essenciais para a comprovação e refutação de hipóteses.

Em fins da década de 80 e década de 90, a historiografia brasileira passou por transformações profundas, e multiplicaram-se os trabalhos em temas inseridos no que se convencionou chamar de História Cultural. As pesquisas se voltaram para a compreensão de práticas religiosas²⁰, relações de gênero²¹, vida privada²² e etc, seguindo, embora com ritmo próprio, as orientações historiográficas européias e americanas, que em detrimento de uma visão do todo, privilegiaram as “migalhas”, para utilizarmos a expressão de François Dosse²³.

Estas pesquisas possibilitaram o enriquecimento da percepção dos historiadores sobre a sociedade colonial, principalmente das camadas subalternas da sociedade, vitimizadas pela historiografia social dos anos 80, historiografia esta que, de uma forma geral, não conseguia perceber, absorva em esquemas teóricos rígidos, a diversidade das vivências, a criatividade, as reinvenções, as negociações entre os grupos sociais e etc. A criação de novos objetos, contudo, não foi suficiente para encerrar a discussão sobre os objetos já consagrados na historiografia. As novas tendências, mais ligadas às dimensões culturais, criaram, ao invés de um enriquecimento do funcionamento da economia e dos instrumentos de diferenciação social, um embate com a história econômico-social, onde dos dois lados, na maioria das vezes, “o bebê foi jogado fora junto com a água da bacia”.

Um dos trabalhos, desenvolvidos neste período, dissonante desta polarização entre a história cultural e a histórica sócio-econômica, foi “*Negros da Terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*” de John Manuel Monteiro²⁴. Este autor aliou sua formação antropológica à crítica à historiografia brasileira e construiu uma análise da participação dos povos indígenas na sociedade e economia coloniais, em particular, na capitania de São Paulo.

²⁰ Como exemplos deste momento historiográfico: SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. SOUZA, Laura de Mello. *Inferno atlântico. Demonologia e colonização – Séculos XVI-XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. Rio de Janeiro, Campus, 1989. VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios -- catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro - século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²¹ Uma boa mostra desta produção em PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto; Fundação Unesp, 1997.

²² Uma boa mostra desta produção em SOUZA, Laura de Mello e (org.). *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. O livro foi o primeiro volume da coleção “História da Vida Privada no Brasil” coordenada por Fernando A. Novais.

²³ DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

²⁴ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra – índios e bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

O trabalho de Monteiro, além das várias contribuições empíricas para nossa pesquisa, nos ensina a romper a unilateralidade das relações entre “colonizador” e “colonizado”.

A dificuldade de diálogo, porém, entre os diferentes territórios da historiografia não impossibilitou a construção de trabalhos significativos. Em termos de história econômica e demográfica destacamos a obra de dois autores, João Luís Fragoso²⁵ e Manolo Florentino²⁶. Além de seus trabalhos individuais, os autores produziram uma síntese, “O arcaísmo como projeto...”²⁷. A tese central defendida pelos autores é que havia circuitos de acumulação endógenos (formada por um mosaico de formas não-capitalistas de produção) “para além da Europa” e que possibilitaram a formação de uma elite colonial, particularmente no Rio de Janeiro²⁸.

Algumas pesquisas desenvolvidas para a formulação de teses e dissertações, entre meados da década de 90 e início dos anos 2000, servem de referência para o necessário e profícuo diálogo da pesquisa que desenvolvemos com trabalhos desenvolvidos em outras regiões.

A tese de Ilana Blaj, “*A trama das tensões: mercantilização de São Paulo colonial 1671 a 1721*”²⁹, nos possibilita com mais elementos, romper com a idéia de que somente após os descobrimentos auríferos a capitania de São Paulo passaria a desenvolver relações de produção e de comércio integrados a circuitos que possibilitavam acumulação de riquezas e a formação de uma elite na cidade de São Paulo.

A dissertação de Silvana Alves de Godoy, “*Itu e Ararituaba na rota das monções 1718-1828*”³⁰ possibilitou que percebêssemos as relações entre dois pontos diferentes da capitania de São Paulo, não apenas como uma ligação entre uma região produtora e outra, mas os intercâmbios que possibilitavam, nos diferentes pontos, a circulação de capital e que estimulavam o desenvolvimento de atividades produtivas.

²⁵ FRAGOSO, João Luis. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

²⁶ FLORENTINO, Manolo, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

²⁷ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro (1790-1840), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁸ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *Op. cit.* p. 55.

²⁹ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: mercantilização de São Paulo colonial 1671 a 1721*. São Paulo, 1995. Tese (doutorado) – USP. Destacamos também o artigo BLAJ, Ilana. “São Paulo em inícios do século XVIII: a sedimentação da riqueza e do poder”, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

³⁰ GODOY, Silvana. *Itu e Ararituaba na rota das monções 1718-1828*. São Paulo, 2002. Dissertação (mestrado) – UNICAMP.

A tese de Antônio Carlos Jucá de Sampaio, “*Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650 - c.1750)*”³¹, segue em muito os trabalhos mais recentes de João Fragoso sobre a formação de elites mercantis no Rio de Janeiro. O trabalho de Sampaio contribui para esta pesquisa no sentido de demonstrar, no caso do Rio de Janeiro, que a produção de alimentos não é (ou não é apenas) produção de subsistência, constituindo-se ao contrário em um ramo lucrativo da economia, possibilitando acumulação de riquezas, a partir do cultivo de gêneros alimentícios em grande escala com a utilização de trabalho escravo. O que contribuiu para por em cheque a concepção de “renascimento agrícola” (defendida por Caio Prado e reproduzida por vários historiadores) a partir da segunda metade do século XVIII. Além disto, dados referentes, por exemplo, à arrematação de contratos dos dízimos, servem para estabelecermos relações com os dados de que dispomos.

Os resultados das pesquisas de Helen Osório para o desenvolvimento da tese: “*Estancieiros e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*”³², assim como a tese de Sampaio, oferecem dados para estabelecermos comparações, além de desenvolver uma análise sobre a reprodução de atividades econômicas em uma região de fronteira entre a América Portuguesa e a América Espanhola.

Neste mesmo sentido, o livro de Fabrício Prado, “*Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*”³³, contribui para estabelecermos comparações e analisarmos as relações entre a fronteira do extremo sul da América com a fronteira que se delineava no centro do continente sul americano. Mais do que demonstrar interesses econômicos e políticos que nortearam a colonização de Sacramento, Prado mostra como estes

³¹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650 - c.1750)*. Niterói, 2000. Tese (doutorado) – UFF. Além da tese os artigos SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “O agro fluminense na curva do tempo: 1650-1750”, in *Estudos de História, Franca*, v. 8, n.2, 2001. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português (1701-1750) In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³² OSÓRIO, Helen. *Estancieiros e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, 1999. Tese (doutorado) – UFF. Em particular os artigos OSÓRIO, Helen. “As elites econômicas e a arrematação de contratos: o exemplo do Rio Grande do Sul”, in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, e OSÓRIO, Helen. *Conflitos e apropriação da terra: região platina, século XVIII*, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

³³ PRADO, Fabrício. *Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

interesses resultavam em espaços urbanos, rurais e uma estrutura física capaz de garantir a manutenção e ampliação de práticas sociais, entre as quais se destacava o comércio.

A historiografia sobre Minas Gerais também serviu de referência para fazermos a análise da formação de ambientes agrários nas minas do Cuiabá e nas minas do Mato Grosso. Desde o trabalho de Mafalda Zemella existe a percepção de que a produção e o abastecimento em Minas Gerais tinham contornos que expressavam a presença de uma economia integrada e ordenada. Embora escrita na década de 50 e repleta de concepções historiográficas hoje comprometidas, Zemella tem o mérito de introduzir questões que, pelo que percebemos na leitura dos historiadores ulteriores, ocupam até hoje o debate sobre a economia e a sociedade de Minas Gerais.

Outro trabalho, um artigo, escrito décadas depois, intitulado: “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)”³⁴ demonstra, a partir da análise de cartas de sesmarias, como desde o princípio da colonização estruturou-se em Minas Gerais uma produção agrícola e pastoril que contava com diferentes unidades produtivas e, inclusive, propriedades com caráter mercantil.

A partir da década de 90 surgiram muitos trabalhos sobre o desenvolvimento de atividades produtivas no meio rural em Minas Gerais. Destacamos dois autores, que expressam, a nosso ver, dois olhares diversos e complementares lançados sobre os ambientes rurais e que contribuíram para nosso pesquisa.

Primeiramente, José Newton de Coelho de Meneses com o livro “*O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*”³⁵. Embora o contato com a obra de Meneses tenha ocorrido quando nossa dissertação já estava com contornos bem delineados, a contribuição deste autor serviu, sobretudo, para perceber similitudes quanto a alguns resultados de nossas pesquisas. Meneses desenvolve uma análise qualitativa privilegiando os indícios documentais que possibilitaram construir uma análise rica sobre a vida material, as diferentes paisagens rurais, a alimentação e a inserção dos produtores no comércio de abastecimento. Embora haja pontos diversos e/ou divergentes quanto a algumas opções teórico-metodológicas, acreditamos que muitas afirmações de Meneses sobre as Minas Gerais também são válidas para as minas do Cuiabá e do Mato Grosso. Como, por exemplo, quando Meneses afirma que,

³⁴ GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)”, in Revista do Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte, 1986.

³⁵ MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

É inadmissível pensar em irracionalidades econômicas e inabilidades para a produção agropecuária quando se depara com as evidências das fontes. Essas apontam para uma ordem econômica que, mesmo quando não é capaz de produzir um bem almejado, o obtém pela importação regular de outra região próxima ou distante. E aí, conta com a racionalidade e a estabilidade dos comerciantes locais e ambulantes. Comércio e produção de alimentos, associado ao proprietário ou não, foram responsáveis por essa ordem no abastecimento alimentar da região. É nítida a inserção da produção local no mercado que se forma e se estrutura neste abastecimento. É evidente (...) a mão da administração local a tentar dirimir e evitar as ameaças e crises neste setor. Neste tripé setorizado da economia – produção, comércio e aparelho estatal – o abastecimento local de alimentos cumpriu o papel que dele a sociedade em formação necessitava e, com isso, a proveu, sem crises³⁶.

O segundo autor que destacamos é Ângelo Alves Carrara. No livro “Minas e currais: produção rural e mercado em Minas Gerais 1674-1807”³⁷, Carrara desenvolve o trabalho mais detalhado sobre “a dinâmica interna” de uma capitania da América Portuguesa. O autor ordena e analisa uma imensa quantidade de dados sobre a produção, os contratos régios, os dízimos, os preços, mapas populacionais, assim como de forma detalhada mostra a “distribuição espacial da produção rural” e as diferentes paisagens constituídas no mundo rural.

Especificamente sobre os territórios que formaram a capitania de Mato Grosso, há um conjunto de obras que dão suporte a esta pesquisa. Destacamos uma tese de doutoramento de Uacury Ribeiro de Assis Bastos, defendida em 1972³⁸ e transformada em livro em 1979³⁹. Bastos analisa, nos ambientes de fronteira, as relações entre espanhóis, portugueses e os povos indígenas que habitavam o centro da América do Sul e constrói uma análise apontando aspectos geográficos, políticos e econômicos que condicionaram as conquistas portuguesas e espanholas.

A partir da década de 90 a produção acadêmica sobre a capitania de Mato Grosso teve significativas contribuições. Foram desenvolvidas teses de doutorado que embora não tratem especificamente da questão agrária são referências fundamentais para a construção de nosso objeto. A primeira, por ordem cronológica, de Jovam Vilela da Silva, “A capitania de Mato Grosso: povoamento e população, século XVIII”, é um estudo sobre as estratégias das autoridades portuguesas para efetivar a conquista dos territórios em litígio com a Coroa de Castela. Segundo Vilela, o desenvolvimento de atividades agrícolas, pastoris e de

³⁶ MENESES, José Newton Coelho. *Op. cit.* p. 168-169.

³⁷ CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. Ver também o artigo, CARRARA, “Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850)”. *Estudos de História*, Franca, v. 8, n.2, 2001.

³⁸ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972.

³⁹ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. São Paulo: Edusc, 1979.

extrativismo era uma preocupação constante das autoridades portuguesas. O autor destaca as estratégias por parte do poder metropolitano em incentivar a migração de casais para se ocupar da produção agrícola e pastoril. No entanto, não conseguindo atrair casais “brancos” a estratégia passou a ser fundamentada na transformação do índio em vassalo da coroa portuguesa. Todavia, uma vez os povos indígenas assimilando esta política, estes não simplesmente adaptavam-se à lógica do colonizador, mas também reterritorializaram seus costumes e relações de poder, por meio inclusive, da reprodução social em ambientes rurais. A principal contribuição do trabalho deste autor para nossa pesquisa foi mostrar o espaço que havia entre os objetivos mercantilistas da coroa portuguesa e o escravismo para o desenvolvimento de atividades agrícolas, pastoris e de extrativismo vegetal e animal e como a formação do meio rural estava articulada com a política de abastecimento e da ampliação das fronteiras coloniais⁴⁰.

A segunda tese, de Carlos Alberto Rosa, “Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato-Grosso no século XVIII: 1722-1808”. Nesta tese o autor, pesquisando o meio urbano, fornece vários pontos de diálogo para tratarmos do meio agrário. Explicitaremos apenas alguns destes pontos. O autor reconstrói diversos aspectos da formação do meio urbano em Mato Grosso, principalmente na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, e mostra que a colonização não pode ser compreendida como espontânea ou espasmódica em relação a impulsos econômicos. Carlos Rosa destaca que as relações de poder e os símbolos edificados da dominação nos espaços urbanos (casa de câmara, prisão, igrejas) são fundamentais para a conquista e para a reterritorialização dos conquistadores. O autor ainda questiona o uso de termos como bandeirantismo e sertanismo como categorias explicativas para definir colonos de trajetórias urbanas que claramente não se tratavam de simples “aventureiros”⁴¹.

A terceira de Maria de Fátima Costa, “Notícias de Xarayes: Pantanal entre os séculos XVI a XVIII”. A tese de Costa contribuiu muito para a percepção da “presença” e da “ausência” espanhola no centro da América do Sul e as relações dos conquistadores europeus com os povos indígenas. Sua análise sobre as narrativas mostra como estas construíam territórios e constituíam-se em práticas de conquista⁴².

⁴⁰ SILVA, Jovam Vilela da. A capitania de Mato Grosso: povoamento e população, século XVIII. Tese de doutorado, USP, 1994, p. 20; 119-120.

⁴¹ ROSA, Carlos Alberto. *A vila real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727-1808). Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996, p. 9;34;93.

⁴² COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes*. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997, p. 171.

Por último a tese de Otávio Canavarros, transformada no livro, “O poder metropolitano em Cuiabá 1727-1752”. Neste livro, Canavarros analisa as estratégias metropolitanas em relação à conquista, a manutenção e expansão das fronteiras da América Portuguesa. Segundo Canavarros para os portugueses, principalmente após 1730, a prioridade não era a captação dos quintos e a expansão das atividades mineradoras, mas sim a efetivação e a expansão da conquista territorial que fazia parte da “geografia política” do Império Português. Analisando intrinsecamente o espaço de ação do poder português em Mato Grosso, Canavarros demonstra os caminhos da conquista, a formação dos povoados, vilas, arraiais e a invasão das terras ao longo do caminho fluvial e nas imediações de Cuiabá⁴³. A análise de Canavarros é rica em detalhes documentais e oferece a possibilidade de perceber características do funcionamento do aparelho de poder institucionalizado e os projetos da coroa portuguesa em relação à sua fronteira oeste na América.

A progressiva revisão da bibliografia e a análise documental nortearam a forma como organizamos a escrita deste trabalho. Nossa análise foi construída, ao longo dos capítulos, com o objetivo de relacionar o objeto de estudo com a produção da historiografia sobre a capitania de Mato Grosso, a historiografia nacional recente e as matrizes do pensamento historiográfico brasileiro.

Dividimos a dissertação em três partes, cada uma delas com dois capítulos. As três partes foram construídas tendo como *fios condutores* diferentes elementos da conquista portuguesa e com a preocupação de que a escolha destes *fios* não implicasse em determinismos ou funcionalismos.

Na primeira parte, *A espacialização da ruralidade luso-americana no centro da América do Sul* , nosso objetivo foi analisar o processo de formação dos ambientes rurais articulado à dimensão territorial das conquistas portuguesas no centro da América do Sul. A percepção das disputas entre as coroas ibéricas e a diversidade de relações destes com os ameríndios, nos possibilitou ampliar a percepção sobre a importância geopolítica da espacialização dos ambientes rurais. Ao mesmo tempo percebemos que a formação destes ambientes não correspondia uma política deliberada do império português, mas uma articulação de interesses de colonos e desta geopolítica. Pela análise das representações cartográficas, correspondências oficiais, dos relatos de cronistas e das cartas de sesmarias, procuramos mapear espaços de produção da ruralidade “nas minas do Cuiabá” e nas “minas do Mato Grosso”.

⁴³ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1748)* . Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004. p. 93-94; 176.

A segunda parte tem como título, “Administração portuguesa e sociedade colonial: hegemonia do escravismo e espaços de reprodução camponesa”. Se na primeira parte “jogamos com as escalas”⁴⁴ de modo a lançar um olhar panorâmico e, como que utilizando uma lupa, fizemos aproximações, possibilitando que pontos desfigurados pela distância adquirissem formas, contornos e fronteiras, no capítulo III, “O sistema administrativo português e a formação dos ambientes rurais”, também alternarmos escalas, mas em sentido inverso. Tendo como fio condutor uma reflexão sobre o sistema administrativo português, analisaremos “de perto” algumas características da colonização portuguesa nesta parte central que permitem romper com pré-concepções sobre a espacialização da ruralidade.

No princípio de nossas pesquisas não tínhamos intenção de desenvolver um capítulo sobre a relação entre administração portuguesa e formação dos ambientes rurais, pois acreditávamos que esta questão poderia ser analisada *de passagem* em outros capítulos; no entanto, as discussões historiográficas atuais e o caráter da documentação que analisamos, transformaram a questão administrativa em um dos pontos fundamentais de nossa análise sobre a formação de ambientes rurais. Por mais paradoxal que possa parecer, não analisaremos a administração a partir da história institucional/administrativa, aliás, nosso objetivo é constituir um contraponto a este tipo de análise.

O grande desafio deste capítulo foi perceber as relações entre as práticas oficiais e oficializantes de conquista com as práticas costumeiras. Para tanto se fez necessário romper com as visões pré-concebidas do sistema administrativo português como “patrimonialista” e da lei de sesmarias como geradora apenas do latifúndio. Utilizamos neste capítulo das mesmas tipologias documentais lançadas no primeiro, mas com outras questões. Procuramos analisar as relações de poder além da relação comumente estabelecida entre “a política de construção da ordem” e a “desordem das práticas”. Procuramos mostrar que nessa aparente desordem havia códigos, regras partilhadas que se articulavam aos interesses imperiais portugueses e possibilitavam desnudar características do sistema administrativo e da formação de ambientes rurais.

No quarto capítulo, “Campesinato e escravidão na terra da conquista”, analisamos de forma mais detida a presença de segmentos camponeses na reprodução da ruralidade na América Portuguesa. A partir de uma revisão bibliográfica procuramos mostrar as “raízes” historiográficas que construíram imagens sobre os ambientes rurais que impossibilitaram a visualização desses segmentos, assim como demonstrar como esta “visualização” contribuiu

⁴⁴ REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

para a compreensão mais clara dos mecanismos de acesso e legitimação da posse da terra e da inserção dos grupos camponeses na economia colonial.

Dedicamos à terceira parte, “Ruralidade e reprodução econômica: mercado interno, sistema colonial e economia-mundo”, uma análise da articulação da ruralidade com a economia colonial, nos diferentes níveis em que esta se reproduz. No quinto capítulo “Produção rural, comércio e mercado interno na terra da conquista”, privilegiamos os aspectos locais da produção e do comércio e a articulação destes, com o mercado interno da América Portuguesa. No sexto capítulo: “O fetichismo da mercadoria e as articulações da produção rural ao sistema colonial e à economia mundo”, nosso objetivo foi, a partir de uma reflexão sobre a noção de “fetichismo da mercadoria” de Karl Marx, analisar a relação entre a exploração aurífera e outras atividades econômicas, como o comércio e a produção rural.

O que percebemos analisando diversas tipologias documentais, é que estas diferentes atividades se inter-relacionavam de forma “sistêmica” possibilitando a acumulação de capitais em diferentes escalas (local, colonial, imperial, mundial). No entanto, para perceber estas articulações foi preciso desvencilhar-se de toda uma construção da historiografia sobre a produção aurífera, em que ouro “fetichizado” assumia um papel de silenciador da diversidade das relações econômicas e sociais.

Nas três partes, nos propomos a estudar as articulações da formação de ambientes rurais com três importantes características da colonização portuguesa no centro da América do Sul: a dimensão territorial, que denota o caráter fronteiriço destas conquistas; as regras de acesso a terra; e por último a reprodução das atividades econômicas, como a exploração aurífera, o comércio e o mercado interno. Desembaraçamos *nós* e percebemos fios que interligam estas diferentes características entre si e com a ruralidade.

Além dos objetivos específicos de cada capítulo pretendemos com este trabalho contribuir para a percepção da diversidade e da complexidade da sociedade engendrada no centro da América do Sul, durante o processo de conquista portuguesa. Acreditamos que uma análise sobre a formação de ambientes rurais constitui-se em um ponto privilegiado de análise. Neste sentido este trabalho mostra que muito mais do que apenas sertanistas, que aprisionavam índios e procuravam metais preciosos e escravos que extraíam o ouro da terra, havia senhores de engenho, fazendeiros e roceiros, lavradores que utilizavam formas camponesas de usufruto da terra. Mais do que isto: se articulavam na formação destes ambientes a ação de “homens de negócio” como comerciantes monçoeiros, comerciantes locais e também das autoridades do poder administrativo: ouvidores, provedores, intendentess, vereadores, oficiais da câmara e etc.

O objetivo geral deste trabalho, contudo, e sua principal justificativa, é promover uma fenda no “silêncio” sobre a formação e reprodução das atividades rurais no centro da América do Sul.

PARTE I

**A ESPACIALIZAÇÃO DA RURALIDADE LUSO-AMERICANA NO CENTRO DA
AMÉRICA DO SUL**

Espacializações portuguesas e a formação da ruralidade

...sempre foram estes fidelíssimos e atenuados vassalos de v. majestade, rompendo sertões aspérrimos, talando campanhas estéreis, sulcando caudalosos rios, tolerando constantemente fomes, sedes, calores e frios, tudo a fim de ampliarem os reais domínios de v. majestade, servindo de muralha aos castelhanos que ambiciosos os pretendem minorar.

Oficiais da Câmara de Cuiabá⁴⁵

A epígrafe deste capítulo foi extraída de uma correspondência remetida pelos oficiais da câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá ao rei em 1744. No trecho supracitado, os colonos luso-americanos apropriam-se⁴⁶ de enunciados que fundamentaram a estratégia da “geografia política” portuguesa em relação à conquista da parte mais central da América do Sul. Anos mais tarde no parecer sobre a criação da capitania de Mato Grosso o Conselho Ultramarino apontou que “se procure fazer a Colônia no Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito, e sirva de ante-mural a todo o interior do Brasil”⁴⁷.

Mas na epígrafe há outra questão importante. Os colonos atribuíam estas conquistas aos seus feitos e sacrifícios heróicos. A expansão territorial da coroa portuguesa no século XVIII em direção ao centro da América do Sul foi construída na memória dos brasileiros, sobretudo a partir do século XIX, como obra de “bandeirantes”, tornados heróis por uma historiografia, particularmente paulista. No século XX uma contra-memória, alimentada também pela historiografia, transformou estes heróis em vilões, opressores, destruidores de culturas indígenas. Por sorte a historiografia nas últimas décadas rompeu definitivamente com o voluntarismo e o personalismo, procurando entender sem juízos de valor, o processo de formação de ambientes coloniais no centro do subcontinente americano.

Analisamos este processo pelo que ele foi de fato: a desterritorialização de sociedades indígenas e a territorialização de ambientes coloniais. No entanto este binômio (territorialização/desterritorialização) é insuficiente para entender o processo. Aliás, estas duas forças são anteriores à ação, ou seja, ao espacializarem-se ambas se reterritorializam, se recompõem no jogo das relações sociais. A utilização em nossa análise do termo

⁴⁵ CARTA dos oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 19-09-1744. mss., microfilme Rolo 03, doc. 182, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴⁶ Aqui nos remetemos ao conceito de “apropriação” de Roger Chartier. CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Ed. Difel: Lisboa, 1990.

⁴⁷ PARECER do Conselho Ultramarino apud CANAVARROS, Otávio. O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752). Cuiabá: Ed. UFMT, 2004, p. 58.

espacialização (e os verbos derivados) subentendem e tentam explicar este processo dialético que se materializa de múltiplas formas na terra da conquista.

Durante a pesquisa que desenvolvemos para construir este trabalho percebemos a impossibilidade de compreender a formação de ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul analisando apenas o meio rural em si e ignorando os aspectos aparentemente “extra-rurais”, mas que tiveram profundas implicações na formação da ruralidade. Nesta parte, composta pelos dois primeiros capítulos, nosso objetivo é dar conta das articulações entre a formação e reprodução de ambientes rurais e a dimensão territorial da conquista portuguesa na América. Analisaremos esta dimensão territorial a partir do movimento de conquista européia, com maior ênfase no caso português, e com atenção especial aos aspectos geopolíticos e à relação destes com a espacialização do meio rural.

Na colonização portuguesa no centro da América do Sul pesaram as características peculiares desta parte central, entre as quais, a singularidade de um território, ao mesmo tempo, de mineração de ouro em grande escala e fronteiro aos domínios espanhóis.

Em termos de historiografia brasileira, tanto a historiografia econômica, a social, a cultural e mesmo a “renascida” história política/administrativa, não tem dado devido destaque à questão da dimensão territorial das conquistas portuguesas na América. O fato da dimensão territorial, ironicamente, não ter tido muito “espaço” na historiografia, não pode nos desencorajar a procurar um “lugar” para esta dimensão em nossa análise⁴⁸. Segundo o geógrafo Antonio C. R. Moraes a dimensão territorial na conquista da América pelos europeus tem um caráter ontológico,

O apelo à espacialidade, vista como mediação particularizadora, adquire respaldo ontológico no estudo da história da América Latina quando atacamos a centralidade desta dimensão no objetivar-se dos processos de colonização. Tomemos, pois, a formação do sistema colonial moderno – e a construção da América principalmente – como, antes de mais nada, um processo que interessa à relação sociedade/espaço. Disso deriva que é no apetite territorial de certas sociedades européias que devemos buscar o móvel primeiro da expansão marítima efetuada no “longo” século XVI⁴⁹.

⁴⁸ Sobre a relação entre história, espaço e tempo, ver o excelente artigo de José d' Assunção Barros. BARROS, José d' Assunção. “História, Espaço e Tempo”. *Rev. Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006. Mas apesar da pouca importância dada pelos historiadores a análise das “espacializações” há avanços significativos. Em termos de historiografia sobre os ambientes coloniais e a regionalização dos espaços produtivos ver CUNHA, Alexandre Mendes. “Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 123-128, 2007.

⁴⁹ MORAES, Antonio Carlos Robert. “A Dimensão Territorial nas Formações Sociais Latino-americanas”. In AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, pp. 143-154, p. 143.

É bastante tentador para os pesquisadores preocupados com as questões que envolvem territorialidades, territórios, reterritorializações, assumir uma posição teórico-metodológica em que a questão territorial ocupa um *lugar* tão central, quanto, por exemplo, a questão econômica ocupa nos modelos explicativos inspirados nas análises de Caio Prado Júnior.

No entanto o que parece valorizar a questão territorial pode levar a uma miopia sobre o processo de formação de ambientes coloniais. Não entendemos a dimensão territorial como “origem” ou “sentido” da colonização portuguesa. A percebemos não como algo anterior que move a conquista, mas sim analisamos sua importância no jogo das relações sociais, políticas e econômicas, que agiram no processo de colonização portuguesa na América.

Além do caráter geopolítico da dimensão territorial, é importante perceber que as relações sociais, políticas e econômicas, são também relações espaciais, ou seja, se espacializam⁵⁰, assim como, as espacializações, de forma dialética, também condicionam estas relações. É com a percepção de que a dimensão territorial e espacial da conquista devem ser levadas em conta articuladas a outras características da colonização, que pretendemos analisar a formação de ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul.

O centro da América do Sul: territórios entre dois impérios.

A conquista de territórios nesta parte central não pode ser percebida apenas como avanço da colonização portuguesa para o interior da América. Diferentemente das conquistas litorâneas empreendidas entre os séculos XVI e XVII, os súditos da coroa portuguesa que conquistaram os territórios do vale do rio Cuiabá (e depois ampliaram as conquistas para o alto e baixo Paraguai e o vale do Guaporé) invadiram territórios em litígio com domínios coloniais espanhóis e territórios de povos ameríndios que mantinham relações de comércio, de alianças e de conflito com os exploradores e colonizadores castelhanos desde o século XVI. A presença espanhola no centro da América do Sul e suas relações com os povos ameríndios, e destes uns com os outros, tiveram implicações determinantes para a formação de ambientes coloniais portugueses nesta região.

⁵⁰ ROSA, Carlos Alberto. “O urbano colonial na terra da conquista”. In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria (orgs) *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003, pp. 11-49, p. 11.

IMAGEM I



L’Amerique Meridionale por Guillaume de L’Isle, 1703. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil (Catálogos-Virtual).

IMAGEM II



Detalhe - L’Amerique Meridionale por Guillaume de L’Isle, 1703. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil (Catálogos-Virtual).

O mapa acima, de 1703, foi desenvolvido por Guillaume de L'Isle. Se tomarmos esta representação cartográfica como uma imagem fidedigna dos domínios espanhóis naquele momento, estaremos sendo no mínimo ingênuos. Apesar dos espanhóis terem fundado missões jesuíticas e mantido contato com ameríndios, principalmente nas margens dos rios mais caudalosos, estes nunca fundaram ambientes coloniais estáveis na porção norte do que no mapa está representado como “Províncias do Rio de la Prata”.

Assim como as outras tipologias documentais, a documentação cartográfica deve ser analisada além do caráter aparentemente descritivo. Mapear e construir representações cartográficas são também práticas de apropriação de espaço. Não é, obviamente, por desconhecimento que o autor incluiu territórios não conquistados efetivamente pela coroa espanhola nesta representação. A “cartografia da conquista” visava legitimar, manter e ampliar territórios, já que o Tratado de Tordesilhas não parecia, principalmente após a União Ibérica⁵¹, ser referência para a legitimação de conquistas territoriais.

Do lado português (assim como do lado espanhol) o processo de conquista não se devia apenas à ação particular dos colonos, mas estava articulada aos interesses geopolíticos da Coroa, esta que planejava, intervinha e promovia a conquista de territórios na Bacia do Prata. Em 1676, os portugueses fundaram na costa rio-grandense, Laguna e, em 1680, fundaram a Nova Colônia de Sacramento. Sobre a colonização portuguesa no extremo sul da América, na primeira metade do século XVIII, Fabrício Prado sintetiza,

A fundação de Sacramento, associada ao avanço dos paulistas para o sul, às tentativas frustradas de ocupação de Montevidéu e à fundação do presidio de Jesus Maria José (futura vila de Rio Grande), e os avanços na Banda Oriental (fundação do forte São Miguel no fim de 1737), constituíram etapas de um avanço contínuo para o sul, que partia de duas frentes de colonização: uma desde o Rio de Janeiro, que materializou-se na fundação da Colônia, na tentativa de fundar Montevidéu, e na criação de Rio Grande, e outra desde São Paulo, representada pela fundação de Laguna e pelo avanço para o sul da expedição de João de Magalhães em 1725. Essas duas frentes atendiam a interesses complementares da Coroa e dos grupos locais, interessados em terras e acesso aos rebanhos motivo principal do avanço desde São Paulo, além do acesso à prata potosina (escoada para a América portuguesa pelo comércio) e aos couros (principais atrativos para a manutenção da Colônia de Sacramento). As duas frentes articuladas constituíram a estratégia luso-americana de avançar sobre as terras do sul durante a primeira metade do século XVIII⁵².

⁵¹ Período entre 1580 e 1640 de dominação espanhola em relação a Portugal e seus domínios. Embora submetidos aos espanhóis os portugueses permaneceram com governo próprio no âmbito da União Ibérica. Este período foi marcado pela expansão territorial portuguesa na América, desde os territórios ao sul em Rio Grande de São Pedro até as costas do extremo norte, além da penetração em territórios além das áreas litorâneas tanto nas capitanias do norte quanto nas capitanias do sul.

⁵² PRADO, Fabrício. *Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, p. 35-36.

A “frente paulista”, para utilizarmos o mesmo termo de Prado, desde pelo menos 1680, fazia suas incursões na região mais central da América do Sul⁵³, onde cerca de 40 anos depois começaria um processo efetivo de colonização nas “minas do Cuiabá”. Enquanto, portanto, os colonos paulistas exploravam os rebanhos, aprisionavam ameríndios, também com o objetivo de abastecer um mercado interno em expansão, os fluminenses buscavam consolidar um porto comercial no extremo Sul da América Portuguesa e desenvolver contrabando com os colonos espanhóis, particularmente através de Buenos Aires.

Bem mais ao norte da Colônia de Sacramento, na parte mais central da América do Sul, alguns fatores facilitaram a colonização portuguesa. A Guerra de Sucessão Espanhola, que ocorreu entre 1701 e 1714, diminuiu as ações colonizadoras dos castelhanos na América e impediu-lhes de por em prática uma estratégia de conquistas dos territórios a leste das suas minas de prata. O número de navios que deixaram a Espanha com destino à América é um indício da crise espanhola. A “conexão entre a Espanha e suas colônias americanas diminuiu a níveis mínimos: entre 1701 e 1716, somente zarparam de Sevilha com destino às colônias 106 navios, com a média um pouco superior a seis unidades anuais”⁵⁴.

Outros fatores que permitiram o avanço português e que nos ajudam a entender a relação entre as dinâmicas imperiais das coroas ibéricas no centro da América do Sul são apontados por Uacury Ribeiro Bastos em “Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)”⁵⁵. Para Bastos a presença mbayânica na extensa faixa de terras que se estendia ao norte até o rio Taquari e ao sul alcançava o rio Mboteteu foi determinante para a colonização portuguesa⁵⁶. Os principais povos Mbaiás citados na documentação da primeira metade do século XVIII eram os Guaikurú e os Payaguá⁵⁷.

As relações que os Mbayá-Guaykurú mantiveram com os espanhóis, com os demais povos ameríndios e posteriormente com os portugueses, revelam aspectos singulares da sociedade colonial engendrada no centro da América do Sul. Os Mbayá-Guaykurú após a

⁵³ ROSA, Carlos. *Ambientes urbanos coloniais na parte mais central da América do Sul*. Introdução à parte 2 – A. Cuiabá: inédito, 2006 p. 4.

⁵⁴ AMEGHINO, Eduardo Azcuy e BIROCCO, Carlos María. *Op. cit.*, p. 41.

⁵⁵ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972. A tese de Bastos concentra-se basicamente na explicação dos fatores que condicionaram e determinaram a ocupação do Vale do Paraguai, tendo como foco principal as disputas entre os dois planos de colonização, português e espanhol, e sua relação com os ameríndios da região.

⁵⁶ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Ed. Edusp, 1979, p. 124-135.

⁵⁷ Segundo Maria de Fátima Costa “Os Evuevi- Payaguá eram um povo da família lingüística Mbaiá, também oriunda do Chaco. (...) Na chegada dos europeus, já estavam na bacia hidrográfica do Paraguai e se subdividiam em dois grupos intertribais, os Siacué e os Sigaeco, que habitavam a parte sul, e os Serigué, os que ocupavam as terras inundáveis do Alto Paraguai”. COSTA, Maria de Fátima. “Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal”, In Priore, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos. *Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 89.

conquista da província dos Itatins tornaram-se senhores de um vasto território no vale do Paraguai, configurando-se em uma conquista ameríndia entre as conquistas ibéricas, subjugando vários povos e aliando-se com outros.

Com o domínio absoluto sobre a região, os Guaykuru renomearam a geografia do país. Nas “terras mbaiânica”, por exemplo, os rios *Corrientes* e *Piray* passaram a se *Apa* e *Aquidabam*; o distrito que correspondia *Pitun*, *Piray Itati*, passou a ser *Agaguizo*; o monte de *San Fernando* ganhou o nome de *Itapucú-Guazú*; o rio *Guasarapo* tornou-se *Guache*⁵⁸.

A renomeação dos topônimos “evidencia a verdadeira supremacia destes índios sobre os territórios ocupados”⁵⁹. Com a conquista da província dos Itatins, os Mbaya-Guaicuru tornaram-se detentores de um imenso plantel de gado e de cavalos, fato que foi fundamental para que estes pudessem subjugar outros povos ameríndios e também e impor-se aos conquistadores espanhóis e portugueses. Segundo Costa, “durante quase dois séculos estes índios foram senhores absolutos do território compreendido entre o Apa e o Mbotetey”⁶⁰.

Percebendo a instabilidade das conquistas missionárias, sabendo do avanço de vassalos portugueses e temerosos com a evasão da prata das minas andinas, a Coroa espanhola vedou as comunicações de Assunção com os territórios fronteiriços às possessões portuguesas, o que obrigou os colonos assuncenhos percorrerem um longo e incômodo caminho para que seus produtos chegassem a Potosí⁶¹.

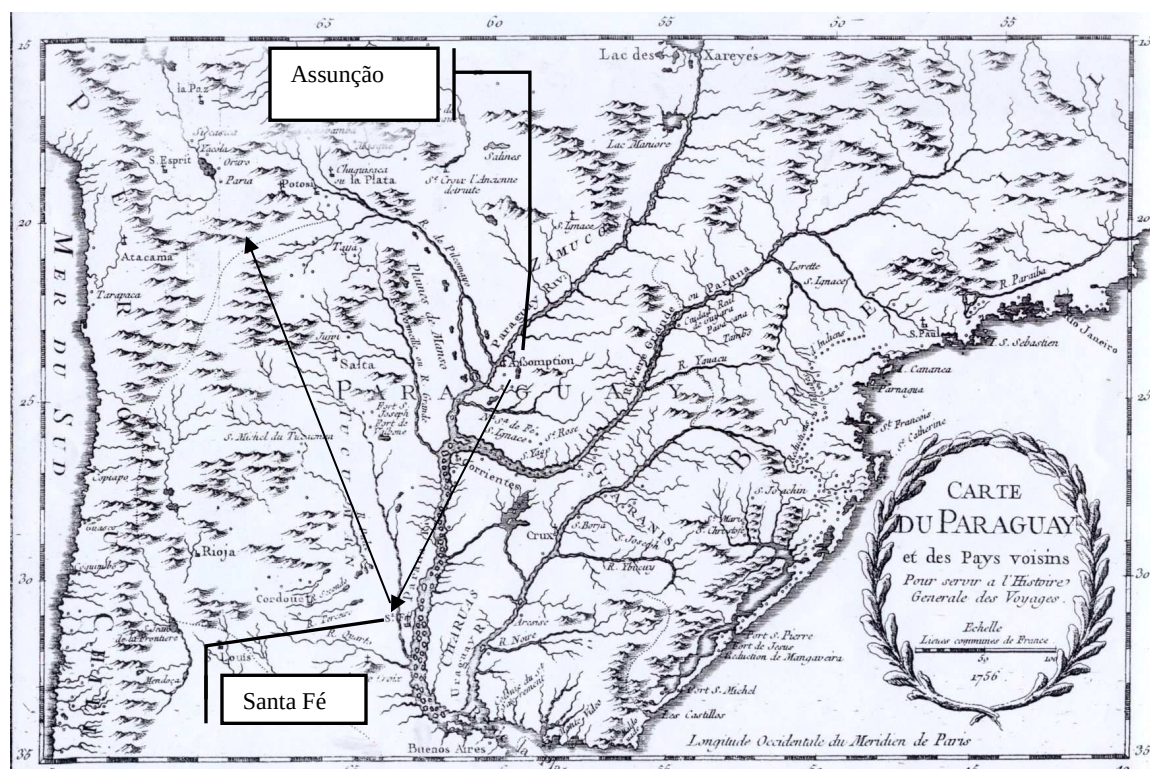
⁵⁸ COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997, p. 37.

⁵⁹ COSTA, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 37.

⁶⁰ COSTA, Maria de Fátima. *Op. cit.*, p. 38.

⁶¹ Uacury Bastos destacou justamente como outro fator determinante para a colonização portuguesa no centro da América do Sul, o “declínio” do “expansionismo assuncenho”. BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. São Paulo: Ed. Edusp, 1979, p. 59-75.

IMAGEM III



Carte du Paraguay et des Pays voisins pour servir à l'Histoire Generale des Voyages, 1756. Fonte : Biblioteca Virtual del Paraguay, apud ROSA, Carlos Alberto. Ambientes urbanos coloniais: introdução a parte 2 – A. Cuiabá: inédito, 2006 p. 4 (adaptado pelo autor citado).

Na representação cartográfica acima fica evidente o quanto a medida da Coroa espanhola afetou o comércio de Assunção com as regiões mineradoras do Peru, ao obrigar que os assuncenhos transportassem seus produtos via Santa Fé. Além da proibição de comunicações por meio dos territórios fronteiriços à América Portuguesa, a província do Paraguai sofreu sucessivas divisões políticas e administrativas,

entre 1680 e 1727 (ou: entre as incursões de Antonio de Campos Bicudo e Pascoal Moreira Cabral e a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá), a Província del Paraguay tinha passado por grandes partilhamentos político-administrativos. Desde pelo menos os anos 1560 fora criada a Santa Cruz de la Sierra, que desencadeou nova e corrente *governación*; logo depois, Moxo⁶².

A mudança de estratégia dos espanhóis em relação a suas conquistas foi um dos fatores que possibilitaram a investida portuguesa no centro da América do Sul. O partilhamento político-administrativo diminuiu o raio de ação dos assuncenhos, principalmente ao norte.

⁶² ROSA, Carlos. *Ambientes urbanos coloniais na parte mais central da América do Sul*. Introdução à parte 2 – A. Cuiabá: Inédito, 2006 p. 4.

É preciso reiterar, todavia, que a “ausência” espanhola não pode ser definida em termos absolutos. O “recuo” espanhol não significou o abandono das pretensões da coroa castelhana em garantir a posse dos territórios que de acordo com a linha do Tratado de Tordesilhas pertenceriam ao reino de Castela. As missões jesuíticas espanholas ampliavam-se cada vez mais e estavam bem próximas aos territórios que se constituíram, ao longo da primeira metade do século XVIII, como conquistas portuguesas, inclusive colocando em contato, colonizadores de ambas as coroas,

Os religiosos da Companhia da Província de Paraguai vão de Buenos Aires pelo rio acima (...) pelo rio Paraguai acima e pelos braços deste visitam as muitas missões (...); isto viram com seus olhos Pascoal Moreira Cabral e outros seus companheiros, primeiros descobridores do ouro de Coxiponé, porque estando na barra do rio Botetei, passaram os padres com Bergantim e lhes ofereceram mantimentos que necessitavam; (...) ⁶³.

O que motivava a invasão por colonos portugueses, principalmente advindos da capitania de São Paulo, aos territórios ameríndios no centro da América do Sul, era a reprodução de atividades que compunham o que se convencionou denominar de “sertanismo”. O “sertanismo” pode ser definido além da simples execução de atividades, como o aprisionamento e venda de ameríndios como escravos ou a procura e exploração de metais preciosos. As práticas sertanistas devem ser compreendidas articuladas a uma série de relações econômicas e sociais, sendo parte de um “sistema”, que, do ponto de vista econômico, possibilitava a mobilização e reprodução de capitais e do ponto de vista social provocou uma série de rupturas e reterritorializações.

O próprio termo “sertanismo” tende a mascarar este caráter eminentemente mercantil e moderno destas práticas, encobrindo de rusticidade relações sociais, econômicas e culturais que, embora tenham contornos específicos, podem ser pensadas, ampliando a escala, como parte de um sistema de relações típicas do processo de acumulação de capital na Época Moderna, assim como, guardando as devidas proporções, o tráfico negreiro.

Formação de ambientes rurais na terra da conquista

O deslocamento das práticas sertanistas para regiões cada vez mais distantes do litoral atlântico ocorria tanto por vias terrestres quanto por vias fluviais. A reprodução destas práticas impulsionou o plantio de “roças” nas margens dos rios e caminhos de terra. Não é possível precisar quando foram formadas as primeiras espacialidades rurais luso-americanas

⁶³ “DEMOSNTRAÇÃO dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuiabá e província de Coxiponé”, in TAUNAY. *Relatos Sertanistas. Op. cit.*, p. 206.

nestes territórios; o que é certo, seguindo os indícios documentais, é que elas garantiram o abastecimento da empresa sertanista, e, ao mesmo tempo, funcionaram como fonte de lucros pra os roceiros⁶⁴.

Muitas dessas roças, como aponta Jonh Manuel Monteiro⁶⁵, eram formadas com trabalho ameríndio, seja submetidos a regimes de trabalho compulsório, muitas vezes encobertos pela instituição da “administração”, seja aliados aos colonos, de forma relativamente independente⁶⁶. O caráter fronteiriço destas relações, entre colonos e povos ameríndios, extrapola o campo das indefinidas fronteiras geopolíticas entre territórios portugueses e espanhóis. Estes ameríndios reproduziam práticas sociais que os inseriam na sociedade colonial em relações de troca com os colonos, com a produção de excedentes, do mesmo modo em que em seus territórios reproduziam práticas locais de longuíssima duração.

Ao mesmo tempo em que os ameríndios forneciam aos colonos produtos do seu trabalho, recebiam em troca produtos que modificavam a lógica da produção ameríndia, como as ferramentas de metal, por exemplo⁶⁷. De acordo com Monteiro

a organização do trabalho colonial, ao impor mudanças radicais à divisão do trabalho indígena, também contribuiu para o processo de transformação da população nativa. Nas unidades coloniais, os índios mantinham roças para o seu próprio sustento, o que podia possibilitar a manutenção de um elo entre formas pré-coloniais e coloniais de organização da produção. Mas as exigências da economia colonial muitas vezes alteraram a divisão do trabalho a ponto de romper definitivamente os padrões tradicionais da agricultura de subsistência. (...) Mais ainda a utilização de ferramentas européias aprofundava esta ruptura. O testemunho de Jerônimo de Brito, senhor de um prestigioso plantel de escravos índios, é sugestivo nesta trajetória. Determinando a liberdade para todos os índios, este doou a cada homem uma foice uma enxada e um machado “para fazerem suas roças e sustentarem (...)”⁶⁸.

As relações entre ameríndios e colonos não se davam apenas pelo “escambo”, mas também na troca de mercadorias por dinheiro. Estas trocas ocorriam nos pontos de contato entre as sociedades ameríndias e parcelas da sociedade colonial. A repetição das trocas, e a conseqüente regularidade destas, transformavam parte da produção em excedente e, por conseguinte, em mercadorias e, concomitantemente, as mercadorias produzidas pela sociedade colonial tornavam-se necessidades entre os povos ameríndios.

⁶⁴ PARECER de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732. mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁶⁵ MONTEIRO, Jonh Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁶⁶ MONTEIRO, Jonh Manuel. *Op. cit.*, p. 91.

⁶⁷ MONTEIRO, Jonh Manuel. *Op. cit.*, p. 172.

⁶⁸ MONTEIRO, Jonh Manuel. *Op. cit.*, p. 172.

A produção agrícola de ameríndios relativamente autônomos, possibilitando a expansão da exploração do trabalho ameríndio de forma compulsória foi apenas uma das características da colonização portuguesa que demonstra a diversidade das relações mantidas entre colonos e povos ameríndios. Relações que se tornariam ainda mais complexas com o posterior contato com povos como os Payagoá, Caiapó e Mbayá-Guaycuru, que mantinham, desde o século XVI, relações com os espanhóis.

Mesmo considerando que práticas coloniais espacializavam-se nos interiores da América do Sul, possibilitando a captura e tráfico de “negros da terra” e a procura e exploração de metais preciosos, é somente após a descoberta de significativos veios auríferos nas regiões próximas ao rio Cuiabá, que se espacializaram, de forma estável e interligada, ambientes coloniais fixos.

Antes da exploração aurífera de forma sistemática, já se reproduziam, ainda que de forma embrionária, atividades produtivas que visavam o abastecimento. Quando se inicia a exploração de forma ordenada nas minas do rio Coxipó-Mirim, em 1718, percebe-se, por meio da documentação, que simultaneamente à atividade mineradora, expandem-se atividades agrícolas⁶⁹. Mesmo que os indícios apontem para formação de ambientes rurais fixos desde pelo menos 1718, muitos autores construíram suas análises tendo como pressuposto o caráter improvisado e inconstante dos ambientes rurais.

Estes pressupostos estão ancorados em uma tradição historiográfica que remete, entre outros autores, a Sérgio Buarque de Holanda. Este afirmou que “os benefícios mais seguros, embora também mais trabalhosos da lavoura, foram logo abandonados pelos do reluzente metal das minas”⁷⁰. O autor chega a dizer que “os primeiros moradores do arraial cuiabano tiveram uma existência comparável à dos índios coletores e caçadores, existência que só se concilia com um modo de vida andejo e inconstante”⁷¹. Mas esta tradição tem outras raízes, das quais destacamos: os “Anais de Mato Grosso” de Henrique Beaurepaire-Rohan⁷², escrito em meados do século XIX. Tendo como base relatos de cronistas e documentos do Conselho Ultramarino, este autor afirma que,

Era tal o afã com que os primeiros colonos se entregavam aos trabalhos nas lavras, que nem sequer tratavam de prover aos meios de subsistência. A lavoura desprezada

⁶⁹ SÁ, José Barboza de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretaria de Educação e Cultura, 1975 p. 11.

⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 138.

⁷¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. cit.*, p. 149.

⁷² BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. *Anais de Mato Grosso*. Publicações Avulsas nº 20. Cuiabá: IHGMT, 2001.

e as poucas plantações que haviam pereciam já por falta de trato, já pelo rigor das estações. Nem lançaram mão da pesca, sendo aliás tão piscoso o rio⁷³.

Argumento análogo ao do engenheiro militar carioca, Beaurepaire-Rohan, foi o exposto, por volta da década de 30 do século XX, por Washington Luís para explicar o não desenvolvimento da agricultura,

A agricultura, tarda na retribuição ao trabalho, não se compactua com o desejo febril de enriquecer rapidamente; definhava, estiolava-se, e recebia golpe de morte com a descoberta das minas de ouro, que excessivamente remuneradora, apesar dos quintos, absorviam a atividade de todos. O ouro era a única mercadoria de exportação; tudo o mais era importado do reino. O comércio local era mais que insignificante⁷⁴.

Nos mesmos documentos que estes autores utilizaram encontramos indícios para contrapor suas afirmações. Seguindo a crônica de Barbosa de Sá, por exemplo, percebemos que concomitantemente aos descobertos, os sertanistas “trataram logo de fabricar casas e lavouras pelas margens dos rios Cuiabá e Coxipó; extinguindo uma aldeia de gentio que se achava no lugar chamado hoje porto do Borralho”⁷⁵. Ocorreram, a partir de então, vários outros descobertos, o principal deles, no córrego Prainha, afluente do rio Cuiabá,

No mês de outubro deste ano (1722) fez Miguel Sutil, natural de Sorocaba viagem pra uma roça que tinha principiado na borda do Cuiabá. Lugar onde depois foi sítio de Manoel dos Santos Ferreira; chegando plantou o seu roçado e mandou dois carijós ao mel (...) ⁷⁶.

Analizando este trecho da narrativa percebemos indícios da expansão de atividades rurais ao longo das margens do rio Cuiabá e a exploração de atividades complementares como a extração de mel⁷⁷. Do local onde se formaram as roças, nos descobertos do Coxipó, até o córrego do Prainha levava-se por volta de 18 a 20 dias de viagem pelo rio Cuiabá⁷⁸.

Além do relato de Barbosa de Sá, as cartas de sesmarias também fornecem indícios sobre a formação de ambientes rurais nos primeiros anos de conquista portuguesa no centro da América do Sul. Em muitas das cartas de sesmarias, concedidas partir de 1726, as autoridades foram informadas que os requerentes já ocupavam as terras há alguns anos além

⁷³ BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. *Op. cit.*, p. 17.

⁷⁴ LUIS, Washington. *Capitania de São Paulo*. Governo de Rodrigo César de Meneses. 2ª. Edição. Rio de Janeiro/São Paulo/Recife/Porto Alegre: Cia. Ed. Nacional, 1938, p. 22.

⁷⁵ SÁ, José Barboza de. *Op. cit.*, p. 11. Apesar de evidente nas citações, nunca é demais lembrar que a colonização foi um processo de desterritorialização de milhares de ameríndios para a formação de uma minúscula sociedade colonial portuguesa no centro da América do Sul.

⁷⁶ SÁ, José Barboza de. *Op. cit.*, p. 14.

⁷⁷ Nos documentos percebemos que o mel era ingrediente de vários remédios e bebidas.

⁷⁸ AUTO SUMÁRIO, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-04-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 84, (AHU) – NDIHR/UFMT.

de citar vizinhos, não requerentes, que também possuíam roças e criações⁷⁹. O quadro abaixo com a relação das sesmarias concedidas por Rodrigo César de Meneses possibilita a percepção dos locais onde espacializavam-se as atividades rurais.

QUADRO 1

Sesmarias concedidas por Rodrigo César de Meneses no termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

Sesmarias	Proprietários	Datas	Livro	Folha
Aricás (Cuyabá)	Angelo Fonseca Leitão	8/1/1727	02	108
Cuyabá Minas	Tte. Cel. Antônio de Almd ^a . Lara	25/6/1726	02	76
Chapada (Cuyabá)	Ant. ^o Álvares Lanhas Peixoto	27/11/1726	02	165
Rio Cuyabá-abaixo	Antônio Borralho de Almeida	3/4/1727	02	121
Cuyabá (nova)	Antônio João Medeiros	24/1/1727	02	112
Arapares Ribeirão	Antônio Silva Oliveira	29/1/1727	02	112
Camapuam	Bento Veloso	26/5/1728	02	143
Cuyabá-acima	Caetano Machado Gouvea	17/4/1727	02	123
Rio Taquary	Domingos Gomes Belliango	31/12/1727	02	133
Rio Cuyabá	Domingos Leme da Silva	6/3/1727	02	117
Coxipó Assu	Francisco Pereira Gomes	4/4/1727	02	124
Rio Coxipó	Francisco Pereira Barreto	5/12/1726	02	103
Chapada Cuyabá	Gervásio Leite Rebello	9/12/1726	02	104
Coxipó Assu	João Alves Gusmão	9/6/1727	02	127
Taquary Mirim	João Araújo Cabral	4/3/1727	02	118
Taquary Sertão	João Araújo Cabral	7/3/1727	02	118
Coxipó-Assu	Pe. José de Barros Penteado	30/6/1727	02	128
Coxipó-Assu	Pe. José de Barros Penteado	6/2/1727	02	114
Cuyabá Rio -abaixo	José Moraes Brito	11/9/1727	02	129
Coxipó-Assu	José Paes Falcão	5/3/1727	02	117
Rio Coxipó	José Paes Falcão	1/2/1728	02	135
Rio Coxipó	Lucas de Barros Paiva	27/5/1727	02	125
Queimados (Cuyabá)	Luiz Castanho de Almeida	23/1/1727	02	111
Taquary Barra	Luiz Rodrigues Villares	12/8/1727	02	138
Camapuam Barra	Luiz Rodrigues Villares	30/1/1728	02	137
Rio Cuyabá	Martinho D. de Camargo	20/3/1727	02	120
Rio Cuyabá	Miguel A. Sobral	7/2/1727	02	115
Rio Taquary	Manoel Góes Prado	4/4/1727	02	122
Queimados	Manuel Moraes Navarro	23/1/1727	02	111
Ribeirão Grande (Cuiabá)	Manoel Silva Oliveira	7/2/1727	02	114
Camapuam Guassu	Manoel Velloso	26/5/1728	02	143
Rio Cuyabá-acima	Manoel Vicente Neves	23/3/1727	02	120
Rio Coxipó	Pedro de Mello e Souza	5/6/1727	02	126
Rio Cuyabá-acima	Pedro Rodrigues Torres	23/3/1727	02	120
Chapada Cuyabá	Plácido de Moraes	12/12/1726	02	104
Rio Cuyabá-acima	Raymundo Leitão Manso	8/5/1727	02	125
Rio Coxipó	Thomé Lara Falcão	1/2/1728	02	135
Rio Cuyabá-acima	Pe. Vicente Rodrigues Oliveira	11/1/1727	02	109

Obs.: A sesmaria concedida da Gervásio Leite Rebello foi declarada sem efeito.

Fonte: CANAVARROS, Otávio. Op. cit., p. 93-94.

⁷⁹ Por exemplo, o pedido de Ângelo da Fonseca Leitão, que ao requisitar sesmarias na margem do rio Cuiabá, em 1726, argumenta que é morador do lugar há seis anos e cita dois vizinhos, Paulo da Costa e Bento do Rego como “antigos moradores”. CARTA DE SESMARIAS concedida a Ângelo da Fonseca Leitão; Cuiabá, 08-01-1727; AESP-Sesmarias-1720/1736 – V.III. São Paulo, 1937 apud SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá abaixo*. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1 1997, p. 12-14.

As unidades produtivas multiplicaram-se na região das “minas do Cuiabá”, à beira dos rios (principalmente do Cuiabá) abastecendo os arraiais e povoados e um considerável fluxo de pessoas atraídas pelos descobertos de ouro e por oportunidades de explorar atividades comerciais e produtivas⁸⁰. Ao norte, “rio Cuiabá acima”, em direção à Chapada também percebemos a espacialização de ambientes rurais.

Muitas unidades produtivas eram descritas como “roças”. Apesar do termo “roças” aparentemente fazer referência à agricultura, nestas unidades produtivas desenvolvia-se uma série de atividades. Além do plantio, principalmente de milho e de feijão, também havia criações de pequenos animais como galinhas, porcos e carneiros, e eventualmente, cabeças de gado; praticando ainda a caça, a pesca e outras atividades extrativistas. Esta, inclusive, foi uma das razões por optarmos pelo termo “ruralidade”, e não atividades agrícolas ou agropastoris, para caracterizar as práticas de reprodução social no meio rural.

Na margem direita do descobrimento do Prainha começou a ser edificado em 1722 o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. A partir de então, percebemos, pela documentação sobre este arraial que aos poucos se delineou de forma mais concreta uma efetiva fronteira entre o urbano e o rural.

Além dos interesses dos colonos, também havia, desde 1718, a intenção formal, do Conselho Ultramarino, em fundar colônia nas Minas do Cuiabá⁸¹. Ainda segundo Carlos Rosa “em fins de 1721 o bispo do Rio nomeou Vigário da Vara (juiz eclesiástico) para Cuiabá. Em 1723 criou *freguesia* ou comarca eclesiástica no Cuiabá, sediada na Igreja Bom Jesus, elevada a Matriz. Em junho o rei mandou ‘fundar vila no Cuiabá’⁸².

A ordem real de “fundar vila” só foi cumprida em 1727, com a vinda à Cuiabá, do governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. Gervásio Leite Rebelo, secretário do governador de São Paulo, construiu um relato sobre a viagem que, juntamente com o governador e mais uma comitiva com cerca de 3000 pessoas, percorreu de São Paulo às “minas do Cuiabá”. Outro relato que analisaremos foi escrito por Cabral Camelo⁸³ que veio a

⁸⁰ PARECER de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732. mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT. CAMELO, João Cabral. Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o Capitão João Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961 p. 135-139.

⁸¹ ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*. Vida urbana em Mato-Grosso no século XVIII: 1722-1808. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1996, p. 65.

⁸² ROSA, Carlos Alberto. “O urbano colonial na terra da conquista” in ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003 p. 15.

⁸³ CAMELO, João Cabral. “Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do

Cuiabá no ano seguinte. A partir da análise destes relatos e de outros documentos, percebemos que no caminho fluvial as espacialidades rurais que abasteciam as monções ampliavam-se ao longo do tempo.

No varadouro de Camapuã, Camelo aponta que havia “duas roças povoadas” e acrescenta,

Esses dois pobres roceiros vivem como em um presídio, com suas armas sempre nas mãos; para irem buscar água, não obstante o terem-na por perto, vão sempre com guardas: no roçar, plantar e colher os mantimentos levam sempre todas as armas, e enquanto vigiam uns trabalham outros, mas sempre com espingardas à mão; e nem com toda esta cautela se livram de que em várias ocasiões lhes tenham os Caiapós morto a alguns: colhem contudo bastante milho e feijão, e o vendem muito bem; quando eu fui venderam a dezesseis e dezoito oitavas o milho; o feijão a vinte; e as galinhas porcos e cabras, como quiseram. A roça de cima tem já canavial e bananal, e está cercada toda de boa estacada (...) ⁸⁴.

Qualquer documento, e mais especificamente os relatos, devem ser analisados levando em conta uma série de aspectos. Neste relato há elementos narrativos que estão ligados a um conjunto de “representações” que influem de forma determinante na construção do relato. No entanto, como aponta Carlo Ginzburg, os elementos narrativos são indissociáveis dos indícios, sinais, que os documentos deixam sobre o passado. Não lemos o relato de Camelo como testemunho fiel, ou como afirma Ginzburg, “como janelas escancaradas”, mas também, não podemos admitir que a percepção da dimensão narrativa implique em ler os documentos como “muros que obstruem a visão”. Os documentos podem ser analisados como “espelhos deformantes” ⁸⁵.

A territorialização portuguesa no varadouro de Camapuã significou a desterritorialização dos índios Caiapó de parte do seu extenso território, o que fica bastante evidente tanto na documentação quanto na cartografia da época. O fato de Camelo fazer referência a “dois pobres roceiros” que vivem em Camapuã, não deve nos levar a conclusões precipitadas sobre as características das paisagens rurais do varadouro. As roças de Camapuã contavam com a presença de trabalhadores escravos. Não temos uma estimativa do número, mas em 1728 um documento aponta que em “Camapuã como no caminho dos Goiazes, nestes

Cuiabá no ano de 1727” in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

⁸⁴ CAMELO, Cabral Camelo. *Op. cit.*, p. 134.

⁸⁵ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 45. “A idéia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece (...) rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-los a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo Mas a construção, (...), não é incompatível com a prova; a projeção de desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível”.

poucos anos passados, tem feito os ditos gentios (Caiapó) muitos danos e hostilidades, porque só aos roceiros tem morto quarenta escravos”⁸⁶.

Apesar de o documento apontar a morte de “escravos” não sabemos se tratavam-se apenas de escravos de origem africana pois no mesmo documento fica evidente o costume de tomar os índios como escravos⁸⁷. Fica claro, por outro lado, a marcante presença de escravos africanos, sendo inclusive estes que carregavam em fileira as cargas e empurravam os carros onde se transportavam as canoas que eram atravessadas de um lado a outro do varadouro, em um percurso que durava de quinze a vinte dias⁸⁸. Além do trabalho escravo, a observação de Camelo de se tratarem de “duas roças povoadas” é sinal de que além dos dois “roceiros” e de escravos também outras famílias habitavam o varadouro de Camapuã.

Seguindo o relato de Camelo há evidências de que na medida em que este se aproxima da região das “minas do Cuiabá” havia uma maior densidade de ambientes coloniais, o que pode ser percebido inclusive pelos elementos narrativos do relato de Camelo. Ao entrar no rio Taquari

(...). Abaixo das itaipavas há duas roças, que se lançaram no ano em que eu passeis aquelas minas; mas como até aqui chegam os Caiapós, não foram de muita dura: pelo Taquari abaixo se gastam dez ou onze dias, tem vários sangradouros, que formam grandes lagoas no *Pantanal*. *Pantanal* chamam os Cuiabanos a umas vargens muito dilatadas, que começando no meio do Taquari, vão acabar quase junto ao mesmo Rio Cuiabá. Este Rio Taquari até o meio tem alguns matos, o mais tudo são campos; dizem que de uma e outra parte há gentios; mas supõe-se que são restos de algumas nações que os sertanistas conquistaram. Deste vi só três bugres, que traziam em sua companhia um Sargento-mor Paulista e eram agigantados⁸⁹.

Este trecho do relato, ou da narrativa de Camelo, é repleto de elementos que nos fornecem aspectos significativos da forma como este percebia o espaço e construía sua escrita sobre ele. Ao lado de outras narrativas, as “notícias” de Camelo fazem parte de uma “narrativa maior” sobre a conquista portuguesa dos territórios ameríndios no centro da América do Sul. Correndo o risco da simplificação, conseqüente de qualquer generalização, poderíamos inclusive afirmar que estas narrativas em conjunto compuseram uma epopéia da conquista dos colonizadores (“cristãos”, “civilizados”) sobre os índios (“selvagens”, “bravios”, “gentílicos”) e o ambiente (“sertão”), e são vários os aspectos da documentação que nos levam nesta direção.

⁸⁶ CARTA do rei D. João V ao governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Lisboa, 08-10-1730. Registro de Cartas Expedidas Livro C 001, APMT.

⁸⁷ CARTA do rei D. João V ao governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Lisboa, 08-10-1730. *Op. cit.*,

⁸⁸ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 134.

⁸⁹ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 135.

Dando sequência à análise dos aspectos narrativos, no começo da citação a referência aos Caiapó como motivo para que as lavouras não tivessem um bom desenvolvimento, marca o conflito entre o tempo da sociedade colonial e o tempo da sociedade ameríndia. O posicionamento do autor é claro no sentido de mostrar como o tempo do colonizador se impõe e se torna legítimo por meio da luta dos colonizadores para vencer as adversidades do meio natural e dos índios. Enquanto a população colonial aparece como parte de um processo de expansão os índios aparecem como “restos de algumas nações”. Mas estes elementos narrativos não são (ou não são apenas) recursos literários de Camelo. O processo de colonização destruiu aldeias inteiras, escravizou homens, mulheres e crianças, ameríndios e africanos, impôs o seu tempo sobre as diferentes temporalidades. As reflexões de Roger Chartier sobre as relações entre práticas e representações apontam para a impossibilidade de dissociar as práticas discursivas das demais práticas sociais,

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como são as categorias intelectuais e psicológicas; todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações supostas como o refletindo ou dele se desviando⁹⁰.

Apesar de nossa pesquisa não estar inscrita no campo da história cultural, a análise de Chartier nos permite rechaçar de uma vez só, duas posições antagônicas sobre a análise documental: que os documentos fornecem dados objetivos e inequívocos sobre o “real” e que os escritos sobre o passado expõem apenas a “visão de mundo de seus autores”, sendo esta inscrita na subjetividade das categorias intelectuais, não tendo relações com as práticas sociais. Aliás, fica evidente no relato de Camelo a impossibilidade em dissociar as representações das espacializações. O topônimo “Pantanal” merece atenção, pois mostra como em suas narrativas os colonos luso-americanos “parecem ignorar a tradição precedente tão imbricada no imaginário ocidental, pelas narrativas espanholas e pelas cartas geográficas universais. Nos seus caminhos nomeiam uma nova geografia”⁹¹. Esta região descrita por Camelo, reconhecida pelos “cuiabanos” como Pantanal, era denominada pelos colonizadores espanhóis do século XVI como mar, lagoa ou terra de Xarayes⁹².

Mesmo admitindo que o relato de Camelo tenha um conteúdo muito rico para uma “fenomenologia do espaço”, não podemos deixar de considerar que o autor do relato não

⁹⁰ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre prática e representações*. Ed. Difel: Lisboa, 1990, p. 27.

⁹¹ COSTA, Maria de Fátima, *Op. cit.*, p. 171.

⁹² BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972, p. 25.

escreveu suas “notícias” em um gabinete. Camelo percorreu caminhos, viu, presenciou, sentiu e relatou. Seria ingenuidade afirmar que seu relato é uma descrição objetiva, mas não podemos fechar os olhos para o fato de que há aspectos do relato de Camelo que escapam do campo das construções literárias. A autora já citada, Maria de Fátima Costa, aponta que “os escritos monçoeiros tem um sentido de relato prático, quase didático, nos quais se procura ensinar a outros viajantes como vencer as agruras do difícil percurso fluvial”⁹³. No relato de Camelo encontramos sinais, indícios, evidências da existência de espacialidades rurais e das características destas espacialidades. Ainda no “Pantanal”, mas agora na passagem pelo rio dos Porrudos (São Lourenço), João Cabral Camelo relata,

Este rio dos Porrudos não cede ao Paraguai na abundância de peixe, porque tem muito e bom, e de toda a casta e também muito abundante de caça, e nele não faltam onças, que têm feito algumas mortes. Vê-se ainda neste um formoso bananal, que foi do gentio que lhe deu o nome, e de onde também foram as primeiras bananeiras para o Cuiabá⁹⁴.

Insistimos, analisando este trecho, que é impossível dissociar os elementos narrativos dos indícios e da materialidade das espacializações. Em quatro palavras “que foi do gentio” conseguimos perceber ao mesmo tempo a percepção do conquistador de que instaura no passado o domínio (e não a presença) ameríndia na região como também a espacialização desta concepção na invasão e subjugação de povos ameríndios. Não há neste sentido hierarquia entre o que se pode chamar de representações e práticas, mas, assim como já vimos, uma articulação entre práticas, representações e apropriações⁹⁵.

Feitas estas considerações, voltemos ao relato de Camelo. Chegando ao rio que emprestara seu nome à Vila Real, Camelo descreve

Da barra deste rio serão vinte ou vinte dois dias de viagem. Ao quarto ou quinto dia se chega ao Arraial Velho, ou registro, que vem a ser uma roça com muito bom bananal: dia e meio acima desta roça está outra também povoada, e desta até os Morrinhos, que serão sete ou oito dias de viagem, a outras duas que dão bastante milho e feijão; porém, dos Morrinhos até a vila, que são seis ou sete dias, quase todo este rio esta cercado de roças e fazendas, como também quatro ou cinco acima da mesma vila, e em todas se plantam milho e feijão, em dois meses do ano março e setembro; dão também excelentes mandiocas, de que se faz farinha; há nelas muitas e melhores bananas que as destas minas, e as suas bananas são mais suaves e de melhor gosto: tem já muitas melancias, e quase todo o ano, só os melões não produzem em tanta abundância; as batatas são singulares e não menos o são os fumos para o tabaco e pito⁹⁶.

⁹³ COSTA, Maria de Fátima, *Op. cit.*, p. 171.

⁹⁴ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 138.

⁹⁵ Esta breve reflexão metodológica em meio à análise documental pode parecer descabida, mas é resultado das inquietações e angústias que tem implicações na análise e que, portanto, devem ser expostas.

⁹⁶ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 138-139.

Camelo aponta que as roças eram plantadas duas vezes ao ano, março e setembro, o que era possível graças à possibilidade de ocupar grandes áreas para o plantio, pois era necessário um conjunto de ambientes com características diferenciadas. Devemos lembrar que nesta época em Mato Grosso, assim como em todas as áreas de floresta tropical do mundo, o plantio de muitos gêneros era feito por meio de roças coivaras, que devido à abundância da terra e a pouca fertilidade dos solos necessitavam de longos pousios, exceto nas roças de beira rio, onde uma vez desmatada a margem, as águas encarregavam-se de renovar anualmente a fertilidade do solo.

Este plantio em março dava-se justamente à beira dos rios, aproveitando o adubo natural deixado pelas águas da vazante. A plantação em setembro, logo nas primeiras chuvas, era feita em partes mais altas, para que, quando o milho e o feijão estiverem prontos para serem colhidos, por volta de fevereiro, não estejam sob as águas. Portanto além de estar estrategicamente na rota das embarcações a ocupação das beiras dos rios justifica-se pela fertilidade dos solos e pela possibilidade de plantio em épocas diferenciadas.

Além das águas dos rios e dos córregos também as chuvas eram fundamentais para as atividades agrícolas. Em uma agricultura como a praticada neste período a regularidade destes ciclos entre cheias e vazantes era fundamental. Uma não continuidade das chuvas a partir de setembro obrigaria o replantio das roças⁹⁷.

Camelo faz referências ao “Arraial Velho, ou registro”. Localizando-o cerca de cinco a seis dias de viagem pelo rio Cuiabá, onde também havia o “porto do Borracho”. Era um local importante para os sertanistas abastecerem-se para o restante da viagem, mas também era o local do “registro”, ou seja, era onde os homens e mulheres que faziam parte das tropas, pagavam tributos sobre os valores, pesos e medidas de suas cargas e escravos. Os Morrinhos, provavelmente fazem referência de onde atualmente localiza-se a cidade de Barão de Melgaço, no rio Cuiabá abaixo, também era outro importante local de abastecimento.

Camelo diferencia “roças e fazendas”. Apesar de esta diferenciação estar presente tanto na documentação oficial quanto nos relatos, muitas vezes é difícil diferenciar e caracterizar as “roças” e as “fazendas”. Os termos “roça” e “roceiro” de uma forma geral caracterizam ambientes rurais de pequena produção encabeçados por livres pobres. Já vimos, no entanto, que apesar da produção do varadouro de Camapuã ser marcadamente escravista, a forma de espacialização e os senhores destes escravos são descritos por Camelo como “roças”

⁹⁷ REBELO, Gervásio Leite. *Op. cit.*, p. 129.

e “roceiros”. Há outras referências que caracterizam o ambiente rural de Camapuã como uma fazenda que pertencente a dois sócios⁹⁸.

Não percebemos o contrário, ou seja, não há referências de fazendas de pequenos produtores não escravistas. Apesar destas ponderações acerca dos limites de uma caracterização precisa de roças e fazendas, acreditamos ser válida a percepção de uma e outra como ambientes rurais distintos. Diferenciação esta que se constitui em instrumento analítico para a análise das relações entre a produção escravista em larga escala e a produção rural dos livres pobres (que poderiam eventualmente utilizar o trabalho escravo em uma escala menor)⁹⁹.

Segundo Camelo, os principais produtos agrícolas eram o milho e o feijão, mas além destes, mandioca, banana, melancia, batata, melão e fumo. Entre estes podemos destacar o fumo como um produto que ao lado da produção de aguardente, que veremos adiante, alargava as potencialidades do comércio, já que se tratavam de mercadorias de grande circulação não só na América, mas no Império português como um todo. A pesca era uma atividade desenvolvida desde o princípio da colonização, reproduzindo práticas portuguesas de longa duração. O peixe, fresco ou salgado, era mercadoria no mercado local¹⁰⁰.

Um produto que é revelador de características destes ambientes rurais no “oeste do Império Ocidental Português” é a mandioca. Curiosamente Gervásio Rebelo não cita a farinha de mandioca entre as mercadorias vendidas no caminho fluvial e no arraial do Senhor Bom Jesus. Apesar da aparente banalidade da questão, o fato de ignorar-se que a farinha de mandioca foi importante elemento da produção local teve implicações sobre a análise da formação de ambientes rurais no centro da América do Sul. Segundo Sérgio Buarque de Holanda,

Em Cuiabá, durante a visita do governador Rodrigo Cezar de Menezes, (...), a farinha de mandioca não é sequer mencionada (...), no rol dos gêneros que de ordinário se consumiam. Destes o principal era, sem dúvida, o milho. (...) (...) A principal contribuição do milho para a dieta dos paulistas provinha, (...) dos grãos amadurecidos. Neste caso cabe lugar de realce à farinha de milho (...) que nas minas era o verdadeiro pão da terra, e em todo o planalto substituída geralmente a mandioca, usual no resto do Brasil. A outra explicação, todavia, e penso que decisiva da preferência dada ao milho sobre a mandioca há de relacionar-se com a própria mobilidade que, por longo tempo, distinguiu a gente do planalto (...), O milho além de poder ser transportado a distâncias consideráveis em grãos, que tomavam pouco espaço para o transporte, oferecia a vantagem de começar a produzir cinco e seis meses ou menos¹⁰¹.

⁹⁸ TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Tomo III. Relatos Monçoeiros. São Paulo: 2ª Edição. Ed. Melhoramentos, 1923.

⁹⁹ Discutiremos esta questão de forma aprofundada no capítulo IV.

¹⁰⁰ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 139.

¹⁰¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. cit.*, p. 186.

Sem dúvida as evidências documentais apontam que o milho era um dos principais elementos da dieta nas “minas do Cuiabá” e não só servia de alimento, com múltiplas derivações, para os homens e mulheres que viviam na região, como também era o principal alimento dos animais domésticos. A associação direta do milho com a mobilidade social, no entanto, é perigosa e leva a grandes equívocos.

Primeiramente, assim como mostra Camelo, havia plantações de mandioca, e finalmente, e o mais importante, é que mesmo que houvesse uma parte da população colonial que transitasse continuamente entre diferentes áreas de exploração aurífera, desenvolvendo práticas sertanistas, havia uma fixidez do meio rural que, inclusive, dava suporte a esta mobilidade.

Apesar da fixidez, a produção do meio rural sofria “nas minas do Cuiabá”, assim como toda a agricultura praticada naquele momento, com os períodos de seca. Em 1727 a região passava por um período difícil com a falta de chuvas que prejudicavam não só as atividades rurais, como também a mineração e inflacionava os preços¹⁰². Além da estiagem havia também “pragas”. Segundo José Barbosa de Sá

Crescia o milho que se plantava na terra e antes de nascer o comiam os ratos depois de nascido o que escapava dos ratos o destruíam os gafanhotos o que chegava a espigar brotava o sabugo sem grão e algum que granava o comiam os pássaros que era necessário colhe-lo verde: o que acontecia aos feijões e a tudo o mais que se plantava na terra¹⁰³.

Excetuando-se a possibilidade de Cuiabá e seu termo terem sido abatidos pelas bíblicas pragas do Egito, o relato de Barboza de Sá é bastante figurativo. As observações deste cronista são referências de quase todos os trabalhos que tratam do período em Mato Grosso. As maiores dos autores que utilizaram passagens das crônicas de Barboza de Sá utilizaram-nas como dado objetivo para apresentar aspectos sociais e econômicos das primeiras décadas da colonização portuguesa em Mato Grosso¹⁰⁴. As idéias reproduzidas por Barbosa de Sá neste trecho remetem a um conjunto de representações bastante amplo e que tinham o objetivo de evidenciar, no limite, as dificuldades e o “sofrimento” dos colonos. Mas outros trechos do mesmo documento, e a relação deste com outros, oferecem outros indícios.

¹⁰² REBELO, Gervásio Leite. *Op. cit.* 129. CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 03-1727; mss., microfilme Rolo 01, doc. 10, (AHU)-DIHR/UFMT.

¹⁰³ SÁ, José Barbosa de. *Op. cit.*, 18.

¹⁰⁴ ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 165. PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979, p. 87. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. cit.* p. 144.

O destaque que Barbosa de Sá atribui às pragas, à fome e às doenças estava profundamente ligado com aspectos negativos que este atribui ao período em que Rodrigo César de Meneses esteve em Cuiabá, período em que foi fundada a Vila Real e a cobrança de tributos, que já existia, foi intensificada. De acordo com Sá, logo após a partida do capitão-general em 1728, “melhorou tudo, cessaram as excomunhões execuções, lágrimas e gemidos, pragas, fomes, enredos e mecillanias (sic) apareceu logo ouro produziram os mantimentos melhoraram os enfermos”¹⁰⁵.

Ora, ao ler este trecho fica claro que o texto de Sá, como qualquer outro, não pode ser lido sem muito cuidado, o que não anula sua importância, pelo contrário, possibilita perceber como as relações de poder perpassam a documentação do período e constroem imagens heterogêneas sobre os espaços. O fato de Barbosa de Sá associar o período de melhorias nas atividades produtivas e também de bem estar com a saída da Rodrigo César de Meneses, não pode nos levar a ignorar seu valor como indício, pois outras evidências documentais apontam que entre 1728 e 1730 encerrou-se o período de secas¹⁰⁶.

Voltando às pragas, outro trecho do relato de Barbosa de Sá sugere que estas, embora dificultassem e diminuíssem a produtividade agrícola, eram combatidas pelos colonos. Segundo Sá, “os ratos eram tantos que se não podia deles livrar coisa alguma (...) trouxeram de povoado (São Paulo) um casal de gatos vendeu-os o dono por uma libra de ouro (...), logo houve tantos que perderam o valor”¹⁰⁷.

Ao leste da Vila Real, nas espacialidades rurais no rio São Lourenço, as roças invadiam cada vez mais as margens dos rios em territórios dos índios Bororo. Ao norte em território Pareci, os colonos avançavam em direção à Chapada (atual Chapada dos Guimarães) onde se reproduziram, especialmente, lavouras de cana-de-açúcar. Além de invadir os territórios ameríndios para reproduzirem atividades rurais, o aprisionamento/venda de índios era uma lucrativa atividade econômica. Com a intensificação do processo de colonização esta atividade não perdeu força, pelo contrário. Entre as nações ameríndias que sofreram a violenta ação dos colonos, uma das mais “caçadas” foram os Pareci. Mas não é o fato destes serem alvos deste tipo de ação que confere aos Pareci singularidade entre os demais povos ameríndios. Assim Cabral Camelo relata sobre estes,

¹⁰⁵ SÁ, José Barbosa de. *Op. cit.*, 25. Além desta passagem há outras bastantes curiosas que mostram o quanto SÁ utiliza-se de recursos discursivos que exploram de forma positiva ou negativa a relação entre ações humanas e respostas divinas, algumas passagens chegam a ser verdadeiras fábulas.

¹⁰⁶ CARTA-RELATÓRIO de Rodrigo César de Menezes; Cuiabá, 28-04-1728 apud Otávio Canavarros. *O poder metropolitano em Cuiabá (...) Op. cit.*, p. 157.

¹⁰⁷ SÁ, José Barbosa de. *Op. cit.*, 18.0

E gentio este (Pareci) que não faz mal a ninguém; são fracos e inábeis para a guerra, mas nem por isso deixam de ser engenhosos, e de rara habilidade para o mais: as fêmeas são como nossas bastardas, e boas para servirem uma casa com limpeza¹⁰⁸.

Muito mais do que descrever como estes índios se organizavam socialmente, o relato de Camelo permite ver a forma que os colonos valorizavam os Pareci como uma mão-de-obra diferenciada dos demais índios. Contudo as imagens construídas sobre os Pareci não são homogêneas. O ouvidor de Cuiabá escreve ao rei em 1731 queixando-se das mortes que os Pareci, segundo ele, antropófagos, estariam causando aos colonos¹⁰⁹. No entanto, prevaleceram, ao longo do tempo, as referências aos Pareci como “índios pacíficos”¹¹⁰.

A relação dos colonos com os Pareci não foram pautadas apenas pelas práticas de aprisionamento. Os mesmos fatores que motivavam os colonos a invadir os territórios Pareci, também serviram de justificativa para as autoridades estabelecerem outras relações com estes ameríndios. Em 1732, Rodrigo César de Meneses escreve ao rei sobre os Pareci,

Este habita ao norte da nossa povoação em grande distância, com estabelecimento de aldeias e lavouras para se sustentarem (...) é gentio muito pacífico e fácil de se domesticar (...) E por esta razão alguns sertanistas os vão buscar e trazem por força, e indústrias de suas aldeias, o que se lhes deve mandar proibir sob graves penas (...) se deve esperar que ordene aos religiosos daquele Estado que mandem missionários¹¹¹.

Para os planos geopolíticos portugueses, a introdução de ameríndios na sociedade colonial, pelo batismo, e da inserção destes nesta sociedade como súditos do rei português era parte do que, curiosamente, se convencionou chamar de “política de povoamento”, o que na verdade se constituiu em política de colonização, já que a densidade demográfica, se levarmos em conta as sociedades indígenas (maioria absoluta da população) diminuiu consideravelmente nas áreas colonizadas.

São vários os documentos que apontam na direção de tentar coibir que os sertanistas continuassem escravizando os Pareci. O juiz ordinário de Cuiabá acusa, em 1732, os

¹⁰⁸ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 137.

¹⁰⁹ CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-04-1731. mss., microfilme Rolo 01, doc. 52, (AHU) – NDIHR/UFMT.

¹¹⁰ Sobre a relação entre colonos e índios Pareci, e particularmente a construção da imagem de “índios pacíficos” ver CANOVA, Loiva. “Imagens dos índios Paresi no espelho do colonizador (1719-1757)”. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras, v. 6, nº 1 jan/jun, 2005, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2005. Também o artigo, CANOVA, Loiva. Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757). Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2003.

¹¹¹ REPRESENTAÇÃO de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732; mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

sertanistas de prender ameríndios Pareci e vendê-los como “cativos”¹¹². O Conselho Ultramarino em 1734 condena o aprisionamento dos Pareci e, seguindo o parecer de Rodrigo César de Meneses, recomenda o envio de missionários¹¹³.

É possível inferir, analisando estes documentos, que as tentativas de coibir a ação dos colonos não tiveram êxito. O fato é que os Pareci foram explorados pelos colonos que praticavam o lucrativo “comércio de gentios” assim como incorporaram-se e foram incorporados de outras formas à sociedade colonial. O Conselho Ultramarino é informado sobre a presença de ameríndios Pareci em São Paulo. E também é notório que os índios Pareci, pelo menos aqueles que habitavam “ao norte da Vila Real”, passaram a integrar ambientes coloniais, urbanos e rurais, nestes últimos praticando a agricultura e a pesca e salga de peixes¹¹⁴.

A formação de ambientes rurais no centro da América do Sul, nas primeiras décadas de colonização portuguesa, engendrou ambientes rurais diversos, tanto do ponto de vista das paisagens rurais quanto da diversidade de agentes sociais que encontraram nestas atividades possibilidades de reprodução social e econômica. A expansão das conquistas e a consolidação da posição portuguesa iriam cada vez mais inserir esta “ruralidade” no âmbito da América lusitana e do império português como um todo, articulando-se, por exemplo, a geografia política da Coroa em relação aos seus territórios ultramarinos.

¹¹² CARTA do Juiz ordinário da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 06-1732 mss., microfilme Rolo 01, doc. 57, (AHU) – NDIHR/UFMT.

¹¹³ CONSULTA do Conselho Ultramarino; Lisboa 18-11-1734. mss., microfilme Rolo 01, doc. 70, (AHU) – NDIHR/UFMT. No entanto, é somente cerca de 15 anos depois que o poder eclesiástico “pede licença” para fundar missão entre os Pareci, no rio Aporé, já nas “minas do Mato Grosso”. 320. REQUERIMENTO do padre José dos Anjos (religioso da reforma de São Francisco) ao rei [D. João V]. Rio de Janeiro, s/data (ant. 29-04-1750). mss., microfilme Rolo 05, doc. 310, (AHU) – NDIHR/UFMT.

¹¹⁴ REPRESENTAÇÃO de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732; mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT. SÁ, José Barbosa de. *Op. cit.*, p. 18. ROSA, Carlos. O urbano colonial na terra da conquista. *Op. cit.*, p. 23.

Expansão das conquistas portuguesas e a reprodução da ruralidade

Com aquele empenho com que os naturais de serra acima, chamados os paulistas, por ter sua capital cidade de São Paulo, costumavam curvar os sertões à conquista do gentio, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do ouro, por cujo respeito se foram descobrindo e habitando os sertões interiores deste Brasil, e daí seguiram os descobrimentos das minas (do Mato Grosso)

Anais de Vila Bela, ano de 1734¹¹⁵.

No capítulo anterior vimos que a produção rural da região das “minas do Cuiabá” não servia apenas para a subsistência dos colonos. Tanto as pequenas quanto nas grandes unidades produtivas tinham parte de seus produtos transformados em mercadorias abastecendo um comércio que interligava um mercado local com outras praças mercantis pelo comércio monçoeiro, via fundamental para a manutenção da comunicabilidade entre a parte central da América do Sul e os territórios portugueses mais próximos do litoral Atlântico.

Nesse âmbito, a manutenção da navegabilidade dos rios era preocupação constante das autoridades portuguesas e dos colonos. Na documentação que analisamos são muitas as referências a obstáculos que se impunham aos homens e mulheres que atravessavam uma longa faixa de terras em viagens que duravam cerca de seis meses. Corredeiras, cachoeiras, animais selvagens, dificuldade de abastecimento, de gêneros alimentícios são alguns destes obstáculos, mas o principal deles era, sem dúvida, a presença de ameríndios que resistiam à invasão de seus territórios e atacavam as monções e os moradores nas espacialidades rurais ao longo dos caminhos.

Entre os povos ameríndios destacam-se, na documentação, os Caiapó e os Payaguá. Os primeiros, como já vimos, territorializavam-se em uma extensa faixa de terras que abarcava o varadouro de Camapuã e as imediações das conquistas portuguesas nas minas de Goiás. Em 1728, colonos e autoridades escreveram ao rei sobre a necessidade de fazer-se uma “Guerra Justa” contra povos indígenas que ameaçavam a efetivação das comunicações com outras regiões e atacavam os colonos, seus escravos e ameríndios administrados, ao longo dos caminhos fluviais e terrestres. Entre estes ameríndios era destacada a ação dos Payaguá Sarigües, que habitavam a parte norte da bacia do rio Paraguai¹¹⁶. Duas são as características

¹¹⁵ BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 13.

¹¹⁶ CARTA do juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 25-03-1728, mss., microfilme Rolo 01, doc. 23, (AHU) – NDIHR/UFMT. CARTA do governador e capitão-general da capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 28-03-1728, mss., microfilme Rolo 01, doc. 24, (AHU) – NDIHR/UFMT.

marcantes nos escritos dos colonos portugueses sobre os Payaguá: ao mesmo tempo em que eram vistos como “bárbaros”, “selvagens”, “carniceiros” também era destacada sua habilidade na navegação nos rios em canoas. Eram, por isso, reconhecidos como “canoeiros.” Atacavam as monções e moradores principalmente no trecho entre o rio Paraguai e Taquari, mas também atacaram no rio São Lourenço, e nas proximidades do Arraial Velho, já no rio Cuiabá¹¹⁷. Em 1731 o ouvidor escreveu ao rei sobre a necessidade de “desinfestar a comunicação com o povoado e castigar as hostilidades destes bárbaros (Payaguá) que tanto prejuízo e perturbação e morte têm feito” e acrescentou, “estamos entre estes carniceros e bárbaros, que todos os dias nos estão brindando e ameaçando com a morte”¹¹⁸.

O ataque Payaguá que causou mais prejuízos aos colonos e à Coroa portuguesa ocorreu em 1730 e causou a morte de mais de cem pessoas e o roubo de mais de 60 arrobas de ouro¹¹⁹. Mas é a documentação produzida sobre outro ataque que utilizaremos para nortear nossa análise sobre as relações entre colonos, tanto portugueses quanto espanhóis, com os Payagoá. Em 1736 os Payaguá atacaram uma pequena tropa formada por comerciantes, escravos, ameríndios e um padre, com 12 canoas. Um dos comerciantes testemunhou nos autos do processo para “averiguar os fatos”

nas últimas canoas que partiram nos fins do mês de novembro do porto de Araraguaba e chegaram nestas minas nos princípios de abril do presente ano; vinham entre todas doze canoas: (...) e chegando por baixo, do Arraial Velho (...) já entrado no rio Cuiabá sendo dezenove dias do mês de março deste presente ano, pelas oito para as nove horas da manhã vinha seguindo viagem (...) dez até doze canoas de gentio Payagoá e indo diante da tropa Pedro de Moraes com duas canoas, uma de carga e outra de montaria e botou o dito gentio cerco, e matou o dito Pedro de Moraes como também o Padre Frei Antonio de Jesus (...), outrossim mataram um carijó, um mulato, e faltaram mais sete pessoas que se presume foram também mortos (...) e levou o dito gentio as ditas duas canoas, uma de montaria com algumas armas, e outra com algumas cargas de negócio e vários papéis que o dito defunto Pedro de Moraes trazia na sua caixa, e investido do dito gentio as mais canoas que vinham atrás e fizeram resistência com vários tiros por cuja causa se retrocedeu, e se retirou e me parece que seriam oitenta (...) a cem bugres, e sem dúvida foram alguns feridos e mortos e traziam lanças com pontas de ferro e arcos e flechas, como também alguns porretes (...) sem dúvida que o dito gentio (...) ajudado pelo gentio sujeito às aldeias de Castela, e talvez pelos mesmos castelhanos para donde levam tudo o que roubam as nossas tropas (...) e tem ouvido dizer geralmente nestas minas que na conquista que se fez ao dito gentio se achariam muitos batizados e onde se infere serem ajudados pelas aldeias de Castela (...)¹²⁰.

¹¹⁷ CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30-03-1731. mss., microfilme Rolo 01, doc. 50, (AHU) – NDIHR/UFMT. REPRESENTAÇÃO de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732; mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

¹¹⁸ CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30-03-1731. mss., microfilme Rolo 01, doc. 50, (AHU) – NDIHR/UFMT.

¹¹⁹ SÁ, José Barbosa de. Op. cit., p. 27-28.

¹²⁰ AUTO SUMÁRIO, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-04-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 84, (AHU) – NDIHR/UFMT.

O que chama mais atenção neste testemunho é a suposta ligação entre os Payaguá e os colonos espanhóis nos ataques às tropas portuguesas. No entanto é preciso, para problematizar melhor esta questão, uma análise mais detalhada dos acontecimentos ocorridos entre o ataque de 1730 e o de 1736.

No mesmo ano em que os Payaguá fizeram o maior ataque aos colonos, ocorria em Assunção a organização do movimento *comunero* que levou a vários conflitos entre colonos paraguaios e jesuítas. Conflitos estes que envolveram, de ambos os lados, povos ameríndios. Este movimento ficou conhecido como a *revolta dos comuneros*. Os grandes proprietários de terra aliaram-se aos *comuneros* contra os missionários jesuítas da Companhia de Jesus. As missões concentravam um grande número de mão-de-obra ameríndia e de terras, impedindo a expansão das *encomiendas*, e das diversas formas de servidão ameríndia. Durante o conflito que envolveu milhares de ameríndios se reiteravam e se redimensionavam rivalidades tradicionais de longa duração entre povos mabayânicos e guaranis. Os Payaguá Sarigües aliaram-se aos *comuneros* enquanto parcelas dos Cário, aldeados nas missões, lutavam ao lado dos jesuítas.

Enquanto os desdobramentos das disputas políticas em Assunção levaram à revolta dos *comuneros*, na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá os colonos e autoridades metropolitanas portuguesas organizavam-se para combater os Payaguá Sarigües. Apesar de desde 1728 os colonos portugueses intentarem fazer guerra aos Payaguá, foi somente em 1732, que os portugueses conseguiram organizar homens e municiar as tropas para enfrentá-los em uma “Guerra Justa”. Em 1734 os portugueses fizeram um grande ataque aos Payaguá. A expedição militar partiu de São Paulo ainda em 1733, “composta de 180 canhões bem equipados (...) conduzindo os dois regimentos paulistas, além de munições e petrechos para o terceiro que estava sendo organizado em Cuiabá”¹²¹. O ataque português teve um saldo desastroso para os Payagoá, provocando “a morte de cerca de 600 a 800 índios e 250 prisioneiros”¹²².

Os laços entre Payaguá Sarigüe e parcelas da sociedade colonial espanhola extrapolavam a aliança com os *criollos* assuncenhos durante a revolta dos *comuneros*. Desde os primeiros ataques dos Payaguá aos colonos portugueses, estes levavam as mercadorias roubadas para serem vendidas aos espanhóis. Em 1730, o filho do governador deposto de Assunção, escreveu sobre o grande ataque Payaguá aos portugueses,

¹²¹ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 256.

¹²² Ao todo seriam cerca de 1200 homens. CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 258.

El modo, como les cogieron, fue, que saliendo de las Minas para S. Pablo com 23 canoas, em que llevavam el oro del Rey, y de otros particulares, se encontraram com dichos yndios yendo descuidados, se apoderaron de las 16. canoas escapandose las 7. matando un Oydor, que avia venido por el Rey, el Comandante, al Capellan, y a todos los demás, aprisionando solamente a dicha señora, dos cavalerittos, dos niñas, tres negros, y quatro negras de la dicha señora com mas de 30 negros, y mulatos, que nos han traydo a vender dichos índios, muy ricos vestidos, y alajas de oro, todo de mucho precio: em oro em polvo creo que avran traido mas de cien arrobas (...). Asseguro a V, M. que estamos por acá ricos de oro, yá que no tenemos plata (...)¹²³.

O fato dos Payaguá levarem as mercadorias para serem vendidas em Assunção não significa que estes fizessem os roubos a mando dos castelhanos. Todos os documentos, tanto do lado português quanto do lado espanhol, descrevem as relações entre Payaguá Sarigües e espanhóis como relações comerciais. Os Payagoá vendiam roupas, gêneros alimentícios, armas, escravos e ouro aos assuncenhos, suficientes para acumulação de riquezas por parte da elite *criolla*. Riqueza que pode ter sido utilizada para dar suporte à revolta.

O documento de 1736 mostra que a derrota dos *comuneros* e a *guerra justa* dos portugueses não foram suficientes para por fim a ação dos Payaguá no alto Paraguai¹²⁴. Os Payaguá atacaram os comerciantes e levaram duas canoas, uma com armas e montarias e outra com cargas de “negócios”, que segundo outro comerciante que testemunhou nos autos da investigação sobre o ataque, eram cargas de sal e fumo¹²⁵. A Guerra Justa portuguesa em concomitância com a revolta dos *comuneros* não colocou em conflito direto *comuneros* e portugueses. A revolta *comunera* foi duramente combatida pelas milícias guaranis, obrigando os *comuneros* a centralizar todos os seus esforços para defender o governo rebelde em Assunção. Os *comuneros* foram finalmente vencidos em março de 1735. Segundo Carlos Rosa, “os eventuais apoios que os Paiaguá poderiam ter dos *comuneros* (em 1734), não estavam disponíveis”¹²⁶.

O conflito entre *encomenderos* aliados aos *comuneros* contra a Coroa espanhola, apoiada pelos jesuítas, terminou por consolidar a posição das missões e mais uma vez frustrar os interesses dos colonos assuncenhos. A manutenção das missões em detrimento dos

¹²³ D. Carlos de los Reyes Balmaceda. Paraguay, noviembre 4 de 1730, in TAUNAY, Afonso de E. Relatos Monçoeiros. São Paulo/Belo Horizonte, EdUSP/Itatiaia, 1981, pp. 146-148, apud ROSA, Carlos. Ambientes urbanos coloniais na parte mais central da América do Sul. Introdução à parte 2 – A, *Op. cit.*, p. 6.

¹²⁴ Em 1753 o governador, da já capitania de Mato Grosso, escreve ao Conselho Ultramarino sobre os danos causados por estes ameríndios e da necessidade de reduzir os Payaguá “por bem ou por mal”. OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. 28-07-1753. mss., microfilme Rolo 07, doc. 433, (AHU) – NDIHR/UFMT.

¹²⁵ AUTO SUMÁRIO, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-04-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 84, (AHU) – NDIHR/UFMT.

¹²⁶ ROSA, Carlos. Ambientes urbanos coloniais na parte mais central da América do Sul. Introdução à parte 2 – A, *Op. cit.*, p. 6.

interesses dos *criollos*, além de expressar as profundas contradições da colonização espanhola no centro da América do Sul, revela aspectos geopolíticos da Coroa de Castela. Segundo Otávio Canavarros,

A segregação geográfica, cultural e econômica praticada pelas missões tornava-as verdadeiros estabelecimentos “autônomos”, cuja função geopolítica foi servir como pára-choques de duas frentes colonizadoras que avançavam em sentidos opostos. Tudo leva a crer essa foi a intenção da Corte de Madrid, desde os primórdios da colonização, pois o fundamental era preservar as minas de prata que estavam sendo descobertas. Felizmente para Portugal e para o Brasil essa estratégia permitiu a aquisição das minas de ouro de Cuiabá e Mato Grosso e a posse do extremo oeste¹²⁷.

Se pensarmos além da “função geopolítica”, percebemos que a estratégia da Companhia de Jesus (que se articulava com os interesses geopolíticos espanhóis) estava fundada não na segregação geográfica, mas na concorrência de mão-de-obra e de mercado com a elite *criolla*. É claro que as missões não podem ser vistas apenas como um “negócio”, mas estas, como o próprio autor destaca, não estavam isoladas da sociedade colonial espanhola. Além de pagar tributos, as missões apropriavam-se do sobretrabalho ameríndio, concorrendo com os *criollos* no abastecimento das regiões das minas de prata, como, por exemplo, a venda de erva mate para grandes mercados na província do Peru¹²⁸.

No entanto, apesar de contar com uma diversidade de atividades agrícolas, pastoris e manufactureiras, as missões eram espaços em que o sobretrabalho era apropriado em relações de produção menos complexas, mais controláveis e relativamente independentes da vigilância dos aparelhos administrativos da Coroa, o que naquele momento, em que a Espanha passava por várias dificuldades pareceu a melhor alternativa para frear o avanço português, consolidar posições e defender as minas de prata¹²⁹.

As “minas do Mato Grosso” e a expansão da conquista portuguesa

Durante todo o período de conflito com os Payagoá a sociedade colonial portuguesa engendrada “nas minas do Cuiabá” não ficou estagnada. Concomitantemente à “guerra justa” os portugueses continuaram expandindo sua presença no centro da América do Sul. Se ao sul da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e ao norte de Assunção a presença mbaiânica dificultava a colonização tanto portuguesa quanto espanhola, os colonos portugueses avançam a oeste da Vila Real.

¹²⁷ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 292-293.

¹²⁸ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 292.

¹²⁹ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 292

Saindo de Cuiabá os sertanistas portugueses aprisionavam índios Pareci e procuravam metais preciosos. A descoberta de ouro no vale do rio Guaporé, em território Pareci, em 1734, deu um novo impulso à colonização portuguesa no centro da América do Sul. A descoberta e conquista dos territórios seguiu o padrão das conquistas portuguesas na região: aprisionamento de índios, procura por metais preciosos, descobertas, conquistas e efetivação da colonização. No entanto este processo era cada vez melhor planejado pelos colonos que buscavam garantir as condições necessárias para a sua permanência. Os colonos e autoridades metropolitanas sabiam que a efetivação da conquistas dependia de muito mais que o “reluzente brilho do metal”. Segundo Barbosa de Sá, (apesar de, como afirma Canavarros¹³⁰ se enganar em relação às datas em que ocorrem os descobertos de Mato Grosso),

Partiu em princípio deste ano (1731) o sargento mor Antonio Fernandes de Abreu com os descobridores das Minas de Mato Grosso e outros muitos a lançarem roças nos ditos descobrimentos por lá levaram todo este ano examinando as minas e depois feitas as roças voltarão em dezembro dando notícias miúda daqueles sertões¹³¹.

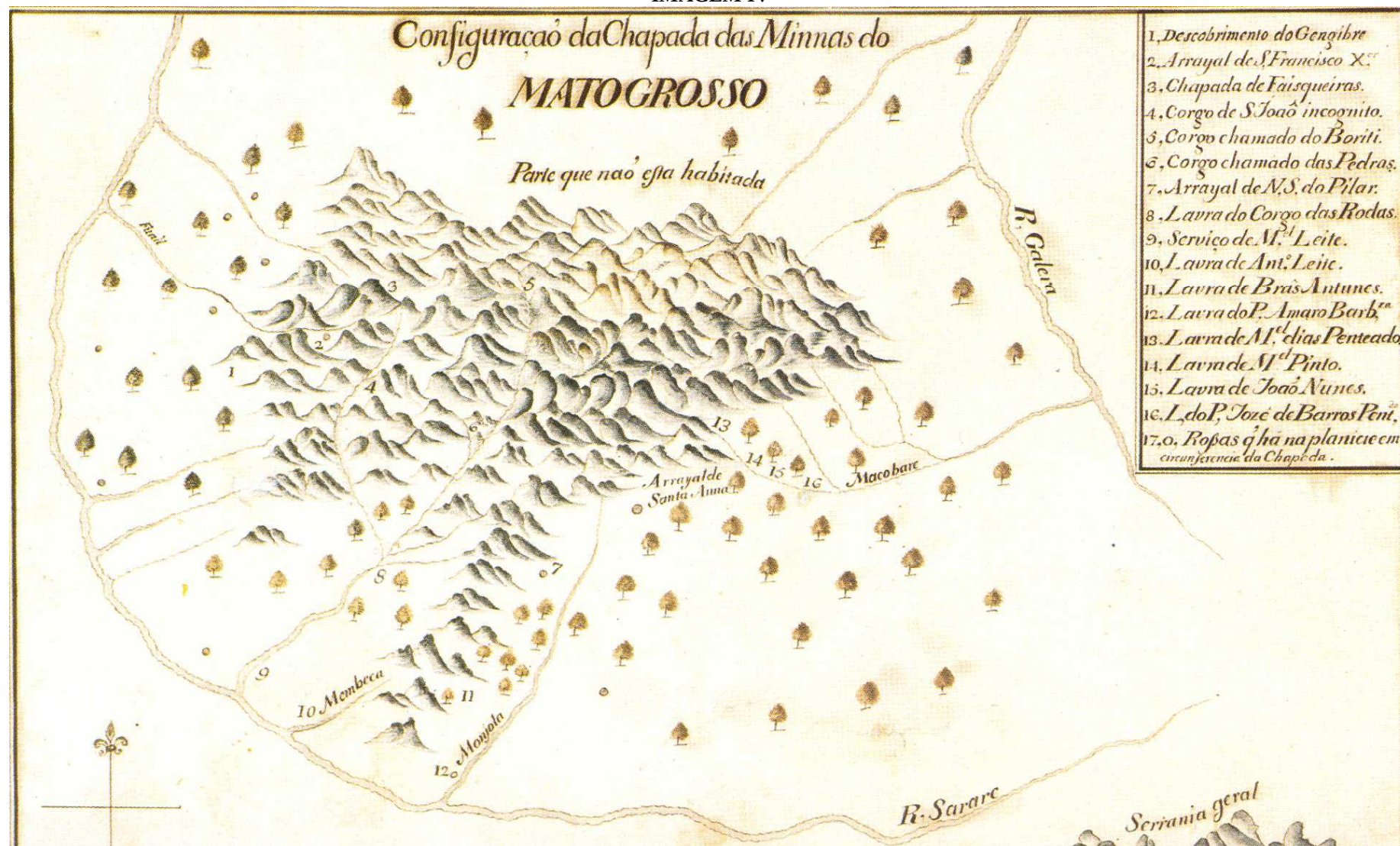
O desencontro das datas entre os autores não nos permite precisar o tempo em que estes colonos permaneceram nas minas do Mato Grosso, mas tudo indica que tenham ficado aproximadamente um ano, tempo suficiente para plantar as roças e criar condições seguras para o retorno. Muitos mineradores que foram de Cuiabá para Mato Grosso, levaram suas “mulheres e famílias”¹³², o que possibilitou e ocasionou não só a consolidação dos ambientes rurais como também de ambientes urbanos.

¹³⁰ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 187.

¹³¹ SÁ, José Barboza de. *Op. cit.*, p. 32.

¹³² BORGES, Francisco Caetano. *Anais da Vila Bela da Santíssima Trindade*. IHGMT. Publicações Avulsos, nº 28, 2001, p. 15.

IMAGEM IV



Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso, 1746. GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*. Portugal, 2000, p 446. apud LUCÍDIO, João Antonio Botelho. *Op. cit.*, p. 17.

Nesta representação cartográfica de 1746, podemos ter uma noção mais aproximada da disposição das espacialidades coloniais portuguesas na “Chapada das Minas do Mato Grosso”, região banhada por vários rios e córregos e de grandes reservas auríferas. O arraial de Santana não está representado na legenda no quadro no alto da imagem, à direita, mas está no corpo da imagem, nas bordas da chapada, próximo de várias lavras de ouro.

IMAGEM V



Em 1734, segundo Barbosa de Sá, é levantada uma capela em Santa Anna¹³³. Neste mesmo ano começa a ser formado o arraial de Pilar¹³⁴, que na figura está representado com a legenda 7 (entre o Arraial de Santa Anna e as lavras do córrego Monjolo), onde foi “edificada outra capela, dedicada à mesma Senhora”¹³⁵.

IMAGEM VI



¹³³ SÁ, José Barboza de. *Op. cit.*, p. 35.

¹³⁴ BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 14.

¹³⁵ FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT, 2001. Publicações Avulsas nº 22, p. 18.

Em 1736 foi edificado o arraial de São Francisco Xavier¹³⁶ (que na legenda corresponde ao número 2. Localizava-se mais a oeste, em um vale entre as serras da chapada. Em São Francisco Xavier “As casas são fabricadas de madeira e barro e algumas de pedras insossa, todas térreas e, somente uma morada de taipa de pilão com seu sobrado, coberta de telha, e quatro mais tem a mesma cobertura”¹³⁷.

IMAGEM VII



Este último era o mais importante dos arraiais, onde se concentravam instrumentos de poder, tanto da Coroa quanto da Igreja,

Neste ano em 28 de novembro tomou posse da Capelania destas minas, o padre Pedro Leme, provido pelo mesmo Reverendo Vigário da Vara e da Igreja de Cuiabá, acima nomeado, e lhe entregou o padre Manoel Antunes de Araújo que desde que se fez a Capela de São Francisco Xavier, se passou para a Chapada e exercer nela o ofício paroquial, por se achar ali junta a maior parte do povo destas Minas¹³⁸.

Além dos arraiais, lavras e córregos, o último item da legenda faz referência às “roças que há em circunferência da chapada”, que correspondem aos círculos, desenhados em várias partes do mapa. Fonseca, em suas *Notícias sobre a situação de Mato Grosso e Cuiabá*, escreveu sobre as “minas do Mato Grosso”,

Negros da Guiné escravos consta pelo livro da matrícula da capitação, haver o número de mil e cem, dos quais somente seiscentos é que poderão empregar nas faisqueiras e nas lavras, por se ocupar o resto de lavours de mantimentos; cujas fazendas se acham estabelecidas na planície em circunferência da chapada, entre esta e o Sararé¹³⁹.

¹³⁶ FONSECA, José Gonçalves da. *Op. cit.*, p. 14-15.

¹³⁷ FONSECA, José Gonçalves da. *Op. cit.*, p. 18.

¹³⁸ BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 18.

¹³⁹ FONSECA, José Gonçalves da. *Op. cit.*, p. 16. É significativo que os cronistas destaquem a construção das capelas como marco da edificação dos arraiais. Em um artigo recente o historiador Francisco Eduardo de Andrade destacou o papel das capelas no processo de colonização portuguesa em Minas Gerais e sua importância para “o enquadramento social da população”. ANDRADE, Francisco Eduardo de. “A conversão do

Na representação cartográfica podemos perceber que o rio Sararé “desenha” esta “circunferência”. A planície banhada, além do rio Sararé por vários córregos afluentes, permitiu o plantio dos gêneros agrícolas que eram comercializados localmente. Francisco Caetano Borges relata que os arraiais de Mato Grosso, em 1736, eram abastecidos de milho pelas “roças e plantas do mesmo descoberto”, assim como dá a entender que os cortes de carne também são de criações locais¹⁴⁰. Outras mercadorias vinham da produção de Cuiabá, ou via Cuiabá, por meio do comércio monçoeiro. A ligação de Cuiabá às minas do Mato Grosso era feita, nos primeiros dois anos de colonização, por um caminho misto, fluvial e terrestre. Em 1736 foi aberto um caminho por terra que encurtou o tempo da viagem de Cuiabá a Mato Grosso.

Além da agricultura e da pecuária, a pesca exerceu um papel muito importante no abastecimento do mercado local. A exemplo de Cuiabá, desde o princípio da colonização o peixe era vendido seco ou salgado. A pescaria do rio Sararé marcou inclusive a toponímia da região. Em 1738 em uma viagem pelo rio Sararé e Guaporé, Salvador de Espinha deu início às atividades pesqueiras no rio Guaporé e Corumbiara¹⁴¹. Segundo os “Anais da Vila Bela da Santíssima Trindade”,

Desta navegação do Espinha que foi o primeiro que fez pescaria neste rio Guaporé, e levou de volta para a Chapada; que seguiram as pescarias por este rio abaixo, não passando porém da barra do rio Verde, por haver noticias que daí para diante tinha o rio muito gentio, e com esta insinuação mandou o brigadeiro Antonio de Almeida Lara a Antonio de Almeida Moraes, homem bastardo, a examinar, com ordem que topando com as aldeias de Castela voltasse, e daqui, se seguiu a abrir esta conquista ao gentio que ao depois seguiram muitos outros; e daqui também se seguiu o conhecimento que no rio Corumbiara (...) que na margem ocidental deságua no Guaporé, tinha ouro, por cujos sertões andaram estes conquistadores sempre na parte do oriente do Guaporé; e alongando-se por ele abaixo, até com a descoberta dos Arinos de que ao diante se fará menção, se deixou esta conquista de descobrimento do Corumbiara, com o qual junto com os sertanistas, se foram também estabelecendo pescadores pelo rio abaixo¹⁴².

Neste trecho fica claro que a atividade pesqueira na região do rio Guaporé e do rio Corumbiara antecedeu outras práticas econômicas, como o aprisionamento de índios e a exploração aurífera e que a pescaria articulou-se com estas atividades.

sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais”. *Rev. Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.151-166, Jan/Jun 2007.

¹⁴⁰ BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 16. Ver também FONSECA, José Gonçalves da. *Op. cit.*, p. 17.

¹⁴¹ BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 17-18.

¹⁴² BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 17-18.

Pelo mês de abril de 1742, se associaram Tristão da Cunha Gago, João da Borba Gato, Mateus Corrêa Leme, Francisco Leme do Prado, Francisco Borges Miranda, Dionísio Bicudo, naturais desta Capitania de São Paulo, com Manuel Felix Lima, Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira de Assunção e Manuel de Freitas Machado, naturais do Reino, assistentes todos no arraial da Chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso e suas vizinhanças do distrito desta Comarca do Cuiabá e determinaram seguir todos viagem pelo rio Guaporé Abaixo (...); chegado ao rio Guaporé em sítio chamado da Pescaria, fabricaram mais algumas canoas e com toda cautela e vigilância se prepararam de mantimentos e mais necessário para a viagem (...)¹⁴³

Os pescadores que se estabeleceram ao longo do rio Guaporé também desenvolveram atividades agro-pastoris, o que passou a ser muito importante para possibilitar explorações e contatos dos súditos da coroa portuguesa com os castelhanos. Os sócios desta empresa de exploração ambicionavam, sobretudo, fazer contato com as missões jesuíticas e estabelecer relações comerciais com os vizinhos espanhóis. Além do aprisionamento de índios e da exploração aurífera, o comércio do pescado e dos mantimentos garantiu a continuidade da expansão da conquista portuguesa na região de litígio em relação à coroa espanhola. Nos “Anais da Vila Bela...”, Caetano Borges aponta que os sertanistas, que adentraram aos territórios ao longo do rio Corumbiara, em 1746, antes de fazer o “exame de ouro” precisaram “primeiro vencer muito gentio que aquela campanha tem e saindo para fora ao rio Guaporé”. Foi o “primeiro ano em que se foram situar em forma de arraial na ilha Comprida”. Neste povoado segundo *Os anais da Vila Bela*,

uns saíam à pescaria, que seca ou salgada, trazia a vender a estas minas, e outros tomavam aos sertões à conquista do gentio, e ao mesmo tempo entravam os padres Missionários das Índias de Espanha a fundar aldeias que fizeram na margem oriental deste rio, ajudados para isso dos mesmos portugueses a que pediram várias vezes ajuda para domarem o gentio¹⁴⁴.

Havia uma evidente articulação das atividades extrativistas e agrícolas com outras atividades econômicas e com a geopolítica, inclusive antecedendo e possibilitando estas outras atividades. Os sertanistas encontravam nestas espacialidades rurais os mantimentos que necessitavam, a segurança para descansar e preparar-se para seguir viagem. As autoridades coloniais e metropolitanas também se favoreciam com a formação destas espacialidades rurais que além de efetivar a conquista de territórios indígenas, possibilitavam o avanço cada vez mais a oeste, próximo dos territórios espanhóis, em relação aos quais podiam ter informações mais consistentes. Percebemos que a pesca e as atividades agrícolas, não têm apenas um

¹⁴³ PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as missões Jesuíticas de Moxos*. Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 11.

¹⁴⁴ BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 21.

Embora não apareça na última imagem que analisamos, segundo Borges, o Porto Geral do rio Sararé era conhecido como “Porto dos Pescadores” ou “sítio da Pescaria”. Navegando pelo rio Sararé acima os pescadores estabeleceram-se ao longo do rio Guaporé abaixo juntamente com sertanistas que exploravam ouro e aprisionavam índios¹⁴⁵.

Serra dos Paracís.

R. Guaporé.

R. Galena.

Chapada da Serra dos Paracís.

Morro da Dilla.

R. Sararé.

R. Alegre.

Ribeirão Piratuba.

R. do Paracís.

R. Guaporé.

Explicação das Figuras.

Villa-Bella do Mato Grosso.

Arraial de S. Francisco Xavier da Chapada.

Arraial de S. Anna.

Arraial de N. S. do Pilar.

Arraial de S. Vicente.

Sítios, Engenheiros, e Lavras.

1769.

1:1000

¹⁴⁵ BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 17-18.

Neste mapa, em escala menor, percebemos a ligação entre o rio Sararé e o rio Guaporé. Apesar do mapa ser datado de 1769, percebemos que várias destas espacialidades formaram-se ainda na primeira metade do século XVIII, antes da fundação da capitania de Mato Grosso e da Vila Bela de Santíssima Trindade. Nota-se que também ao longo do rio Alegre, afluente do Guaporé, formaram-se espacialidades rurais.

IMAGEM IX



Até 1736, as “minas do Mato Grosso” e “as minas de Cuiabá”, ambas no âmbito administrativo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, ligavam-se aos ambientes coloniais portugueses mais próximos do litoral atlântico pelo caminho fluvial percorrido pelas

monções. Em 1737 o caminho de terra que ligava Cuiabá a Goiás foi concluído¹⁴⁶. A estrada de terra de Cuiabá a Goiás, além de constituir-se em uma via de comércio alternativa às monções, desempenhou um papel fundamental para a conquista de territórios de índios, principalmente dos Caiapó e Bororo, e ainda efetivou com a presença de povoados a conquista de territórios que constituíam uma lacuna entre as conquistas portuguesas no litoral e no extremo oeste. Entre a Vila Boa de Goiás e a Vila Real do Cuiabá, as ligações passaram a ser cada vez mais intensas, preenchendo de roças, engenhos, sítios, os caminhos que levavam de uma a outra vila, consolidando cada vez mais a posse portuguesa destes territórios.

As “cavalarias e gado” que foram trazidas ao longo dos anos pelo caminho de terra também tiveram impacto sobre a dimensão territorial da conquista. Principalmente a partir da década de 1740 o gado invadiu a porção norte do Pantanal, possibilitando a espacialização de fazendas, que além de muito gado, contavam também com trabalho escravo, de negros e ameríndios, e com trabalho livre de camaradas e agregados. As cartas de sesmarias, principalmente a partir da década de 50, são indícios da espacialização das fazendas nesta região.

A colonização portuguesa avançava espacializando ambientes coloniais articulados em uma diversidade de atividades econômicas: comércio, mineração, agricultura, pecuária, atividades extrativistas. Este avanço aproxima-se cada vez mais das missões jesuítas espanholas de Moxos e Chiquitos. Em 1736 havia 24 missões em Moxos e 10 em Chiquitos, somando ao todo 47250 índios¹⁴⁷. O primeiro contato, que se tem notícia, entre portugueses e as missões jesuíticas espanholas ocorreu em 1740¹⁴⁸. Outra viagem exploratória para o território espanhol ocorreu em 1742 e partiu do arraial de São Francisco Xavier. Esta viagem é minuciosamente relatada em uma “Relação” feita pelo ouvidor geral da comarca de Cuiabá, João Gonçalves Pereira¹⁴⁹. Mesmo antes de explorar a rota Guaporé-Madeira havia ambientes rurais que possibilitavam o abastecimento das embarcações além de tornaram-se locais estratégicos de contatos entre os súditos das coroas portuguesa e espanhola. Sobre o contato com a missão de São Miguel,

No dia 12 de julho chegaram à missão de São Miguel, na qual foram recebidos pelo padre principal Gaspar do Prado, com grandes júbilos de alegria e com muita caridade (...) se resolveram rodar rio abaixo e subiram pelo rio Itonamas com muito trabalho pela grande correnteza que tem, e chegando a dita missão Santa Maria Madalena, foram recebidos pelo padre principal José Reiter com grande prazer e

¹⁴⁶ SÁ, José Barboza de. *Op. cit.*, p. 36-37.

¹⁴⁷ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 292.

¹⁴⁸ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 216.

¹⁴⁹ PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

alegria e com a mesma os hospedou com grandeza; (...) a vista de que resolveram (...) seguir a viagem para a Exaltação de Santa Cruz, na qual foram recebidos pelo padre principal Leonardo de Valdivia com as mesmas demonstrações de alegria (...). Vendo o dito Francisco Leme do Prado e companheiros o bom agasalho que lhe faziam os padres, especialmente o principal da missão da Exaltação no discurso de dezoito dias que nela estiveram, lhe ofertaram algumas coisas que levavam e somente aceitaram alguma (sic) miudezas e um retalho de seda para espaldar do lado de um altar, também prendaram os índios com algumas facas flamengas, pentes, fitas, miçangas ou fio de contas, e os padres lhe remuneraram a oferta com algum, pão de sal, açúcar, cera branca, sabão, vinho, pão de trigo, biscoito, aguardente de cana, pano de algodão, livros espirituais e outras miudezas. (...) Nos fins de fevereiro do presente ano chegaram ao Mato Grosso os ditos Tristão da Cunha Gago, João da Borba Gato e Antonio de Almeida Moraes, com as suas tropas com bastante gentio de várias nações que conquistaram, e alguma amostra do ouro que acharam em seis ribeirões pelo discurso do serão que sulcaram, (...) ¹⁵⁰.

Além de visitar as missões jesuíticas, os sertanistas foram os primeiros, que se tem notícia, que empreenderam viagem de Mato Grosso ao Pará, a partir do rio Guaporé¹⁵¹. Esta aproximação entre colonos portugueses e missões jesuíticas dava-se entre os dois estados da América Portuguesa, o estado do Brasil e do Grão Pará e Maranhão, e com bastante cautela de todos os lados.

O extremo oeste não era o único espaço a contar com o interesse dos sertanistas. Em 1746, no curso do rio Arinos, expandia-se a conquista ao norte. José Gonçalves da Fonseca relata com detalhes as experiências dos colonos na região dos Arinos:

Só com o pensamento de conquistarem algum gentio: e não achando em que fazer preza, sucedeu que em um ribeirão, (...) viram alguma disposição de haver nele ouro: (...), e acharam com efeito algumas mostras. Recolhida a bandeira ao Cuiabá, não deu o cabo dela conta a ministro algum do sucedido: e somente andava entre os moradores o sussurro de que no Arinos havia ouro, pelo que nesta matéria ficaram os referidos aventureiros. (...)Fizeram logo algumas experiências, e sem entrar no ribeirão dos primeiros descobridores acharam algumas mostras, que fez cômputo de umas quatro oitavas de ouro, que remeteram logo ao dito mestre de campo, a qual sem esperar mais averiguação, as mandou ao ouvidor de Cuiabá, Manoel Antunes Nogueira, dando-lhe conta do sucedido. Com estas notícias se comoveu o povo de Cuiabá, e não menos o do Mato Grosso, que desamparando faisqueiras, roças, e ainda as próprias casas, seguiram em vários ranchos o mestre de campo (...) seguiu viagem à parte mencionada, aonde logo formaram arraial (...).Estabelecido assim o arraial, se ocuparam aqueles novos povoadores em plantar roças de mantimentos, e depois desta operação, se seguiu a diligência a socavar o terreno, sem mais utilidade de que a de acharem algumas poagens, que não faziam conta (...) ¹⁵².

Tão logo foram descobertas as minas dos Arinos os comerciantes cuidaram de abastecer a incipiente povoação de ferramentas, sal e outros mantimentos que não se produziam no local¹⁵³. Além de buscar lucros, as práticas comerciais impulsionavam a

¹⁵⁰ PEREIRA, João Gonçalves. *Op. cit.*, p. 11-15.

¹⁵¹ BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 20.

¹⁵² FONSECA, José Gonçalves da. *Op. cit.*, p. 25-26.

¹⁵³ FONSECA, José Gonçalves da. *Op. cit.*, p. 27.

exploração de novos caminhos, a descobertas de rotas e marcavam territórios, avançavam as fronteiras¹⁵⁴. A colonização dos Arinos não foi bem sucedida, não pela característica efêmera do projeto de colonização, mas ao contrário, o que não possibilitou a efetiva colonização destas minas foi a não possibilidade de colocar em funcionamento as engrenagens de sua reprodução social, já que os achados auríferos não se mostraram rentáveis e a região não estava no curso de nenhuma importante rota de comércio¹⁵⁵. Mesmo assim deve-se tomar com cautela a afirmação de que a região das minas dos Arinos foi completamente abandonada. A busca por novos achados ao norte resultou na descoberta das minas do Alto Paraguai, segundo Joaquim da Costa Siqueira, ainda em 1746,

Foi o doutor ouvidor desta vila ao arraial do Paraguai, fez justiça, juizes ordinários e oficiais delas para o regimento do povo, fez partilhas das terras minerais e tudo mais que convinha para o bem comum e retirou-se para esta vila. Chegado que fosse (sic), divulgou-se que havia diamantes nos ditos descobertos, formou um sumário de testemunhas e, achando certo mandou logo despejar o povo e por guardas para que não se lavrassem mais as minas.

Retirou-se o povo com outra tal perdição, como a que causou o descobrimento dos Arinos, sobrevindo uma seca que não se viu chuva senão nos fins de 1749, que pôs estas povoações a extrema miséria, que não só padeceram as gentes, com também os animais¹⁵⁶.

A colonização do Alto Paraguai, assim como a dos Arinos, malogrou. A descoberta de diamantes e o monopólio da coroa portuguesa sobre sua exploração, fizeram com que as autoridades metropolitanas ordenassem a evasão da região do Alto Paraguai¹⁵⁷. O relato de que não só padeceram as pessoas, mas “também os animais”, sugere que se desenvolveram em curto período de tempo atividades agropastoris na região.

A rota Arinos-Tapajós não se tornou regular como o trajeto pelo rio Guaporé. Cremos que os principais motivos para este fato foram os descobrimentos de diamantes na região do Alto Paraguai¹⁵⁸, os interesses geopolíticos portugueses em avançar a conquista para os territórios em litígio com a coroa espanhola¹⁵⁹, e os interesses dos comerciantes e também da coroa portuguesa em manter relações comerciais com os espanhóis.

IMAGEM X

¹⁵⁴ FONSECA, José Gonçalves da. *Op. cit.*, p. 27.

¹⁵⁵ FONSECA, José Gonçalves da. *Op. cit.*, p. 28.

¹⁵⁶ SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Op. cit.*, p. 60.

¹⁵⁷ SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Op. cit.*, p. 60.

¹⁵⁸ A exploração de diamantes na região do Alto Paraguai foi proibida pela Coroa, devido o monopólio real sobre sua exploração.

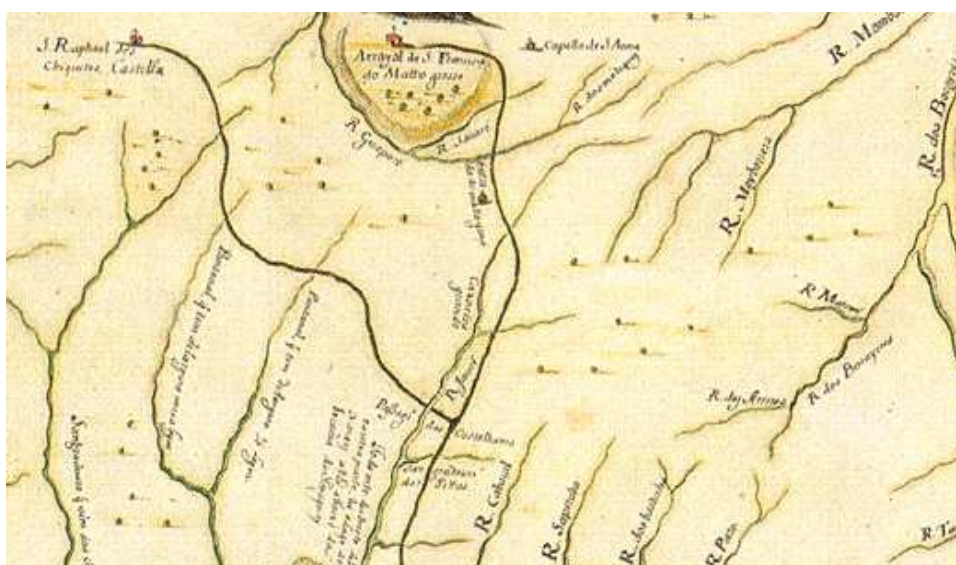
¹⁵⁹ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 232.



“Territórios do Norte e do Centro do Brasil” in GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*. Portugal, 2000, p. 326 apud LUCÍDIO, João Antonio Botelho. *Op. cit.* p. 5.

Na representação cartográfica acima, de 1746, além de ser construída uma imagem parcial dos domínios portugueses, podemos perceber que havia um caminho por terra que ligava a Vila Real do Cuiabá à missão de San Rafael.

IMAGEM XI



Além desta ligação por terra podemos visualizar que ao longo do rio Guaporé acima, as missões jesuíticas especializavam-se, principalmente na margem oriental dos rios amazônicos.

IMAGEM XII



Se as relações metropolitanas entre Portugal e Espanha eram tensas, na fronteira entre as duas Américas estreitavam-se os laços entre lusos e hispano-americanos. Além de demonstrar a cooperação entre os súditos das duas coroas ibéricas, percebemos que ambientes de produção rural, como a Ilha Comprida, se consolidaram como espaço da atividade pesqueira e também como produtor de gêneros alimentícios. As espacializações coloniais, tanto portuguesas quanto espanholas, marcavam a posse de territórios que permaneciam sem legitimação oficial desde o Tratado de Tordesilhas, e que só foram delineados com alguma precisão a partir do Tratado de Madri assinado em 1750. Segundo Canavarros,

As negociações que antecederam a assinatura do tratado de Madrid, iniciaram-se em 1746 e alongaram-se portanto, por quatro anos. Decorreram naturalmente da necessidade de estabelecer definitivamente as fronteiras entre as Américas, portuguesa e espanhola, completamente obscurecidas pela ação incisiva dos colonos de Portugal¹⁶⁰.

¹⁶⁰ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 298. Sobre o Tratado de Madri, mas particularmente a respeito da produção cartográfica que orientou as negociações ver FERREIRA, Mário Clemente. "O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia". *Rev. Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.51-69, Jan/Jun 2007.

Nos anos que antecederam o Tratado de Madri, a coroa buscava garantir os territórios colonizados pelos luso-americanos e agia estrategicamente para alcançar tal objetivo.

De fato, na conjuntura político-administrativa de 1748, muita coisa havia mudado em relação ao Extremo Oeste. Em dezembro de 1745, o papa Bento XIV criava duas Prelazias na região: Vila Boa e Cuiabá. Em agosto de 1746, D. João V, finalmente, enviara a ordem para se fundar uma vila às margens do Guaporé que seria a futura Vila Bela. Enquanto isso, os jesuítas continuaram a instalar missões a Oriente daquele rio, como Santa Rosa, na foz da Itonamas, São Miguel e São Simão, ambas rio-acima. Mas o grande acontecimento foi a criação das Capitânicas Gerais de Mato Grosso e Goiás, pelo alvará régio de 9 de maio de 1748. Essa iniciativa da Coroa Portuguesa, há muito esperada e até esboçada, visava consolidar as posições lusitanas, não apenas nas conversações sobre limites em Madrid, iniciadas em 1746 após a morte de Felipe V, mas no terreno concreto das fronteiras vivas. Os dois princípios que nortearam os negociadores, *balizas naturais* e *uti possidetis*, tinham no Guaporé e no Paraguai seu maior teste, para o qual a política patrimonialista de D. João V, vinha se preparando há muito tempo, desde a fundação da vila de Cuiabá (...)¹⁶¹.

Entre 1716 e 1750, os marcos temporais da pesquisa que desenvolvemos, espacializaram-se no centro da América do Sul ambientes coloniais espanhóis e portugueses. Estes últimos, embora, alcançassem o centro do subcontinente mais de um século após os primeiros, favoreceram-se da conjuntura da política imperial hispânica e das características espaciais para colonizar as regiões ricas em ouro, primeiro nas “minas do Cuiabá” e depois nas “minas do Mato Grosso”. Percebemos que os ambientes rurais espacializaram-se junto com estas conquistas faziam parte de seu engendramento, garantiam a efetiva conquista da terra, essencial para a posse por meio do *uti possidetis*, além de garantirem a circulação de mercadorias, fundamentais para a reprodução social e econômica dos colonos.

Ao longo do caminho essencialmente fluvial que ligava São Paulo e Cuiabá, formaram-se ao longo dos rios, roças, sítios e fazendas. No varadouro de Camapuã, consolidaram-se ambientes rurais. Nos rios Paraguai, Taquari, São Lourenço até chegar ao “Arraial Velho”, e ao longo dos afluentes destes rios, espacializaram-se ambientes rurais que forneciam mercadorias à Vila Real e aos comerciantes que transitavam nestes caminhos. No rio Cuiabá, adensava-se cada vez mais a população rural até chegar ao Porto Geral da vila, local de recepção das embarcações e também de comercialização das mercadorias produzidas no meio rural. Ao norte em direção à *Chapada*, atual Chapada dos Guimarães, formam-se também ambientes rurais.

Ao longo do caminho de terra aberto entre a Vila Boa de Goiás e a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, colonos espacializaram ambientes rurais em territórios Bororo

¹⁶¹ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 232.

e Caiapó. Com a descoberta das minas do Mato Grosso, formaram-se ambientes rurais a oeste da Vila Real, bastante próximos das aldeias castelhanas de Moxos. Concomitantemente aos descobertos auríferos desenvolveram atividades rurais ao longo do rio Sararé, e a partir deste os colonos chegaram ao Guaporé, fixando ambientes rurais que marcavam o limite dos domínios portugueses e se tornaram pontos de contato entre os súditos das duas coroas ibéricas.

A espacialização dos ambientes rurais é, portanto, um aspecto importante da expansão e consolidação das conquistas luso-americanas no centro da América do Sul. Contudo, a dimensão territorial da conquista portuguesa é apenas uma das características que se articulavam à formação de ambientes rurais. Estes ambientes estavam articulados a relações sociais, políticas e econômicas que também espacializavam suas contradições nestes ambientes, imprimindo características e redefinindo os lugares dos agentes sociais que no meio rural reproduziam estas relações. Nos próximos capítulos pretendemos analisar mais profundamente outros elementos *do modus operandi* da formação do meio agrário em Mato Grosso.

PARTE II

ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA E SOCIEDADE COLONIAL: hegemonia do escravismo e espaços para a reprodução camponesa

O sistema administrativo português e a formação dos ambientes rurais

A sombra quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente, que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés dos príncipes, senão também dos de seus ministros. Mas quando chegam àquelas Índias, onde nasce o sol, ou a estas, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras, que excedem muito a medida dos mesmos reis de que são imagens.

Padre Antonio Vieira

A historiografia brasileira contemporânea, no que diz respeito ao período colonial, tem dado singular importância à análise dos aspectos administrativos. Seria um exagero falar em “renascimento” da história administrativa, mas sem dúvida o tema emergiu com especial evidência na última década. Esta emergência mostrou a fragilidade dos modelos “consagrados” de percepção da relação entre as instituições de poder e a sociedade colonial¹⁶², além de expor o quanto ainda é necessário pesquisar e escrever sobre a questão. Estamos em um período quente do debate entre diferentes correntes. Apesar de a discussão trazer muitas questões não tratadas antes, o “fantasma” do debate entre as posições de Prado Júnior e Faoro permanece.

A epígrafe deste capítulo introduz uma questão que a historiografia sobre a administração portuguesa vem debatendo com alguma aspereza: as distâncias e as conseqüentes distorções entre as diretrizes, leis, ordens que emanam do poder central e sua execução no ultramar. Aliás, esta epígrafe foi um fio condutor para as análises sobre a administração portuguesa, presentes no recente livro *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*¹⁶³. Este livro é escrito em um tom de resposta e/ou de reação diante de outros trabalhos escritos sobre o tema, com especial ênfase a uma coletânea de artigos organizados por João Fragoso, Maria F. Bicalho e Maria de F.

¹⁶² Duas percepções opostas marcaram a historiografia brasileira sobre a questão administrativa, uma de Caio Prado Júnior e outra de Raymundo Faoro. Para Caio Prado a administração colonial era ineficiente e confusa e as leis eram muitas vezes desprezadas inteiramente, já para Faoro o estado era eficiente e a colonização foi fruto de uma política deliberada, de um planejamento eficientemente posto em prática. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed. Brasiliense/Palloti, 1997. A referência é obviamente a FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. 2ª ed., São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Globo, vol. 01, 1975.

¹⁶³ SOUZA, Laura de Mello e. O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

Gouvêa, com o título de *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)*¹⁶⁴.

As principais referências que orientam, de uma forma geral, os artigos da coletânea são os textos do autor português Antonio Manuel Hespanha. Hespanha tem um artigo na coletânea, no qual define as características do Antigo Regime português, recusando as teses que atribuem centralidade ao poder imperial, destacando a existência de poderes periféricos institucionalizados capazes de “anular, distorcer ou fazer seus os poderes que recebiam de cima”. Os funcionários régios, desta forma, desenvolviam juntamente com as elites locais mecanismos de poder que garantiam o controle sobre a aplicação ou não das leis, a concessão de terras, a administração local entre outros vários espaços que a fraqueza do poder central permitia serem ocupados pelas “redes de amigos e de clientes”¹⁶⁵..

O principal ponto de atrito entre o livro de Laura de Mello e Souza e os textos da coletânea é o debate em torno da questão do *Antigo Regime*. Para Souza a coletânea não aborda aspectos *tropicais* da sociedade que segundo ela, reproduz uma forma peculiar de *Antigo Regime* mas não pode ser compreendida sem a percepção do escravismo como característica fundamental e do *Antigo Sistema Colonial* como aspecto econômico mediador das relações entre o Império Português e suas colônias. Já os autores da coletânea, tendem a perceber as características do Antigo Regime nos *trópicos* sem tantas contradições¹⁶⁶. Ademais nos textos da coletânea de uma forma geral as características do Antigo Regime sobrepõem-se às especificidades ultramarinas na formação de uma sociedade em que o político domina o econômico¹⁶⁷.

Nosso trabalho não tem como pretensão por fim a esta batalha e nem ao menos entraremos no *front*. Avistamo-la como um espectador privilegiado, aprendendo com os avanços, as contribuições, mas também procurando falhas, equívocos, precipitações, nos armando para um desafio particular: interpretar documentos que possibilitam perceber a relação entre a administração portuguesa e a formação de espacialidades rurais luso-americanas no centro da América do Sul.

¹⁶⁴ FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁶⁵ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *Op. cit.* p. 166; 174.

¹⁶⁶ A própria escravidão é analisada em conformidade com os ideais do *Antigo Regime* português, não representando portanto, como argumenta Laura de Mello e Souza, defendendo a tese de Fernando Novais, de uma contradição própria da sociedade colonial moderna. MATTOS, Hebe. “A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”, In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *Op. cit.* p. 162.

¹⁶⁷ FRAGOSO, João. A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII) in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *Op. cit.* p. 49.

O sistema administrativo português na terra da conquista

Como mostra Carlos Alberto Rosa, desde as primeiras explorações auríferas no centro da América do Sul, e mesmo antes, com a presença de colonos luso-americanos invadindo territórios e aprisionando membros de diferentes povos ameríndios, havia articulações destas ações com as expressões institucionalizadas do poder metropolitano, seja com as câmaras, das vilas e cidades, seja com o governo das capitanias, seja ainda com o poder régio e seu Conselho Ultramarino¹⁶⁸. Carlos Rosa analisa como principalmente a partir de 1720 a conquista portuguesa nas minas do Cuiabá assumiu uma tendência urbanizadora¹⁶⁹. Entre outros elementos, esta *tendência* pôde ser percebida pela mudança das práticas de conquista legitimadas na “oralidade” para legitimações por meio de “processos, escritvões, meirinhos”, em suma, “escrituração do social e do seu espaço”¹⁷⁰. Além das instituições ligadas à burocracia da administração portuguesa, o poder eclesiástico, articulado e fundamental para administração também se edificava na vila. Em 1723 é criada *freguesia* com vigararia forânea.

Analisando a formação de ambientes rurais percebemos que esta escrituração teve seus efeitos sobre estes. Os dízimos eram cobrados desde pelo menos 1722¹⁷¹, antes das concessões de sesmarias. Além disto, as instituições de poder, apesar de edificarem-se mais perceptivelmente no meio urbano, espacializavam seus instrumentos nos ambientes rurais, justamente pela “escrituração do social” por meio dos testamentos, batismos, casamentos, cobrança de tributos e de dívidas e etc. A consolidação deste processo de edificação do poder metropolitano nas minas do Cuiabá teve como marco a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1727.

Apesar da conquista de terras e o desenvolvimento de práticas rurais remeterem a quase uma década antes, foi somente a partir de 1726, com a vinda a Cuiabá do governador e capitão-general da capitania de São Paulo e, principalmente após a fundação da Vila Real, que a posse das terras conquistadas por luso-americanos no centro da América do Sul passaram a ser legitimadas por meio de cartas de sesmarias.

¹⁶⁸ ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727-1808)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996. Particularmente o capítulo II – A política de urbanização pp. 65-150.

¹⁶⁹ ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727-1808)*. *Op. cit.* 150.

¹⁷⁰ ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727-1808)*. *Op. cit.* 53.

¹⁷¹ CARTA de Rodrigo César de Menezes ao governador do Rio de Janeiro. São Paulo, 02-05-1722. mss., livro C001 doc. 42, APMT.

Na primeira metade do século XVIII a experiência colonial de quase dois séculos provocara uma série de adaptações na lei de sesmarias, criada no século XIV tendo como alvo não possessões coloniais além-mar, mas as terras do reino português na Europa. Segundo Costa Porto, a aplicação de sesmarias em Portugal guarda profundas diferenças com o “sesmarialismo brasileiro”.

As peculiaridades de todo diversas, do Portugal de D. Fernando e da Colônia americana acabariam gerando fenômeno agudo, fator marcante nas distorções mais gigantes registradas no Sesmarialismo brasileiro e possível de sistematizar em dado factual altamente negativo: enquanto, no Reino, o sistema daria lugar à formação da pequena, quando muito da média propriedade, no Brasil sua prática seria a fonte básica do latifundiarismo.¹⁷²

De antemão gostaríamos de expor que não trataremos da sesmaria como *lei em si* (seu conteúdo original, do século XIV, e as transformações desta ao longo dos séculos). Iremos tratar do *problema* da aplicação da lei de sesmarias em um contexto específico. A primeira carta de sesmarias que concedia terras no local que se constituiria o *termo* da Vila Real teve como beneficiado o tenente-coronel Antonio de Almeida Lara. Sobre o conteúdo deste documento,

Antonio de Almeida Lara. Nas minas do Cuiabá. Uma légua de terras em quadra, compreendendo o capão de mato em que estava sua fazenda e começaria a dita paragem de terras do olho d'água que ficava para o nascente onde assentou um engenho. Da légua para o nascente até o taquaral com outra légua em quadra, pela fronteira do dito capão¹⁷³.

A concessão foi de duas léguas em quadra, mais do que estabelecido por lei para as sesmarias destinadas ao cultivo de gêneros agrícolas, que seria apenas uma légua. No entanto, podemos notar que se tratam, na mesma sesmaria, de duas espacializações distintas, um engenho e uma fazenda. Esta carta confirma a posse da terra a um senhor de engenho e fazendeiro, possuidor de escravos, em quantidade seguramente superior a 30, o que não só em termos locais, mas também coloniais, o insere em um grupo privilegiado do ponto de vista econômico. Analisando esta carta e lendo a citação de Costa Porto, parece que estamos lidando com um *típico* caso de aplicação da lei de sesmarias como fonte, ou seja, como origem do latifúndio. Trata-se de um tenente-coronel, possui, portanto, patente militar, é senhor de escravos e, se não bastasse, seu nome aparece como oficial da câmara em 1727¹⁷⁴.

¹⁷² COSTA PORTO, José da. Formação Territorial do Brasil. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982, p. 42.

¹⁷³ REPERTÓRIO DAS SESMARIAS, 1994. São Paulo: Secretária de Cultura. Departamento de Museus e Arquivo do Estado, p. 32.

¹⁷⁴ CERTIDÃO do termo da fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *Op. cit.*, p. 189. Na certidão Antonio de Almeida Lara é referenciado como “brigadeiro”.

Temos, portanto, todos os elementos necessários para inserir a concessão de terras de sesmarias em Cuiabá no tradicional esquema da sesmaria como formadora de latifúndios e do “patrimonialismo”¹⁷⁵ como prática administrativa para garantir a posse da terra (e consequentemente poder), às famílias mais abastadas, possuidoras de escravatura e influentes na política local.

Apesar de tentadora, a conclusão de que a terra era um privilégio da elite colonial em detrimento dos escravos e pobres livres, que eram apenas explorados por esta mesma elite e pela metrópole, silencia uma diversidade de aspectos. Ao invés de tomar esta posição simplista, “encaixando” a documentação em um esquema já pronto, com implicações deterministas e fáceis de generalizar, optamos por um caminho mais longo e cheio de “zonas sombrias” que é a escolha de analisar mais detidamente os indícios documentais.

Rodrigo César de Meneses, etc. Faço saber aos que esta minha carta de data de terra de sesmaria virem, que tendo respeito ao que por petição me enviou ao dizer Miguel Antonio do Sobral, que ele estava situado em uma das terras que achara devolutas em novembro passado, (...), as quais terras tinha povoado com roçado, e casas e algumas plantas e para evitar contendas a todo o tempo as queria por Sesmaria, para seguramente continuar suas lavouras, e por se achar com posse para as poder fabricar e ser conveniente à Real fazenda de Sua Majestade no acréscimo dos seus Reais dízimos necessita de meia légua de terras na paragem que tinha fabricado o chamado Sangradouro (...) a parte direita, partindo com terras do Capitão Salvador Jorge (...) Pedindo-me que fizesse mercê conceder em nome de sua Majestade que Deus guarde por carta de data de terra de Sesmaria na dita paragem meia légua de terra de testada, e meia légua de sertão, e atendendo às razões, que alegou, e ao que respondeu o provedor da Fazenda Real, a quem se deu vista, ser de utilidade dela cultivarem as terras nesta Capitania pelo acréscimo dos dízimos reais, e aumento destas minas. (...)Lhe concedo para que o suplicante as haja, logre, e possua como coisa própria, tanto ele como seus herdeiros ascendentes, e descendentes, sem pensão nem tributo algum mais do que o dízimo de a Deus Nosso Senhor dos frutos, que nelas tiver a qual concessão lhe faço não prejudicando a terceiro, e reservando os paus reais que nelas houver para embarcações e cultivará as ditas terras de maneira que dêem frutos, e dará caminhos públicos e particulares aonde forem necessários para pontes, fontes, portos e pedreiras, e se demarcará o tempo da posse por rumo de corda e braças craveiras, como é estilo, e Sua Majestade manda e confirmará esta carta pelo dito Senhor dentro de três anos primeiros seguintes pelo seu Conselho Ultramarino na forma da ordem Real de 23 de Novembro de 1698 e não venderá as ditas terras sem expressa ordem de Sua Majestade e será obrigado a cultivá-las, demarcá-las, e confirmá-las (...) Pelo que ordeno ao Provedor da Fazenda Real e Ministros Oficiais de Justiça, e pessoas desta Capitania a que tocar que na forma referida, e com as condições declaradas deixem ter e possuir as ditas terras nas partes já nomeadas do dito Miguel Antonio do Sobral e a todos os seus herdeiros ascendentes e descendentes como coisa própria (...) ¹⁷⁶. (grifo nosso)

¹⁷⁵ FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. 2ª ed., São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Globo, vol. 01, 1975.

¹⁷⁶ CARTA DE SESMARIAS concedida à Miguel Antonio Sobral em 07 de fevereiro de 1727. AESP-Sesmarias-1720/1736 – V.III. São Paulo, 1937 apud SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*,14-16.

O primeiro aspecto a ser notado, comum a boa parte das cartas que analisamos, é que o requerente já ocupava as terras que pretendia possuir por carta de sesmarias. Neste sentido, a obrigação de cultivar já estava parcialmente satisfeita. A lei de sesmarias não funcionava meramente como distribuidora de terras. Muitas das terras que foram concedidas por sesmarias já eram ocupadas há quatro, cinco e até seis anos¹⁷⁷. O número de 38 concessões entre 1726 e 1728 é muito pequeno em relação à real ocupação das terras, muitas posses não eram reivindicadas como sesmarias. Em todas as cartas eram citados limites com outros colonos, a maioria destes não tem seus nomes como requerentes ou recebedores de sesmarias¹⁷⁸.

O requerente buscou ter legitimidade sobre a posse da terra com a carta de sesmarias, segundo ele, para “evitar contendas a todo tempo”. O colono, portanto esperava que uma vez legitimado pelo direito oficial não houvesse mais disputas em torno da posse destas terras. No âmbito da empresa escriturária havia claramente uma rede de proteção à propriedade, com escrituras, testamentos e etc. Reunindo os pré-requisitos necessários o colono apropriou-se dos instrumentos da lei para manter o que já havia conquistado de forma não oficial, na esfera de relações não escritas. É interessante perceber ainda que ao requerer sesmarias Miguel Antonio Sobral não apenas buscava manter o que possuía informalmente, mas também ampliar suas posses, agora não mais por meio das relações pautadas na oralidade, mas em relações oficiais de reconhecimento de direitos sobre a terra conquistada. Podemos portanto afirmar que o poder metropolitano, neste contexto específico, formalizaria apenas as conquistas anteriores à aplicação da lei, dando margens para a ampliação destas mesmas conquistas? Uma resposta positiva a esta questão implicaria em uma visão bastante parcial do problema.

Um segundo aspecto evidencia outro lado da questão. Percebemos que ao adentrar na esfera das leis oficiais, o requerente adquiria além das terras, uma série de obrigações, e era inserido nas malhas da empresa escriturística. Ao mesmo tempo em que os instrumentos administrativos eram apropriados pelo colono, também a administração utilizava dos instrumentos disponíveis para agir sobre os ambientes rurais tentando reordenar os espaços, estabelecer fronteiras, reorientar práticas. Em uma resolução de 1731, o rei dirige-se ao governador de São Paulo,

¹⁷⁷ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá abaixo. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1 1997, p. 11-21.

¹⁷⁸ Repertório das sesmarias, 1994. São Paulo: Secretária de Cultura. Departamento de Museus e Arquivo do Estado.

... que as sesmarias que se houverem de dar nas ditas terras donde houve Minas, e nos mais caminhos para elas, sejam somente de meia légua em quadra, e que nos mais sertões sejam de três lagoas, como está determinado; e que para as ditas sesmarias se concederem sejam também ouvidas as câmaras dos sítios a que elas pertençam, e as que se derem nas margens dos rios caudalosos que se forem descobrindo nestes sertões e necessitam de barco para se atravessarem, não deis sesmarias mais que uma só margem do porto, e que da outra reserveis ao menos meia légua para ficar em público¹⁷⁹.

Não sendo suficientes as resoluções da lei de sesmarias, o poder, oficial e oficializante, buscava outros mecanismos para a ordenação dos espaços. No entanto a doação da carta era um passo importante para inserir as terras cultivadas no âmbito do espaço mais diretamente controlado/administrado pela metrópole. Se combinarmos os trechos sublinhados dos dois últimos documentos citados, percebemos a preocupação para que houvesse entre as sesmarias espaços públicos destinados à abertura de caminhos e a fixação de portos, limitando-se claramente o poder dos sesmeiros em relação aos mesmos. Doar sesmarias, portanto, significava, além de conceder e legitimar a posse da terra, o esforço da administração em ordenar os espaços rurais. A transferência da legitimidade da terra do âmbito da oralidade para o âmbito da administração e do escriturário não é, portanto, mera formalização.

A análise de Michel de Certeau sobre as relações entre a oralidade e a empresa escriturística pode contribuir para uma análise mais rica da questão. Certeau afirma que “o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como ‘sentido’ remeter a realidade de que se distinguiu em vista de mudá-la”¹⁸⁰. No documento podemos perceber a relação entre as duas esferas, o escrito e o oral. Para entender esta relação é preciso perceber que a mesma não foi instaurada no tempo e lugar de nossa análise, mas remete a uma relação de longa duração. A origem não é necessariamente importante, mas está ligada à própria criação da lei de sesmarias, que, segundo a historiadora portuguesa Virgínia Rau, provém da presúria, forma costumeira de ocupação das terras conquistadas pelos portugueses no período medieval¹⁸¹. Não iremos a fundo à questão ontológica da lei de sesmarias, contudo é importante saber que, em todos os momentos da sua execução, esta foi relacionada com formas costumeiras de apropriação dos espaços, incorporando inclusive elementos lingüísticos, frutos da espacialização da lei no meio rural da América Portuguesa, como o novo sentido atribuído à expressão *devolutas*,

¹⁷⁹ CARTA do Conselho Ultramarino ao governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 15-03-1731. mss., livro C001 doc. 63, APMT.

¹⁸⁰ CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Artes de Fazer. 8ª Edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994, p. 226.

¹⁸¹ RAU, Virgínia. Sesmarias Medievais Portuguesas. Lisboa: Ed. Proença, s/d.

Do começo limitada à linguagem popular, a distorção acabaria arrastando as próprias autoridades donatárias e régias e se, aqui e ali, alguns, mais atentos, mantinham a pureza originária do sistema – o caso de certo Procurador da Coroa, ao acentuar, em 1714, que “pela lei estão devolutas as terras pretendidas, por passarem cinco anos que não foram aproveitadas” – outros, acolhendo a onda de vulgaridade crescente, cediam diante do uso popular (...) como fazia o Procurador da Coroa em 1690, ao falar em sinonímia deturpadora, de “terra desaproveitada e devoluta”, e, exatamente, devoluta porque “desaproveitada”. Com o correr dos tempos, diluída a idéia primitiva de devolução em decorrência do inaproveitamento, generalizou-se a praxe de considerar devoluta a terra simplesmente não aproveitada, não trabalhada, não aplicada a algum uso-público ou particular – conceito adotado na própria linguagem oficial¹⁸².

Além de dar legitimidade a uma *tradição*, a Coroa Portuguesa também buscava controlar o processo de acesso a terra e tomar o lugar da oralidade na legitimação da propriedade do território. Ao mesmo tempo em que incorporava a tradição, a lei também a enfraquecia, pois a retirava do universo ao qual fazia parte. O que não quer dizer que o escrito domina absolutamente o oral. Certeau chama a atenção para o fato de que não há substituição do oral pelo escrito¹⁸³. A ação da empresa escriturística sobre a oralidade não é uma ação sobre uma realidade que possa ser moldada, enquadrada. Neste ponto reside, talvez, a principal contribuição da reflexão de Certeau para nossa análise: a percepção que o “laboratório da escritura” (que transfere o conteúdo da tradição para um *sistema* que em nossa análise carnaliza-se na administração) não é um fim, nem uma maquinaria de poder que produz realidades, mas um meio, uma “estratégia” que tem um “sentido”, um objetivo, que é o de “agir sobre o meio e transformá-lo”¹⁸⁴. Estamos, pois, tratando de relações de poder entre dois campos: o direito oficial e a empresa escriturística circunscritos, em nosso caso, à administração portuguesa; e os códigos costumeiros circunscritos na tradição oral.

Quanto à administração portuguesa, é necessário como primeiro passo entender que esta possuía diferentes expressões, que funcionavam de forma interligada. O poder imperial português articulava as suas diferentes expressões (loais, coloniais, metropolitanas) no ordenamento dos espaços rurais. Mesmo no tocante à lei de caráter geral, como é o caso do regime sesmarial, tanto a execução da lei quanto sua fiscalização era intermediada por estas diferentes expressões. A resolução do rei citada anteriormente estabelecia que as câmaras devessem ser ouvidas para a concessão das cartas de sesmarias.

¹⁸² COSTA PORTO, José da. *Op. cit.*, p. 53.

¹⁸³ CERTEAU, Michel. *Op. cit.*, 225.

¹⁸⁴ CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano... *Op. cit.* 226. “O laboratório da escritura tem como função “estratégica”: ou fazer que uma informação recebida da tradição ou de fora se encontre ali coligida, classificada imbricada num sistema e, assim transformada; ou fazer que as regras e os modelos elaborados neste lugar excepcional permitam agir sobre o meio e transformá-lo”.

Na administração, longe de uma hierarquização rígida, e de relações de subserviência, havia relações de poder em que pesavam os interesses das diversas camadas da sociedade, inclusive as subalternas. A ordem régia, no que diz respeito à participação das câmaras, tem pelo menos duas implicações. Ao mesmo tempo diminuía-se a probabilidade de que o processo de concessão gerasse disputas jurídicas, e também se remetia à esfera local parte da responsabilidade sobre as concessões, permitindo às expressões locais de poder maior margem de manobra e conseqüentemente, até certo limite, influência na configuração dos espaços rurais.

Mas não era apenas a partir desta ordem real de 1731 que a câmara intervinha na espacialização da ruralidade. Fundar vila significava consolidar e edificar a presença metropolitana, ampliar os instrumentos de controle e conseqüentemente o aparelho burocrático e também institucionalizar expressões locais de poder, com criação da câmara¹⁸⁵. Com a fundação da vila, a coroa portuguesa buscava ter maior controle e planejamento da colonização desta região de riquezas auríferas e de fronteira com os domínios espanhóis. Apesar da forma como construímos nosso objeto manter uma distância da perspectiva institucional/administrativa de análise, é inegável que a administração portuguesa teve implicações profundas no processo de colonização de uma forma geral e na formação de ambientes rurais em particular.

A câmara foi uma instituição presente em todo o Império Português, desde a mais ocidental de suas vilas, a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, até as possessões orientais, como Macau e Goa. Também no reino, os concelhos cumpriam este papel. A primeira formação da câmara em Cuiabá era predominantemente paulista, “dos seis oficiais da primeira câmara do Cuiabá, quatro eram paulistas e dois portugueses casados com paulistas”¹⁸⁶. Utilizando a mesma citação, Canavarros conclui que o predomínio paulista está ligado à

Dolorosa experiência da guerra dos emboabas (que) ainda estava viva na consciência de todos, inclusive na do capitão-general(...). A sua documentação é clara a este respeito. Não se poderia, de forma alguma, permitir rusgas nas novas minas, que deveriam ser de paulistas para o melhor proveito d’el rei¹⁸⁷.

A relação entre a formação da câmara e os conflitos entre paulistas contra colonos da Bahia, aliados a reinóis, pelo domínio de minas de ouro nas Gerais foi evidente e mostra

¹⁸⁵ ROSA, Carlos Alberto. “O urbano colonial na terra da conquista” In . In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *Op. cit.*, p. 16.

¹⁸⁶ TAUNAY, Afonso D. *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa, 1956, p. 161.

¹⁸⁷ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, 82.

como a colonização do centro da América do Sul estava articulada à política metropolitana em relação às outras regiões da América Portuguesa, funcionando inclusive como “válvula de escape” de tensões entre diferentes grupos sociais. A experiência administrativa das minas das Gerais marcou profundamente as características da política metropolitana e também foi utilizada como referência pelas autoridades locais sejam elas da câmara ou funcionários régios.

Se a primeira formação da câmara tinha o domínio marcadamente paulista, ao longo dos anos verificamos um equilíbrio entre a participação de paulistas e portugueses¹⁸⁸. As câmaras reuniam o poder legislativo, judiciário e executivo em toda a extensão do seu *termo*. O termo do Cuiabá era, em 1727, formado além da vila, por três arraiais, vários povoados e uma multiplicidade de ambientes rurais, com uma população batizada de cerca de 4000 pessoas¹⁸⁹.

De antemão gostaríamos de expor, o que ficará mais evidente posteriormente, que não definimos câmara como sinônimo de poder local. Acreditamos sim que a instituição *câmara* legitimava e tornava oficiais expressões locais de poder e que a câmara é local de exercício de *autoridade*. No entanto cremos que a análise da relação desta *autoridade* com outras expressões, institucionalizadas ou não, fornece muitos elementos das relações de poder e como estas tiveram implicações sobre a formação de ambientes rurais¹⁹⁰. A câmara exercia práticas executivas, legislativas e judiciárias que tinham implicações na espacialização dos ambientes rurais. As rendas e despesas das câmaras fornecem indícios para pensarmos estas implicações.

TABELA I

Receitas e Despesas da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá entre 1728 e 1732

Ano	Receita	Despesa	Saldo*
1727	939. ½	752. ¾	186. ¾
1728	985. ½ / 2.78rs	844. ¼ 60rs	141. ¼
1729	1830.78rs.	796	1034
1730	2292	934. 20rs	1358
1731	2019.80rs	1296. ¾	722. ¼
1732	1792. ¼	1113. ¼ 120rs	679
Totais*	9.858. ¼	5.737	4.121. ¼

* Foram desprezados os réis

¹⁸⁸ ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá... Op. cit.*,87.

¹⁸⁹ ROSA, Carlos. “Urbano colonial na terra da conquista...” In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria. *Op. cit.* p. 17.

¹⁹⁰ Nosso posicionamento encontra-se no estreito caminho entre duas concepções antagônicas; uma que desconsidera a importância das instituições para explicar as relações de poder da colônia, explicando-as a partir das disputas entre grupos sociais (senhores, escravos, livres pobres, reinóis, colonos, índios) e outra, que no extremo oposto, atribui às instituições um centralidade tal que faz parecer que elas podem direcionar a conquista como se toda a sociedade colonial e suas contradições pudessem ser colocadas num tabuleiro de um jogo de xadrez.

O historiador Otávio Canavarros, na obra da qual extraímos esta tabela, ao contrário do que estabelece boa parte historiografia, tanto tratando de aspectos gerais da América Portuguesa (Boxer¹⁹¹, Russel-Wood¹⁹², Bicalho¹⁹³) quanto especificamente da câmara de Cuiabá (Rosa¹⁹⁴, Jesus¹⁹⁵) estima, a partir de uma análise sobre as receitas e despesas, que o poder exercido pelas câmaras era muito restrito. Este ponto merece uma discussão mais detalhada e vale a pena prosseguir no diálogo com a obra deste autor. Segundo Canavarros

Tomando por base o total bruto da receita, 9.858 e $\frac{1}{4}$ oitavas, é preciso subtrair a terça parte do rei, isto é, 3.286 oitavas. Sobraram 6.572 oitavas e $\frac{1}{4}$ oitavas de ouro de receita disponível, pouco mais de arroba e meia em 6 anos! As despesas ordinárias totais foram de 5.737 oitavas, portanto, o saldo líquido foi de 835 e $\frac{1}{4}$ de oitavas, isto é, 3.006,9 gramas ou 3,0 kg, em seis longos e sofridos anos, de muita ilusão e maior carestia. A média anual foi de aproximadamente 139 e $\frac{1}{4}$ oitavas (meio quilo), disponíveis para as eventualidades que, no entanto, surgiam a toda hora, principalmente em bandeiras ou armadas contra o gentio. Só na expedição (“armada”) de 1731 contra os Payagoá foram gastas 959. $\frac{3}{4}$ oitavas e 100 réis. Eram despesas extraordinárias da Câmara que, com seu modesto orçamento, não as poderia honrar. O dinheiro veio de particulares, tomado por empréstimo para o “bem comum”. A Fazenda Real ressarcia a Câmara em 659. $\frac{1}{4}$ e cem réis de ouro e o resto em pólvora, que sobrou de outra armada. O saldo médio líquido anual da Câmara não pagaria nem o ordenado bruto de seu escrivão que era de 150/8as. de ouro por ano¹⁹⁶.

Com estes argumentos o autor sustentou a conclusão de que “apesar das vastas atribuições dos Concelhos, o poder efetivo conferido por elas era pequeno, dado a falta de recursos”¹⁹⁷. Utilizaremos os mesmos documentos analisados por Canavarros. Vejamos de forma mais detalhada a receitas da câmara de 1728.

TABELA II
Receitas da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – 1728.

Referência	Valor (em oitavas)
Contrato da aferição	346
Contrato da renda (Ilegível)	30

¹⁹¹ BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

¹⁹² RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*, 1998, vol. 18, nº 36.

¹⁹³ BICALHO, Maria Fernanda. “As fronteiras da negociação: as câmaras municipais na América Portuguesa e o poder central”. *Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH*, São Paulo, Humanitas, 1999. BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *Op. cit.*

¹⁹⁴ ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá... Op. cit.*. ROSA, Carlos. *Urbano colonial na terra da conquista...* In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria. *Op. cit.*

¹⁹⁵ JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos Op. cit.* JESUS, Nauk Maria de. “A ‘cabeça da república’ e as festividades na fronteira oeste da América Portuguesa”. In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria. *Op. cit.*

¹⁹⁶ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.* p. 125.

¹⁹⁷ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.* p. 125.

Contrato da renda das aguardentes	180
Contrato do açougue	172
Contrato da cadeia	82 ½
Condenações	125, 80rs
Foros	50
Total	985 ½, 80rs.

Fonte: Elaborado a partir da “Conta do rendimento da Câmara que tomou o ouvidor geral José de Burgos Vila Lobos do ano de 1728” apud CANAVARROS, Otávio. *Op. Cit.* p. 122.

Observando a tabela percebemos que 35% da receita da câmara vinham da renda dos contratos das carnes e da aguardente. Mas a câmara não apenas extraía arrecadação das atividades rurais, também buscava ter controle sobre estas atividades, concedia *privilégios* na arrematação dos contratos e tabelava preços. Se atentarmos para o valor da arrecadação da câmara, temos uma cifra pequena se comparada com outras, como por exemplo, o valor dos quintos cobrados no mesmo ano, de 28.672 oitavas¹⁹⁸.

TABELA III
Despesas da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – 1728.

Referência	Valor (em oitavas)
Obras da cadeia	347 ¼
Gastos com “capitães do mato”	17 ¾
Despesas com a cerimônia Corpus Christi	196
Ordenado do escrivão da câmara	150
Diligências da câmara	20
Despesas com as “eleições das justiças”	15
Tamborettes, cadeira e banco para a câmara	45
Devassas	23 ½, 140rs
“Várias miudezas”	29 ½, 80rs
Total	844 ¼ 60rs

Fonte: Elaborado a partir da “Conta do rendimento da Câmara que tomou o ouvidor geral José de Burgos Vila Lobos do ano de 1728” apud CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.* p. 123-124.

Canavarros aponta que o saldo médio da Câmara da Vila Real era insuficiente para pagar “o ordenado bruto de seu escrivão que era de 150/8as. de ouro por ano”. Notamos na tabela que o salário do escrivão já consta nas despesas da câmara¹⁹⁹, aliás absorvendo cerca de 18% do total. Não discordamos de Canavarros, quando este afirma que o valor monetário das terças partes das câmaras representam, no montante total da arrecadação de tributos por parte da metrópole, um valor minúsculo. Todavia, isto não autoriza concluir que, por falta de recursos, o poder efetivo das câmaras era pequeno²⁰⁰.

¹⁹⁸ PINTO, Virgílio Noya *Op. cit.* p. 90.

¹⁹⁹ Ver também a crítica de Nauk Maria de Jesus em relação a este aspecto da tese de Otávio Canavarros. JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. *Op. cit.*, p. 136-138.

²⁰⁰ Nauk Maria de Jesus demonstra que mesmo a terça parte dos rendimentos da Câmara que deveria ser repassada para a Fazenda Real, poderia deixar de ser enviada, desde que a câmara obtivesse este privilégio junto ao rei, como aconteceu na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1733. JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. *Op. cit.*, p. 136.

Mesmo que tomássemos o valor das receitas e despesas como referencial para a ação das câmaras, era a autoridade investida na câmara que permitia a ela, muitas vezes a custos relativamente pequenos, tabelar os preços, estabelecer e fiscalizar o planejamento urbano e as relações de comércio.

Mas a renda administrada da câmara extrapolava as contas de receitas e despesas desta instituição. Como apontou Canavarros, no conflito entre os Payaguá e os colonos portugueses, foi a câmara que arrecadou o dinheiro necessário e conseguiu ser ressarcida pela fazenda real. De um modo geral os recursos que a Real Fazenda aplicava no *termo* da Vila Real, eram administrados, ou pelo menos contavam com a fiscalização da Câmara. Em um documento dos oficiais da câmara, de 1738, conseguimos perceber, alguns aspectos da relação entre as diferentes expressões de poder. Vejamos o fragmento inicial,

Em observância da real ordem de vossa majestade de vinte e três de janeiro de 1732, pela qual foi v. majestade servido mandar se fizesse toda a humana diligência por se conservar a povoação nesta vila ainda que faltassem os descobrimentos de ouro.

Logo na introdução da correspondência que os oficiais da câmara enviaram ao rei, notamos a referência a uma ordem real de 1732. Nesta o rei dirigia-se aos seus vassalos: “e assim vos recomendo que façais toda a humana diligência por conservar a povoação que se acha, ainda que falte dos descobrimentos de ouro”²⁰¹. A ordem real de 1732 tornou-se mais do que uma instrução do poder central ao poder local, foi *apropriada* pelas expressões locais de poder para legitimar práticas e reivindicações. Para reivindicar a manutenção dos engenhos, por exemplo, em um documento de 1744, a autoridade metropolitana aponta que “inda que haja distantes descobertos, ou [...] falta de ouro sempre os donos dos ditos engenhos se conservam neles”²⁰². Referências implícitas da mesma ordem real encontram-se em outros documentos tanto enviados ao rei quanto ao Conselho Ultramarino. Na seqüência do documento citado,

(...) No decurso de poucos anos, sulcando-se (...) estes dilatados domínios de v. majestade, sem dúvida que chegará com os de Coroa estranha, ficando assim de uma com outra monarquia pelos interiores destes sertões, estes vassalos de v. majestade presidiando as fronteiras que sempre os moradores destas são os primeiros que em suas vidas, fazendas experimentam as invasões inimigas para reparo e reforço das quais é muito conveniente ao serviço de v. majestade que efetiva e lentamente se continue a custa da real fazenda a introdução de pólvora, bala, armas, e peças de artilharia, pois a antecipada prevenção conduz muito para a boa defesa. Para que esta nossa parte não desdiga do nome português, os oficiais do senado com a assistência do ouvidor geral, e corregedor desta comarca João Gonçalves Pereira, este, e todos

²⁰¹ ORDEM do rei D. João V (cópia) à José de Burgos Vila Lobos. Lisboa, 23-01-1732. mss., microfilme Rolo 03, doc. 185, (AHU) – NDIHR/UFMT.

²⁰² CARTA (cópia) de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 03-10-1744; mss., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

os mais moradores concorreram para o comprimento do sertão que medeia entre estas minas e as do Goyaz, para das mesmas como povoação maior, e circunvizinha a esta sermos socorridos de seus moradores, que a inveja nos vassalos de Castela neles será eterna, como também a oposição, principiando a mostrá-la com o persuadirem aos gentios Payagoá que nos infestam a navegação, do que v. majestade acha bem informada.

Se nos desviarmos dos aspectos mais destacados deste trecho, principalmente do tom heróico e quase epopéico da conquista dos vassalos portugueses “no mais interior dos domínios de v. majestade”, percebemos que os colonos procuraram *impor* ao rei que, por meio de sua fazenda real, custeie a defesa destas conquistas em relação aos “inimigos”, tanto espanhóis como ameríndios. Se lermos com atenção este trecho percebemos que este é o único *pedido* que os colonos fazem ao rei. Além de citar os oficiais do senado, ou câmara, o documento também faz referência ao ouvidor-geral, o que reforça a *autoridade* do documento e mostra articulação entre os poderes reconhecidos localmente e os nomeados pelo rei. A última frase do trecho mostra um aspecto que poderia ser demonstrado com qualquer outro documento enviado da câmara para o rei ou para o Conselho Ultramarino. A institucionalização da câmara e dos poderes locais de uma forma geral possibilita ao rei ter informações oficiais, inclusive com diferentes versões, sobre a situação de suas possessões coloniais. Na sequência do mesmo documento,

Como vemos pela Real ordem de 5 de março de 1732, e nos parece o ser factível intentarem os castelhanos invadir-nos por terra como pelos rios nos seus lanchões, que estes se dificulta a represá-los com as canoas que de presente usamos, as quais só servem em semelhantes acometimentos de facilitarem a retirada, o que não convém ao real serviço de vossa majestade e crédito da nação. E muito menos em tempo algum o despersuadir-se a navegação dos rios, ainda que ao continuá-los se ofereçam quaisquer objeções, que todos, senhor, como vassalos de v. majestade, e portugueses enfim devemos romper por conservar o que é nosso, e mais que tudo, é indigna de atenção a ponderação de que a feracidade bárbara, a opulência, e disciplina de nossos confinantes se capacite o intentar fazer-nos retroceder caminho²⁰³.

Um segundo pedido ao rei, continuidade do primeiro, referente à necessidade de embarcações de guerra, que implicitamente deveriam ser custeados pela Real Fazenda. Ao serem inseridos nesta malha narrativa, repleta de elementos que os sintonizam com a geografia política metropolitana, e até com aspectos culturais que envolvem as conquistas portuguesas, desde pelo menos o século XIV, os oficiais da câmara constroem uma espécie de *armadilha* para o poder central. Se nos ativermos a uma leitura cuidadosa deste documento percebemos que entre a exaltação da majestade e a posição de submissão e fidelidade, é

²⁰³CARTA (cópia) dos oficiais da Câmara ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-09-1738; mss., microfilme Rolo 02, doc. 107, (AHU) – NDIHR/UFMT.

construída a imposição de um *dever fazer*, que encurrala o poder central nas malhas de seu próprio discurso. O que mostra que os discursos não estão localizados em nenhum ponto específico da administração, mas que são apropriados por suas diferentes expressões.

A questão que permanece é a seguinte: se o poder não se concentra ou emana de um poder central, como pode manter-se a noção de centralidade do poder? Ora, afirmar que o poder se exerce muitas vezes a partir dos mesmos princípios em vários pontos do sistema administrativo não é o mesmo que afirmar que a *autoridade* deste exercício e o seu alcance são os mesmos. A *autoridade* do rei era infinitamente maior que a da câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, o que não significa, obviamente, uma subserviência, mas sim um jogo de poder marcadamente assimétrico em que a manutenção de um desequilíbrio controlável era fundamental²⁰⁴.

A análise de Maria Fernanda Bicalho a respeito da relação das câmaras ultramarinas com o governo do Império Português instrumentaliza-nos para traçarmos em linhas gerais alguns aspectos do funcionamento desta instituição. Segundo Bicalho,

O acesso aos cargos camarários surgia como objeto de disputas dos grupos economicamente influentes nas localidades. Essas disputas podem ser entendidas como um dos fatores que indicam a centralidade daqueles cargos não apenas enquanto espaço de distinção e de hierarquização dos colonos, mas, e principalmente, de negociação com a Coroa. Isso porque as câmaras constituíam-se em uma das principais vias de acesso a um conjunto de privilégios que permitia nobilitar os colonos, e que, ao transformá-los em cidadãos, levou-os a participar do governo político do Império²⁰⁵.

Para a autora a principal característica da câmara, enquanto instituição do Império era manter uma via de negociação entre o poder local e o poder central. Para Bicalho a “interlocução entre o poder local e poder central” ocorria no âmbito de “cadeias de negociação e redes pessoais e institucionais de poder” que “hierarquizando tanto os homens quanto os serviços dos colonos em espirais de poder garantiram (...) a coesão política e o governo do Império”²⁰⁶.

Compreendendo a administração desta forma, parece mais adequado, como aponta Laura de Mello e Souza, a utilização da noção de *sistema administrativo*²⁰⁷ do que

²⁰⁴ Nunca tivemos, durante todo o período colonial, no centro da América do Sul, do lado português, um fenômeno parecido com o ocorrido do lado espanhol, na revolta dos comuneros, como vimos no capítulo anterior.

²⁰⁵ BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *Op. cit.* p. 207.

²⁰⁶ BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *Op. cit.* p. 221.

²⁰⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006, p. 46. Souza defende a utilização de *sistema administrativo* tendo como

administração, pois o termo *sistema* remete justamente a percepção de uma administração, que embora possua centralidade, espalha seus mecanismos, interligados, de exercício do poder institucional.

Destacar a ação das câmaras e suas implicações na reprodução do espaço urbano e rural não significa defender a hipótese de que as câmaras, instituição imperial que reconhece e legitima expressões locais de poder, governe em detrimento de uma centralidade administrativa. Como fica claro no documento anteriormente citado, a fundação da câmara instaurava a comunicação direta e oficial dos seus membros com as autoridades metropolitanas, inclusive o rei. A lei de sesmarias, portanto, embora um instrumento do sistema administrativo, estava longe de ser fruto de uma ação circunscrita ao poder central, articulava-se na sua execução e reformulação diferentes expressões de poder.

A “escrituração do social” desta forma deve ser percebida como uma estratégia de dominação, mas não era a única, pois se articulava com formas não escriturárias e/ou não oficiais de conquista. Este jogo de *presença* e *ausência* dos instrumentos de poder oficiais pode ser percebido na documentação, sobretudo, quando se trata de conquistas recentes. Em relação “as minas do Mato Grosso”, um documento de 1741, tem um conteúdo repleto de indícios para pensarmos estas relações,

O ouvidor geral da comarca de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, em carta de 6 de setembro de 1738 dá conta à vossa majestade por este Conselho (Ultramarino), que a dia 26 de agosto do ano antecedente partira daquela vila para o novo descobrimento do Mato Grosso, (...) chegara a 13 de outubro, (...) nele cobrara os quintos da 1ª matrícula e capitação do ano, (...) lhe fizeram os moradores dele uma petição para que lhes nomeasse superintendente, que lhes administrasse justiça, e escrivão que com ele servisse, e também de tabelião de notas para fazer testamentos, contratos e procurações (...) lhe parecia ser muito mais conveniente ao serviço de V. Majestade, e ao bem comum, e a conservação dos povos, que nos descobrimentos e povoações que distarem mais de 10 dias de viagem das vilas e povoações onde residem as justiças ordinárias, haja um superintendente nomeado pelo governador da capitania e na falta de sua nomeação pelo ouvidor da comarca; (...) a experiência tinha mostrado os danos e os prejuízos que se seguiam de não haver justiças nos tais descobrimentos e povoações remotas, havendo nelas tumultos, mortes e roubos, vivendo cada um na lei em que quer, e que também (...) que os ouvidores façam correição dos tais descobrimentos ao menos cada três anos, porque com o temor desta fariam os superintendentes melhor sua obrigação, e viveriam os povos com mais sossego e quietação, e para conservar esta, e executar várias diligencias que no dito descobrimento se oferecem, havia de chegar ele em dezembro²⁰⁸.

referência um texto de BHETENCOURT, Francisco. “A América Portuguesa”, in BHETENCOURT, Francisco e Chaudhuri (orgs). *História da expansão portuguesa*. O Brasil na balança do império (1697-1808) Lisboa: Circulo de Leitores, 1999.

²⁰⁸ PARECER do Conselho Ultramarino, Lisboa, 06-90-1741 apud CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.* p. 191-192.

As minas do Mato Grosso constituíram-se, a partir de 1734, uma espacialidade diversa e articulada às “minas do Cuiabá”. Antes da criação da capitania de Mato Grosso, estas minas, como fica evidente no documento, faziam parte do *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Entre a sede da vila e os arraiais do Mato Grosso percorria-se um caminho que levava cerca de 20 dias, distância suficiente para dificultar a presença de alguns instrumentos do poder metropolitano.

Mais uma vez é perceptível que o poder investido pelo Império Português em sua *empresa escriturística*, era apropriado pelos colonos, rompendo assim com a perspectiva simplista de oposição entre o poder metropolitano e as práticas dos colonos. Os colonos pedem a presença destes instrumentos para oficializar as relações entre eles, e deste modo, articulam seus interesses pessoais com os interesses do império, suas práticas de conquista às estratégias de conquista do poder central. Pela análise que desenvolvemos sobre as sesmarias, este assunto já foi bastante explorado, mas o documento explicita uma outra questão.

No trecho “a experiência tinha mostrado os danos e os prejuízos que se seguiam de não haver justiças nos tais descobrimentos e povoações remotas, havendo nelas tumultos, mortes e roubos, vivendo cada um na lei em que quer”, a forma como o Conselho Ultramarino emite seu parecer mostra que as observações dos conselheiros não dizem respeito apenas às minas do Mato Grosso, mas ao império como um todo, às “povoações remotas” de uma forma geral, tanto que estes recomendam “que nos descobrimentos e povoações que distarem mais de 10 dias de viagem das vilas e povoações onde residem as justiças ordinárias, haja um superintendente”. No trecho “a experiência tinha mostrado” é impossível não se remeter ao conflito entre paulistas e emboabas/reinóis ocorrido no princípio das conquistas nas Gerais²⁰⁹. Na conquista das minas do Mato Grosso, já havia, portanto, uma maturação do *sistema administrativo* no que diz respeito às áreas caracterizadas pela intensa exploração aurífera. Também é perceptível a mudança da relação dos colonos com o *sistema administrativo* desde a *guerra dos emboabas*.

Uma questão ainda permanece obscura. Se a presença efetiva da *empresa escriturária* metropolitana (emitindo certidões, escrituras, testamentos) era posterior às conquistas, quais eram os códigos seguidos pelos colonos para legitimar suas práticas? Podemos repetir apenas o que informa Conselho Ultramarino, e afirmar que os colonos viviam cada um na lei que desejavam, ou reproduzir, a partir desta percepção a idéia de caos e desordem. O trecho em

²⁰⁹ O que não nos autoriza a reduzir a “experiência” a este conflito, uma vez que o Conselho Ultramarino era composto por homens que possuíam uma diversidade de trajetórias que perpassava todo o império português, desde o Brasil, Angola, Índia, China, Japão e etc.

que o Conselho Ultramarino, por meio das observações do ouvidor, expressa suas observações sobre os tumultos, mortes e roubos, como o próprio documento sugere, remete a um âmbito bem mais amplo, tanto do ponto de vista espacial, como também do ponto de vista discursivo. São muitos os documentos que fazem referência a violência e desordem nas conquistas. Documentos que ajudaram a construir no imaginário da época uma representação ambígua do *paulista*: ao mesmo tempo fundamental para a conquista (pela sua iniciativa, ambição, capacidade de lutar contra os índios e conquistar territórios) e também indômito, avesso às leis da metrópole e as regras de sociabilidade²¹⁰. Sérgio Buarque de Holanda mostra que havia pedidos para que homicídios no sertão fossem perdoados por não serem causados pela maldade, mas “pelo costume” e “pela falta de civilização”²¹¹. O costume, neste sentido estrito, aparece na documentação abordada por Holanda, como contrário de civilidade. A lei aparece como antítese de formas costumeiras de conquista de espaços. Em detrimento de uma análise da construção destas representações e das diferentes apropriações, analisaremos alguns aspectos que são silenciados, por estas representações e pelas características próprias da *empresa escriturística* do Império Português. O não cumprimento das leis oficiais não significou a ausência do poder metropolitano, de falta de direcionamento da colonização, pelo contrário, revela sua real presença, desnuda os mecanismos de seu funcionamento. Violência e ordem não são antônimos. A violência imediata da conquista, seja ela legitimada ou não pelos códigos oficiais, não se constituiu de forma alguma como obstáculo à “civilização”, mas ao contrário, a engendrou, a possibilitou²¹².

Este “costume” responsável pelos crimes remete como a própria palavra sugere, não ao caos, espaço em que os sujeitos vão “vivendo cada um na lei em que quer”, mas o costume é um código partilhado, reconhecido e legitimado nas relações sociais²¹³.

Requerer que se façam “justiças” não quer dizer apenas aplicar os rigores da lei aos “criminosos”, mas também legitimar o que foi adquirido de forma costumeira, por certidões, testamentos e etc., significava a oficialização do território conquistado. O que não quer dizer que o costume perderia seu valor social. Ele absorve e é absorvido pelas leis. Não seria

²¹⁰ SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra. *Op. cit.* pp. 109-147.

²¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 29.

²¹² Neste caso o específico confirma o geral, “a violência é a parteira de toda a velha sociedade que está prenha de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica” MARX, Karl. O Capital. Livro I. V. II. São Paulo: Ed. Cultural. Ed. Difel, 1985, p. 285.

²¹³ THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 19.

possível a ordem social em tão dilatadas conquistas sem um equilíbrio entre as leis oficiais e o direito costumeiro²¹⁴.

Distanciamo-nos de nosso foco de análise, a relação entre sistema administrativo e a formação de ambientes rurais, mas o fizemos no sentido de nos voltarmos a ele com mais elementos. Voltemos, portanto aos aspectos específicos, a partir de um trecho de uma carta de sesmarias.

Faço saber aos que esta minha carta de data de terra de Sesmaria virem que tendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer Domingos Leme da Silva que ele suplicante possuía um sítio nas Margens do Cuiabá rio abaixo, e teria de testada pelo rio mil, e duzentas braças ou o que na verdade se achar, e partia uma banda com João Dinis, e da outra com Manoel de Góis do Prado, e porque ele Suplicante se achava com gente bastante para a fábrica do tal sítio, o que queria haver por carta de Sesmaria para mais legitimamente a possuir, concedendo-lhe em nome de sua Majestade as terras e com a testada que até agora possuía segundo a demarcação que alegava e uma légua de sertão do mesmo sítio, correndo do rio para o mesmo sertão, e justamente as testadas fronteiras ao mesmo lugar em que o Suplicante tinha as suas casas de vivenda, e criação dos seus capados, por lhe não ser possível traze-las da outra parte pelo dano que farão aos sítios vizinhos e que deste mercê se fazia o Suplicante por ser um dos primeiros descobridores destas minas, em cuja diligência experimentou consideráveis perdas em atenção das quais me pedia lhe fizesse mercê conceder em nome de Sua Majestade que Deus guarde por carta de terra de Sesmaria as ditas terras²¹⁵.

Não precisamos recorrer às *entrelinhas* para percebermos a legitimidade proporcionada no campo do direito oficial pela concessão de uma sesmaria. São aspectos não tão explícitos que possibilitam emergir um conteúdo subterrâneo no qual o texto encontra um sentido mais amplo. O último trecho sublinhado revela um aspecto costumeiro de longuíssima duração. Em poucas palavras resume-se o que poderia ser narrado em uma epopéia. Primeiramente o trecho “por ser um dos primeiros descobridores destas minas” seguido por “em cuja diligência experimentou consideráveis perdas”, deixa claro o caráter *desbravador* de suas práticas, em que o direito de *conquista* impõe-se.

Na elaboração do tratado de Madri em meados do século XVIII, o princípio utilizado para legitimar o território conquistado, seja por portugueses ou por espanhóis, foi o *uti possedetis*, “velho princípio do direito romano” que legitimava a posse sobre os espaços conquistados²¹⁶. Este mesmo princípio, que era parte do cotidiano do conquistador, expressava sentimentos que *circulavam*²¹⁷, tinham legitimidade e eram apropriados pelos mais

²¹⁴ Mesmo na bandeira de Pascoal Moreira Cabral havia um escrivão, o português Manuel dos Santos Coimbra. SÁ, José Barbosa de. *Op. cit.*, p. 12.

²¹⁵ CARTA DE SESMARIAS concedida à Domingos Leme da Silva em 06 de março de 1727. AESP-Sesmarias-1720/1736 – V.III. São Paulo, 1937 apud SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 16-17.

²¹⁶ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 308. Ver também BASTOS, Uacury. *Op. cit.* p. 183.

²¹⁷ Sobre a noção de *circularidade* ver GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes... *Op. cit.* p. 15.

diversos grupos sociais (apropriação perceptível tanto nas práticas de conquista do espaço propriamente ditas quanto nas práticas discursivas nas quais os homens “letrados”, que habitavam/circulavam no termo da Vila Real, materializaram as apropriações desse princípio). Apesar das diferentes leituras sobre o *uti possidetis* e das relações de poder engendradas no contexto da conquista, esse princípio possibilitou a comunicabilidade entre os colonos de diferentes grupos e trajetórias, a governabilidade da metrópole sobre a colônia e a própria expansão colonial luso-americana²¹⁸.

A palavra *diligência* resume a suposta, e provavelmente efetiva, luta contra os ameríndios, que em todas as cartas que analisamos, não são referenciados de forma explícita como moradores das terras conquistadas. Desta forma perdiam não só o direito de viver em suas terras, como também direito à memória. Assim como o direito costumeiro das presúrias medievais portuguesas, a conquista da terra e sua legitimação pela lei de sesmarias “não podia se realizar em terras onde existiam direitos anteriores”²¹⁹ ou/e “em épocas e regiões em que as necessidades guerreiras e sociais tudo permitam ao conquistador, (...), em épocas de violência e em regiões fronteiriças”²²⁰.

Os colonizadores são sempre referenciados como o *primeiro*, ou *um dos primeiros*, o *morador mais antigo*. O que mostra que tanto o direito costumeiro quanto o oficial, estavam inseridos em uma lógica de *conquista* na qual o próprio *tempo*, além do espaço, é apropriado pelo conquistador, espacializando além de roças, casas, criações de animais, também uma memória hegemônica que reproduz e perpetua a legitimidade da conquista. O silêncio em relação ao confronto entre ameríndios e colonos nas cartas de sesmarias tem, contudo, outras implicações. Ao mesmo tempo em que o *sistema administrativo* reconhecia a luta e a recompensava por meio da carta, ele também ajuda a instaurar um marco divisório no tempo e um distanciamento desta luta, como algo anterior, precedente a sua presença. O caráter oficializante da lei de sesmarias é evidente em todas as cartas e requerimentos de sesmarias. No entanto, esta percepção não pode silenciar a articulação entre práticas de conquista dos colonos e do poder institucionalizado antes destas terras serem reivindicadas como sesmarias.

Um olhar desatento sobre as características do *modus operandi* da formação desta sociedade colonial poderia levar à ilusão de que houve uma transição de práticas sertanistas

²¹⁸ Muito mais amplo do que parece ser, este direito sobre a terra conquistada parecia natural ao colonizador e não encontrava muita dificuldade de obter legitimidade até mesmo entre os conquistados. O que nos mostra que o direito de dispor do território e da liberdade dos povos vencidos encontrava em diferentes culturas “conexões subterrâneas”, para utilizarmos a brilhante expressão de Ginzburg. GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

²¹⁹ RAU, Virgínia. *Op. cit.*, p. 35.

²²⁰ RAU, Virgínia. *Op. cit.*, p. 37.

ligadas ao aprisionamento de índios e exploração aurífera para uma economia consolidada em torno de produção de mercadorias, práticas comerciais e cobrança de tributos. Todas estas práticas, apesar de, cronologicamente, umas antecederam às outras, faziam parte de uma mesma rede de relações econômicas e sociais, que possibilitaram a formação de um substrato econômico necessário para avançar no processo de conquista. Todavia estas práticas adquiriram conexões diferentes, se recolocavam no processo, articulando-se a outros interesses, ganhando novas máscaras. Uma análise das práticas de conquista da terra para formação de ambientes rurais é um bom ponto de partida para entendermos como no processo de conquista práticas se reengendram.

Conquista: construção das distâncias.

A percepção da continuidade de algumas práticas, principalmente no que se refere ao aprisionamento de ameríndios para a exploração de mão-de-obra, não pode servir como base para a defesa da idéia de que os ambientes coloniais portugueses no centro da América do Sul eram espaços de violência generalizada, violência esta que poderia ser justificada pela distância das instituições do poder metropolitano e pela falta de “civilidade” dos colonos.

Na documentação que analisamos os sinais apontam para outra direção. Estes sinais, no entanto, só tornam-se indícios se percebermos a dimensão territorial da conquista portuguesa no centro da América do Sul. A formação de ambientes rurais ao longo dos caminhos fluviais e em torno dos povoados, arraiais e da Vila Real não podem ser vistas como apenas mais um aspecto da conquista portuguesa na região, mas constitui-se como um aspecto fundamental, sem o qual, não seria possível efetivar um projeto de colonização.

Em territórios litigiosos aos domínios hispânicos e de povos indígenas, a formação de ambientes rurais muitas vezes marcava as fronteiras tênues, entre a sociedade colonial portuguesa e os ambientes não colonizados. As correspondências de Rodrigo César de Meneses ao rei deixam evidente esta preocupação, estabelecendo como fundamental a existência de espacialidades rurais ao longo dos rios que levavam às minas do Cuiabá²²¹. A conquista da terra para a formação de ambientes rurais foi um processo, como o próprio termo *conquista* sugere, marcado por relações de confronto entre colonos e povos ameríndios. Uma análise das relações entre colonos e estes povos e autoridades metropolitanas é capaz de revelar alguns aspectos da formação da sociedade colonial que permanecem obscuros.

²²¹ CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, mss., microfilme Rolo 01, doc. 13, (AHU) – NDIHR/UFMT. REPRESENTAÇÃO de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732; mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Desde o princípio da colonização a presença de ameríndios pareceu ter um caráter aparentemente ambíguo para os conquistadores. Foi justamente a presença destes, e a possibilidade de aprisioná-los e vendê-los, que motivaram os paulistas a explorarem as regiões no centro da América do Sul, e ao mesmo tempo com a expansão da conquista os mesmos são referenciados como obstáculos para a colonização.

Esta ambigüidade, contudo, tem seus limites, e estes são percebidos quando rompemos a concepção simplista da antinomia colonos x índios e analisamos a relação dos colonos com os diferentes povos. Tanto os colonos quanto o sistema administrativo tinham uma noção muito clara desta diversidade, tanto que nas correspondências e nas representações cartográficas é perceptível a preocupação da identificação dos diferentes territórios como pertencentes a povos ameríndios.

Tem-se a percepção equivocada que a violência contra os índios era promovida pelos colonos a despeito dos interesses metropolitanos. Uma breve análise de alguns documentos, nos possibilita romper com esta percepção. Em 1725 o Conselho Ultramarino enviou correspondência a Rodrigo César de Meneses autorizando os “viandantes” que “levam cargas de fazendas para minas Gerais” a portar armas, com a condição de mantê-las prontas para o uso somente no trajeto pelas estradas, não podendo utilizar as armas “nas cidades e demais partes”²²².

Poderíamos, sem nenhuma reflexão, afirmar que a autorização real é insignificante, uma vez que fica evidente no próprio documento que as armas já eram utilizadas antes desta autorização, no entanto, se nos detivermos um pouco mais no *sentido* desta autorização, poderemos compreender que por meio dela o *sistema administrativo* metropolitano, não era apenas conivente com a utilização de armas, mas também tentava controlar e ordenar as ações dos colonos, em particular dos comerciantes que percorriam os caminhos de São Paulo para as Minas Gerais.

Em outro documento, uma provisão real de 1728, enviada ao governador de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, fica mais clara a constituição deste instrumento de controle sobre a utilização de armamentos. Nesta carta D. João V, ordenou que a jurisdição sobre a permissão ou não de utilização de armas nas estradas que ligam São Paulo às regiões mineiras deveria passar do ouvidor para o governador, e ordenou ainda “que se abstenha aqueles que o ouvidor mandou prender”, argumentando que,

²²² CARTA Conselho Ultramarino ao governador e capitão general da capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses. Lisboa, 13-08-1725. mss., livro C001 doc. 29, APMT.

nas grandes matas não só há feras mais ferozes mas facinorosos escondidos e negros fugidos que uns e outros vivem de roubos, mortes e insultos e para defesa e guarda dos passageiros seria mais conveniente o permitir (...) que pudessem levar armas, pistolas, clavinhas, espingardas, e todas as mais armas que lhe pertencem sem embargo de serem proibidas²²³.

A importância da manutenção do fluxo de pessoas e cargas nos caminhos que interligavam as diferentes regiões da América Portuguesa, articulava interesses de comerciantes, mineradores, proprietários rurais, preadores de índios, e obviamente, das autoridades metropolitanas. Em 1728 o Senado da Câmara solicitara autorização do rei para empreender “Guerra Justa” contra os Payagoá, com o principal argumento de estes ameríndios dificultarem o fluxo regular de pessoas pelas vias fluviais e atacarem as populações rurais que se espacializavam na beira dos rios²²⁴. O conflito se efetivou entre 1732 e 1734.

A legitimação da guerra contra os Payagoá por parte do rei é significativa, pois revela os mecanismos que justificam um conflito oficial entre os agentes coloniais portugueses e um povo ameríndio. É, preciso, contudo, não se deixar levar pela idéia de que a única forma, consentida pelo poder real, de entrar em conflito com os índios era mediante a “Guerra Justa”.

Em uma outra carta régia, de 1741, o rei elogiou a iniciativa do governador de São Paulo em empreender bandeiras contra povos ameríndios que causavam prejuízos aos colonos e a fazenda real. Bandeiras estas que foram feitas sem autorização real prévia. Mas ao mesmo tempo pondera que “não é lícito fazer guerra aos gentios sem procederem primeiro as diligências que dispõe as minhas leis, e ordem, e a minha real aprovação”²²⁵. Deste modo percebemos que as relações entre as expressões de poder são pautadas por questões que vão muito mais além do que a ordem ou a lei e a distorção destas. A adaptação das leis aos contextos e a violação deliberada destas atendiam interesses que articulam diferentes pontos do *sistema administrativo* e de formas não institucionalizadas de poder.

Embora os conflitos entre ameríndios e colonos portugueses fossem uma constante durante todo o período pesquisado, estes nunca atacaram o espaço urbano da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. O mesmo não se pode dizer dos ambientes rurais que muitas vezes funcionavam como fronteiras tênues entre as espacialidades coloniais e as sociedades indígenas. A existência de conflitos não oficializados não pode levar à construção de uma imagem dos ambientes rurais como espaço de violência generalizada e de *ausência* de instrumentos de poder que tentavam com mais ou menos êxito controlar estes espaços. A

²²³ CARTA do rei D. João V. a governador e capitão general da capitania de São Paulo Antonio Caldeira Pimentel. Lisboa, 14-06-1728. mss., livro C001 doc. 42, APMT.

²²⁴ Sobre a relação entre espanhóis e portugueses e payagoás ver capítulo I.

²²⁵ CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 18-08-1741. mss., livro C001 doc., APMT.

“ausência” da empresa escriturária não significou ausência dos instrumentos do poder metropolitano, manifestado de outras formas, conformando e orientando práticas, articulando-se a formas costumeiras de conquista.

Sob esta ótica é possível inverter a metáfora do *sol* e a *sombra*, construída pelo padre Antônio Vieira e tão reproduzida pela historiografia para tratar das distorções entre o poder central e a execução das leis na América Portuguesa. Ao invés de pensar na *sombra* como distorção, à medida que esta distancia-se do sol, do poder central, podemos pensar estes pontos sombrios, obscuros do funcionamento do *sistema administrativo* como *lugares* onde se revelavam sua real (em todos os sentidos da palavra) presença, onde desnudavam-se mecanismos do seu funcionamento, que permanecem ofuscados, não pela sombra, mas pelo excesso de claridade, que também leva à dificuldade de enxergar, representado, muitas vezes, pela imagem que o poder central fazia de si mesmo, pelas leis que impunha, pelos ideais que propagava, e que muitas vezes se reinventavam ou até se desfaziam nas colônias, mas não (ou não apenas) pela distância, mas por questões como estas que analisamos anteriormente.

A construção simbólica desta *distância*, contudo, era necessária para o bom funcionamento do *sistema administrativo*. Lembramos que muitos dos documentos que analisamos sobre a questão dos conflitos contra os ameríndios eram de circulação estrita, pois muitos membros do *sistema administrativo*, guiando-se pelas leis do Império Português, denunciavam o abuso dos colonos e a conivência de autoridades portuguesas com o aprisionamento de indígenas sem *guerras justas* ou ordem real. Um documento significativo que mostra estas tensões foi enviado ao rei pelo ouvidor da Vila Real do Cuiabá,

Consta-me que no decurso da referida viagem²²⁶ prisionou o dito Capitão Antonio de Pinho de Azevedo, e seus camaradas bastante gentio Bororo que por justificação que fizeram nos Guayazes de ser o dito gentio guerreiro e confederado com o Caiapó, se julgaram cativos todos, os que prisionaram; e com efeito vi um bando do conde de Sarzedas, governador desta capitania, em que declara o dito gentio cativo; mas os fundamentos dele são tão leves...²²⁷.

Neste caso específico era o capitão-general, com aprovação real, que *distorcia* e *desconsiderava* a lei enquanto o ouvidor da Vila Real exigia que ela fosse cumprida com mais rigor²²⁸. Mostra-se assim que o jogo entre o *sol* e a *sombra* não era uma questão de distância

²²⁶ Faz referência ao retorno de Antonio Pinho de Azevedo à Cuiabá após a execução do caminho que ligava Cuiabá à Goiás.

²²⁷ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

²²⁸ É óbvio que não podemos ser ingênuos em identificar as palavras do ouvidor como neutras. Eram muitos os interesses que opunham as autoridades, no entanto a utilização deste argumento pelo ouvidor, para junto ao rei fragilizar a autoridade do capitão-general, valida nossa conclusão.

geográfica, entre o império e suas colônias, mas uma relação que disseminava *distâncias* nos diferentes pontos do *sistema* e implicava em espacializações nos ambientes de conquista.

Entre a administração e o costume: relações de poder e diversidade social na posse da terra.

No começo deste capítulo afirmamos que a relação entre a empresa escriturária e a tradição oral implicava em uma relação que ligava o sistema administrativo aos códigos costumeiros. Uma outra carta de sesmarias possibilita analisarmos outros aspectos desta questão.

Rodrigo César de Meneses, etc. (...) por sua petição me enviou a dizer Antônio Borralho de Almada, morador destas minas, que formando sítio e roças neste rio do Cuiabá abaixo, sendo um dos primeiros povoadores da dita paragem, onde tinha mais uma beirada de matos, as quais cercavam as suas roças e possuindo-as de boa fé não pedira delas sesmaria, e porque tinha de presente notícia de que Anselmo Gomes Ribeiro alcançara sesmaria das ditas beiradas de terras, sem prejuízo de terceiro, e o suplicante se achava prejudicado por lhe pertencerem as ditas terras pelas razões alegadas, e pretendia se lhe concedesse por carta de sesmaria com cento e cinquenta braças de testada de uma e outra parte do seu sítio, tanto rio abaixo como rio acima, com meia légua de sertão (...) Correndo o sertão ao rumo de leste e constava pela vistoria que fizera o provedor da Fazenda Real, que junto oferecia, (...), mandando recolher a carta de sesmaria passada a Anselmo Gomes Ribeiro para que em tempo nenhum pudesse prejudicar ao suplicante, e atendendo as razões que alegou vistoria feita nas ditas terras, a resposta do provedor da Fazenda Real em que não pôs dúvida, e ser em utilidade dela cultivarem-se as terras nesta Capitania, pelo acréscimo dos dízimos reais, e aumentos destas Minas²²⁹.

Primeiramente, destaca-se que o requerente era um dos primeiros “povoadores” do local no qual este pede a concessão das terras e em seguida informa que ele já possuía estas terras de “boa fé” e por isso não havia feito o requerimento antes. Há uma tensão latente no pedido de Antônio Borralho, uma disputa de terras, que coloca em evidência as relações entre a posse jurídica e a posse costumeira da terra. É o provedor da Fazenda Real que faz a *vistoria* para averiguar se Antônio Borralho ocupava de fato a terra. A averiguação por parte do *sistema administrativo* da veracidade da argumentação do requerente foi suficiente para que fosse considerada inválida a concessão de Anselmo Gomes Ribeiro. Seria muita ingenuidade da nossa parte afirmar que as elites locais respeitavam irrestritamente as leis que definiam os direitos sobre a terra, mas seria uma radicalização igualmente descabida afirmar que estas leis não tinham importância, prevalecendo somente algo como a *lei do mais forte*. Os códigos costumeiros impunham regras no funcionamento do *sistema administrativo*.

²²⁹ CARTA DE SESMARIAS concedida à Antonio Borralho de Almada em 07 de fevereiro de 1727. AESP-Sesmarias-1720/1736 – V.III. São Paulo, 1937 apud SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 14-16.

As relações entre ambos, contudo, tendia ao desequilíbrio. Em documento datado de 1741, o provedor da Fazenda Real reclama ao rei sobre a grande quantidade de terras que não foram doadas como sesmarias e eram ocupadas por poucos senhores,

Cada um quer ser o senhor de meio mundo para trazer os seus gados e não dão lugar para que se façam mais fazendas dele, o que é muito prejudicial ao estabelecimento da terra (...). Me parece ser conveniente ao real serviço de v. majestade (...) que cada um seja conservado nas terras que estão de posse (...). Com só dois currais de muito pouco gado se tomam mais de vinte léguas de terra em que se podiam fundar muitos para a fartura da terra e aumento dos dízimos²³⁰.

Diferentemente das cartas que sesmarias de analisamos anteriormente, que foram concedidas entre 1726 e 1728, o documento de 1741, foi escrito em um momento de mudança na estrutura fundiária da região. A partir de 1736, com a abertura do caminho de terra que interligava Cuiabá a outras partes da América Portuguesa, as minas do Cuiabá e também as minas do Mato Grosso, receberam uma grande quantidade de gado, que gerou a aplicação de capitais em atividades pastoris²³¹ e a formação de espacialidades rurais até então não citadas na documentação: os *currais*. Pelo que percebemos no documento o *sistema administrativo* não estava conseguindo, pelo menos não com a eficiência desejada, controlar o acesso a terra.

É interessante perceber, por meio das palavras do provedor da fazenda real, o *lugar* que os espaços rurais ocupavam na ótica do sistema administrativo. É inegável que havia margem de manobra para as elites locais transformarem espaços rurais em instrumentos de poder, mas havia a preocupação com outras questões, como o aumento de arrecadação e a produção mais diversificada de gêneros alimentícios, além da ocupação mais intensa dos ambientes rurais²³². Mas é outra questão que nos conduzirá ao ponto que queremos chegar.

A relação entre a oralidade das relações costumeiras e as malhas escriturárias do sistema administrativo, não pode ser confundida com um antagonismo entre a opressão *estratégica* da empresa escriturística e a resistência *tática* da oralidade. Ao contrário do que se poderia imaginar, a transferência do oral para o escrito não significou a transferência de poder das classes subalternas aos poderosos. Esta tradição, ou direito costumeiro, caminhava junto com o direito oficial, ora de forma paralela, ora entrecruzando-o. Vejamos o que Thompson aponta sobre o costume na Inglaterra do século XVIII,

²³⁰ PARECER do Conselho Ultramarino ao rei D. João V AHU-MATO GROSSO, cx. 3, doc. 5 V. Lisboa, 09-02-1741. mss., microfilme Rolo 03, doc. 144, (AHU) – NDIHR/UFMT.

²³¹ Trataremos desta questão de forma mais detalhada no próximo capítulo.

²³² Por outro lado não podemos ser levados a pensar que o universo das fazendas era desprovido de povoamento, havia nas fazendas escravos, camaradas e agregados que compunham estas espacialidades rurais.

O costume constituía a retórica da legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes²³³.

Apesar de tratar-se de espacialidades completamente distintas, acreditamos que a reflexão de Thompson possibilita generalizações quanto a alguns aspectos. O costume é uma “arena” e não havia imobilidade em sua reprodução. O próprio termo tradição, em seu sentido etimológico “traditio” significa “aquilo que se entrega que é passado de geração a geração”²³⁴. O costume desta forma era apropriado pelas diferentes camadas da sociedade. A relação entre o oral e o escrito envolve relações de forças sociais circunscritas na disputa pelo controle da legitimidade da ocupação dos espaços, durante a efetivação do processo de conquista. Percebemos que o costume e a lei oficial não eram dois campos paralelos, mas campos que se entrecruzavam e se espiralavam, para legitimar práticas sociais. A relação entre o sistema administrativo e o universo das práticas não pode ser analisada como oposição entre a ordem do sistema e a desordem das práticas, mas sim a relação, ora de complementaridade ora de disputa, entre diferentes formas de ordenação de práticas.

Estudos sobre a formação das elites em diferentes regiões da América Portuguesa têm reaquecido a tese do “*patrimonialismo*”, de Raimundo Faoro. Tanto Ilana Blaj²³⁵ em seus estudos sobre a sedimentação da elite paulista, como João Luís Fragoso²³⁶ sobre a formação da elite fluminense destacam o papel desta mesma elite nas instituições da administração, em especial na câmara. Uma das características da formação destas elites foi, para estes autores, a conquista de terras para o desenvolvimento de atividades agrícolas. No artigo *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII)* Fragoso analisou práticas, do que ele próprio chamou de uma hierarquia social excludente.

Antes de qualquer observação é necessário expor que o artigo de Fragoso analisa a formação de uma “elite senhorial” no Rio de Janeiro, no século XVI e XVII, embora o objetivo do artigo e da coletânea como um todo, sugira generalizações. Talvez a preocupação demasiada com o problema central da análise tenha levado o autor a pensar a relação da elite

²³³ THOMPSON, E. P. *Op. cit.* p. 19.

²³⁴ CASTRO, Sueli Pereira. A festa de santo na terra da parentalha. Festeiros, herdeiros e parentes. Sesmarias na baixada cuiabana – Mato Grosso. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2001, p. 27.

²³⁵ BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, nº.36, p.281-296. BLAJ, Ilana. São Paulo em inícios: a sedimentação da riqueza e do poder. In AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

²³⁶ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII) in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

entre si e desta com as outras camadas de forma engessada por uma concepção restrita das relações entre os diferentes grupos sociais.

O primeiro ponto complicado que identificamos na análise de Fragoso, e que também foi alvo de críticas por Laura de Mello e Souza, foi a utilização de conceitos antropológicos de Mauss e Godelier para analisar as relações desta elite entre si e com a sociedade de uma forma geral. Formulações conceituais como *economia do bem comum* e *economia política de privilégios*, elaboradas por Fragoso e como aponta Souza “nem sempre claras o suficiente (...) contaminadas, talvez, por uma imprecisão do próprio Hespanha²³⁷, a *economia do dom*, que desloca a análise feita por Mauss com base sobretudo num mundo desmonetizado e a lança no universo do capitalismo nascente”²³⁸. A influência da antropologia não para por aí. Segundo João Fragoso a *nobreza da terra* no Rio de Janeiro pode ser analisada como “bandos” que se assentavam em “redes de alianças”²³⁹. A influência de Mauss e Godelier, e também de Hespanha, é flagrante no trecho em que Fragoso utiliza a expressão *rede de reciprocidades*, de *dons e contradons* para caracterizar as relações entre os membros destes *bandos*²⁴⁰. Em relação à acumulação de riquezas nestes *bandos*, ou das *famílias da nobreza da terra*, Fragoso afirma,

Trocando em miúdos, a constituição de fortunas daquelas famílias baseou-se na combinação de três práticas institucionais vindas da antiga sociedade lusa: a conquista/guerras – prática que nos trópicos se traduziria em terras e homens, a “baixos custos”, porque foram apossados das populações indígenas; a administração real – fenômeno que lhes dava, além do poder em nome del Rey, outras benesses via sistema de mercês; o domínio da câmara – instituição que lhes deu a possibilidade de intervir no dia-a-dia da nova colônia²⁴¹.

Entre as três práticas mencionadas, aquela que mereceu mais atenção do autor foi a terceira, ou seja, o “domínio da câmara”. As câmaras, segundo o autor, “em nome do bem comum da República, intervinham no mercado controlando os preços e serviços ligados ao

²³⁷ Referência de Laura de Mello e Souza ao historiador português Antonio Manuel Hespanha que serviu de referência para a construção do texto de Fragoso e de vários outros textos da coletânea *Antigo Regime nos Trópicos*. FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÃ, Maria de F. (orgs). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²³⁸ SOUZA, Laura de Mello e. O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo, Cia das Letras, 2006. p. 59-60.

²³⁹ FRAGOSO, João. A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII). *Op. cit.*, p. 50.

²⁴⁰ FRAGOSO, João. A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII). *Op. cit.*, p. 50.

²⁴¹ FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII), *Topoi*, nº 1. Rio de Janeiro, 7 letras, 2000, p. 66-68.

abastecimento da cidade”²⁴². A ação dos *bandos* só era possível, segundo Fragoso, pela existência de um “mercado imperfeito, ou melhor, regulado pela política”²⁴³. O autor acrescenta que “com isso a hierarquia social excludente do Antigo Regime e sua economia do bem comum – surge como o pecado original da sociedade colonial”²⁴⁴.

As observações que faremos sobre o texto de João Fragoso, não devem ser entendidas como esforço em provar que não havia uma elite que manipulava instrumentos de exclusão social. Até achamos bastante conveniente a utilização da noção de “hierarquia social excludente”. Há, no entanto, limites desta percepção que precisam ser discutidos. O primeiro ponto permeia todos documentos que citamos anteriormente, mesmo que de forma implícita: a questão do *bem comum*.

Seja na documentação local, colonial ou metropolitana o “serviço de vossa majestade, ao bem comum e a conservação dos povos” são argumentos e crenças que justificam e legitimam práticas sociais das mais diversas. O que se denominava *bem comum* não pode ser analisado em termos de uma economia, ou melhor, de relações de intercâmbio, restrita às elites. Percorrendo os documentos produzidos entre 1719 e 1750 em relação ao *termo* da Vila Real, as iniciativas para o *bem comum* são bem amplas, indo de construção de hospitais e casas de misericórdia com intuito de salvaguardar os *pobres* à abertura de caminhos terrestres que beneficiavam principalmente comerciantes, proprietários rurais, mineradores e a própria Coroa. Muito mais que um princípio da legislação o *bem comum* reproduzia elementos constitutivos da sociedade portuguesa e colonial, atravessando transversalmente as diferentes esferas, do político, do econômico, do social, do cultural e do religioso²⁴⁵.

Tratando-se especificamente dos espaços reservados no meio rural para o *bem comum* fica explícito nas cartas de sesmarias que os caminhos devem ser concedidos tanto para o *público* quanto para *particulares*. Era bastante recorrente que *particulares* abrissem caminhos e usufríssem de mercês, ou seja, de privilégios, seja de transportar em exclusividade determinadas mercadorias ou de obter vantagens na arrematação dos contratos de passagens sobre estes caminhos. Tanto a iniciativa financiada pela Fazenda Real quanto os

²⁴² FRAGOSO, João. A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII). *Op. cit.*, p. 47.

²⁴³ FRAGOSO, João. A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII). *Op. cit.*, p. 49.

²⁴⁴ FRAGOSO, João. A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII). *Op. cit.*, p. 49.

²⁴⁵ O princípio do bem comum, se ajuda a romper com uma concepção de império português frio, calculista, desumano, concepção esta ancorada em valores contemporâneos, também não pode levar à construção de uma imagem de um império humanitário, a ponto de renunciar interesses políticos e econômicos mais amplos, tomando novamente como parâmetros valores atuais. Mais que qualquer outra coisa, este princípio demonstra as contradições existentes na sociedade colonial e, mais especificamente, no sistema administrativo português.

investimentos de indivíduos ou sociedades de capital particular estavam na esfera do *bem comum* segundo a ótica do *sistema administrativo*.

No documento de 1741, do provedor da fazenda real, no qual este reclama do abuso dos moradores em relação ao acesso à terra, este aponta que para o “estabelecimento dos povos”, o “serviço de vossa majestade”, ou seja, ao *bem comum* era mais conveniente que as terras fossem concedidas em menores áreas para mais moradores, para que não houvesse falta de alimentos e para aumentar a arrecadação dos dízimos. O princípio do *bem comum* não pode ser visto de forma unilateral, ele circulava entre os diferentes grupos sociais e instituições de poder, sendo apropriado das formas mais diversas. Seja para construir um orfanato ou hospital seja por um grupo de comerciantes que desejam ampliar seus negócios.

A noção de Fragoso, de “economia política de privilégios” garantida pelo sistema de mercês também pode ser alvo de críticas no mesmo sentido, já que os privilégios e as mercês, embora tendessem a serem apropriados pela elite, não podem ser vistas como inseridas em relações internas, de um ou de vários bandos pertencentes a apenas um grupo social. Nas cartas de sesmarias, em particular a última carta citada, percebemos que havia outros caminhos para alcançar mercês, e que estas não são necessariamente sinônimas de riqueza.

No que diz respeito ao acesso à terra para o desenvolvimento de atividades produtivas é profícuo perceber o ambiente colonial como um espaço de *conquistas* e recorrer à análise das formas costumeiras de legitimação destas. Segundo Virgínia Rau “para levar o homem a romper o brejo, a empunhar o machado para lutar contra a floresta e a pegar no arado para arrotear a terra brava, só a concessão de terrenos e de liberdade pessoal seriam estímulos suficientemente fortes para o conseguir”²⁴⁶.

Mutatis mutandis a situação colonial do centro da América do Sul necessitava da reprodução de alguns mecanismos do direito costumeiro que já estavam infiltrados na própria lei de sesmarias. Analisando a concessão de sesmarias em uma área de fronteira entre América Portuguesa e América Espanhola, Helen Osório afirma que “no extremo sul nunca houve a exigência de propriedade de escravos para obtenção de sesmarias. O interesse da metrópole em ocupar este território fez com que as exigências fossem mínimas para o acesso legal à terra”²⁴⁷. A utilização dos termos *exigências mínimas* deve ser tomada com cautela, pois reflete uma visão da conquista da terra que *confessa* o legado da tradição historiográfica brasileira.

²⁴⁶ RAU, Virgínia. *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa: Ed. Proença, s/d. p. 28.

²⁴⁷ OSÓRIO, Helen. Conflitos e apropriação da terra: região platina, século XVIII. In In AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, p. 336.

Em uma carta de sesmarias já citada justificou-se a concessão da carta pelo suplicante “ser um dos primeiros descobridores destas minas, em cuja diligência experimentou consideráveis perdas em atenção das quais me pedia lhe fizesse mercê”. A lógica de todo o trecho citado poderia ser resumida em um silogismo, com duas premissas *por ser primeiro povoador e por lutar contra os índios e contra as adversidade do meio* com a conclusão: *logo merece receber as terras por mercê dos serviços prestados a v. majestade*. Mercê denotava privilégio em uma sociedade onde as *mercês* e *honras*, ao lado do poderio econômico, eram definidores de *status quo*. A posse de terras pode ser vista como um privilégio, embora não garantisse poder político e riqueza.

Neste ponto de nossa análise já parece bastante fragilizada a hipótese da relação entre sesmarias e latifúndio em termos de *causa/conseqüência*. A lei de sesmarias não traz em si as raízes do latifúndio. Tal suposição só pode se tornar passível de convencimento tendo como argumentação um raciocínio inválido: *se em determinada região em que foram concedidas cartas de sesmarias foram constituídos latifúndios, logo a sesmaria foi a origem do latifúndio nesta região*.

Reconhecer uma conquista pré-estabelecida de colonos que sob a ótica tanto institucional como costumeira participaram ativamente da luta pela conquista, colocando em risco *sua vida e fazendas*, ampliando as fronteiras do Império Português, não pode ser interpretado como *exigências mínimas* para posse oficial das terras por sesmarias, a não ser que confundamos exigências legais com poder monetário. Entre ambos há sem dúvida laços íntimos, mas não podemos ser levados ao engodo de uma visão viciada do patrimonialismo como estrutura estruturada.

É interessante perceber na análise de Fragoso que quando este trata das relações entre as elites há momentos em que desaparecem as relações econômicas, de poder, e entram em cena as redes de alianças, reciprocidades, *dons e contradons*. Mas quando são analisadas as relações das elites com os outros grupos sociais a inflexão antropológica dá lugar a relações sociais pautadas por elementos bem menos complexos,

Para as “negociações” com outros grupos subalternos sociais (como os lavradores de alimentos e de cana) basta lembrar que alguns dos mecanismos utilizados entre as *próprias principais famílias da terra*, como o compadrio, o fornecimento de serventias, e mais as possibilidades dadas pelas leis do Reino (...) ²⁴⁸.

²⁴⁸ FRAGOSO, João. A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII). *Op. cit.*, p. 60.

A utilização do termo “negociações” (citado entre aspas pelo autor) que sugere trocas, inclusive simbólicas, recíprocas, embora assimétricas, é ao longo da citação transformado em uma relação de poder de mão-única, em que relações costumeiras como compadrio, são vistas apenas como “mecanismos” utilizados por esta elite.

De acordo com Fragoso, “o poder da nobreza da terra estava assentado em redes de alianças e, igualmente, a autoridade do governador passava pelas negociações com esses “bandos” e “aparentados”²⁴⁹. Notamos uma diferença significativa quando o termo “negociações” (citado sem aspas) é utilizado para analisar a relação desta elite com as autoridades metropolitanas, denotando relações de poder e de troca entre estes.

Não podemos tirar o mérito de João Fragoso quanto à imensa contribuição de suas pesquisas para a história econômica do período colonial e em especial para a análise da formação das elites e das diversas formas utilizadas por estas para acumular capital. Nossos apontamentos não têm como objetivo negar a estratificação da sociedade colonial. A percepção, contudo, da existência de uma “hierarquia social excludente” deve ser analisada em perspectiva. Longe de nós criticarmos a utilização de termos e conceitos antropológicos no trabalho historiográfico. Nossas considerações estão direcionadas no sentido de problematizar a questão das relações de poder entre os grupos sociais e a *articulação* destas relações com o *sistema administrativo* português.

O caráter *excludente* não pode ser entendido como um fim, mas como uma característica da estrutura da sociedade que é anterior à ação, ou seja, um conjunto de práticas que se conformam em um sistema de significados, mas que só podem ser compreendidos se pensarmos as estruturas como *estruturantes*. O resultado destas práticas excludentes deve ser avaliado nos interstícios dos jogos de poder entre os diferentes grupos sociais, mediados por instituições, por sistemas de valores e etc. O que só é possível diminuindo a escala, como pretendemos neste capítulo.

Em artigo recente Antonio Manuel Hespanha, respondendo as críticas de Souza afirmou que “no fundo, os escravos estavam, para as sociedades coloniais, como criados, aprendizes, moços e moças de lavoura, rústicos ou camponeses, para as sociedades européias. Milhões de pessoas, praticamente desprovidas de direitos, à mercê dos pais de família”²⁵⁰. Parece-nos uma afirmação no mínimo precipitada dada a complexidade das relações de poder nas sociedades coloniais.

²⁴⁹ FRAGOSO, João. A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII). *Op. cit.*, p. 61.

²⁵⁰ HESPANHA, Antonio Manuel. Depois do Leviathan. Almanack braziliense nº 5, 2007. p.55-66, p. 66. Interessante o emprego da palavra “fundo”, que retira a objetividade da afirmação, mas não anula seu peso.

O campesinato encontrou espaço para desenvolver-se no limites entre a pressão da estrutura social polarizante entre senhores e escravos e dos interesses da metrópole e dos colonos em povoar os territórios de fronteira e de abastecimento das minas. No entanto a territorialização deste campesinato luso-americano remete, além do processo de conquista em uma região específica, a uma característica da formação da sociedade colonial no contexto da expansão da modernidade ibérica, e mais especificamente portuguesa, na América.

As elites tinham, sem dúvida, uma margem de manobra para construir poder e riqueza por meio da posse, muitas vezes não oficial, da terra. Havia limites, contudo, para estas manobras, limites que muitas vezes eram justamente aqueles expressos nas próprias malhas do *sistema administrativo* e na possibilidade dos colonos reivindicarem seus direitos ao poder metropolitano, muitas vezes ancorados, como já vimos, em códigos costumeiros.

A análise que esboçamos das relações de poder como parte do *modus operandi* da formação de ambientes rurais no centro da América do Sul, possibilita-nos romper com visões pré-concebidas que limitam a percepção da complexidade e diversidade dos ambientes rurais, abrindo caminho para que nos próximos capítulos a questão possa ser tratada de forma mais aprofundada. Neste capítulo privilegiamos as questões *políticas*, mas não em prejuízo aos aspectos econômicos que serão tratados a seguir.

Campesinato e escravidão na terra da conquista

O termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não- apenas-camponesa e/ou extra-historicidade. Essas idéias são como espantalhos coisas que as crianças se encantam em derrubar.

Teodor Shanin

Nos dois primeiros capítulos abordamos a espacialização dos ambientes rurais no contexto da conquista portuguesa no centro da América do Sul. No terceiro abordamos a conquista e a legitimação da posse da terra em relação ao *sistema administrativo*. Em ambos demonstramos que diferentes agentes (homens de posses, livres pobres, escravos, negros, ameríndios, brancos, mestiços) encontraram na posse da terra ambientes de reprodução econômica e social e formaram ambientes rurais distintos (engenhos, fazendas, currais, roças). Optamos por não reservar um capítulo ou parte específica da dissertação para categorizar as diferentes formas de posse ou de propriedade da terra. Tratamos delas de forma diluída nos capítulos, com exceção das formas camponesas de produção, às quais dedicamos uma análise mais aprofundada.

Desde já delimitamos que não é nosso objetivo reconstruir uma história social do campesinato, mas sim demonstrar a sua existência e a sua participação na reprodução da economia colonial que se interiorizou no centro da América do Sul, na primeira metade do século XVIII. Tal interesse sobre este grupo específico decorre da forma como a historiografia, mesmo a mais recente, tem ignorado sua importância (quando não sua existência) para a economia reproduzida na América Portuguesa. Acreditamos não apenas na importância econômica (pra não falar da social e cultural) deste segmento como acreditamos que a análise do campesinato e da chamada “produção de subsistência”, pode, como pretendemos mostrar neste e nos próximos capítulos, revelar aspectos importantes sobre, inclusive, a dinâmica do “sistema colonial moderno”. Mas neste capítulo, em relação ao campesinato, faremos apenas a discussão historiográfica e conceitual e uma caracterização da dinâmica da economia internalizada para que nos próximos discutamos a relação entre as diferentes formas de produzir com os sistema econômico mais amplo.

Analisar a formação de um segmento camponês (ou segmentos camponeses) na América Portuguesa é uma questão sobre a qual se impõe uma série de obstáculos, que

acabam, por muitas vezes, desencorajando os pesquisadores, que se propõe em reconstruir a diversidade dos ambientes rurais, em utilizar o termo/conceito/noção de “camponês” e seus derivados, “campesinato”, “campesino” e etc. A preferência por termos mais “descritivos”, como agricultores livres e pobres, ou “de época”, como “roceiros”, tem sido a opção da maioria dos historiadores quando analisam a exploração da terra em pequena escala e com a força de trabalho familiar como essencial para a reprodução econômica²⁵¹.

A desconfiança em relação à existência de segmentos camponeses na América Portuguesa, se em princípio dificulta as pesquisas, do mesmo modo obriga os historiadores que se propõe ao estudo do campesinato a discutir com mais profundidade as razões da opção por esta noção, assim como justificar sua aplicação, a não ser que a opção seja ignorar a discussão e tratar do campesinato apenas como uma categoria sociológica a-histórica, o que de antemão, afirmamos que não pretendemos fazer.

Não é novidade e não levanta polêmica a afirmação de que o campesinato não é um objeto consagrado na historiografia brasileira. Todos os historiadores que trataram do tema apontaram esta questão. Stuart Schwartz, por exemplo, em “Escravos, roceiros e rebeldes” afirmou que “embora tenhamos agora um panorama relativamente completo da escravidão brasileira, os pequenos proprietários rurais livres permanecem marginais nos estudos do brasileiro, em geral sujeitos a diversas interpretações e rótulos”²⁵².

Em outros países latino-americanos, como o México, por exemplo, os estudos sobre o campesinato ocupam espaço significativo na produção historiográfica. Mais do que fatores puramente acadêmicos, aspectos históricos ajudam a explicar este interesse pela história dos camponeses mexicanos. O principal deles, a nosso ver, está ligado ao processo que ficou conhecido como Revolução Mexicana. Um movimento eminentemente camponês, que apesar de ter ocorrido no primeiro quarto do século XX, teve (e tem) implicações profundas na história posterior do México, e, além disso, (e também por isso) na produção do conhecimento histórico sobre os períodos anteriores.

Outros fatores não podem ser desconsiderados, como o fato da América Portuguesa não contar com a presença de grandes sociedades agrárias ameríndias e de que a exploração metropolitana de atividades produtivas na América Portuguesa, emergiu de forma sistemática

²⁵¹ Em nada somos contrários à utilização destas definições, utilizamos várias vezes neste trabalho o termo “roceiros” e também “agricultores livres pobres”, o que pretendemos demonstrar é que a percepção da “campesinidade” destes grupos amplia a compreensão do processo histórico que possibilitou a emergência destes contingentes populacionais.

²⁵² SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Edusc: Bauru-SP, 2001, p. 124.

com a produção de cana-de-açúcar em larga escala para o mercado externo, com a exploração da escravidão africana.

Mesmo assim, não acreditamos que o descaso da historiografia brasileira com os segmentos camponeses tenha qualquer relação com a pouca importância ou significado histórico deste grupo na sociedade colonial. Também os aspectos históricos são determinantes em nosso caso. Apesar de uma série de movimentos sociais importantes, contarem com a expressiva participação de agricultores pobres, desde pelo menos a primeira metade do século XVIII²⁵³, nunca houve a identificação destes episódios, como movimentos camponeses. A falta de uma “memória camponesa” implica em pouco interesse da historiografia pela questão, e a não percepção de continuidades ou de características históricas estruturais destes segmentos.

Uma breve análise sobre alguns autores clássicos da historiografia brasileira revela alguns aspectos que “entravam” a produção de conhecimento sobre o campesinato. Não é nosso objetivo responsabilizar estes autores pelo pouco interesse ou até a não percepção da existência do campesinato na América Portuguesa, o que equivaleria atribuir um papel para a historiografia que ultrapassaria muito o âmbito da produção acadêmica e desvincularia o lugar da produção de conhecimento à sociedade de uma forma geral. Não sendo o objeto desta pesquisa essa relação (produção do conhecimento x sociedade) apenas destacaremos “heranças” desta produção que ainda orientam os estudos dos historiadores do agrário colonial. A escolha das obras, embora não aleatória, guarda um grau de arbitrariedade, contudo acreditamos que revelam muitos elementos da cultura historiográfica em relação aos agricultores livres e pobres.

Algumas matrizes da historiografia brasileira e a questão do campesinato

Alguns autores são pouco referenciados pelos historiadores, embora a presença tácita de suas formulações seja bastante evidente. É o caso Oliveira Viana. Na obra “Populações meridionais do Brasil”, Viana construiu uma interpretação que buscava dar conta de aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos, culturais. As influências de teorias raciais, da antropologia e da psicologia social nortearam a visão de Oliveira Viana sobre o “mundo sertanejo”.

Na sociedade colonial, o desejo de enriquecer, de ascender, de melhorar, de gozar os finos prazeres da civilização só pode realmente existir no homem de raça branca. O

²⁵³ PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil. Op. cit.* p. 82.

negro, o índio, os mestiços, de um e outro, esses, na sua generalidade, não sentem, senão excepcionalmente, nos seus exemplares mais elevados, a vontade de alcançar essas situações sociais, cujo gozo e a importância só o homem de raça ariana com a sensibilidade refinada pelo trabalho de uma lenta evolução, sabe apreciar devidamente²⁵⁴.

Muitas das afirmações de Viana sobre as características da sociedade colonial têm como pano de fundo estes pressupostos. O ponto nevrálgico da tese de Viana é a compreensão de que o latifúndio, em torno do qual o restante da sociedade gravita, é responsável pela simplificação das relações sociais e entrave ao desenvolvimento humano, a civilidade e a solidariedade.

O nosso latifúndio fazendeiro, com a sua formidável função simplificadora, se faz, em toda a nossa história, o mais poderoso obstáculo à constituição dos centros comunais. (...) De modo que, nem no passado, nem no presente, não tem sido possível organizar essas vivazes comunidades locais, que foram a glória histórica da Idade Média e são ainda agora o melhor padrão de gênio político da raça inglesa²⁵⁵.

O fato de partir de tal caracterização não impediu que o autor visualizasse grupos sociais que se reproduziam de forma mais ou menos independente dos grandes domínios. As relações que estes grupos e os latifundiários estabeleciam foram assim definidas por Viana: “Entre essa classe (proletariado do campo) e a aristocracia senhorial as relações de interdependência e solidariedade não tem nem permanência, nem estabilidade. São frágeis e frouxas. Não se constituem solidamente”²⁵⁶.

Mesmo visualizando este grupo, ou “classe” como prefere o autor, sua imagem é opaca, escondida entre concepções teóricas pragmáticas e conceitos raciais. Em detrimento de uma análise aprofundada das relações entre grupos sociais mais ou menos autônomos e os latifúndios, Viana empenhou-se em demonstrar como os latifúndios sertanejos e tudo que existia perto deles eram obstáculos para o desenvolvimento da sociedade. O autor desmerece o valor social desta “classe intermediária”, “proletariado do campo”. Para Viana

Em nossa economia social, tudo trama, então, e conjura contra a pequena propriedade, o seu desenvolvimento, a sua prosperidade, a sua preponderância. Dela o que até agora existe não tem valor social, nem valor histórico assinalável. São esboços apenas, mal vislumbráveis entre a espessa florescência dos grandes domínios²⁵⁷.

²⁵⁴ OLIVEIRA VIANA, Francisco José. “Populações meridionais do Brasil” in SANTIAGO, Silvio (org.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 1011.

²⁵⁵ OLIVEIRA VIANA, Francisco José. *Op. cit.* p. 1015.

²⁵⁶ OLIVEIRA VIANA, Francisco José. *Op. cit.* p. 1023.

²⁵⁷ OLIVEIRA VIANA, Francisco José. *Op. cit.* p. 1032.

O encadeamento lógico das idéias de Viana constrói raciocínios identificáveis, claramente. Podemos identificar pelo menos dois raciocínios lógicos, a saber: (1) O latifúndio, predominante na sociedade colonial, age na involução da sociedade / a vida camponesa representaria um grau de evolução nas relações sociais / logo o campesinato na colônia é inexistente; (2) Os negros, índios e mestiços que formam as camadas pobres da população (com exceção “de seus exemplares mais elevados”) não são propensos à vida civilizada (não possuem ambição por ocupar um lugar melhor na sociedade, gosto pela vida comunal, “sensibilidade refinada para o trabalho”) / A vida comunal exige hábitos civilizados / logo é impossível a existência de um segmento camponês formado por negros, índios e mestiços.

Por mais “antiquadas” que possam parecer as formulações de Viana diante do momento atual, não apenas em relação à historiografia, mas às ciências de uma forma geral, suas marcas estão presentes no discurso de muitos historiadores, muitas vezes de forma não consciente, na citação de textos de outros autores. Não é difícil identificar que muitos autores tomam como pressuposto a inexistência de relações sociais regulares, de racionalidade na produção, de organização do trabalho, de vinculação regular ao mercado, reproduzindo, com eufemismos, a afirmação de Oliveira Viana de que “nos três primeiros séculos, todos os documentos e testemunhas, atestam a desocupação, a ociosidade e a vagabundagem do baixo povo rural”²⁵⁸.

Outro autor, este fartamente citado por inúmeros historiadores, Sérgio Buarque de Holanda, construiu uma interpretação sobre as práticas sertanistas e a colonização em áreas de mineração. São conhecidas as afirmações de Buarque de Holanda, sobre a inexistência de produção regular de gêneros alimentícios na região das minas do Cuiabá. No entanto o que nos interessa destacar é como o autor caracteriza a vida rural nos “sertões”. De acordo com Holanda,

Em nenhum caso parece lícito dizer que as ferramentas chegaram a alterar de modo substancial os usos da terra. Em realidade o sistema de lavoura dos índios revela quase sempre, singular perseverança assegurando-se vitória plena, a ponto de ser adotado pelos adventícios. Os quais, após a primeira geração na colônia, pareciam, não raro ignorantes nos hábitos de seus ancestrais, ao contrário da raça subjugada, que se mostrou de um conservantismo a toda prova²⁵⁹.

Para Sérgio Buarque de Holanda, dessa forma, há uma ruptura completa entre a vida rural européia e a americana, uma subversão da colonização, os hábitos dos colonizados se impondo diante dos colonizadores. Algo que só é possível pela característica específica da

²⁵⁸ OLIVEIRA VIANA, Francisco José. *Op. cit.* p. 1062.

²⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975, p. 168.

colonização dos “sertões”. O “sertão” reproduzido por Holanda exerce sobre os corpos uma ação anti-disciplinadora, impõe um modo de vida improvisado, inconstante, onde atividades que exigem sedentarismo e regularidade, como a agricultura, não exercem papel importante, não explicam as características da sociedade. O que fornece identidade a esta população de “nômades”, “aventureiros” é a mineração, que supostamente é uma atividade caracterizada pela inconstância, pela mobilidade e pela irracionalidade.

Mais uma vez não são os indícios documentais, embora Sérgio Buarque de Holanda cite vários documentos, que permitem chegar a estas conclusões, mas teorizações que se impõem aos documentos. A imagem de “sertão” é reveladora de pressupostos que extrapolam a análise documental, imagem que parece inquebrantável, e ainda hoje naturalizada na produção historiográfica do “litoral”.

Em termos de historiografia econômica, dois dos principais autores brasileiros, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, ambicionaram construir uma visão de conjunto da história do Brasil. Em “Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia”, Caio Prado Júnior apontou características gerais da história colonial do Brasil. Para o autor, o “sentido da colonização” está na vinculação ao capitalismo comercial europeu. Mesmo sabendo o quanto esta concepção é conhecida e reproduzida pelos historiadores, convém explicitá-la:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, (...), destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos²⁶⁰. (Grifo nosso)

Para Prado Júnior as atividades econômicas que explicam o “sentido da colonização” são aquelas assentadas no latifúndio e na escravidão, base da estrutura social da colônia. Nas áreas de mineração, as minas substituíam as lavouras açucareiras, mas a base de exploração do trabalho era o mesmo.

Mutatis mutandis, a mineração, que a partir do século XVIII formará a par da agricultura entre as grandes atividades da colônia, adotará uma organização que afora as distinções de natureza técnica, é idêntica a da agricultura; concorreram para isso, de uma forma geral, as mesmas causas, acrescidas talvez da influência que a feição geral da economia brasileira já tomara quando a mineração se inicia. É ainda a exploração em larga escala que predomina: grandes unidades trabalhadas por escravos²⁶¹.

²⁶⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 31.

²⁶¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. *Op. cit.*, p. 123.

O autor não ignorou a existência de produção rural fora dos grandes domínios no entanto, para Prado Júnior, essas atividades nunca constituíram parte relevante da formação da economia colonial. O que importa para Prado Júnior são as atividades voltadas para o mercado externo, as demais são espasmódicas em relação à principal,

Além destas atividades fundamentais (...) poderíamos acrescentar outras, como a pecuária, certas produções agrícolas, em suma aquelas atividades que não tem por objeto o mercado externo, como as que acabamos de ver. Mas não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, e categoria de segunda ordem. Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras. Não tem vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependência. Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios²⁶².

A preocupação de Prado Júnior com as chamadas “estruturas fundamentais” fez com que este autor, por diverso motivo, fizesse em relação às áreas mineradoras, o mesmo que Oliveira Viana, fez em relação ao latifúndio. Sobre a agricultura desenvolvida por livres pobres,

A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes²⁶³.

Não apenas do ponto de vista econômico, a “agricultura de subsistência”, principalmente a praticada por livres pobres, é posta à margem da sociedade colonial, mas também do ponto de vista “moral” estes foram inferiorizados a partir de critérios “raciais” e étnicos. Neste ponto a análise de Caio Prado Júnior deve uma inquestionável e fundamental influência à Oliveira Viana.

Partindo de uma análise, também com ênfase no econômico, Celso Furtado destacou o caráter efêmero e precário da organização social nos sertões mineradores, apontando a precariedade do abastecimento nas áreas de mineração,

A quase inexistência de abastecimento local de alimentos, a grande distância por terra que deviam percorrer todas as mercadorias importadas, a necessidade de vencer grandes caminhadas em região montanhosa para alcançar os locais de trabalho, tudo contribuía para que o sistema de transporte desempenhasse um papel

²⁶² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. Op. cit., p. 124.

²⁶³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. Op. cit., p. 161.

básico no funcionamento da economia. Criou-se assim um grande mercado de animais de carga²⁶⁴.

Para Furtado a exploração das minas foi efêmera e a organização social não se tornou complexa suficiente para a manutenção de uma economia ativa. O baixo progresso técnico e mental dos colonizadores do sertão são as grandes causas de sua involução.

Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa se um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia²⁶⁵.

Em suma, o Mato Grosso de Furtado é fruto da falta de racionalização, no sentido weberiano do termo, de sua colonização. Mais uma vez é difícil não relacionar as conclusões de Furtado à obra de Oliveira Viana. Embora utilizando a concepção weberiana de racionalidade, é notório na citação acima, o alinhamento com a tese de Viana em relação à involução da sociedade (e outros aspectos que destacamos deste autor) e também com Sérgio Buarque de Holanda, no que tange às características da agricultura.

Outro autor que influenciou na construção historiográfica sobre a América Portuguesa, e em particular na historiografia sobre Mato Grosso, foi Nelson Werneck Sodré. Em “Oeste. Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril”, objetivou demonstrar as dimensões mais gerais a respeito da organização social do “regime pastoril”, assim como evidenciar sua precariedade econômica no período colonial²⁶⁶. A visão unilateral de desenvolvimento econômico-social marcou a obra deste autor.

Sobre Cuiabá colonial, Sodré afirma que “estava fixada a cidade. Sua população aumentava sem cessar. Tudo contra eles lutava, entretanto. Os alimentos andavam escassos. Só se cuidava da mineração”. Após o declínio desta atividade, segundo este autor houve não só um processo de estagnação da expansão como também “uma pausa no desenvolvimento humano no oeste”²⁶⁷. O autor destaca o “atraso” e o “descompasso” do regime pastoril, Segundo o autor,

o regime pastoril passou a marcar-se como fora do ritmo nacional, estático, atrasado e perdido(...). Dessa forma o regime pastoril, que foi o grande fator de civilização,

²⁶⁴ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª Ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003, p. 83.

²⁶⁵ FURTADO, Celso. *Op. cit.*, p. 91.

²⁶⁶ SODRE, Nelson Werneck. *Oeste. Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

²⁶⁷ SODRE, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 45; 67.

de desbravamento, de expansão geográfica, de posse efetiva nessas terras, passou a ponderar como elemento de retardo²⁶⁸.

Em relação a Oliveira Viana, alguns trechos possuem mais que a influência, são quase paráfrases,

Em toda a parte, entretanto, a penúria, o baixo padrão de existência: poder aquisitivo quase nulo, horizontes fechados, ignorância, alimentação escassa e mal escolhida, mortalidade infantil com índices alarmantes, crescimento demográfico lento, autoridades impotentes, nomadismo, ausência de ambições, impossibilidades de melhorias, tudo isso contribui para um rebaixamento enorme da coletividade²⁶⁹.

Em outro trecho,

Não houve e não há no Oeste, a luta entre o homem e a terra. Sendo esta mais uma referência, um simples ponto de contacto, não se fixou mesmo como força oposta, capaz de despertar energias adormecidas, capaz de transfigurar os agrupamentos urbanos, ligando-os, na solidariedade pela conquista do meio agreste, na comunidade de interesses, no labor de modificar as condições do ambiente, amenizando-o, subordinando-o às suas necessidades²⁷⁰.

Para Sodré, no “oeste não havia conflitos de terras, que são agudos e insistentes nas zonas agrícolas e mistas. Aqui, a terra era mera referência. Desestimavam-na. Tinham-na em pouca conta, em verdade desvalia”. Assim como Celso Furtado, reproduz a tese do retardo social em relação aos primeiros tempos de colonização européia. Para Sodré “Nomadismo e pobreza, pobreza e nomadismo – é o *leit motiv* dessa história monótona”²⁷¹.

Que pesem as diferenças entre as abordagens dos autores, em alguns pontos absolutamente contrárias umas às outras, a imagem construída sobre os ambientes rurais de uma forma geral e em particular das regiões mineradoras do centro da América Sul, não são divergentes. O latifúndio e a mão-de-obra escrava, ou mais especificamente a relação entre senhores e escravos constituiu-se na única relação social e de trabalho capaz de explicar a formação de ambientes rurais. Especificamente em relação à região que compreende nosso objeto de estudo, a imagem predominante é de uma reprodução das atividades agrícolas irregular, inconstante, improvisada, mesmo quando se tratando da produção rural reproduzida a partir do trabalho escravo. Aos livres pobres foi atribuído um lugar absolutamente marginal, uma reprodução social ao sabor das circunstâncias externas. Um segmento de homens rudes, desclassificados, desorganizados, não-civilizados. Negros, índios e mestiços incapazes de produzir de forma “racional” e de constituírem mecanismos estáveis de organização social.

²⁶⁸ SODRE, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 71.

²⁶⁹ SODRE, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 182.

²⁷⁰ SODRE, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 118.

²⁷¹ SODRE, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 87; 91.

Esta concepção, que ganhou contornos de “história cultural” nas últimas décadas, construiu uma imagem que de acordo com a análise que desenvolvemos é repleta de equívocos, de conceitos e percepções, cuja herança remete, como já vimos, a pressupostos não mais admitidos pela historiografia contemporânea.

Campesinato no Brasil colonial: uma discussão historiográfica e definições conceituais

O debate a respeito da formação de segmentos camponeses no Brasil colonial, curiosamente, é marcado pelo esforço de entender melhor o escravismo, e as alternativas que os escravos dispunham para reproduzir-se de forma relativamente independente. Ou seja, os estudos sobre o campesinato colonial, ou sobre os livres pobres do campo, foram desenvolvidos fundamentalmente no âmbito dos estudos sobre as características das relações entre senhores e escravos.

Na extensa obra dedicada à compreensão do “modo de produção escravista”, “O escravismo colonial”²⁷², Jacob Gorender, dedicou um capítulo, o XIV, para tratar das “categorias heterogêneas ao conceito de escravismo colonial”. Gorender faz uma discussão conceitual muito relevante logo no princípio do capítulo,

Até aqui, venho estudando o modo de produção escravista colonial na sua pureza conceitual abstraindo-o das categorias heterogêneas ao seu conceito próprio. Isto não significa, em absoluto, que este modo de produção seja tão-somente abstração, que represente apenas uma construção intelectual, porém que deva ser separado de tudo que não corresponda ao seu conceito, uma vez que se pretenda conhecer sua estrutura e leis específicas. Esta operação de separação, distinção, só é possível mediante o processo de abstração. Enquanto a praticamos, nossa atenção incide unicamente sobre senhores e escravos. Na realidade empírica, aparecem outras categorias que não correspondem à pureza conceitual do modo de produção²⁷³.

Este trecho é fundamental para a compreensão não apenas deste capítulo do livro de Gorender, mas da sua obra como um todo. O isolamento da escravidão em relação a outras formas de exploração do trabalho, não significa sua desarticulação com estas formas. À pureza conceitual impõe-se uma “realidade” na qual a teoria, embora não perca sua validade e capacidade de explicar vários aspectos desta “realidade”, encontra seus limites. A percepção destes limites é, como vimos, admitida por Gorender.

Entre as três “categorias heterogêneas” à escravidão apontadas por Gorender está a dos “cultivadores não-escravistas independentes”²⁷⁴. Para Gorender “o tipo de colonização e a

²⁷² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

²⁷³ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. *Op. cit.* p. 285.

²⁷⁴ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. *Op. cit.* p. 285.

vastíssima extensão de terras incultas, possibilitaram o adensamento de um modo de produção marginal, predominantemente de auto-subsistência”. Segundo Gorender, estes “cultivadores”,

Praticavam uma economia natural ao nível da satisfação das necessidades mais elementares, com uma mercantilização de sobras cujo grau dependia da proximidade de centros urbanos ou de vias de transporte movimentadas. Na vizinhança das grandes cidades, como Rio e Salvador, esses pequenos cultivadores encontravam demanda mais intensa e estímulos à produção maior e regular de excedentes comercializáveis. Nalguns casos, uma relativa prosperidade lhes permitiria certa acumulação e aquisição de escravos. Em geral, porém, os viajantes que percorreram o interior do Brasil caracterizaram os pequenos cultivadores com uma indigência espantosa, nos limites da fome. p. 296.

Embora Gorender não tenha dado muita importância à mercantilização da produção dos livres pobres para a economia colonial, neste trecho fica clara a percepção de Gorender da comercialização de parte da produção. É interessante perceber que no mesmo trecho há duas percepções diferentes sobre este comércio. Enquanto “sobras” expressa uma produção eventual, sem planejamento prévio, a palavra “excedentes” denota, como o próprio autor aponta, uma produção “maior e regular” voltada para o mercado.

Mesmo considerando esta inserção no mercado, Gorender não deixa de destacar o caráter “natural” desta economia e afirmar que “característica freqüente dessa pequena economia natural era o nomadismo”. Para sustentar a afirmação recorre às técnicas agrícolas: “O ciclo iniciava-se pela queimada da mata virgem – a ‘coivara’ dos indígenas – e o cultivo esgotava a fertilidade superficial da terra no prazo de poucos anos” e acrescenta que “acompanhando da família, o posseiro transferia-se para outro lugar na mata e recomeça mais um ciclo”²⁷⁵.

Desta forma, para Gorender a participação dos pequenos produtores em ramos mercantis foi pontual e instável. Para definir o lugar da pequena produção na sociedade, o autor cita Maria Sylvia de Carvalho Franco,

Entretanto, se realmente é possível distinguir um estilo de vida específico, uma integridade de cultura e de organização social nas comunidades caipiras, não é menos verdade que essas comunidades estiveram concretamente inseridas em um sistema social mais amplo. Na área aqui estudada, ao lado destes pequenos núcleos houve, pelo menos desde o século XVIII, setores da sociedade que se organizaram para a produção mercantil. Sendo estes que realmente fundaram o sentido

²⁷⁵ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit. p. 287. Como mostramos no primeiro capítulo o plantio por meio das roças “coivaradas” não implica em nomadismo, além de ser comum a todas as áreas tropicais no mundo, o sistema era utilizado em diferentes organizações sociais. No caso das áreas de produção camponesa na América Portuguesa verifica-se a ocupação de extensas áreas pela mesma família (extensa) e os longos “pousios” ou “descansos” da terra possibilitavam a exploração da terra, sem a necessidade de uma “vida nômade”, inclusive no que diz respeito às habitações permanentes que via de regra, ficavam na beira dos rios, onde a renovação da fertilidade dos solos era anual enquanto moradias provisórias (ranchos) eram construídas próximas das áreas de trabalho nas roças de coivara.

dominante das atividades de produção e da vida social, os grupos caipiras ficaram relegados a uma intransponível marginalidade²⁷⁶.

No entanto, mesmo constituindo em uma “existência marginal”, para Gorender “tampouco deixa de ser verdade que encerrou características definidas e deve ser pensado em sua *identidade categorial* como inteiramente distinto do modo de produção escravista colonial e em antagonismo com este”²⁷⁷. A análise de Gorender, desta forma, embora reconheça e abra possibilidades de explorar a ligação entre “cultivadores não escravistas independentes” com o mercado, define esta categoria à margem deste e do modo de produção dominante: o escravismo.

Na historiografia brasileira sobre o campesinato colonial é marcante o trabalho desenvolvido por Ciro Flamarion Cardoso, particularmente o livro “Escravo ou Camponês?”²⁷⁸. Cardoso introduz nos estudos do período colonial brasileiro a noção de “brecha camponesa”, um espaço em que de forma mais ou menos autônoma se formou uma classe intermediária de camponeses que desenvolviam agricultura de subsistência e também mantinham relações com o mercado²⁷⁹.

Este autor, utilizando a noção de “brecha camponesa”, insere o escravo como parte do campesinato. Cardoso baseia-se nos estudos Sidney Mintz sobre a escravidão no Caribe e define o “protocampesinato escravo”, ou seja “as atividades agrícolas autônomas dos escravos nas parcelas e no tempo para cultivá-las, que lhes eram concedidas dentro das plantations, e a venda de todo excedente eventual de alimentos assim produzidos”²⁸⁰.

A tese de Cardoso (e Mintz) é questionada por outros autores, entre estes destacamos o já citado Jacob Gorender e Stuart Schwartz. Segundo Gorender a utilização da noção de

²⁷⁶ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho apud GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit. p. 298. Parece curioso que Gorender, como um estudioso marxista, utilize de Franco, e sua análise de inspiração weberiana da “ordem social escravista”, para atestar aspectos “modo de produção escravista”, no entanto mais curiosa é a tentativa de Gorender traduzir a análise da autora para os termos da teoria marxista: “se traduzirmos a linguagem sociológica da autora aos termos categoriais do materialismo, poderemos dizer que a economia dos agregados e posseiros constituiu um “modo de produção” específico, de natureza marginal, componente secundário da *formação social* dominada pelo escravismo colonial. Este último determinou o caráter básico da formação social, porém ao lado dele, com o correr do tempo, criou-se outro modo de produção, no qual se incluíram grande massas da população, a metade desta provavelmente além dos meados do século XIX. Se é fato que o modo de produção dos pequenos cultivadores não-escravistas teve existência subordinada, tipicamente marginal, o mesmo se dando com suas comunidades e expressões culturais, tampouco deixa de ser verdade que encerrou características definidas e deve ser pensado em sua *identidade categorial* como inteiramente distinto do modo de produção escravista colonial e em antagonismo com este. Mas integrado, com sua economia e com sua cultura, na formação social escravista, no que Maria Sylvia designa por “sistema social mais amplo”.

²⁷⁷ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit. p. 298.

²⁷⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1987.

²⁷⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? Op. cit.* p. 114.

²⁸⁰ MINTZ, Sidney apud CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? Op. cit.* p. 114.

“brecha camponesa” é inadequada e equivocada para estudar as atividades econômicas desenvolvidas pelos escravos.

Alguns autores, como Sidney Mintz e o próprio Ciro, consideram que a prática da economia própria deu aos escravos da América uma característica camponesa, ao menos subsidiária, e criou uma brecha camponesa no modo de produção escravista. Segue-se daí a idéia de que os escravos constituíram um *protocampesinato* precursor do campesinato negro surgido após as abolições da escravatura. Oponho-me a semelhante caracterização (...). O próprio Mintz, um dos principais defensores da tese, parte da indefinição do conceito do que seja camponês, sob alegação de que, no continente americano, ele adquiria aspectos diferentes dos europeus e de outras partes do mundo. Mas no final do seu ensaio sobre o surgimento dos campesinatos caribenhos e depois de muito falar em protocampesinato, Mintz salienta que se tratava de *escravos* e que tudo ocorria *dentro da escravidão*. Este fato de que se tratava de escravos é fundamental. Porque indica o quanto era instável a economia autônoma, mesmo se respeitada pelo direito consuetudinário e permitindo a transmissão por herança. Os escravos podiam ser vendidos de um momento para outro ou a concessão, apesar da aparente estabilidade, cessava por arbítrio do senhor²⁸¹.

O historiador americano Stuart Schwartz também possui posição crítica em relação à noção de “brecha camponesa”. Segundo Schwartz,

O costume de escravos produzirem seus próprios alimentos engendrou um intenso debate histórico e ideológico, grande parte do qual gira em torno das relações sociais entre a produção de alimentos dos escravos e o grau de autonomia com que os escravos podiam decidir a quantidade de mão-de-obra, a seleção da safra e a venda do excedente. Se essa atividade constituía uma “brecha camponesa” no escravismo, ou era simplesmente a continuação do modo de produção escrava, é a questão em debate²⁸².

A posição de Schwartz é mais “conciliatória” do que o combate frontal de Gorender à noção de “brecha camponesa”. Schwartz reconhece que a prática relativamente autônoma dos escravos nos ambientes rurais poderia levar o escravo a uma melhor condição de vida (e eventualmente à liberdade), mas aponta, assim como Gorender, que “mesmo quando produziam os próprios alimentos, os escravos não eram roceiros devido ao nível de coação e as limitações às suas decisões que eram geralmente muito maiores que as condições nas quais os roceiros operavam”²⁸³.

Os estudos de Stuart Schwartz, particularmente o livro “Escravos, roceiros e rebeldes”, oferecem uma contribuição significativa para o estudo do campesinato na América Portuguesa. Embora utilize a noção de “camponês” e “campesinato” em vários trechos da obra, o autor privilegiou a utilização do termo “roceiro”²⁸⁴ para definir os pequenos

²⁸¹ GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Ed. Ática, 1991, p. 78.

²⁸² SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Op. cit. p. 154.

²⁸³ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Op. cit. p. 154.

²⁸⁴ Abordamos no primeiro capítulo os problemas inerentes à utilização do termo “roceiros” como categoria “de época”, já que produtores escravistas, inclusive em escala de produção considerável e com quantidade de

agricultores. A formação de segmentos camponeses, segundo o autor, remete desde o princípio da colonização,

A classe agrária brasileira não teve origem pré-colonial e sua linhagem não remontava a nenhuma civilização decadente, e não tinha memória popular coletiva de passado grandioso. Era, pelo contrário, uma classe rural “reconstituída”, resultado direto da economia colonial e da escravidão, que surgiu à margem da economia escravagista e cresceu em importância ao seu lado. Na colônia, desde sua instituição, essa população rural livre de pequenos agricultores, arrendatários e dependentes permaneceu, em grande parte, sem rosto e até sem nome²⁸⁵.

Segundo Schwartz “a comercialização da agricultura também explorou o setor de subsistência” e “agricultores humildes, porém proprietários, em locais como Atibaia, na periferia da cidade de São Paulo, forneciam alimentos à cidade de maneira contínua, embora irregular”. O autor exemplifica: “áreas como Areias, Taubaté e Guaratinguetá continham uma classe rural com pequenas propriedades e alguns escravos, que vendiam sua produção localmente”²⁸⁶.

Outro livro, “Campesinato e escravidão no Brasil. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)”²⁸⁷, de autoria do historiador mexicano Guillermo Palacios, oferece perspectivas que ampliam a compreensão da reprodução econômica e social do campesinato. Para Palacios o campesinato na capitania de Pernambuco, no século XVIII, implicou na constituição de “formas produtivas e estruturas de organização social que significavam o surgimento de espaços socioeconômicos e socioculturais de resistência ao predomínio da plantação escravista”. Formas de resistência que, inclusive, foram responsáveis por tensões sociais e pelo receio das autoridades do poder metropolitano em relação a estes grupos²⁸⁸. Em um artigo publicado em uma coletânea sobre a economia colonial Palacios define, tendo como referência a capitania de Pernambuco, a agricultura camponesa no século XVIII,

Entendo por agricultura camponesa a praticada por homens e mulheres – que chamaria de cultivadores pobres livres, instalados fora dos limites das *plantations* açucareiras, com emprego de força de trabalho familiar, centrada na produção de subsistência, mas com entrada significativa nos circuitos comerciais internos e

escravos que extrapolam todas as definições de livres pobres, eram denominados de “roceiros”. O que não invalida a utilização do termo “roceiro” como categoria analítica.

²⁸⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Op. cit. p. 125.

²⁸⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Op. cit. p. 143. É preciso, pois, ponderar, que a análise de Schwartz compreende, sobretudo, a segunda metade do século XVIII e o contexto de “crescimento econômico do Brasil”, ver SCHWARTZ, Stuart B. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. *Economia e Sociedade*, Campinas, (13): 129-153, dez. 1999.

²⁸⁷ PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil*. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Ed. UNB, 2004.

²⁸⁸ PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil*. Op. cit., p. 26; 82.

externos através da produção de gêneros coloniais. Nesta acepção, agricultura camponesa inclui dentro de si a ‘agricultura de subsistência’, mas não se restringe a ela. Por outro lado, a peculiaridade de estar situado fora do território formal dos engenhos e fazendas escravistas lhe permite ostentar, até o final do período, significativos traços de autonomia e independência²⁸⁹.

A definição de Palacios embora seja marcada por aspectos temporais e espaciais específicos parece-nos bastante útil e em alguns pontos possibilita generalizações. Aliás, é necessário apontar que os autores citados até aqui trataram do campesinato tendo como referência o Nordeste colonial e a relação desta produção com os latifúndios escravistas, com exceção de Schwartz que analisou a questão no âmbito mais amplo de diferentes regiões da América Portuguesa. Porém para construir uma noção, ainda que sem a rigidez das categorias sociológicas, de “camponês”, essas análises contribuem sobremaneira, desde que, obviamente, as diferenças temporais e espaciais sejam levadas em conta na análise empírica.

Especificamente em relação às áreas mineradoras, há trabalhos que contribuem para o debate em torno da formação de segmentos camponeses no centro da América do Sul. Em relação à primeira metade do século XVIII, contudo, há pouquíssimas referências. Ângelo Carrara em seus estudos sobre o agrário de Minas Gerais colonial, abordou a questão da formação de ambientes rurais camponeses “desde o princípio” da colonização em Minas Gerais e destacou que

se a agricultura e a pecuária de tipo escravista voltadas para o abastecimento interno colonial foram poderosas e eficientes enquanto durou seu tempo, foram as pequenas lavouras de mantimentos e as pequenas criações de gado que garantiram, com base técnica restrita, níveis de rendimento agrícola e pastoris tais, que permitiram não só o crescimento ininterrupto da população, como o avanço conseqüente da fronteira. Se for possível uma imagem, o movimento agrário característico de Minas colonial é o da ampliação constante da fronteira por ondas crescentes de pequenos lavradores em todas as direções disponíveis²⁹⁰.

O autor destaca “duas estruturas – vale dizer: duas lógicas – de produção disputavam espaço na Capitania: uma escravista, e outra, camponesa”. Segundo o autor a primeira abrangia “além do setor da mineração, a agricultura e a pecuária para abastecimento dos núcleos urbanos” e “a segunda, uma agricultura e pecuária de gados miúdos para o auto consumo familiar, mas sem prejuízo de algum excedente comerciável (...)”²⁹¹.

Outro estudo, “O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas” teve como objeto de estudo a formação de ambientes rurais. Embora se

²⁸⁹ PALACIOS, Guillermo. *Agricultura camponesa e plantations escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás.(Org.) *Economia colonial*. Ed. Edusp. 2002 p. 35.

²⁹⁰ CARRARA, Angelo Alves. “Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850)”. *Estudos de História, Franca*, v. 08, n.2, p. 81-97, 2001, p. 84.

²⁹¹ CARRARA, Angelo Alves. “Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850)”, *Op. cit.*, p. 84.

concentrasse fundamentalmente no final do século XVIII, autor, José N. C. de Meneses, fez uma análise que em muito seguimos nesta dissertação (como está explícito na introdução). No entanto, em relação à reprodução de formas camponesas de produção na Comarca de Serro Frio, Meneses afirma que

Essa tipologia de segmento social (famílias livres exercendo o trabalho no campo de forma a sobreviver e a comercializar excedente) é possível, uma vez que o acesso à terra era plenamente viável a quem conseguisse quantia suficiente para comprá-la, além do que o fornecimento de alimentos era um negócio seguro naquela sociedade urbanizada. No entanto, esse segmento não foi percebido por mim, na região do Serro, o que não significa dizer que ele não tenha existido²⁹².

A não percepção do autor é curiosa, mas fica mais inteligível se nos reportarmos aos pressupostos de sua análise, na qual afirma reiterativamente “que não visualizamos a família livre camponesa”²⁹³. Se tomarmos a amostra de inventários apresentados por Meneses notamos que dos 45 analisados, 11 são de pessoas que “sem escravos” (2) ou que possuem “até 3 escravos” (9). Se levarmos em conta definições reproduzidas por João Luís Fragoso²⁹⁴ e Sônia Maria de Souza²⁹⁵ que apontam que se deve considerar camponês o proprietário de até cinco escravos, já seria possível considerá-los camponeses, e ainda é preciso destacar que na tabela de Meneses não há uma faixa de “até 5 escravos” mas uma de “4 a 10” o que impossibilita uma categorização mais precisa²⁹⁶. Somasse o fato de alguns autores ainda descartarem os escravos idosos e/ou inválidos²⁹⁷.

No caso das minas do Cuiabá e das minas do Mato Grosso não há estudos específicos sobre o campesinato que explorem dados desta natureza. Analisando a documentação, contudo, percebemos a presença de roceiros que viviam em suas terras e que estavam inseridos no mercado local, como vimos no primeiro capítulo e veremos com mais ênfase no próximo. Neste sentido, *mutatis mutandis*, é aplicável a definição de Palacios quanto aos aspectos econômicos e sociais do campesinato.

Não há espaço neste trabalho e nem dispomos da documentação necessária para analisar sistematicamente as características do campesinato especializado na América

²⁹² MENESES, José Newton. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Ed. Maria Fumaça: Diamantina, 2000, p. 223.

²⁹³ MENESES, José Newton. *O continente rústico*. *Op. cit.* 223.

²⁹⁴ FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura*. *Op. cit.* p. 134.

²⁹⁵ Em especial para o século XVIII ver o trabalho de OLIVEIRA, Luiz Henrique de. Na malhas da incerteza: comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820). Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006, p. 68; 92; 138.

²⁹⁶ Cálculos para a primeira metade do século XVIII, na Comarca do Serro Frio, mais especificamente para 1738, citados por Meneses, apontam que 78,4% dos escravos pertenciam a proprietários de “1 a 5 escravos”. O que aponta, seguindo os critérios expostos por Matos, uma concentração camponesa da produção, e uma possível inversão deste predomínio ao longo do século XVIII.

²⁹⁷ OLIVEIRA, Luiz Henrique de. *Op. cit.* p. 139.

Portuguesa, quanto aos aspectos sociais e culturais mais diversos. Alguns apontamentos, contudo, são necessários, para reforçarmos nossa definição de camponês.

Apontamentos sobre o campesinato na terra da conquista: a contínua luta pela terra.

Na documentação em relação à primeira metade do século XVIII, a percepção de formas camponesas de produção é fragmentária. Embora nossa pesquisa não ambicione construir um quadro da totalidade das espacialidades camponesas formadas durante a conquista portuguesa no centro do sub-continente americano, julgamos que uma análise ainda que breve sobre a questão pode evidenciar aspectos que contribuem para uma análise mais densa do *modus operandi* da formação dos ambientes agrários na terra da conquista²⁹⁸.

Estudos de historiadores, sociólogos e antropólogos apontam que muitas áreas que foram doadas como sesmarias, tornaram-se espaços de reprodução camponesa. A historiadora Luíza R. R. Volpato por exemplo, chamou a atenção para o fato de que muitos “sítios” ocupados por livres pobres no século XIX eram oriundos de sesmarias²⁹⁹. Sueli Pereira Castro em um estudo antropológico sobre uma comunidade no distrito de Baús, em Acorizal, demonstrou que as formas camponesas de reprodução social remetiam à legitimação da posse por carta de sesmarias³⁰⁰.

Além das terras advindas de sesmarias ou simplesmente da posse legitimada pelo direito costumeiro, havia outros locais de atividades camponesas. Entre estes ambientes estavam as “Terras de Santo”. Em Santo Antonio do Rio Abaixo foi doada em 1734, por Magalhães Moraes e Manuel das Neves 400 braças de terra para a constituição de um Patrimônio à Capela em homenagem ao dito santo³⁰¹.

As terras passaram a ser alvo de usufruto pelos “primeiros moradores” do local, que, a exemplo de muitas terras de sesmarias passaram a estabelecer regras de acesso à terra ligado a relações de parentesco. Para tratar dos mecanismos de reprodução social das terras de Santo Antonio, é imprescindível avançarmos no tempo com o objetivo de desvendar alguns elementos presentes desde 1734. Um documento datado de 1885 nos oferece alguns indícios importantes:

²⁹⁸ No quarto capítulo trataremos de forma mais específica da noção de campesinato. Neste momento nosso interesse de demonstrar que havia, no âmbito do sistema administrativo português espaços para a reprodução camponesa.

²⁹⁹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888*. Ed. Marco Zero. Cuiabá, 1993.

³⁰⁰ CASTRO, Sueli Pereira. *A festa santa na terra da parentalha: festeiros, herdeiros e parentes*. *Op. cit.* p. 40.

³⁰¹ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá abaixo*. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1 1997, p. 27.

Nós abaixo assinados, moradores e fregueses da Paróquia de Santo Antonio do Rio Cuiabá abaixo, com cultura efetiva e criação de gado vacum e animal cavalariço, por mais de quarenta anos, declaramos que o Santo Padroeiro sempre foi Senhor e possuidor de quatrocentas braças de terras de testada com os fundos correspondentes a meia légua, compreendendo terras lavradas e pastais, e como não se encontrou os documentos que provam a doação dos primeiros possuidores, afirmamos ser o Santo Padroeiro possuidor ao referido terreno, isto por sabermos e termos ouvido aos nossos antepassados, que sempre foram moradores desta freguesia. O que afirmamos sob juramento se preciso for³⁰².

Ao todo são trinta e cinco pessoas que assinam o documento. O trecho “nós abaixo assinados” exprime identidade e pertencimento, o que fica mais claro na passagem: “nossos antepassados, que sempre foram moradores desta freguesia”. Essa identidade está ligada, portanto à memória genealógica, às relações de parentesco, tão típicas do campesinato. Mesmo não encontrando o documento escrito, a tradição oral assegurou o usufruto da terra por parte dos moradores de Santo Antonio.

Assim como as terras de sesmarias, a fundação da Capela e a doação das terras configuram-se na origem da história destes camponeses, e na origem do próprio tempo. Se o “Senhor Padroeiro” “sempre” foi senhor das terras, nada havia antes a não ser a “ausência de história”. Esta “origem que dá sentido” remete à conquista dos territórios ameríndios. Ao criar e reproduzir o mito de origem³⁰³ o colonizador silencia a violência e da conquista e instaura um domínio atemporal sobre a terra. Outro documento de 1813, revela outras facetas.

Dizem os Procuradores da Capela de Santo Antônio do Rio Cuiabá abaixo que tendo a piedade dos fiéis erigido naquele sítio uma Capela que dedicaram ao mesmo Santo, e os vizinhos que ficavam da parte de cima e de baixo Cristóvão de Magalhães Moraes³⁰⁴, e Manoel das Neves doaram das terras de suas sesmarias duzentas braças cada um para servir de Patrimônio à dita Capela. Desmembradas as ditas terras pelas doações necessárias, e pertencendo já ao Santo, o Provedor das Capelas Diogo de Toledo³⁰⁵ as mediu, e repartiu aos povos que nela quiseram morar impondo-lhe o seu justo foro a quem anualmente se obrigaram enquanto nelas vivessem para com este rendimento se aumentar, conservar, paramentar e ornar a dita Capela. Com andar do tempo, a frouxidão dos Procuradores passados se não tem cobrado os foros devidos à Capela dos moradores que habitam dentro das 400 braças de terra do dito Santo e os atuais querendo cumprir com os deveres do seu emprego, sucede que indo a receber os justos foros de Inácio da Cunha Abreu, e de sua cunhada Brígida, dizem que não querem pagar tendo ele mesmo sido testemunha ocular da doação que os dois Benfeitores fizeram à benfeitoria da fábrica da dita Capela: da medição que o mesmo ministro fez e dele ter recebido a

³⁰² ABAIXO ASSINADO dos moradores e fregueses da Paróquia de Santo Antonio do Rio Cuiabá Abaixo, 30 de setembro de 1885. Cúria Metropolitana de Cuiabá – Pasta Autos da Medição de terras de Santo Antônio apud SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 23-25.

³⁰³ Há uma lenda bastante incorporada à cultura regional de que a fundação de Santo Antônio está ligada a um evento relacionado à passagem da imagem do santo a localidade. Segundo a lenda as embarcações não conseguiram seguir viagem a não ser quando desembarcaram o santo na dita paragem. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 22.

³⁰⁴ Cristóvão de Magalhães e Moraes, juiz ordinário da câmara de Cuiabá, em 1749.

³⁰⁵ Diogo de Toledo Lara Ordonhes, juiz ordinário interino em Cuiabá, entre 1785 e 1790.

licença para erigir as [ilegível] as terras, que emprazou ao Santo, ao que tudo confessa e reconfessa o direito Senhorio do Santo, e não paga por não querer. Para V. S. como provedor das Capelas que sua Alteza Real manda para conservar estas, e administrar estas, e administrar justiça aos Rebeldes haja mandar aos dois nomeados que paguem os foros das terras que gozam ou que despejem para as desfrutar quem seja pronto para pagar seus respectivos foros³⁰⁶.

Alguns autores que tratam do campesinato destacam-no, vimos anteriormente, como elemento de resistência ao predomínio do escravismo e aos instrumentos de poder da metrópole. No entanto, é preciso perceber os limites desta resistência. No capítulo anterior percebemos que a posse da terra seja por parte de livres pobres ou de senhores de engenho, criadores de gado e etc, inseriam estes agentes sociais nas malhas do sistema administrativo e que todas estas formas de exploração dos recursos naturais faziam parte da conquista portuguesa em relação aos territórios ameríndios, embora guardem entre si profundas diferenças. A inserção de ameríndios, negros forros, europeus pobres, mestiços, às formas camponesas significou a formação de uma parcela da sociedade colonial, que sem dúvida expressou uma resistência às formas dominantes de produção e do poder hegemônico. Mas para compreender melhor esta relação seria profícuo acrescentar ao conceito de “resistência”³⁰⁷ a noção de “estratégia”, assim como foi definida por Giovanni Levi. De acordo com o autor “nos intervalos dos sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia”. Estratégia esta, segundo Levi, “capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las”³⁰⁸.

Além de uma relação de parentesco, a comunidade também se identifica com a devoção ao santo, e estabelece com este uma relação que ao contrário de legitimar o poder da Coroa, passa a questioná-lo a ponto de confrontá-lo. Esse elemento religioso é fundamental, pois expressa a “apropriação” de um elemento fundamental da colonização, que foi a “conversão” ao cristianismo. O elemento religioso é inclusive uma característica fundamental tanto das formas tradicionais, européias de campesinato, quanto às formas tropicais, modernas, de reprodução camponesa.

Não apenas os camponeses, mas a simples existência de um campesinato colonial, foi uma estratégia dos grupos sociais subalternos para de alguma forma inserir-se no âmago da sociedade colonial e também do escravismo, representando sem dúvida uma contradição, o

³⁰⁶ DESPACHO do provedor das capelas sobre o não pagamento dos foros dos fiéis da Capela de Santo Antônio do Rio Cuiabá abaixo. Cúria Metropolitana de Cuiabá – Pasta Autos da Medição de terras de Santo Antônio apud SIQUEIRA, Elizabeth M. *Op. cit.* p. 27-28.

³⁰⁷ Sobre o conceito de “resistência” ver THOMPSON, E. Palmer. *Costumes em Comum. Op. cit.* p. 289.

³⁰⁸ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 45.

que não significa oposição ou antinomia. O que os estudos têm mostrado é que, como afirma Schwartz, a “escravidão, mesmo que de maneira cruel, mostrava-se perfeitamente adaptável”³⁰⁹ às diversas formas de produção, inclusive a dos “roceiros”.

Os interesses da Metrópole encontravam dificuldade de alcançarem legitimidade entre os devotos de Santo Antonio. A “rebeldia” dos moradores não demonstra apenas a resistência ao pagamento de foros, mas também o conflito entre racionalidades distintas que se desenvolveram ao longo do tempo. Os “rebeldes” alegam que o senhor das terras é o santo e negam-se a pagar os tributos, mesmo, segundo as autoridades, tendo dinheiro para construir benfeitorias à Capela.

No entanto é preciso salientar que apesar desta “rebeldia”, os camponeses, nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, nunca representaram uma organização coesa enquanto grupo social, nem mesmo, como bem sabemos, definiam-se como camponeses, não possuíam uma “consciência de classe”, para utilizarmos a expressão tão preciosa aos marxistas mais ortodoxos. Durante todo o período colonial este grupo social não representou ameaça similar àquela que ameríndios e negros representaram para as autoridades.

Este sentimento de revolta ao pagamento de foros às autoridades, reflete aspectos intrigantes do modo de vida dos camponeses em Mato Grosso, aspectos estes que merecem análises mais detalhadas, que não temos condições de fazer aqui.

Em um universo, que em 1734, envolvia uma circularidade de elementos de várias culturas, ao longo do tempo até 1813, foram engendrandas relações sociais chegando a ponto de suscitar revolta não somente em razão da questão econômica, de não ter condições de saldar as dívidas com o poder régio, mas, sobretudo, pela negação da legitimidade do poder metropolitano sobre as terras do santo. Não temos documentação para reconstruir, de forma mais aprofundada os sentimentos que legitimaram esta rebeldia, mas tudo nos leva a defender a hipótese de que em um espaço de “Terra de Santo”, que seriam “terras para pobres”, as diferentes culturas: ameríndias, negras, e das classes subalternas européia e colonial, encontraram elos em comum que legitimassem a revolta contra os instrumentos de dominação do império português.

É necessário, já que o subtítulo deste item é “a luta pela terra” destacar a relação entre os escravos africanos e afro-descendentes e a terra, além da simples relação de subordinação a determinado senhor. Para perceber esta luta e seus efeitos, contudo, é necessário mais uma vez extrapolar as balizas temporais de nossa pesquisa, já que alguns aspectos, embora

³⁰⁹ SCHWARTZ, Stuart B. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. *Economia e Sociedade*, Campinas, (13): 129-153, dez. 1999.

remetam às primeiras décadas de colonização, só podem ser analisados com uma percepção mais ampla do processo.

Os quilombos, por exemplo, embora não fossem áreas estáveis de reprodução social, poderiam desenvolver formas camponesas de produção. Segundo Canavarros eram freqüentes as fugas de escravos no termo da Vila Real. Em 1727 o governador baixou regimento dando ordem aos “capitães do mato” para “prenderem nestas Minas os negros que fugirem a seus Sres. desfazendo quilombos q. costumão fazer os negros fugidos e ser conveniente fazer se regimento do q’. se deve pagar aos dos Capps do Mato, de cada hú negro q’. se prender conforme a distância”³¹⁰. Segundo Luíza Volpato

Os quilombos, onde os escravos desenvolveram um tipo de vida próprio, apesar das diferenças de um para outro, definidas pelas peculiaridades de época e região, mantinham algumas características gerais. Nelas a vida era comunitária, a propriedade tribal, a economia baseada na produção de gêneros de subsistência. Existia ainda uma preocupação constante com a defesa, fazendo com que a organização política interna fosse bastante rígida, com atenção especial para as questões de disciplina³¹¹.

Este espaço de sociabilidade não pode ser visto como um ambiente estável de reprodução social, legítimo para a oficialidade colonial, no entanto, as atividades agrícolas desempenhadas e a continuidade das relações sociais em muitos destes micro-espacos de resistência à escravidão, constituíram ao longo do tempo espaços de atividade camponesa, profundamente ligados a laços de parentesco e à religião cristã, esta reinterpretada a partir dos cultos e ritos africanos. Volpato cita o historiador Eugene Genovese para generalizar este aspecto,

Para Eugene Genovese, que estudou os quilombos americanos de maneira geral, havia nestas comunidades um desejo de ‘restaurar um mundo africano perdido’, ao mesmo tempo eram incorporados traços de civilização euro-americana³¹².

O quilombo não foi a única forma de campesinato negro ao formar-se na América Portuguesa ao longo do tempo. No entanto muitas áreas de campesinato, como já dissemos, foram espaços de interação social de diferentes grupos sociais de livres pobres de origens diferentes.

Um artigo publicado em 1993, “Escravo e terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727-1883)”³¹³ contribui para a reflexão sobre as diversas formas que o escravo

³¹⁰ REGIMENTO baixado pelo governador capitão-general Rodrigo César de Menezes para os capitães do mato apud CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 99.

³¹¹ VOLPATO, Luíza R. R. Cativos do sertão. *Op. cit.*, p. 287.

³¹² GENOVESE, Eugene apud VOLPATO, Luíza R. R. Cativos do sertão. *Op. cit.*, p. 287.

poder ser inserido ou inserir-se na reprodução da ruralidade. O recorte temporal longo é revelador de alguns aspectos do movimento da estrutura agrária de Mato Grosso. Os autores mostram, entre outras coisas, a participação dos escravos como agentes ativos na conquista da terra e dos artifícios usados pelos escravos para conquistarem a terra e mudarem sua situação jurídica diante dos instrumentos de controle do poder metropolitano português e também do império brasileiro.

Apesar da conquista do território de Livramento (Cocais) remeter a “1726-27, reverberação mineradora das ‘Minas novas do Cuiabá’”, os autores enfatizam o período entre 1791 e 1890, no qual a percepção das estratégias dos negros pela conquista da terra e de liberdade são mais perceptíveis. Dois documentos citados expressam esse movimento secular da luta pela terra, que até os dias atuais provocam tensões na região. Em 1790 as autoridades denunciavam que

o haverem por entre o avultado número de escravos que há neste Bairro, muitos pretos fugidos, que além de roubarem aos moradores costumam induzir os escravos alheios, levando-os para os seus quilombos onde habitam, e também algumas pretas³¹⁴.

Cem anos depois, a condição dos negros de “Mata Cavalos” era outra. Em 1883 Dona Ana da Silva Tavares “possuidora de uma parte do ribeirão denominado de Mata Cavalo, com suas vertentes cuja parte faz doação a seus escravos, inclusive os que se libertaram por ocasião do inventário do seu finado marido”³¹⁵. A referência na doação aos “que se libertaram” é, segundo os autores, um indício de um papel “ativo” que os escravos e ex-escravos desempenharam na doação das terras de Mata Cavalo. Para se libertarem esses escravos compraram sua liberdade, “esse comprar por sua vez, implica ‘tratos’, acordos no interior das relações escravistas, que possibilitem acumular créditos ou capital-dinheiro para a compra”, e “se por um lado permanece com o senhor, no limite, o poder de romper esses acordos (...) isso não elimina a possibilidade do trato”³¹⁶. Após a doação, em 1883, “constituiu-se em Livramento um núcleo negro referencial, provido de terras férteis e bem localizadas”, contudo a “sobrevivência desse núcleo não foi facilitada”. Em 1890, o conteúdo da denúncia de cem anos antes parecia se repetir, e os vizinhos justificavam um pedido de

³¹³ ROSA, Carlos Alberto, CANOVA, Loiva e SOUZA, Nelma de. “Escravo e terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727-1883)”. Cadernos do Neru, nº 2 – Escravidão: ponto e contraponto – dez. 93. Cuiabá: Ed. UFMT, 1993

³¹⁴ CARTA do 2º Senhor de São José dos Cocais, José Paes Falcão das Neves apud ROSA, Carlos Alberto, ROSA, Carlos Alberto, CANOVA, Loiva e SOUZA, Nelma de. *Op. cit.*, p. 51.

³¹⁵ Escritura de Doação, Livramento, 15-09-1883, mss; Livro de Registro 1883-1884; Cartório de Livramento – MT apud ROSA, Carlos Alberto, CANOVA, Loiva e SOUZA, Nelma de. *Op. cit.*, p. 34.

³¹⁶ ROSA, Carlos Alberto, CANOVA, Loiva e SOUZA, Nelma de. *Op. cit.*, p. 48.

expropriação denunciando que “os libertos ex-escravos de D. Ana da Silva Tavares, e outros, que indevidamente ocupam e estragam terras e matas da Sesmaria da Boa Vida, no lugar denominado de Mata Cavalos”³¹⁷. Contudo “em 1890 o momento era outro, e os negros de Mata Cavalos não eram ‘pretos fugidos’. Ação judicial de 1890 não conseguiu expropriar o grupo negro de Mata Cavalos, que sobreviveu íntegro até a década de 1930”³¹⁸.

Estes casos servem para perceber o campesinato como um processo social, que se engendra em muitas regiões do Mato Grosso no período colonial, em particular na primeira metade do século XVIII, mas que ao longo do tempo constituíram-se em espaços de construção de relações sócio-espaciais que, em constante mudança, se recompõem frente aos diferentes contextos.

Nossas breves considerações sobre uma história social do campesinato no centro da América do Sul, são extremamente lacunares, mas suficientes para mostrar que estes grupos camponeses compunham a estrutura da sociedade colonial interiorizada nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, e contribui para a construção, nesta dissertação, de uma noção mais abrangente de campesinato colonial.

Chegar a uma definição de camponês, contudo, significa a percepção de algo mais amplo. Significa perceber que grupos de homens e mulheres compuseram ambientes onde reproduziram formas de trabalho, de relações sociais e culturais que os identificavam como camponeses, faziam parte de uma história social mais ampla de reterritorialização do campesinato europeu na América. Isso não implica, obviamente, em reprodução pura e simples do modelo europeu e muito menos uma compreensão homogênea do modo camponês de produzir. Em relação a estas críticas à utilização da noção de camponês, Shanin aponta que o termo “não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não-apanas-camponesa e/ou extra-historicidade”³¹⁹. O autor acrescenta que os camponeses “se diferem necessariamente, refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses, trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. e que “o campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla”³²⁰.

Pretendemos empregar a noção de camponês em nossa análise, tentando compreender as características da formação deste grupo social inseridos no contexto da formação de um campesinato luso-americano. Segundo Shanin generalização não implica em

³¹⁷ ROSA, Carlos Alberto, CANOVA, Loiva e SOUZA, Nelma de. *Op. cit.*, p. 50.

³¹⁸ ROSA, Carlos Alberto, CANOVA, Loiva e SOUZA, Nelma de. *Op. cit.*, p. 51.

³¹⁹ SHANIN, Teodor. *Antologia.Trabalho e Dominação*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980 p. 75.

³²⁰ SHANIN, Teodor.. *Op. cit.*, p. 75.

homogeneização. Para este autor a questão mais importante é ampliar a compreensão do objeto.

A simples questão “os camponeses existem?” seria obviamente tola se colocada e reificada em seu conteúdo; não discutimos aqui a realidade imediata, mas uma generalização, ligada a um modelo conceitual – uma simplificação e uma formalização significativamente seletivas, com o propósito de uma melhor compreensão. Deveríamos, portanto, colocar a questão de outra maneira, perguntando que esclarecimentos podia-se ter pela utilização do conceito e quais são os obscurecimentos de tal teorização³²¹.

A colonização da América, mais especificamente da porção portuguesa, gerou espaços para a produção camponesa contudo, não se trata da reprodução de um campesinato europeu na América, mas sim de um campesinato colonial, moderno, composto de segmentos sociais heterogêneos que emergiram com especial importância no século XVIII, aproveitando os espaços que a sociedade, a economia e a expansão colonial oportunizaram, sobretudo na expansão do mercado interno.

A descoberta de várias áreas de mineração a interligação entre diferentes partes da América Portuguesa, inseriu este campesinato na construção de uma sociedade colonial que é, por si mesma, antítese de formas desmonetizadas e auto-suficientes de produzir. As técnicas rurais indígenas como as roças de coivara uniram-se não apenas às ferramentas européias, mas também relações às de parentesco que, embora pudessem contar com elementos africanos e ameríndios, reproduziam em essência relações típicas do campesinato europeu, assim como a religião cristã que se mesclava com elementos religiosos e ritualísticos e práticas “mágicas” das mais diversas origens. O que é inegável, no entanto, é que esse campesinato “reterritorializado”, embora agregue culturas e trajetórias distintas, é uma forma colonial e moderna de exploração do trabalho, articulado como veremos, direta ou indiretamente ao capital mercantil e aos “quadros” do sistema colonial moderno.

Este campesinato moderno luso-americano, não paralelamente, mas entrecruzando-se à forma predominante de produção de mercadorias, a escravista, possibilitou em menor escala, mas de forma fundamental para o funcionamento das engrenagens do sistema, a acumulação e reprodução de capitais³²². Esta definição ficará obviamente mais defensável, e demonstrável empiricamente, nos próximos capítulos.

³²¹ SHANIN, Teodor.. *Op. cit.*, p. 75.

³²² Além obviamente em constituir um segmento social em contínua expansão até meados do século XX e cujo processo de construção é um elemento fundamental para a história do Brasil.

PARTE III

RURALIDADE E REPRODUÇÃO ECONÔMICA: MERCADO INTERNO, SISTEMA COLONIAL E ECONOMIA MUNDO.

Produção rural, comércio e mercado interno na terra da conquista

Historicamente falando, é portanto útil desenhar o espaço instável dominado por uma firma, uma praça comercial, uma nação, ou ocupado por determinado comércio: o trigo, o sal, o açúcar, a pimenta-do-reino, até os metais preciosos. É uma maneira de por em destaque o impacto da economia de mercado num dado espaço, suas lacunas, suas imperfeições freqüentes e, da mesma forma, seus dinamismos permanentes.

Fernand Braudel em *Civilização Material...*

Analisar a reprodução de atividades econômicas em áreas de intensas atividades mineradoras na América Portuguesa, particularmente na primeira metade do século XVIII, é um desafio por uma série de questões. As três principais, a nosso ver, são as seguintes: 1) certa polarização da historiografia, posta em cheque em especial na última década, entre abordagens que ofuscam a relação entre mercado interno e mercado externo; 2) a ênfase da historiografia na importância da exploração aurífera para a formação destes ambientes; 3) a escassez de registros históricos sobre a produção e as relações comerciais intra-coloniais.

A primeira questão que abordaremos diz respeito às articulações da produção voltada para o abastecimento (ou seja, das atividades econômicas, cujos produtos resultantes permanecem no mercado interno) com diferentes circuitos mercantis. Para tanto se faz necessária uma caracterização, ainda que preliminar destas atividades, do mercado que abasteciam e das redes mercantis às quais estavam articuladas.

A produção rural, desde o princípio da colonização, destinou-se em boa parte à produção de mercadorias para o mercado local. São poucos os registros de preços e não há documentação específica da produção para o período estudado. Em 1726, o secretário do governador de São Paulo, que integrou a comitiva de Rodrigo César de Meneses para fundar a Vila Real, registrou preços das mercadorias ao longo do caminho fluvial e no arraial do Senhor Bom Jesus,

TABELA III
Preços registrados por Gervásio Leite Rebelo em 1726

Gênero	Preço em oitavas de ouro		
	Prox. do rio Pardo	Varadouro de Camapuã	Arraial do S. B. J, Do Cuiabá.
Milho (alqueire)	12	9	14
Farinha de Milho	-	-	20
Feijão (alqueire)	12	16	20
Galinha (unidade)	-	3	3
Carne de porco fresca (libra)	-	-	1
Carne de porco salgada (libra)	-	-	2
Abóboras (dúzia)	1	-	-
Toucinho (arroba)	-	32	-

Aguardente (frasco)	-	15	-
Ovos (dúzia)	-	-	1½

Fonte: REBELO, Gervásio Leite (1727). “Notícia 6ª prática, E a relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nêle mesmo estabelecidas”, in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961, p. 121-123.

Além destes gêneros que Gervásio Rebelo discrimina os preços, o secretário do governador também cita outros que eram comercializados no arraial: arroz, carne de peixe, canjica, cuscuz, bolos, biscoitos, pastéis, pipoca, catimpuera³²³, alojá³²⁴, angu, farinha de cachorro, aguardente. Os preços em Cuiabá eram mais altos do que ao longo do caminho fluvial, o que se deve a dois fatores determinantes: o longo período de estiagem na década de 20 e o aumento da demanda, uma vez que o índice demográfico triplicou com a chegada da dita comitiva. Mesmo assim apesar da alegada “carestia” de alimentos, não há indícios confiáveis para afirmar que faltaram gêneros alimentícios para abastecer as minas do Cuiabá.

A comparação entre os preços praticados em Camapuã entre 1726 e 1727 mostra o aumento de até 100% do alqueire de milho (9 para 16/18³²⁵ oitavas) e de 20 % do alqueire de feijão (16 para 20 oitavas)³²⁶. No entanto em carta para o rei D. João V em 1727, o governador Rodrigo César de Meneses registra em Cuiabá os mesmos preços de 1726³²⁷, o que deve estar ligado a um controle dos preços por parte da Câmara, fundada em 1727 e/ou ao aumento nas vizinhanças do arraial/vila do Cuiabá.

³²³ “**Catimpuera** [do tupi] S. f. Bras. Espécie de bebida fermentada, feito com aipim cozido e amassado com água e mel de abelha”. HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Nosso dicionário da língua portuguesa*. Ed. Nova Fronteira, 1986, p. 370. Sérgio Buarque de Holanda define a “catimpuera” como uma bebida feita com milho e não com mandioca. Segundo esse autor, “em Minas seu fabrico era competência das mulheres, que mascavam o milho de canjica lançando-o depois no caldo da mesma canjica: já ao dia seguinte tinha seu azedo e estava perfeita”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. *Op. cit.*, p. 184.

³²⁴ Sérgio Buarque de Holanda oferece duas hipóteses sobre a origem e o significado da palavra “aloja”. A primeira é que ela procederia da África, segundo o autor “a procedência africana desta bebida é sugerida, não só pelo fato de serem escravos pretos, geralmente, seus produtores e principais consumidores, como pelo nome – aluá – que lhe davam em Minas Gerais, idêntico ao de várias espécies de bebida fermentada que se introduziram no Brasil com os negros da África”. Também há a hipótese da origem ser hispano-americana, “cabe notar, entretanto, que no depoimento de Gervásio Leite Rebelo sobre os produtos de milho que usavam, em 1727, entre os passageiros das monções de Cuiabá, se encontra a forma *aloja*, e que esta designação, de procedência espanhola, está associada até hoje, no Paraguai e no Prata, a uma espécie de cerveja feita principalmente pelas tribos do Chaco com a algaroba e outros frutos e sementes. Não se acha, pois, excluída a possibilidade de seu uso, pelos paulistas, ter sido uma consequência do trato destes com as populações platinas” HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. *Op. cit.*, p. 184. Nos dicionários bilíngües a palavra *aloja* é traduzida para o português como “chicha”. “**Chicha**. S. Bras. Bebida fermentada, em geral feita de milho, mas também de sementes de fruta, tubérculos ou mel”. HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Op. cit.*, p. 395.

³²⁵ No relato a informação é a seguinte “quando eu fui venderam a dezesseis e dezoito oitavas o milho”. CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 134.

³²⁶ REBELO, Gervásio Leite. *Op. cit.*, p. 121-123 e CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 134.

³²⁷ CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 03-1727; mss., microfilme Rolo 01, doc. 10, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Sabemos que as atividades rurais atendiam basicamente o mercado local, representado pela Vila Real e nos arraiais (Ribeirão, Conceição, Jacey, Forquilha e Cocaís), além de povoados e os próprios ambientes rurais, que não eram auto-suficientes. Como lembra Marx “não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria”³²⁸. Cabral Camelo aponta, observando as atividades no porto geral de Cuiabá, que

Da barra do Coxipó há meia légua como já disse, ao porto geral do Cuiabá; nele assistem vários brancos comprando milho e feijão aos roceiros para mandarem a vender; outros o vendem por comissão, com todo o mais mantimento; e alguns se ocupam só da pesca que não lhe rendem menos³²⁹.

Havia uma rede de comércio que possibilitava o intercâmbio de mercadorias, contando com comerciantes responsáveis pelo comércio monçoeiro e por outros pequenos “atravessadores” que negociavam com os roceiros e revendiam parte de sua produção. A observação de que “alguns” ocupam-se da pesca pode parecer trivial. Uma observação rápida pode levar a concluir que se tratava de pescadores que tinham rendimentos vendendo o peixe, mas é mais do que isso. Se analisarmos a construção textual, vemos que estes “alguns” são comerciantes “brancos”, que vivem unicamente do comércio do peixe, ou seja, compravam peixes dos pescadores, que como já vimos no capítulo anterior eram vendidos, secos ou salgados, desde os primeiros anos da colonização.

Mas podemos afirmar que esta produção e comercialização de mercadorias do meio rural estavam inseridas em redes de comércio mais amplas?

Entre 1718 e 1736 a única via regularmente utilizada para ligar a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá a outras regiões era o caminho fluvial, que unia a região a São Paulo, pelo porto de Ararituaba, em Itu. Ilana Blaj estudou a mercantilização da economia paulista a partir do final do século XVII, mercantilização esta que os descobertos auríferos nas Gerais “vêm apenas dinamizar e acentuar tendências e movimentos já existentes”³³⁰. Segundo a autora,

As primeiras décadas do século XVIII são privilegiadas no sentido de se estudar o processo de mercantilização paulistano e o enriquecimento e fortalecimento de uma elite local. A integração com a área das minas, o desenvolvimento da agricultura local e da pecuária, a dinamização do comércio regional e as tensões decorrentes de todo este contexto irão, a nosso ver, sedimentar a estratificação social paulistana e reforçar a própria estrutura de dominação interna. São tendências já detectadas desde os últimos decênios do XVII e que agora irão desenvolver-se plenamente, dotando a

³²⁸ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 81

³²⁹ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 139.

³³⁰ BLAJ, Ilana. *São Paulo em inícios do século XVIII: a sedimentação da riqueza e do poder*, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, pp. 439-463, p. 446.

elite de um poder de mando, que ela irá exercer plenamente após a separação definitiva de São Paulo e Minas Gerais ocorrida em 1720³³¹.

Blaj não estuda as relações de São Paulo com as “minas do Cuiabá”, mas levando em conta que em 1718 começa de forma efetiva a colonização portuguesa na parte mais central da América do Sul, o mercado consumidor nas “minas do Cuiabá” emerge já como parte desta rede que ligava a elite paulista a mercados internalizados em áreas de produção aurífera. Mas não foi com pleno entusiasmo que os paulistas recebiam o impacto das áreas de mineração para a economia da cidade de São Paulo. Segundo Blaj,

Queixas contra a carestia e falta de gêneros alimentícios na região, acompanhadas de medidas como a taxação dos víveres e proibição de sua venda fora da área; reclamos contra a ação dos atravessadores, juntamente com a instituição de multas pelo conselho para tentar coibir seus negócios; protestos contra o alto preço do aluguel dos indígenas, bem como tentativas de evitar sua ida em massa para as minas; inquietações criadas pelo custo excessivo dos escravos negros; ameaça a ordem constituída provocada por forasteiros e pela população mais desfavorecida; são estas, resumidamente, as tensões emergentes nos primeiros anos do XVIII, com as quais tanto a câmara como a própria metrópole teriam que se defrontar³³².

Ao invés de aceitar passivamente o conteúdo dos documentos que apontam estas queixas e “perpetuar a visão de pobreza paulistana, da quase inexistência, em seu interior, de um setor mercantil, do nomadismo intrínseco de seus habitantes ou mesmo de sua propalada auto-suficiência e independência”³³³, Blaj analisa as tensões existentes nestes discursos. Primeiro aponta que a reclamação de “carestia” de alimentos, nunca se deveu a falta destes produtos, mas sim aos altos preços que estes alcançavam³³⁴. Nota-se aí, seguindo Blaj, “a dialética do movimento”, enquanto alguns reclamavam dos preços, outros, comerciantes e grandes produtores, enriqueciam com a produção e comercialização dos gêneros alimentícios. Segundo Blaj estas queixas, mostram “as tensões emergentes devido à articulação com a região mineratória” e expressam ainda “a dinamização da produção e do comércio paulistano, enriquecendo e fortalecendo assim uma elite local”³³⁵.

Em sua dissertação de mestrado, *Itu e Ararituaba na rota das monções (1718-1828)*³³⁶, Silvana Alves de Godoy aponta os impactos da formação de mercados nas minas de Cuiabá (Cuiabá e Mato Grosso) e Goiás, para a economia de Itu. Apesar da contribuição

³³¹ BLAJ, Ilana. *Op. cit.*, p. 445.

³³² BLAJ, Ilana. *Op. cit.*, p. 455.

³³³ BLAJ, Ilana. *Op. cit.*, p. 456.

³³⁴ BLAJ, Ilana. *Op. cit.*, p. 450.

³³⁵ BLAJ, Ilana. *Op. cit.*, p. 456.

³³⁶ GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Ararituaba na rota das monções (1718-1828)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2002.

significativa de sua pesquisa para o desenvolvimento de nossa dissertação, Godoy a nosso ver se equivoca quando analisa a situação de Cuiabá na primeira metade do século XVIII. Segundo Godoy

O abastecimento de um incipiente mercado composto de três a quatro mil pessoas (em Cuiabá) foi, em parte, suprido pelas monções, pois a lavoura local, ainda que produzisse gêneros básicos (milho, feijão, abóbora, banana e, talvez, mandioca), não tinha ao que parece, condições de atender à demanda criada com a descoberta das minas (...). Por não ter uma produção local que atendesse satisfatoriamente a demanda, ao menos inicialmente, nas 300 ou 400 embarcações que partiam de Ararituaba “ia o bastante para que não morressem de fome os moradores do Cuiabá, e depois os de Vila Bela e de outras localidades nascidas da expansão cuiabana (...)”³³⁷.

Fica evidente que a análise que fizemos até agora contrasta com os apontamentos de Godoy. Primeiramente discordamos que a produção de Cuiabá não conseguisse abastecer o mercado local. Além de todas as questões que vimos no primeiro capítulo sobre a espacialização dos ambientes rurais, outras questões fragilizam a argumentação de Godoy. A população das “minas do Cuiabá” só alcançou o número de 4.000 em novembro de 1726, quando veio a Cuiabá a expedição de Rodrigo César de Meneses, acompanhada de 3.000 pessoas. Logo em 1728, quando a expedição retorna, com muitos dos que vieram, a população diminui para 2.500 moradores³³⁸. Está, portanto, descartada a hipótese de uma população entre 1718 e 1726 que extrapolasse o número de 3.000 habitantes.

O trecho entre aspas na citação é uma conhecida afirmação de Sérgio Buarque de Holanda. A autora usa a expressão “ao menos inicialmente” para tratar do período que as monções “abasteceriam” os moradores de Cuiabá de gêneros de primeira necessidade, mas a citação de Sérgio Buarque de Holanda aponta que tanto Cuiabá quanto Vila Bela, fundada em 1752, necessitavam deste abastecimento, o que parece extrapolar este “inicialmente”, ou explorar demasiadamente o uso do “ao menos”.

Outra questão apontada pela mesma autora, citando Barbosa de Sá, é que em 1723, “as fazendas chegaram às minas podres, pois ainda não se tinha o costume de toldar as canoas”³³⁹, somente na monção de 1724 passaram a ser utilizadas canoas toldadas, que em tese possibilitariam abastecer Cuiabá de grãos. Ora, se apenas em 1724 as canoas eram toldadas somente a produção local poderia abastecer o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e os demais ambientes coloniais da região entre 1718 e 1724, o que não parece ter sido interrompido a partir de então. Parece-nos que a função das canoas toldadas era conservar a

³³⁷ GODOY, Silvana Alves de. *Op. cit.*, p. 75.

³³⁸ ROSA, Carlos Alberto. “O urbano colonial na terra da conquista”. *Op. cit.*, p. 37.

³³⁹ GODOY, Silvana Alves de. *Op. cit.*, p. 75.

qualidade os alimentos trazidos para atender os tripulantes das monções, tripulações que podiam contar com centenas de pessoas e também para conservar alguns gêneros, que embora não fossem de “primeira necessidade” abasteciam parte dos moradores que possuíam condições materiais para obtê-los.

Apesar de nossas observações, a dissertação de Godoy analisa questões importantes sobre a economia de Itu e da freguesia de Ararituaba que contribuem para nossa pesquisa. Assim como Blaj mostra que a economia de São Paulo dinamizou-se com as descobertas nas Gerais, Godoy mostra o impacto que as descobertas de Cuiabá e Goiás tiveram sobre a economia de Itu e Ararituaba, tendo implicações inclusive na formação de ambientes rurais que buscavam abastecer as monções e concorrer para o abastecimento do mercado interno nas regiões de mineração com a produção de mercadorias como aguardente e o tabaco.

De acordo com Godoy, em 1728, mesmo ano em que houve várias concessões de sesmarias nas minas do Cuiabá, foram concedidas sesmarias em Ararituaba “com o objetivo de atender as rotas que iam para as minas”³⁴⁰. O caráter mercantil destas espacialidades rurais é evidente, sendo evidente também a articulação entre as espacialidades rurais engendradas em diferentes regiões da América Portuguesa: enquanto formavam-se unidades produtivas em Itu para garantir o comércio entre Cuiabá e São Paulo, formaram-se unidades produtivas em Cuiabá que, além de garantirem a reprodução do mesmo comércio, abasteciam o mercado local de Cuiabá (inclusive as tripulações que vinham e voltavam de São Paulo) de alguns gêneros e concorriam para o abastecimento de outros. Além das fazendas de exploração de trabalho escravo, segundo Godoy, também os pequenos agricultores vendiam parte de sua produção para abastecer as empresas monçoeiras³⁴¹.

Os engenhos de Cuiabá e de Mato Grosso e o mercado interno da Colônia

As articulações entre as espacialidades rurais engendradas em Cuiabá e São Paulo ficam mais claras quando analisamos a questão da construção de engenhos em áreas de mineração. Para entendermos os interesses que envolviam a construção de engenhos nas “minas do Cuiabá”, precisamos “jogar com as escalas” e percebermos o problema em uma perspectiva que rompa com o suposto isolamento dos mercados locais para reconstruirmos as articulações entre as diferentes praças comerciais.

³⁴⁰ GODOY, Silvana Alves de. *Op. cit.*, p. 134.

³⁴¹ GODOY, Silvana Alves de. *Op. cit.*, p. 144.

A coroa portuguesa proibia a construção de engenhos em áreas de mineração. A proibição ocorreu ainda em 1715, portanto antes das descobertas de ouro nas “minas do Cuiabá”. A proibição ocorreu no contexto da formação de engenhos na região das “minas Gerais”. Segundo Zemella,

No começo do século XVIII, muitos engenhos foram erigidos na região aurífera empregados, sobretudo, na destilação de aguardente de cana. A Coroa, atendendo ao fato de que estas lavouras ocuparão grande número de braços que podiam empregar-se com maiores lucros para os quintos, na extração do ouro, e considerando também que tais fábricas concorriam para a perturbação do sossego público, pelas desordens provocadas pelos negros embriagados, proibiu, em 18 de novembro de 1715, a instalação de novos engenhos³⁴².

A própria autora concluiu, citando documentos, que a despeito dessas leis proibitivas, “multiplicaram-se de tal modo os engenhos que (...) rara era a fazenda, ainda que pequena, onde não houvesse produção de aguardente”³⁴³. Ainda tratando-se de Minas Gerais, Guimarães e Reis, em um trabalho pioneiro sobre o desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, afirmam

que não só a coroa sabia, como não impediu a implantação de engenhos, nas Minas, fossem de moer ou de pilões. Aqui uma observação de faz necessária. É inegável a existência de uma Ordem Régia de 1715 onde se proíbe o levantamento de novos engenhos, bem como o fato de que Assumar proibiu o plantio de cana em 1718. Mas, da existência da proibição à sua obediência, vai uma longa distância. A coroa sempre deixou brechas em sua legislação, permitindo que ela fosse desnecessária³⁴⁴.

Apesar de concordarem com Zemella em relação ao fato de que as proibições reais não foram cumpridas, os autores discordam da relação entre o poder real e os colonos. Enquanto para Zemella a construção de engenhos foi uma desobediência das ordens reais por parte dos colonos (o que revela um olhar dualista sobre as relações entre metrópole e Colônia) Guimarães e Reis, por outro lado procuram explicar a construção dos engenhos nas “brechas da legislação”, que se constituiria como uma desobediência consentida, revelando as contradições das relações entre metrópole e Colônia.

Apesar de concordarmos inicialmente com Guimarães e Reis, nos arriscamos a lançar uma terceira interpretação sobre o assunto. Se existiam brechas na legislação portuguesa, estas eram espaços de disputa entre os grupos que controlavam a produção e o comércio de derivados de cana, principalmente a aguardente. A relação de Minas Gerais com seu principal fornecedor de mercadorias, o Rio de Janeiro, coloca outros elementos sobre a questão.

³⁴² ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec-Edusp, 1990 p. 212.

³⁴³ ZEMELLA, Mafalda P. *Op. cit.*, p. 213.

³⁴⁴ GUIMARÃES, Carlos Magno. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. In Revista do Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte, 1986.

Segundo Florentino e Fragoso o governador do Rio de Janeiro queixava-se do movimento da saída de pessoas e riquezas para as Minas Gerais, “segundo ele, tais movimentos estariam desaparelhando os engenhos e fazendas, e levando à completa ruína da cidade”³⁴⁵. A concorrência dos engenhos das Gerais e a saída de produtores do Rio de Janeiro para estas minas geraram uma crise nos engenhos fluminenses³⁴⁶. Rocha Pita, comentando a situação do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XVII, afirma

No seu recôncavo houve cento e vinte engenhos; os que permanecem de presente são cento e um, deixando de moer os outros, por lhe tirarem os escravos para as minas; e a mesma falta (pela própria causa) experimentaram as mais fazendas e lavouras³⁴⁷.

Mais do que apenas verificar a diminuição do número de engenhos a afirmação de Rocha Pita compartilha de uma posição política assumida pelo governador da capitania, por parte da elite local e pela câmara.

Os engenhos fluminenses eram formalmente proibidos de produzirem aguardente. Porém com a crise da produção açucareira na América Portuguesa, a produção de aguardente tornou-se importante para os proprietários de engenho, pois era por meio dela que, com transações atlânticas, compravam escravos africanos e em transações internas abasteciam um mercado consumidor cada vez maior nas Minas Gerais. Não seria de admirar que, seja junto ao governador seja por meio da câmara, os produtores e comerciantes do Rio de Janeiro fizessem todos os esforços junto à coroa para impedir que os engenhos se alastrassem nas Gerais e ameaçassem os interesses da elite fluminense. A análise do caso de Minas Gerais e do Rio de Janeiro demonstra que a produção de aguardente e a “fabricação” de engenhos envolviam muito mais do que questões políticas da ordem do *bem comum*.

Assim como a construção de engenhos nas minas Gerais contrariava os interesses dos senhores de engenho fluminenses, a existência de engenhos nas minas do Cuiabá ocorriam em detrimento dos interesses dos produtores e comerciantes paulistas que dominavam o comércio monçoeiro. Em 1723, Rodrigo César de Meneses proibiu a instalação de engenhos nas minas do Cuiabá. Os argumentos eram idênticos àqueles utilizados para proibir a construção de engenhos em Minas Gerais,

³⁴⁵ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 p. 73.

³⁴⁶ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *Op. cit.*, p. 74.

³⁴⁷ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976, p. 64 apud FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *Op. cit.*, p. 73.

Como a experiência tem mostrado o prejuízo que têm causado os engenhos de aguardentes, não só nas minas, mas em todas as partes do Brasil e serem a principal causa de muitas desordens, além de ser a perdição dos negros, (...) que pessoa nenhuma de qualquer estado e condição que seja, faça os ditos engenhos, por evitar as prejudiciais conseqüências que os haver se podem seguir³⁴⁸.

Vinte anos depois, a câmara de São Paulo queixava-se ao rei “sobre o prejuízo que se faz a estes povos a fábrica de fumos e tabacos e aguardentes em Minas (Cuiabá e Goiás) e que era conveniente vedar a dita fábrica delas”³⁴⁹. Os argumentos são sempre os mesmos da proibição de 1715, qual sejam: o prejuízo à mineração pela utilização de escravos africanos e os danos ao “bem comum” causados pela embriaguez.

A descoberta das minas do Mato Grosso e a constituição das minas do Cuiabá como produtor e entreposto comercial para o Mato Grosso, motivaram o grupo de senhores de engenho, através da câmara, a manifestarem-se ao rei sobre a necessidade de conservação dos engenhos. Em uma carta na qual o ouvidor informava ao rei os assuntos tratados nas “juntas” da câmara, este relatava que

A primeira junta foi sobre a conservação, ou demolição dos engenhos, em que se fabricam as águas-ardentes de cana; nela se assentou conservassem os que atualmente permanecem e que no novo descobrimento do Mato Grosso se não plantasse canas, nem fabricasse engenho algum de novo; sem embargo do que tenho notícia que já destas Minas foram alguns instrumentos para se fabricar um engenho no dito descobrimento; que se conservem os que estão nestas Minas parece justo, para não perder de todo os donos deles; de se fabricarem de novo, e principalmente em descobertos é divertir (...) de minerar vinte ou trinta escravos, que em cada um se ocupam, e buscar meio para se perderem muitos homens com bebidas, como aqui se experimenta e será justíssimo que Vossa Majestade proíba com penas graves que senão façam no futuro semelhantes engenhos; e assim o praticou o general desta capitania Antonio da Silva Caldeira na criação das minas dos Goyases, por a experiência ter mostrado o prejuízo que causam os ditos engenhos³⁵⁰.

Os mesmos argumentos utilizados pela câmara de São Paulo e do Rio de Janeiro para que não se fabriquem engenhos em áreas de mineração foram utilizados pelos membros da câmara e pelos senhores de engenho da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá para tentar impedir que se construíssem engenhos nas minas do Mato Grosso. Outra semelhança importante com o documento de 1715, é que os senhores de engenho de Cuiabá pedem o mesmo benefício dos senhores das Minas Gerais, qual seja, não criar-se novos engenhos e não

³⁴⁸ REGISTRO do Regimento que levou para as novas minas do Cuiabá o Mestre de Campo Regente João Leme da Silva; São Paulo, 26-06-1723; *Documentos Interessantes* (...), v. XII, pp. 98-108, apud ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroadores, alambiques, aguardentes: sinais da produção local do Cuiabá na *Relação* de José Barbosa de Sá”. *Revista do IHGMT*, v.58, Cuiabá, 2000, p. 152.

³⁴⁹ CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo 20-02-1743, Lisboa, 20-02-1743. mss., livro C001 doc.128, APMT. É importante destacar que o documento também faz referência ao tabaco, que como vimos no primeiro capítulo, era plantado e manufaturado em Cuiabá desde o princípio da colonização.

³⁵⁰ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

demolir os já existentes. Isto garante aos atuais donos de engenho uma reserva de mercado para seus produtos. Da “junta” ainda podemos perceber que os interesses dos senhores de engenho também se voltam para as minas goianas, principalmente com a proximidade da conclusão da abertura do caminho de terra que ligava Goiás a Cuiabá.

Apesar das tentativas dos senhores de engenho de Cuiabá, estes acabaram malogrando em seu objetivo. Os documentos apontam que tanto em Goiás quanto nas minas de Mato Grosso foram construídos engenhos, o que não nos autoriza afirmar que a aguardente produzida em Cuiabá não abastecia também estes mercados. A Coroa, contudo, relutava em tomar medidas definitivas a respeito da conservação ou demolição dos engenhos em áreas de mineração. O rei em 1739 escreveu ao governador de São Paulo

Faço saber a vos governador e capitão general da capitania de São Paulo, que sendo-me presentes os danos que resultam dos engenhos e engenhocas de fazer aguardente de cana, sou servido proibir a nova fundação de semelhantes fábricas, enquanto eu não tomo a última resolução sobre esta matéria que pende indecisa por algumas informações, de que vos aviso, para que não deis licença, nem consintas que se erijam de novo os ditos engenhos nos distritos do novo governo³⁵¹.

É interessante perceber que o rei reitera sua resolução ordenando que “não concedas licenças, nem consintas”, ou seja, o rei não só tinha conhecimento que era concedido o direito de construir engenhos sem a legalização do empreendimento, como também buscava controlar (o que não quer dizer que controlava) os instrumentos não legais de concessão deste direito.

Demoraria mais quatro anos para que o rei decidisse sobre a questão. Apesar dos empenhos das câmaras da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e também da Câmara da Vila Boa de Goiás³⁵² o rei em 1743 lançou ordem que parecia definitiva sobre os engenhos,

Faço saber a vos governador e capitão general da capitania de São Paulo, que sendo-me presente que sem embargo das minhas ordens se fabricam nas minas do Goiás e Cuiabá muitas engenhocas de fazer aguardentes, de que resultam vários inconvenientes e detrimento grande aos moradores de serra acima dessa capitania sendo também nocivas à conservação destas minas (...) findos que sejam os atuais contratos dos dízimos às minas dos Goiás e Cuiabá, fazeis demolir todas as engenhocas que nelas se acharem, proibindo a sua reedificação e nova construção com a pena de dois mil cruzados, a metade para a minha real fazenda e outra para o denunciante e de cinco anos de degredo para o Rio Grande de São Pedro, perder seus escravos e fábrica das ditas engenhocas; o que vos ordeno fazeis assim executar, mandando para este efeito publicar esta minha real ordem e registrar na

³⁵¹ CARTA do rei do governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 12-10-1739. mss., livro C001 doc.113, APMT.

³⁵² JUNTA da câmara da Vila Boa de Goiás. Vila Boa de Goiás, 23/05/44. mss., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

secretaria desse governo, ouvidorias dele e mais partes onde convier para que conste a todo tempo o que por ela ordeno e se não alegue ignorância³⁵³.

Nesta ordem régia ficam mais evidentes os interesses que estavam envolvidos na discussão sobre a demolição dos engenhos em Cuiabá e em Goiás. O fato do rei não especificar os “inconvenientes” pode decorrer do largo conhecimento de todos da argumentação que está contida em toda a documentação sobre a questão da proibição da construção de engenhos desde a resolução de 1715. O ponto interessante neste documento é que o rei justifica sua resolução (além destes “inconvenientes”) pelo prejuízo causado aos moradores de São Paulo, ou seja, aos comerciantes, plantadores de cana e produtores de aguardente. A explicitação desta justificativa, não indica, a nosso ver, um novo motivo para a proibição da construção de engenhos, em relação ao conteúdo da proibição de 1715, mas sim a emergência de um conteúdo que está nas entrelinhas desta, que dizia respeito aos interesses dos comerciantes e proprietários de terras naquela ocasião fluminenses e agora, paulistas.

A ordem do rei para que se espere o findar dos contratos dos dízimos para demolir os engenhos é um indício da importância dos tributos pagos pelos engenhos para a arrecadação destes. Um olhar sobre os valores dos contratos dos dízimos revela que houve a queda do valor deste contrato, justamente após o término do contrato vigente, de 6.000.430 réis anuais para 2.000.500 mil réis³⁵⁴, o que poderia reforçar uma hipótese de que os engenhos tivessem sido demolidos.

Percebemos, no entanto, que esta ordem não teve efeito, nem no terno da Vila do Cuiabá nem no termo da Vila Boa de Goiás. Em 1744 o governador de São Paulo escreve ao rei anexando documentação da câmara da Vila Boa de Goiás e uma carta do ouvidor da Vila do Cuiabá. O ouvidor insiste na importância da manutenção dos engenhos

É certo que os únicos bens de raiz que há nestas minas são as ditas engenhocas, pois as roças, chácaras e sítios, não duram e facilmente se largam e desamparam o que não sucede com os tais engenhos, pois que custam muito preço a sua construção inda que haja distantes descobertos, ou [...] falta de ouro sempre os donos dos ditos engenhos se conservam neles, como se viu quando houve o descoberto do Mato Grosso, que desertando destas minas a maior parte dos moradores sempre se conservarão as relíquias desta tão distante Colônia nos ditos (...) engenhos. Se os ditos engenhos se destruíssem ficava muita gente perdida porque quase todos os donos deles os estavam devendo e uns aos juízos dos ausentes; outros a várias pessoas particulares, e neste caso [...] uns e outros perdidos [...] preciso desertar. Como estão fazendo outras muitas pessoas implicadas com muitas dívidas³⁵⁵.

³⁵³ CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo, Lisboa 12-06-1743. mss., livro C001 doc.128, APMT.

³⁵⁴ RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁵⁵ CARTA (cópia) de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 03-10-1744; mss., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Outros documentos como a *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá* de José Gonçalves Fonseca confirmam a continuidade e a expansão dos engenhos produtores de aguardente. Em 1747, D. Luiz de Mascarenhas, governador da Capitania de São Paulo, defendia a manutenção dos engenhos nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso,

(...) e os mesmos fundamentos porque julguei se não deviam demolir os engenhos de Goiás militam com muito mais força a favor dos senhores de engenhos do Cuiabá e Mato Grosso, por ser conveniente ao serviço de V. Majestade o aumento dos seus reais domínios, como também a conservação deles, que por todos os modos se estabeleçam aquelas minas, cujos moradores se fazem dignos da real atenção de V. Majestade (...).³⁵⁶

No entanto o ouvidor ressalta este aspecto com o objetivo bastante claro de construir a idéia de que para garantia da manutenção daquela colônia era imprescindível a manutenção também dos engenhos. O fato de o ouvidor argumentar que os senhores de engenho estavam endividados não pode levar a conclusões apressadas sobre a situação desta atividade econômica, mas pôde servir de justificativa para o ouvidor argumentar que sem os engenhos estes senhores não teriam como pagar tais dívidas.

Mas o documento acima traz a tona outra questão: a evasão populacional de Cuiabá por causa dos descobertos das minas do Mato Grosso. Não concordamos com a evasão populacional, aliás no próprio documento, fica claro que parte da elite da Vila Real, que possuía engenhos, permaneceu na Vila. Os documentos não são construções neutras, envolvem interesses. Neste caso dos senhores de engenho, em construir uma “verdade” que legitime a manutenção desta atividade econômica. Nota-se com alguma clareza que, como afirma Carlos A. Rosa, a manutenção dos engenhos, particularmente em Mato Grosso, passaram “a ter um sentido ‘geopolítico’”³⁵⁷. No ano da fundação da capitania de Mato Grosso e às vésperas da assinatura do Tratado de Madri, esse “sentido” pode ser identificado claramente no parecer do Conselho Ultramarino:

(...) não parecem as razões por que se proibiram estes engenhos [no Mato Grosso] tão atendíveis e fortes que não cedam às do bem do comércio, liberdade dele e utilidade particular e pública que se consideram nestas informações, principalmente quando hoje se tem assentado ser mais necessária e concernente a povoação de Mato Grosso que a do Cuiabá³⁵⁸.

³⁵⁶ CARTA de D. Luiz de Mascarenhas ao rei. Santos, 16-04-1747; mss, microficha 41, doc. 1691, (AHU) – NDIHR/UFMT apud ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroçadores, alambiques, aguardentes (...)” *Op. cit.* p. 159.

³⁵⁷ ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroçadores, alambiques, aguardentes (...)” *Op. cit.* p. 159.

³⁵⁸ DESPACHO do Conselho Ultramarino. Lisboa, 31-08-1748; mss., microficha 41 [São Paulo], doc. 1691 apud ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroçadores, alambiques, aguardentes (...)” *Op. cit.* p. 159.

Os indícios da documentação permitem perceber que trechos como “desertando destas minas a maior parte dos moradores” devem ser analisados levando em conta as relações de força e os interesses que orientam a escrita dos documentos.

Ruralidade e comércio nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso

A hipótese de uma evasão da população das minas do Cuiabá foi construída com base em uma análise superficial da documentação. Do ponto de vista historiográfico, a questão da evasão populacional envolve outros assuntos igualmente polêmicos. Parte da historiografia sobre Mato Grosso defende a tese de uma profunda crise na mineração no termo da Vila Real no final da década de 20 que se estende ao longo do século XVIII. Juntamente com esta tese três corolários, a saber: 1) o caráter de subsistência das atividades agrícolas, 2) a lenta reordenação de capital da mineração para a pecuária; 3) o esvaziamento demográfico das “minas do Cuiabá”. Uma obra marcante que defende as hipóteses descritas acima é o livro “*A conquista da terra no universo da pobreza*” de Luíza R. R. Volpato³⁵⁹. A autora caracteriza o meio rural como espaço de subsistência formado em decorrência de uma profunda crise na produção aurífera,

Dentro do contexto de crise da mineração a produção do próprio sustento se apresentava como alternativa de manutenção de equilíbrio econômico. A diversificação de atividades aparecia como opção na busca da estabilidade. Essa medida foi adotada também por mineradores, que procuraram acrescentar às suas atividades originárias a de lavrador. A transformação do mineiro em lavrador não atingiu apenas aos desprovidos de cabedal, mas também os possuidores de grande número de escravatura³⁶⁰.

Segundo Volpato a sobrevivência da sociedade se deu graças a um equilíbrio econômico precário³⁶¹. Ainda de acordo com a autora “a economia em Mato Grosso não conseguiu estruturar-se, mantendo-se na fase embrionária, acarretando assim pesado ônus à vida cotidiana mato-grossense, gerando um quadro de pobreza generalizada”³⁶².

³⁵⁹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil*. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1987.

³⁶⁰ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Op. cit.*, p. 99-100.

³⁶¹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Op. cit.*, p. 19. “A lenta reordenação das forças produtivas não garantiu, no entanto, a superação da crise, e o encaminhamento do estudo se deu no sentido de perceber como se deu a manutenção do equilíbrio precário dessa economia”.

³⁶² VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Op. cit.*, p. 10.

Elmar Arruda³⁶³ constrói uma análise que se distânciava da abordagem de Volpato. O autor reconstrói o meio rural de Mato Grosso como espaço constituído em ligação a um mercado interno³⁶⁴.

A agricultura é cultivada desde os primeiros anos de exploração do ouro, em pequena escala, mas sempre aumentando o número de plantações. (...) Assim houve a formação de um pequeno complexo econômico. Não (...) um pujante mercado, mas sim um mercado (...). Há que se ter sempre a população como referência do potencial do mercado intra-capitania³⁶⁵.

Arruda propõe que a ocupação do meio rural deu-se em função dos altos preços dos produtos no litoral,

A comprovação desta premissa nos leva à compreensão do mecanismo de queda da capacidade de importação, a qual se explica pela alta dos preços no mercado extra-capitania. No mercado internacional e no litoral da colônia, após a inclusão de imensa massa de ouro brasileiro, disposto no continente europeu, inflacionando os custos, que chegavam ao litoral da colônia mais altos ainda. Transportadas as mercadorias para a região das minas mato-grossenses, os preços tornam-se mais altos que o poder de compra do ouro³⁶⁶.

O comércio intra-capitania garantia a manutenção da atividade mineradora, assim como absorvia o capital da mineração e diversificava as atividades econômicas, possibilitando um emprego de capital mais seguro na agricultura e na pecuária,

Dito isto, podemos confrontar agora, a afirmação de que a decadência gerou um estado de crise, pela diminuição do poder de compra do ouro. Ao contrário, justamente a não decadência na mineração é que possibilitou um investimento do excedente na estruturação do mercado, fechando cada vez mais a malha econômica. O desenvolvimento desta estrutura, funcionará como suporte de sustentação econômica, absorvendo o impacto da perda do poder de compra do ouro no mercado extra capitania³⁶⁷.

Em resumo, Arruda utiliza a documentação de livros de registro de compra e venda de ouro, para afirmar que não houve decadência na produção aurífera³⁶⁸, argumenta que a ocupação do meio rural deu-se em função dos altos preços dos produtos no litoral e que o comércio intra-capitania garantiu a manutenção da atividade mineradora, assim como

³⁶³ ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Op. cit.*

³⁶⁴ ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Op. cit.*, p. 95.

³⁶⁵ ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Op. cit.*, p. 95.

³⁶⁶ ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Op. cit.*, p. 47.

³⁶⁷ ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Op. cit.*, p. 48.

³⁶⁸ “Descarta-se a possibilidade de uma decadência na produção aurífera, até porque somente a condição de significativos excedentes, poderia oferecer bases para investimentos em outras atividades”. ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Op. cit.*, p. 47. Contrariando a tese de Alcir Lenharo de uma lenta reorientação da economia da mineração para a pecuária devido a uma profunda crise na produção aurífera. LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982.

absorvia o capital da mineração e diversificava as atividades econômicas, possibilitando um emprego de capital mais seguro na agricultura e na pecuária.

Tanto as argumentações de Volpato quanto de Arruda são lacunares e imprecisas sobre a vinculação entre a mineração e o desenvolvimento de atividades agrícolas. De certa forma os dois partilham de uma mesma orientação teórico-metodológica, a saber: a situação da principal atividade econômica, no caso a mineração, determina o desenvolvimento das outras atividades, como por exemplo, a agricultura. Neste ponto discordamos dos dois autores. Defendemos a tese de que a produção rural possuía uma dinâmica relativamente autônoma, articulada a outras atividades econômicas, inclusive com a mineração, mas que não respondia espasmodicamente aos altos e baixos da produção aurífera.

Não há dúvida de que uma crise na atividade mineratória diminui a circulação de dinheiro nas regiões mineiras, mas é necessário compreender que longe do imprevisto e da instabilidade, as relações de comércio eram baseadas em cadeias de crédito/endividamento. Para utilizarmos as palavras do ouvidor de Cuiabá, o “costume” de comprar e vender “fiado”³⁶⁹, não era apenas um acordo entre comerciantes e consumidores, mas também envolvia o sistema administrativo português, uma vez que “nesta terra os homens comerciavam uns com os outros roupas e escravos e outras quaisquer fazendas por escrituras públicas e créditos”³⁷⁰. Deste modo a economia movimentava-se de forma que a dívida de um, muitas vezes transformada em escrituras públicas, poderia tornar-se a garantia de pagamento de outrem, movimentação que seria obviamente interrompida se houvesse estado de “queda livre” na extração do ouro, o que não era o caso.

Mas por outro lado, concordamos com Elmar Arruda quando este afirma que houve investimentos de lucros das atividades mineratórias na agricultura e na pecuária, o que fica bastante evidente na documentação. Também concordamos com este autor que houve a estruturação de um mercado interno, e nossa análise partilha com sua afirmativa de que houve o desenvolvimento de atividades agrícolas ligadas a este mercado desde o princípio da formação de uma sociedade colonial luso-americana nas terras que formariam a capitania de Mato Grosso.

É também evidente pela análise que temos feito até agora, e ficará ainda mais claro neste capítulo, que a hipótese de um estado de miséria, ou até mesmo de pobreza,

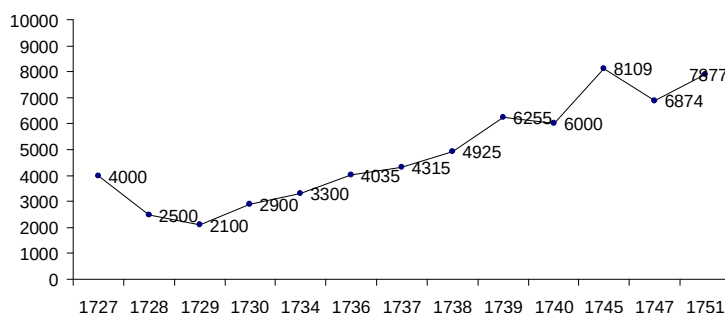
³⁶⁹ CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 06-03-1730. mss., microfilme Rolo 01, doc. 48, (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁷⁰ CARTA do juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 05-03-1728. mss., microfilme Rolo 01, doc. 23, (AHU) – NDIHR/UFMT.

generalizada, defendida por Volpato, pode ser facilmente descartada se nos ativermos, com o mínimo de critério, à análise dos documentos do período.

Resta expormos, de forma mais detalhada, o terceiro corolário da tese da “crise da mineração”: a evasão populacional das “minas do Cuiabá”. Com os achados das “minas de Mato Grosso” o fluxo de muitos mineradores das minas de Cuiabá para Mato Grosso foi evidente, no entanto isto não significa a evasão da população de Cuiabá. Documentos de autoridades preocupadas com o despovoamento de Cuiabá e o testemunho de cronistas serviram de base para Otávio Canavarros apontar que desde o final da década de 1720, Cuiabá sofria com a evasão populacional³⁷¹. Se levarmos em conta o quadro desenvolvido por Carlos Rosa³⁷² vemos que houve queda da população entre 1727, 28 e 29.

População do Cuiabá na Primeira Metade do Século XVIII



Fonte: ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista (...) *Op. cit.*, p. 37.

Primeiramente, para uma análise deste quadro deve-se levar em conta a monção de aproximadamente 3000 pessoas que acompanhou Rodrigo César de Meneses em 1726 e que retornou em 1728 com muitos dos que vieram. A população do termo do Cuiabá com a chegada da monção de Rodrigo César de Meneses chegou a quatro mil pessoas, contando brancos, negros e índios batizados diminuindo consideravelmente após sua partida. Foi ainda determinante para este quadro a postura adotada pelo sucessor de Rodrigo César de Meneses, o governador Antonio da Silva Caldeira Pimentel, que resultou na redução do fluxo de

³⁷¹ “À população de Cuiabá só restaram duas atitudes: a de abandoná-la ou a nela permanecer. Entre os quais abandonaram, provavelmente a maioria, alguns retornaram a São Paulo e outros foram para Goiás, onde as novidades se sucediam. Os que ficaram, pouquíssimos permaneceram no perímetro urbano. Os “sobreviventes” do primeiro “rush”, digamos assim, foram morar nos sítios dos arredores e/ou voltaram ao sertão, reiniciando o bandeirantismo, que nunca haviam abandonado totalmente, fosse para novas descobertas, fosse para a procura de mão-de-obra, ou para ambas as coisas, concomitantemente”. CANAVARROS, Otávio Canavarros. *Op. cit.*, p. 159.

³⁷² ROSA, Alberto Rosa. “O urbano colonial na terra da conquista” *Op. cit.*, p. 37.

embarcações que de Araritaguaba partiam para as minas do Cuiabá entre os anos de 1728 e 1729³⁷³.

No entanto, entre 1736 e 1738 a população de Cuiabá não regrediu, ao contrário, teve um aumento de 22,05% de um ano para o outro e mais de 100% de aumento em relação a 1729, recuperando a população que tinha em 1727³⁷⁴.

Pelo número de habitantes podemos admitir a hipótese que entre 1728 e 1730 houve um período de crise, sendo a queda populacional não a causa desta, como é óbvio, mas seu sintoma. As secas podem ter tido contribuição determinante para este quadro, os preços atingiam valores altíssimos, o que trazia um grande custo para os senhores de escravos, tanto que, logo que em 1728, com as chuvas, a prioridade destes senhores passou a ser a plantação de roças para garantir a subsistência de sua mão-de-obra. Naquele ano o governador Rodrigo César de Menezes relatou que “por andarem os negros ocupados a plantar e replantar roças (...) houve tempo em que às faisqueiras não chegaram a andar trezentos negros”³⁷⁵. A expressão “houve tempo”, pressupõe que esta condição não era permanente. Segundo Carlos Rosa,

No biênio 1728-1729, com a queda da população das lavras do Sutil, de Jacé, da Conceição, de Cocaís, decorrente da seca, da intensificação do fisco, da “fama” das “Minas dos Goiazes”, - houve um temporário esvaziamento do espaço urbano e suburbano da Vila cuiabana. Mas na vila e em seus subúrbios permaneceram moradores com poder suficiente para financiar novas bandeiras prospectivas, como as que acabaram encontrando ouro no Mato Grosso dos Pareci, a Noroeste³⁷⁶.

Em relação à população rural especificamente, não há indícios de dispersão de seus habitantes para outras regiões, pelo contrário, se nos ativermos às cartas de sesmarias,

³⁷³ Sobre esta redução nas comunicações Rodrigo César de Menezes fez a seguinte avaliação, “ (...)com o que principiaram a desanimar as pessoas que estavam em roças no caminho, e de que eu e os mais que me acompanhavam [em 1728] recebemos grandíssimo detrimento, por nos faltar o socorro que esperávamos(...) encontrar em meio caminho. Na monção de 1729 não passaram tropas para aquelas minas, e somente algumas canoas soltas, de pessoas que lá estavam interessadas; e tal foi o descuidado do governador em fomentar aquela nova colônia, que nem aos oficiais da Câmara [do Cuiabá] respondeu sobre o que lhe tinham escrito nesse ano e antecedente, de não irem estes dois anos tropas de São Paulo para aquelas minas, saindo delas algumas numerosas; se seguiu a penúria em que se acham, e do gentio se atrever a destruir e matar muita da gente que estava pelas roças do caminho(...)”. PARECER de Rodrigo César de Menezes; Lisboa, 08-01-1732; mss., microficha 06, doc. 80, (AHU)-NDIHR/UFMT. Apud Carlos Alberto Rosa. Síntese de tese de doutorado. Cuiabá, UFMT, 2000, p. 71.

³⁷⁴ Apesar de quatro mil pessoas não ser um número insignificante, este contingente era minúsculo em relação às sociedades indígenas. Segundo Carlos Rosa “os dados demográficos sobre sociedades indígenas nesta parte mais central são ainda precários. Os Paiaguá, nos confrontos entre 1725 e 1734, somaram 2300 guerreiros. Os Xarayé tinham em cada aldeia cerca de 1000 pessoas. Os Baure, Moxo, Cajubaba e Canichana somavam 60500 pessoas. Toda a população colonial do Cuiabá até 1750 representava menos que 7% da população subestimada de apenas cinco das sociedades ameríndias”. ROSA, Alberto Rosa.” O urbano colonial na terra da conquista”. *Op. cit.*, p. 37.

³⁷⁵ CARTA-RELATÓRIO de Rodrigo César de Menezes; Cuiabá, 28-04-1728 apud CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 157.

³⁷⁶ ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*. *Op. cit.* 126.

podemos perceber que enquanto a mineração poderia estar se retraindo a ocupação de terras para o plantio e criação (sobretudo de porcos) aumentava³⁷⁷. Também os engenhos como afirma Camelo, entre 27 e 30, aumentaram de um para cinco estabelecimentos³⁷⁸. Ainda em 1730, segundo Barbosa de Sá “chegou no fim deste ano uma grandiosa monção de povoado com muitas gentes e fazendas e nela o doutor José de Burgos Vilalobos”³⁷⁹.

Tudo leva a crer que entre 1728 e 1734 a economia e o abastecimento foram reestabilizados.

Se por um lado descartamos a hipótese de uma evasão populacional das “minas do Cuiabá” para as “minas do Mato Grosso” por outro reforçamos a importância da formação de ambientes coloniais nestas últimas minas para compreendermos a dinâmica da economia colonial espacializada no centro da América do Sul. A exploração aurífera e a formação de um mercado consumidor “nas minas do Mato Grosso”, impulsionou as atividades produtivas e comerciais em todo o termo da Vila Real.

Rapidamente constituíram-se três arraiais nas minas do Mato Grosso, dos quais o principal era o arraial de São Francisco Xavier. Os valores registrados evidenciam a diferença de preços entre os dois distritos.

TABELA IV
Preços de mercadorias no distrito do Mato Grosso e no Distrito de Cuiabá Valor em oitavas

Referência	Minas do Mato Grosso - 1736	Minas do Mato Grosso 1737-38	Minas do Cuiabá 1738
Milho (alqueire)	6	4	1
Farinha de milho		8	2
Feijão (alqueire)	10	20	2
Carne de vaca (libra)	2	1	¼
Carne de porco (libra)	2	1	¼
Toucinho (libra)	2,5		
Aguardente (frasco)	15		
Sal (prato)	4		
Marmelada branca (caixeta)	5	8	½**
Marmelada de sumo (libra)	6 e 7*		
Açúcar (libra)	6 e 7*	4	¾
Galinha	6	4	1
Camisa de linho	6	2	2
Ceroulas	4		
Chapéu de baeta	4		
Côvado de baeta	4	4	½
Pólvora (libra)		4	

* Na referência está descrito: “uma libra de alguma marmelada de sumo que aparecia valia seis e 7/8; e pelo mesmo preço, uma libra de açúcar”.

³⁷⁷ CARTA DE SESMARIAS concedida à Domingos Leme da Silva apud SIQUEIRA, Elizabeth Madureira *Op. cit.*

³⁷⁸ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 139.

³⁷⁹ SÁ, José Barbosa de. *Op. cit.*, p. 29.

^{**} Não especifica que se trata de marmelada branca.

Fonte: BORGES, Francisco Caetano. *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001 p. 16. CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Além do registro dos preços das mercadorias em 1736, nos “Anais da Vila Bela” consta que o milho era “produto das roças e plantas do mesmo descoberto”, não apontando o mesmo para o feijão, o que é um sinal de que este produto não seria produzido o suficiente para abastecer os arraiais e povoados do distrito de Mato Grosso. Este fato poderia explicar a contínua alta do preço do feijão que “depois, pelos anos adiante, passou a valer 20 oitavas; chegou a valer a quantia de ouro uma quarta”³⁸⁰, e a queda do preço do milho de 6 para 4 oitavas.

A tendência geral dos preços no distrito do Mato Grosso aponta valores bem mais altos do que os praticados no distrito de Cuiabá, mas os preços de uma forma geral apontam para uma tendência de queda entre 1736 e 1737. É preciso apontar que no documento citado como referência dos preços de 1737-38 das minas do Mato Grosso e em Cuiabá, consta que os preços em Cuiabá são os mesmos praticados há pelo menos dez anos³⁸¹.

No entanto, se compararmos os preços nas minas do Mato Grosso com os preços registrados na Tabela I, podemos perceber que os preços praticados nos arraiais de Mato Grosso são bem menores do que os preços das mercadorias nas minas do Cuiabá em seus primeiros anos de colonização. A estabilidade dos preços em Cuiabá deveu-se principalmente à taxação dos preços pela câmara da Vila Real e o controle e fiscalização quanto aos preços, exercido por outras expressões locais de poder. O fato dos preços nas minas do Mato Grosso não terem alcançado os valores praticados em Cuiabá no princípio de sua colonização certamente esteve ligado aos efeitos da consolidação e da estabilidade econômica da Vila Real. É preciso salientar, contudo, que as intensas secas que na década de 20 assolaram a região, e que ao que tudo indica deram trégua na década de 30, podem ter sido outro fator que influenciou na queda dos preços em Cuiabá e consequentemente em Mato Grosso.

A comunicação entre os territórios das minas do Cuiabá e os ambientes coloniais das minas do Mato Grosso foi estabelecida por vias fluviais e por caminhos de terra.

³⁸⁰ BORGES, Francisco Caetano. *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*. Op. cit., 16.

³⁸¹ CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

IMAGEM XIII



Detalhe que destaca as áreas ocupadas por portugueses na Capitania de Mato Grosso (1769). Fonte: GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*. Portugal, 2000, p. 328 apud LUCÍDIO, João Antonio Botelho. Op. cit, 14. Neste mapa foram ressaltados as vias de acesso ao Mato Grosso.

O caminho por terra, destacado no detalhe desta representação cartográfica foi aberto em 1736, antes da abertura do caminho que ligava Cuiabá a Goiás, que só foi concluído em 1737. Nos primeiros anos os produtos transportados de Cuiabá a Mato Grosso eram conduzidos “nas costas dos negros”, segundo as autoridades “por não haver cavalos nestas minas”³⁸². Sabemos que havia cavalos, mas talvez não em número suficiente para o transporte de mercadorias, situação que se alteraria com a abertura do caminho de terra de ligava a Vila Boa de Goiás e Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, concluído em 1737.

³⁸² CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

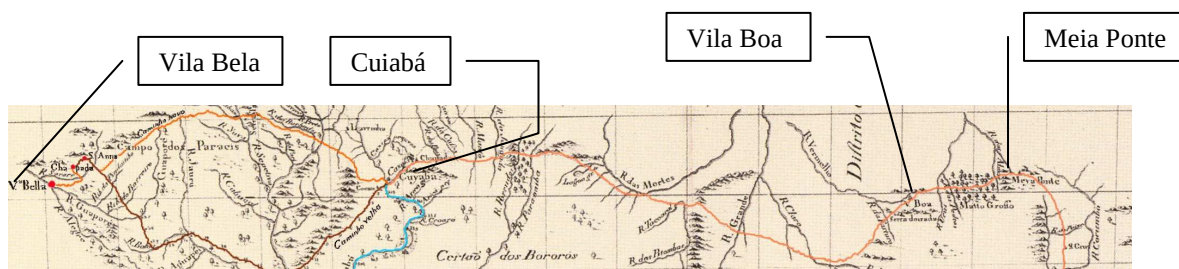
A segunda (junta) foi sobre fazer ou não comércio com o gentio cavaleiro para se meterem cavalos nestas Minas, bem necessários são porque não há dez capazes de se montar neles por velhos; mas este comércio com o gentio é muito arriscado, inconstante; abrindo-se caminho para as dos Goiaz como se tem intentado, virá cavalaria em abundância³⁸³.

E de fato a abertura do caminho de terra possibilitou a entrada de gado, muares e cavalos em grande escala para o termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá,

Com cinco dias de viagem deste rio Cuiabá para o novo descobrimento do Mato Grosso, onde vou à (...) do novo sistema de capitação, me veio a notícia de ter à vila o Capitão Antonio de Pinho de Azevedo de volta das Minas dos Goyazes para onde tinha partido em junho do ano passado com emprego de abrir caminho destas para aquelas, o que se dificultava por ser povoado de numeroso gentio, e como se conseguiu esta empresa com a ida, e volta do sobredito, e de seus camaradas, dou a V. Majestade esta conta (...) este caminho há de servir de grande utilidade à fazenda de Vossa Majestade, à extensão dos seus domínios, e foi de grande gosto para todos os moradores destas, e daquelas Minas; e pelo mesmo caminho me consta vieram quatrocentos e tantos cavalos de que havia grande necessidade nestas terras para com eles se continuarem o novo descobrimento do Mato Grosso³⁸⁴.

O fluxo não somente de cavalos, mas de gado e outras mercadorias intensificou-se ao longo dos anos³⁸⁵. Apesar de já haver gado em Cuiabá desde o princípio da colonização, foi somente após a abertura deste caminho de terra que a região pode contar com a quantidade de gado suficiente para a formação de grandes latifúndios dedicados à pecuária. Arruda aponta relevantes impactos da pecuária. Segundo este autor “a presença do gado alarga os horizontes do comércio, não significando apenas suprimento de carne, mas também que transporte de cargas ganham mais velocidade”³⁸⁶.

IMAGEM XVI



Detalhe que destaca o caminho de terra de Cuiabá a Goiás.

³⁸³ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁸⁴ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] em que informa que fez publicar um edital para moderar o aprisionamento de índios. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 13-09-1737; mss., microfilme Rolo 01, doc. 101, (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁸⁵ REQUERIMENTO do capitão Antonio Pinho de Azevedo ao rei.

³⁸⁶ ARRUDA, Elmar Figueiredo. *Op. cit.*, p. 79.

A partir principalmente da década de 1740 formaram-se grandes latifúndios na parte norte do Pantanal, mudando inclusive o perfil dos pedidos de sesmarias para a região, antes principalmente para a criação de porcos e cultivo de roças e agora também para a formação de currais. Os grandes latifúndios abertos pela elite local mostram um investimento de capitais advindos da mineração na pecuária extensiva³⁸⁷. Mas a importância destes dois caminhos de terra extrapola a questão da entrada de gado, cavalos e muares para Mato Grosso.

Até a abertura do caminho de terra de Goiás a Cuiabá a única rota comercial que ligava a região ao litoral era a o caminho monçoeiro. Depois da abertura destes caminhos os comerciantes das monções tiveram que concorrer com comerciantes que percorriam os caminhos de terra, que integravam os dois distritos (Cuiabá e Mato Grosso) do termo da Vila Real de Cuiabá, não apenas a Goiás, mas também ao litoral sudeste e nordeste da Colônia.

A historiografia construiu uma imagem da rota Goiás-Cuiabá como uma via de mão-única na qual apenas trazia-se gado, cavalos e muares para as minas do Cuiabá e do Mato Grosso. No entanto a produção de mercadorias de alto potencial mercantil como a produção de aguardente em escala considerável e de tabaco, por exemplo, são indícios de que a produção do termo da Vila Real estava ligada a relações comerciais mais amplas com outras praças comerciais da América Portuguesa.

Reconstruindo estes circuitos parece comprovada a hipótese de que circulação de mercadorias, que em canoas cruzavam os caminhos fluviais que interligavam pontos distantes da capitania de São Paulo, contribuía para a dinamização da economia colonial, e consequentemente para a formação e, sobretudo, para a solidificação de uma elite paulista. Assim como o fluxo de mercadorias que sobre as mulas, cavalos e carros de boi percorriam o caminho de terra de Cuiabá a Goiás contribuiu para a dinamização da economia colonial, interligando por terra praças comerciais especializadas na Bahia, Rio de Janeiro e etc e teve impactos relevantes na dinâmica da economia dos territórios da porção oriental dos domínios hispânicos na América do Sul.

Diferentemente de boa parte do ouro produzido nas minas que atravessava o Atlântico, estas mercadorias encerravam seu ciclo produção/consumo no interior do subcontinente americano. Esta produção rural de mercadorias contribuiria, portanto, nesta ótica, integralmente para a acumulação de capital por parte dos produtores e “homens de negócios” instalados no interior destas fronteiras.

³⁸⁷ SIQUEIRA, *Op. cit.*, p. 37-40.

Em um artigo publicado na coletânea “Antigo Regime nos Trópicos”, João Luiz Fragoso sintetizou, o denominado por ele, processo de “acumulação primitiva” no Rio de Janeiro, que se baseou na “conquista/guerra” que possibilitou a expropriação da terra dos ameríndios e sua utilização como mão-de-obra compulsória; na “administração real – fenômeno que lhes dava, além do poder em nome del Rey, outras benesses via sistema de mercês; o domínio da câmara”. Todas estas práticas remetiam, ainda de acordo com o autor, a práticas “vindas da antiga sociedade lusa”³⁸⁸.

Nossa análise até o momento parece ir ao encontro da reprodução *mutatis mutandis* deste mesmo tripé. A conquista de territórios indígenas liberou terras e mão-de-obra a baixos custos e a presença local das instituições de poder permitiu o relativo controle e acesso das “benesses” às quais os conquistadores tinham direito. Uma dinâmica interna possibilitada pelos descobertos auríferos, mas que, uma vez sedimentada, agia em sua própria reiteração e na reprodução da sociedade engendrada a partir destas atividades econômicas. Segundo João Fragoso, a economia colonial

é a base de uma sociedade (com uma dada hierarquia econômico-social), sendo seu principal objetivo, seu sentido, se assim preferimos, reiterar no tempo tal sociedade – desse modo, a inversão do sobretrabalho não mais dependeria apenas de injunções externas, mas, antes de mais nada, estaria subordinada às necessidades de reprodução da estrutura social considerada³⁸⁹.

Ainda para João Fragoso é evidente na economia colonial “a ação de uma elite mercantil, originária de tais acumulações endógenas e ‘responsável’ pela produção da agroexportação, à qual caberia promover o controle de parte do excedente retido na formação colonial”³⁹⁰. Além da produção voltada para o mercado local, Fragoso identifica também, o tráfico de escravos como “negócio interno à economia do Sudeste brasileiro”. E isso, segundo o autor, “por uma boa razão: ele era controlado por negociantes residentes no Brasil. Esse fenômeno transforma tal negócio em uma operação integrada aos movimentos de acumulação interna à economia colonial”³⁹¹.

Apesar do fato de que a agroexportação, segundo Fragoso, “enquanto demanda”, “possibilita a configuração de processos de reproduções introversas identificadas com a

³⁸⁸ FRAGOSO, João. “A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII)”, in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 66-68.

³⁸⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 157.

³⁹⁰ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*. Op. cit., p. 157.

³⁹¹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*. Op. cit., p. 159.

riqueza gerada pela reiteração daquelas produções coloniais para o abastecimento interno”³⁹², a acumulação endógena “não tem como eixo a *plantation*, mas sim o mercado interno. Para nós, em última instância, esse movimento se identifica com a reprodução das diversas formas de produção não-capitalistas, ligadas ao abastecimento doméstico”³⁹³.

Uma verificação empírica da formulação de Fragoso, no caso de nosso objeto, pode ser fornecida a partir do cruzamento dos dados de nossa pesquisa com os resultados de outras pesquisas, como a tese de Ilana Blaj e a dissertação de Silvana Godoy, e ainda pela percepção óbvia do mercado de escravos como abastecedor das minas de Cuiabá e Mato Grosso. O esquema pode ser simplificado: uma produção de mercadorias voltada ao mercado doméstico que possibilita a acumulação endógena de capital e a formação elites coloniais e; uma produção de mercadorias (no caso o ouro) voltada para o mercado externo, vinculado ao capital mercantil internacional.

A aplicação do modelo de Fragoso, contudo, parece menos adequada ao nosso objeto quando questionamos uma das mais naturalizadas e menos discutidas noções reproduzidas pela historiografia econômica: a mercadoria. Neste sentido não iniciamos nossa crítica à interpretação de Fragoso a partir da crítica à noção de mercado interno, acumulação endógena, capital residente, mas sim do significado da produção de mercadorias no contexto em questão. É o que veremos no próximo capítulo.

³⁹² FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura. Op. cit.*, p. 159.

³⁹³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura. Op. cit.*, p. 160.

O fetichismo da mercadoria e as articulações da produção rural ao sistema colonial e à economia mundo

O valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social, pois a conversão dos objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens.

Karl Marx em *O capital*

À primeira vista, o título e a epígrafe deste capítulo podem oferecer uma impressão equivocada sobre o seu conteúdo, principalmente pela utilização da noção de “fetichismo da mercadoria”³⁹⁴ como norteador de nossa análise. Embora esta análise deva muito à obra de Marx, não nos propusemos a aplicar um modelo explicativo marxista ao corpo documental que analisamos. Nosso objetivo é operar a *apropriação* de algumas das reflexões de Marx que, a nosso ver, convergem com as reflexões da historiografia contemporânea e contribuem para o debate da historiografia econômica brasileira.

Para Marx “o produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca”³⁹⁵. O produto, assim como a mercadoria, é resultado do trabalho, no entanto o produto apenas torna-se mercadoria se é submetido a uma relação de troca com outra mercadoria qualquer ou com uma mercadoria-moeda. Para haver, portanto, produção de mercadorias é necessário haver excedente de produção. O que percebemos claramente na documentação é que mesmo as unidades produtivas mais modestas transformavam parte da produção em mercadorias.

Mas não é a partir da análise sobre as mercadorias produzidas por atividades desenvolvidas nas unidades produtivas do meio rural que iremos discutir a produção de mercadorias no centro da América do Sul, mas sim a partir da análise dos dados sobre a produção aurífera nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso.

Historiadores consagrados por estudos em história econômica, como Vitorino de Magalhães Godinho, Frédéric Mauro e Pierre Vilar, destacaram o papel do ouro da América Portuguesa para a acumulação de capitais na Europa, em particular em Portugal e na Inglaterra. Segundo Godinho a “Revolução Industrial (...) deve certamente muito ao ouro

³⁹⁴ MARX, Karl. *O Capital*. V. I. Rio de Janeiro: Difel, 1985 pp. 79-104.

³⁹⁵ MARX, Karl. *O capital*. *Op. cit.*, p. 48. “O camponês medieval produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, o trigo do dízimo para o cura. Mas embora fossem produzidos para terceiros, nem o trigo nem o tributo do dízimo eram mercadoria”.

brasileiro”³⁹⁶. Para Vilar, embora Portugal fosse o primeiro beneficiário das importações de ouro para a Europa, a Inglaterra “pelo constante excedente de sua balança comercial com Portugal” conseguia “drenar” grande parte deste ouro³⁹⁷. Mesmo que os autores pudessem exagerar no teor dessa “drenagem” e sua importância para a economia inglesa, não há dúvida de que o ouro português, extraído de sua maior possessão colonial, teve impactos na história econômica européia (e inglesa) e na fixação do padrão-ouro no comércio internacional³⁹⁸.

Mas, o que queremos discutir a partir da exposição desta questão não é a importância do ouro extraído nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso para o quadro da história econômica e monetária européia do século XVIII. Queremos chamar a atenção para outro problema, aparentemente de pouca importância, mas de implicações mais amplas do que aparenta: o que de fato continha no ouro que era enviado para a Europa e contribuía na retro-alimentação do capital mercantil? A questão parece descabida, mas veremos que um “estranhamento” deste tipo pode contribuir para refletirmos sobre as articulações entre as diferentes atividades produtivas e o capital mercantil. O ouro era resultado de um conjunto de relações que permanecem como um mistério que a história monetária não se preocupou em enunciar.

A ênfase de parte da historiografia na importância da produção aurífera fez com que outras características econômicas e sociais fossem ignoradas ou colocadas em um plano que não correspondem à importância efetiva que tiveram. A fundação da Vila Real, por exemplo, fenômeno marcadamente político, além de social e cultural, “tem sido explicada como manobra fiscal”³⁹⁹, cujos únicos objetivos eram coibir os descaminhos do ouro e ampliar a arrecadação. Apesar de a preocupação fiscal ser verificável na documentação, ela não justifica, e muito menos explica, a fundação da Vila Real. “Neste sentido, o fisco ofusca”⁴⁰⁰.

No ano de 1727, segundo Washington Luís, o valor dos quintos cobrados em Cuiabá foi de 51.589 oitavas de ouro, ou 185, 7 kg. Este ouro jamais chegaria a Portugal, uma vez foi alvo de fraude e trocado por chumbo⁴⁰¹. Mas o valor apontado por Washington Luís, não era

³⁹⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”, in *Revista de História*, nº 15, São Paulo, 1950 p. 87.

³⁹⁷ VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 284.

³⁹⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Op. cit.*, p. 88. VILAR, Pierre. *Op. cit.*, p. 285. Há autores, contudo, que desmerecem a importância, não apenas da produção aurífera, mas também do escravismo, para o processo de industrialização europeu, e mais especificamente o inglês, como David Landes. Sobre a obra deste autor e as concepções em relação a Revolução Industrial ver ARRUDA, José Jobson. “David Landes, um historiador desacomodado”, in *Rev. Economia e Sociedade*: Campinas, (12): 87-107, jun. 1999.

³⁹⁹ ROSA, Carlos Alberto. *Op. cit.* p. 37.

⁴⁰⁰ ROSA, Carlos Alberto. *Op. cit.* p. 37.

⁴⁰¹ Em sua tese de doutoramento Nauk Maria de Jesus analisa a troca do ouro por chumbo com uma diversidade de documentos e riqueza de detalhes, demonstrando que o fato revela uma série de tensões entre as autoridades metropolitanas e a inserção destas em redes mercantis atlânticas que precedem a colonização das minas do Cuiabá e a integram em relações que articulam o centro da América do Sul a Minas Gerais, Goiás, São Paulo,

referente apenas a parte do ouro extraído das minas, mas também dos demais “direitos” cobrados pela Coroa. Não há discriminação detalhada dos percentuais, mas segundo Nogueira Coelho, 16.722 oitavas, ou seja, pouco mais de 32 % do total de ouro que deveria ser enviado foi fruto de cobrança dos direitos das entradas. Outros direitos como os dízimos e maneios não são especificados, mas deveriam constar no total de ouro que seria enviado a Lisboa⁴⁰².

Se a troca, ou “metamorfose”, de ouro em chumbo, provocou tensões, devassas, murmúrios, múltiplas interpretações, outra transmutação não mereceu a mesma atenção das autoridades metropolitanas e colonos: a metamorfose de milho, feijão, mandioca, carne, aguardente, tabaco, entre outras mercadorias, em ouro. O ouro extraído destas atividades, de valor nem um pouco desprezível, era introduzido nas redes mercantis. No entanto, a mercadoria-ouro silencia as práticas sociais, as relações de intercâmbio, a divisão do trabalho que permitiram sua constituição como valor.

Se “para funcionar como dinheiro, tem o ouro que penetrar no mercado por algum ponto” e “esse ponto se encontra na sua fonte de produção, onde o ouro, como produto imediato do trabalho, se troca por outro produto do trabalho do mesmo valor”, “a partir deste momento, passa a representar os preços realizados das mercadorias”⁴⁰³. Ainda segundo Marx, por meio desta “metamorfose”, “apaga a mercadoria qualquer vestígio de seu valor-de-uso natural e do trabalho útil particular que lhe deu origem, para se transformar na materialização uniforme e social de trabalho humano homogêneo”⁴⁰⁴. O autor acrescenta ainda que “o dinheiro não deixa transparecer a espécie de mercadoria nele convertida. Qualquer mercadoria, ao assumir a forma dinheiro, é igualzinha a qualquer outra”⁴⁰⁵. Segundo Marx a “magia do dinheiro” está na capacidade deste em fazer desaparecer todo um conjunto de relações sociais que em intercâmbio, possibilitam a acumulação de capital. O valor “transforma cada trabalho num hieróglifo social”⁴⁰⁶, que pode e precisa ser decifrado. Vamos tentar *decifrar* alguns destes hieróglifos.

O que propomos inicialmente é um “estranhamento” em relação à produção de mercadorias, pois se “à primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente

África e Lisboa. JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2006.

⁴⁰² Para alguns moradores de Cuiabá, a troca de ouro por chumbo, não foi uma fraude, mas uma “metamorfose” operada pela “divina justiça pelas lágrimas dos miseráveis que entregavam as fazendas por não terem com que pagarem os direitos delas. Sá, José Barbosa de. *Op. cit.*, p. 24.

⁴⁰³ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 122.

⁴⁰⁴ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 122.

⁴⁰⁵ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 122.

⁴⁰⁶ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 81. Neste sentido, e curiosamente, Foucault se aproxima de Marx ao comparar o trabalho do historiador com uma arqueologia do documento. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997 p. 8.

compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas”⁴⁰⁷. O “caráter fetichista” da mercadoria-ouro decorre, assim, como o das outras mercadorias, “do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias”. Para Marx o fetichismo encobre de mistério as relações que possibilitaram a produção das mercadorias⁴⁰⁸.

Antes de avançar na decifração de alguns mistérios da produção de mercadorias no centro da América do Sul, é conveniente, para evitar equívocos, enunciarmos que Marx, quando analisa o “fetichismo” inerente às mercadorias, não está tratando de relações “tipicamente” capitalistas, ou seja, de relações nas quais se opõem proprietários de meios de produção e mão-de-obra assalariada⁴⁰⁹. É bastante evidente em Marx que o “fetichismo” não é um mistério específico da produção capitalista, mas sim um segredo constituído na produção de mercadorias⁴¹⁰.

Para analisarmos o “fetichismo” da mercadoria-ouro não trataremos das relações sociais envolvidas diretamente na exploração do ouro, como o trabalho escravo (negro e indígena) e, em menor medida, de livres pobres. Abordaremos aspectos da economia e da

⁴⁰⁷ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 79. Marx acrescenta: “como valor de uso, nada há de misterioso nela, quer observemos sob o aspecto que se destina a satisfazer necessidades humanas, com suas propriedades, quer sob o ângulo de que só adquire estas propriedades em consequência do trabalho humano. É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica o modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando faz dela uma mesa. Não obstante a mesa é ainda madeira, coisa prosaica, material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo imperceptível e impalpável. Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande as idéias fixas de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria. MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 80.

⁴⁰⁸ “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Através desta dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis aos sentidos”. MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 81.

⁴⁰⁹ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 190. “As funções particulares desempenhadas pelo dinheiro, mero equivalente de mercadoria, meio de circulação, meio de pagamento, entesouramento, tesouro, dinheiro mundial, indicam, segundo a extensão e preponderância relativa de cada uma das funções, estágios muito diversos do processo de produção social. Apesar disso, ensina a experiência que basta uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida para que se constituam todas aquelas formas. Com o capital é diferente. Suas condições históricas de existência não se concretizam ainda por haver circulação de mercadorias e de dinheiro. Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. O capital anuncia desde o início, uma nova época no processo de produção social”.

⁴¹⁰ MARX, Karl. *Op. cit.* p. 81. “Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a força fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos que recorrer a região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que esta sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são geradas por mercadorias”.

sociedade que revelam elementos do processo de formação da sociedade colonial no centro da América do Sul.

O intendente Manuel Rodrigues Torres informou que na monção geral de 1740, foi enviado de Cuiabá com destino final a Lisboa, o ouro referente a três matrículas da capitação. Geralmente esta quantia das capitações é referenciada pelos historiadores como o índice de ouro que a metrópole lucrou com a produção aurífera⁴¹¹.

TABELA V
Valores da *capitação* referente à segunda matrícula de 1739.

Referência	Valor em oitavas
3.170 escravos	7.528 $\frac{3}{4}$
85 escravos com multa	221 $\frac{3}{4}$ e 14 grãos
Ofícios	137 $\frac{3}{4}$ e 1 grão
Forros e livres que mineram	223 e 7 grãos
Lojas, boticas e cortes de carne	308 $\frac{3}{4}$ 4 grãos
Vendas	84 $\frac{1}{4}$ 11 grãos
Livro de denúncias	52 $\frac{1}{4}$ 4 grãos
Do livro da primeira matrícula de escravos adventícios	22 $\frac{3}{4}$ 4 grãos
Do livro da primeira matrícula as lojas, boticas, vendas e cortes de carne	12 $\frac{3}{4}$ 12 grãos
Total	8.592 e 17 grãos

Fonte: RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

O valor da “capitação e censo” não corresponde a uma parte do ouro extraído das minas que, como recurso natural valioso, era enviado para a metrópole. Antes de tudo é preciso ter a percepção de que os metais preciosos, como equivalentes gerais, “já saem das entranhas da terra como encarnação direta de todo trabalho humano”⁴¹², ou seja, os números da capitação não correspondem diretamente à quantidade do ouro extraído nas minas que cabia à Fazenda Real, mas sim a uma quantia de trabalho humano, utilizado tanto nas atividades de extração mineral como em outras atividades econômicas. Além de, como as outras mercadorias, encobrir as relações que possibilitaram sua produção, o ouro tem a especificidade de ser também um equivalente geral, ou seja, moeda, dinheiro.

Esta capitação correspondia às minas do Cuiabá e às minas do Mato Grosso. Não tivemos contato com o livro de registro para especificar o rendimento de cada localidade, mas os indícios mostram que a maior parte do valor das capitações é correspondente às “Minas do Cuiabá”. João Gonçalves da Fonseca aponta que no livro de registro da capitação estavam

⁴¹¹ SIMONSEN, Roberto. História Econômica do Brasil (1500-1820). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978. PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

⁴¹² MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 104. Mesmo no sistema de arrecadação através dos quintos, isto também é verdadeiro, embora a caráter fetichista seja ainda mais exacerbado, por tornar o mistério do valor ainda mais difícil de ser decifrado.

matriculados 1100 escravos nas minas do Mato Grosso⁴¹³, valor que corresponde a pouco menos de 32% do total de escravos matriculados no termo da Vila Real.

Percebemos que além da capitação dos escravos, outros itens compõem a lista da arrecadação de tributos, como os ofícios, as lojas, vendas, boticas e cortes de carne, num valor que corresponde a pouco menos de 9% do total. Como valor, o total dos itens pode ser visto como irrisório, mas como indício é significativo, pois o valor em dinheiro “dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores”⁴¹⁴. Os produtos do trabalho “adquirem (...) como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade”⁴¹⁵.

Mesmo que fossem apenas 9% dos rendimentos da Coroa que proviessem de outras atividades que não a extração aurífera, poderíamos afirmar que no ouro que partia para Portugal na capitação estavam “grudadas” relações de trabalho que embora monetariamente correspondessem a um pequeno percentual, envolviam uma parcela significativa da população, que não pode ter sua história, mesmo do ponto de vista econômico, reduzida a índices de valor monetário.

Veremos, todavia, que os valores das atividades não diretamente ligadas à mineração correspondem a um percentual bem mais expressivo desta capitação. Segundo José Gonçalves da Fonseca dos 1100 escravos “que constam pelo livro da matrícula da capitação (...) somente seiscentos é que poderão empregar nas faisqueiras e nas lavras, por se ocupar o resto de lavouras de mantimentos”⁴¹⁶. Portanto, 500 escravos nas “minas do Mato Grosso”, dos quais foram cobradas taxas de capitação, não se ocupam da produção aurífera.

Seria muito arbitrário aplicar a mesma relação entre escravo das minas e escravo das lavouras para as minas do Cuiabá. No entanto, no mesmo relato Fonseca aponta que havia nas imediações da Vila Real dezesseis engenhos⁴¹⁷. Apesar de não estarem desenvolvendo atividades mineiras, os senhores de engenho pagavam a capitação sobre os seus escravos⁴¹⁸. Levando em conta que em média havia de 20 a 30 trabalhadores escravos por engenho⁴¹⁹, tomando o número de 25 como média, teríamos cerca de 400 escravos.

⁴¹³ FONSECA, João Gonçalves. *Op. cit.*, p. 16.

⁴¹⁴ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 84.

⁴¹⁵ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 82.

⁴¹⁶ FONSECA, João Gonçalves. *Op. cit.*, p. 16.

⁴¹⁷ FONSECA, João Gonçalves. *Op. cit.*, p. 34.

⁴¹⁸ CARTA de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 03-10-1744; mss., microfilme Rolo 02, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT. JUNTA da câmara da Vila Boa de Goiás. Vila Boa de Goiás, 23/05/44. mss., microfilme Rolo 02, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴¹⁹ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

A estimativa mínima de mão-de-obra escrava em atividades rurais matriculados na capitação seria de 900 escravos, correspondendo a pelo menos 28, 4% da renda total obtida com a matrícula de escravos. Somando-se o valor aproximado de 2.137 oitavas da capitação destes escravos com 766 oitavas de outras atividades econômicas (boticas, vendas, lojas e etc.) temos o número de 2903 oitavas que corresponde a 33% do total da renda da capitação. Valor sem dúvida significativo, mesmo para os historiadores da economia que confundem importância econômica com índice monetário.

Não é apenas na capitação que homens e mulheres, escravos e livres pobres do campo, imprimiram suas marcas no ouro que era enviado para Portugal. No pagamento dos direitos dos dízimos e das entradas (que correspondem ao imposto sobre a produção rural e da entrada de mercadorias em áreas mineradoras), é possível perceber a dimensão das atividades rurais e do comércio no centro da América do Sul.

Estes direitos muitas vezes não eram cobrados diretamente pela Coroa, ficando ao encargo de sociedades ou particulares, que arrematavam os contratos de cobrança destes tributos. Estes contratos têm sido analisados de forma mais atenta em trabalhos recentes. O estudo do Sampaio⁴²⁰, por exemplo, analisando os contratantes do Rio de Janeiro, afirma que “a contratação de rendimentos e monopólios régios constituía (...) um poderoso instrumento de acumulação e de influência (...) propiciando a formação de uma elite”⁴²¹.

Em uma carta enviada ao rei em 1722, o governador da capitania de São Paulo escreve o governador do Rio de Janeiro comunicando que os dízimos de Cuiabá, neste mesmo ano foram arrematados por 18:000\$00 anuais, um valor exorbitante para a época. Na mesma carta, o governador de São Paulo aponta que no princípio da exploração nas minas das Gerais, nunca os dízimos destas, somados com os dízimos de São Paulo, ultrapassaram 7:200\$000⁴²². Os dízimos do Rio de Janeiro em 1712 foram arrematados por 13:333\$333 anuais. O valor deste primeiro contrato pode ser justificado pelos altíssimos preços dos produtos agrícolas e talvez tivesse como base mais uma economia potencial tendo como referência, talvez, a experiência das Gerais, do que a realidade das atividades produtivas desenvolvidas nas “minas do Cuiabá”. Os valores dos contratos posteriores são muito diferentes⁴²³. Ao longo da

⁴²⁰ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português (1701-1750)”, in FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F. e Gouvêa, Maria F. S. O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴²¹ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Op.cit.* p. 98.

⁴²² CARTA de Rodrigo César de Menezes ao governador do Rio de Janeiro. São Paulo, 02-05-1722. mss., livro C001 doc. 42, APMT.

⁴²³ Não sabemos se o valor do contrato de 1722 foi pago à Fazenda Real, e também não encontramos este contrato para saber se havia cláusulas específicas.

primeira metade do século XVIII, mantiveram-se estáveis em torno de 5:800\$000 anuais⁴²⁴. Estudos como o de Helen Osório sobre a arrematação de contratos reais, podem nos auxiliar a relacionar estes valores com os contratos de outras regiões da América Portuguesa,

O contrato dos dízimos do povoado de Santos, São Paulo e Rio Grande de São Pedro foi arrematado por Pedro Gomes Pereira, em 1747, por 10:600\$000 anuais, não sendo discriminado o montante relativo a cada uma das áreas. Na arrematação seguinte, em 1750, houve especificação de valores: de um total de 10.815\$000, correspondiam ao Rio Grande e Santa Catarina 30% deste valor, e a São Paulo e Paranaguá, 70%⁴²⁵.

Fazendo as contas, os dízimos de São Paulo e Paranaguá, em 1750 correspondem ao valor de 7:570\$000 e ao Rio Grande e Santa Catarina a 3:244\$000. Valores que colocam o contrato dos dízimos de Cuiabá em posição intermediária. No entanto em relação aos contratos dos dízimos arrematados em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia o valor do contrato das “minas do Cuiabá” são bem menores,

TABELA VI
Dízimos da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Cuiabá: 1727-42 – em mil-réis.

Anos	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Cuiabá
1727	72:050	20:000	16:900	5:800
1729	72:050	20:500	18:920	6:800
1741	52:420	11:260	19:205	6:920
1742	52:420	11:260	19:208	6:920

FONTE: FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João L. O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840, p. 246 (adaptado). RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Se desprezarmos os valores absolutos e nos atermos à renda dos dízimos por habitante, os valores se invertem, dada a disparidade demográfica das regiões.

Apesar de, como salientou João Fragoso, a arrematação de contratos envolverem “negociações entre funcionários do rei e os arrematadores”⁴²⁶ que não são necessariamente pautadas em questões puramente econômicas, acreditamos que os valores podem ser, levando em conta inclusive estas “negociações”, indícios da produção e da circulação de mercadorias.

Também os direitos das entradas, fornecem indícios importantes. Em 1740 o valor anual do contrato, para os caminhos que ligavam as minas da capitania de São Paulo, era de

⁴²⁴ RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴²⁵ OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação de contratos: o exemplo do Rio Grande do Sul In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 111.

⁴²⁶ FRAGOSO, João L. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII)”. In FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F. e Gouvêa, Maria F. S. *Op. cit.*, p. 65.

22 arrobas e meia libra de ouro⁴²⁷. O valor do mesmo contrato para os caminhos que ligavam Rio de Janeiro a Minas Gerais era, no mesmo ano de 1740, de 50 arrobas, mais que o dobro, enquanto para os caminhos que por Pernambuco e Bahia chegavam a Minas Gerais, o valor era de 34 arrobas. Somando-se todos os valores, os direitos das entradas rendiam à Coroa 106 arrobas e meia libra de ouro. O percentual que correspondente às minas da capitania de São Paulo é pouco mais de 22%, valor bastante expressivo, visto a diferença nos índices demográficos entre as regiões.

Quem mais lucrava com os contratos, obviamente eram os contratadores. Segundo Helen Osório “os contratos eram mais lucrativos que os engenhos e o tráfico de escravos”⁴²⁸. Mas além de demonstrar um dos mecanismos utilizados pela elite colonial e metropolitana para acumular capital, a análise dos contratos mostra que o “conjunto de lavradores, comerciantes e artífices” formavam um “circuito de acumulação de rendas”⁴²⁹, que de acordo com os valores expressados são monetariamente significativos, mas principalmente, são reveladores de uma série de atividades econômicas essenciais para a reprodução da sociedade colonial.

Por meio da análise do fetichismo da mercadoria-ouro conseguimos reconstruir alguns laços que ligavam as atividades econômicas reproduzidas no centro da América do Sul a uma história monetária tão evidenciada por Godinho, Mauro e Vilar. Se uma parte da riqueza produzida nas minas do Cuiabá e Mato Grosso iam, em forma de ouro, com destino à Lisboa, o que acontecia com a riqueza que os tributos reais e eclesiásticos não conseguiam levar? As análises de Osório e Sampaio, como vimos, destacaram o papel dos contratos na formação de elites, o que é plenamente demonstrável em suas análises. No entanto esta acumulação por parte de agentes coloniais é apenas um ponto intermediário dos circuitos de acumulação do capital mercantil, ao menos que admitamos a hipótese de que toda esta riqueza permanecia na América Portuguesa, havia outros meios para escoá-la para além do continente americano. Na análise que fizemos até agora é possível inferir que era através do comércio que estas mercadorias, não necessariamente com suas propriedades físicas, mas principalmente como valor, ligavam-se a redes mercantis que atravessavam o oceano Atlântico e chegavam à Europa, África e Ásia.

⁴²⁷ TERMO DE ARREMATACÃO (cópia) dos rendimentos das entradas para as minas da capitania de São Paulo. Lisboa, 29-01-1742. mss., microfilme Rolo 03, doc. 160, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴²⁸ OSÓRIO, Helen. *As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul* (século XVIII) in FRAGOSO, João L, BICALHO, Maria F. GOUVÊA, Maria de F. *Op. cit.*, p. 116.

⁴²⁹ FRAGOSO, João L. *Op. cit.*, p. 65.

Acumulação Endógena x Sistema Colonial: modelos rivais?

Segundo João L. Fragoso a economia colonial possuía movimentos de acumulação endógena, o que possibilitou a existência de uma elite mercantil na colônia. A análise de Fragoso parte dos seguintes pressupostos:

- a) a existência de uma formação econômica e social no espaço colonial, resultado da interação do escravismo com outras formas de produção não-capitalistas;
- b) a presença de um mercado interno que, sendo consequência da recorrência daquela formação econômico-social e permitindo a retenção de parte do sobretrabalho colonial, daria margem à realização de acumulações endógenas;
- c) a ação de uma elite mercantil, originária de tais acumulações endógenas e “responsável” pela produção da agroexportação, à qual caberia promover o controle de parte do excedente retido na formação colonial;
- d) o fato de que a economia colonial, mais do que uma *plantation* escravista, é a base de uma sociedade (com uma dada hierarquia econômico-social), sendo seu principal objetivo, seu sentido, se assim preferimos, reiterar no tempo tal sociedade – desse modo, a inversão do sobretrabalho não mais dependeria apenas de injunções externas, mas, antes de mais nada, estaria subordinada às necessidades de reprodução da estrutura social considerada⁴³⁰.

Nossa análise até aqui, principalmente neste capítulo, distancia-se da perspectiva de Fragoso. Todavia, antes de qualquer crítica à análise deste autor é necessário apontarmos aspectos que contribuem significativamente para a percepção mais clara do funcionamento da economia colonial. Fragoso construiu uma análise que teve o mérito de introduzir no debate, através de uma densa pesquisa documental e uma profunda reflexão historiográfica, as formas de produção não voltadas necessariamente para a agroexportação como partes integrantes e fundamentais para a reprodução da economia (e da sociedade) coloniais e para a acumulação de capitais⁴³¹. Sobre os segmentos camponeses, por exemplo, em relação às Minas Gerais, Fragoso afirma,

a maior parcela dessa força de trabalho livre estava associada a seus meios de produção, e em alguns casos recorrendo a escravos, com plantéis que majoritariamente iam de um a cinco cativos; cerca de 39% dos proprietários de Minas detinham plantéis com menos de três escravos (cerca de 9% de população cativa). Esse padrão de propriedade escrava, confrontando com os traços que definem um unidade como camponesa, nos leva a crer, como já dissemos, que em Minas Gerais parte da sua produção enviada ao mercado interno era resultado de unidades camponesas; fenômeno que, aliás, como vimos, já poderia ser encontrado no século XVIII. Em outras palavras, por uma forma de produção cuja lógica de funcionamento não se reduzia apenas à possibilidade de extorsão de sobretrabalho do outro, no caso do cativo, mas também ao próprio grau de auto-exploração do dono do escravo. Esse fenômeno, evidentemente, distinguia esse senhor de escravos

⁴³⁰ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 157.

⁴³¹ Obviamente Fragoso não foi o primeiro a reivindicar a relativa autonomia da dinâmica interna da Colônia, contudo a densidade da pesquisa documental e o volume das pesquisas do autor nessa área sem dúvida reaqueceram o debate. Ver CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, capitalismo e escravidão*. *Op. cit.*

de Minas, em seu cálculo econômico, daquele que tinha atrás de si dezenas de cativos⁴³².

Outra questão importante tratada por Fragoso é a vinculação entre a economia e as formações sociais. O autor destaca a importância da estrutura social engendrada na Colônia para a reprodução econômica, rejeitando algumas simplificações quanto à relação entre a demanda da economia internacional e a formação da sociedade colonial.

O ponto frágil da análise de Fragoso está, a nosso ver, na discussão sobre a articulação entre o mercado interno, o setor agroexportador e o capitalismo comercial europeu. O próprio autor reconhece “que não há como negar certas evidências presentes no mundo colonial”, como por exemplo, “sua inserção no mercado internacional”; “a transferência de fração do sobretrabalho colonial” e; “a impossibilidade de se executarem acumulações autocentradas em condições coloniais (realização externa de parte do excedente econômico)”⁴³³. Os termos “fração” e “parte” são vagos em termos lógicos, não definem o grau de “inserção” quanto mais a importância da “realização externa”.

Fragoso, construiu sua análise opondo-se à concepção de “Sistema Colonial”, ou “Antigo Sistema Colonial”, que remete à análise de Caio Prado Júnior e principalmente de Fernando A. Novais. Para resumirmos de uma forma que inevitavelmente diminui muito a complexidade da análise de Novais, poderíamos definir o Antigo Sistema Colonial, como parte integrante das relações no contexto do que se convencionou chamar de Antigo Regime, assim como o capitalismo comercial, a expansão ultramarina e a política mercantilista⁴³⁴. Ao sentido atribuído por Caio Prado Júnior à colonização, Novais acrescenta a vinculação com a etapa de transição do feudalismo para o capitalismo⁴³⁵ e, consequentemente “o sistema colonial em funcionamento, configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo comercial europeu”⁴³⁶. O ponto fundamental para Novais do sistema colonial era o “exclusivo metropolitano”⁴³⁷, ou o “monopólio régio

⁴³² FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*. Op. cit., p. 134.

⁴³³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura*. Op. cit., p. 156.

⁴³⁴ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Op. cit. p. 66.

⁴³⁵ “A colonização moderna, portanto, como o indicou incisivamente Caio Prado Jr., tem uma natureza essencialmente comercial (...). Se combinarmos agora esta formulação - (...) - com as considerações (...) feitas sobre o Antigo Regime – etapa intermediária entre a desintegração do feudalismo e a constituição do capitalismo industrial – a idéia de um ‘sentido’ da colonização atingirá seu pleno desenvolvimento”. NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Op. cit. p. 68.

⁴³⁶ NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Op. cit. p. 79-80. Adiante Novais reitera que “acelerar a primitiva a acumulação de capitalista é pois o sentido do movimento, não perante todas as suas manifestações, mas imanente em todo o processo”. Op. cit. p. 92.

⁴³⁷ “O regime do ‘exclusivo’ metropolitano constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema, através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade

português”, que embora garantisse a condição colonial não impedia que grande parte dos excedentes adquiridos através do monopólio “se transferissem para fora do reino”⁴³⁸.

Em um texto mais recente, de 1997, Novais de forma bastante pontual, em nota de rodapé, num artigo da coletânea organizada por ele próprio, “A história da vida privada no Brasil”⁴³⁹, rebateu algumas das críticas de Fragoso e de outros autores em relação ao seu “esquema interpretativo”. Novais reitera que “acumulação para fora, externa, refere-se à tendência dominante do processo de acumulação, não evidentemente à sua exclusividade” e afirma que “alguma porção do excedente devia permanecer (“capital residente”) na Colônia, do contrário não haveria reprodução do sistema”. Em outro trecho rebate, “não cabe, portanto a increpação de obsessão com as relações externas (porque não estamos falando de nada externo ao sistema), nem desprezo pelas articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas”, para Novais “trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetos de análise”, por último questiona “se não são estas as características (extroversão, externalidade da acumulação etc) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então as define? Ou será que se não definem? Será que nada de essencial as distingue das demais formações econômicas?”⁴⁴⁰.

Trabalhos recentes da historiografia brasileira, embora partam de pressupostos que atribuem uma característica endógena para a reprodução econômica colonial, mostram exatamente o contrário, ou seja, a vinculação estrutural da produção para o abastecimento interno e a “extroversão”, ou “externalidade da acumulação”⁴⁴¹. É o caso, por exemplo, para tratarmos da primeira metade do século XVIII, do trabalho de Jucá de Sampaio. O autor destaca que a crise do setor açucareiro no Rio de Janeiro gerou um investimento dos “homens de negócio no agro fluminense” em setores ligados ao “abastecimento interno”. Segundo Sampaio,

O quadro resultante da análise dos investimentos dos homens de negócio no agro fluminense desse período é, à primeira vista, surpreendente. Não seria exagerado afirmar que eles desprezam a possibilidade de se transformarem em membros da elite agrária em favor do investimento em produções bem menos “nobres”, posto que voltadas para o abastecimento interno. De fato, ao investiram nessa produção,

européia em transição para o capitalismo integral. NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). *Op. cit.* p. 72.

⁴³⁸ “O monopólio régio português, garantia, assim, condições favoráveis à economia européia em geral, promovendo a aceleração da acumulação de capitais mercantis: na engrenagem do sistema contudo, as maiores vantagens se transferiam para fora do reino”. NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). *Op. cit.* p. 74.

⁴³⁹ NOVAIS, Fernando A. “Condições de privacidade na Colônia”, in NOVAIS, Fernando A (org). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, v. 1, p. 13-39, 1997.

⁴⁴⁰ NOVAIS, Fernando A. “Condições de privacidade na Colônia”. *Op. cit.* p. 448 (nota 15)

⁴⁴¹ NOVAIS, Fernando A. “Condições de privacidade na Colônia”. *Op. cit.* p. 448 (nota 15)

os negociantes cariocas tinham seus olhos voltados para a forte demanda então existente. Demanda essa que tinha origem em três mercados fundamentais: as áreas mineradoras, a urbe carioca e os navios que aí aportavam, e que se destinavam às diversas regiões do império lusitano. Abastece-los significava, para essa elite mercantil, o fortalecimento de suas ligações com essas mesmas áreas⁴⁴².

O que podemos inferir desta análise de Sampaio, talvez contrariando alguns de seus pressupostos, é que os mecanismos de exploração do capital mercantil, sempre e de forma estrutural mediados pelo sistema colonial, encontram alternativas para investimentos lucrativos. A “elite” que controlava diretamente esta produção certamente não era a principal beneficiária dos lucros advindos com a circulação destas mercadorias, ao menos obviamente, que esta mesma “elite” dominasse além da produção também o comércio. Um ponto do artigo de Sampaio com o qual estamos de pleno acordo é que a economia colonial não pode ser explicada apenas por fatores externos e que a ênfase da análise sobre os setores agro-exportadores prejudicou a percepção da diversidade da economia rural⁴⁴³, e que, consequentemente a existência de um “renascimento agrícola” no último quarto do século XVIII deve ser questionada, com base nas pesquisas recentes⁴⁴⁴.

No entanto, a inversão da produção do setor agro-exportador para o mercado interno, não significou a introversão da acumulação, mas ao contrário, revelou que os mecanismos de extroversão agem também sobre esse setor. Uma comprovação deste fato, sem grandes esforços de pesquisa empírica, é a flagrante ligação entre a expansão deste setor e o tráfico internacional de escravos.

Outro trabalho, que utilizamos como uma referência para nossa dissertação também parte do pressuposto de que a produção para o mercado interno compunha o “mosaico de formas não-capitalistas de produção”⁴⁴⁵ e que a “agricultura produtora de alimentos, certamente participou de forma importante do processo endógeno de acumulação”⁴⁴⁶. Contudo, Meneses é cauteloso em relação ao alinhamento com a tese de João Fragoso. Sobre *Homens de Grossa Aventura*, Meneses aponta que “nessa investigação, ele evidencia que esta economia (colonial) não se restringia às estruturas do escravismo e do mercado internacional.

⁴⁴² SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. O agro fluminense na curva do tempo: 1650-1750. Estudos de História, Franca, v. 08, n.2, p. 99-130, 2001, p. 122-123.

⁴⁴³ Embora a afirmação de Sampaio de que “os estudos que buscam fornecer uma visão geral da agricultura brasileira durante os séculos XVII e XVIII ainda encontram-se excessivamente presos aos marcos da agroexportação, incapazes de enxergar uma economia rural que ia muito além dos engenhos de açúcar” seja generalizante e simplifique a contribuição da historiografia, tal ênfase é inegável. Sampaio. A. C. Jucá de. *Op. cit.*, p. 99-100.

⁴⁴⁴ Sampaio. A. C. Jucá de. *Op. cit.*, p. 127.

⁴⁴⁵ MENESES, José Newton Coelho de. *Op. cit.* p. 84.

⁴⁴⁶ MENESES, José Newton Coelho de. *Op. cit.* p. 198.

A esses elementos estruturais somam-se a existência de um setor mercantil residente, de certa importância”⁴⁴⁷.

Meneses evidencia aspectos da relação entre agricultura e mercado interno que contribuem para a compreensão inclusive das relações entre o setor minerador e a produção rural. De acordo com José Newton de Meneses,

Na produção agrícola dois pressupostos são necessários: excedente e possibilidade de trocá-lo. Com isso, campo e cidade, urbano e rural, configuram um sistema, onde cada um é setor essencial. Não há como compartimentalizá-los. Daí a necessidade de fugirmos das amarras de paradigmas tradicionais que, às vezes, pensam separadamente a extração mineral, o fenômeno urbano, o abastecimento alimentar⁴⁴⁸.

Em Meneses, a leitura atenta e cautelosa da obra de Fragoso contrasta com o rápido e simplificador apontamento feito em relação a análise de Fernando A. Novais. Para o autor,

Fernando Novais, no mesmo sentido de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, vê a economia colonial com três características básicas: escravidão – o que impede o desenvolvimento de uma economia de subsistência e gera, por outro lado, o tráfico como um comércio extra-importante; hegemonia do mercado interno reduzido e submetido a flutuações do mercado internacional. O modelo explicativo de Novais, em suma, cria uma noção de “Antigo Sistema Colonial” que tem sua crise em fins do século XVIII, margeada pela Revolução Industrial e emergência do capitalismo comercial, mas que, mesmo em crise, não permite o surgimento de um mercado interno e de acumulação mercantil na Colônia⁴⁴⁹.

Este tipo de leitura da tese de Novais tem sido recorrente em trabalhos “da historiografia mais recente”, como pudemos perceber na resposta de Novais no artigo citado anteriormente. No entanto estas críticas não encontram respaldo quando analisamos a obra desse autor. Concordando ou não com a noção de “Antigo Sistema Colonial” ou com o “sentido da colonização”, é imprescindível, para uma crítica mais substancial, uma leitura atenta da obra. Em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, Novais afirma a existência de uma produção “que visava suprir a subsistência interna”,

É claro que ao lado dessa produção essencial para o mercado europeu, organizava-se nas colônias todo um setor, dependente do primeiro, da produção que visava suprir a subsistência interna daquilo que não podia ser provido pela metrópole. Mas, ainda aqui, são os mecanismos do sistema colonial que definem o conjunto e imprimem o ritmo em que se movimenta a produção⁴⁵⁰.

⁴⁴⁷ MENESES, José Newton Coelho de. *Op. cit.* p. 84.

⁴⁴⁸ MENESES, José Newton Coelho de. *Op. cit.* p. 30. O autor também afirma que “pensamos de forma diversa e, como a historiografia mais recente, vemos na agricultura de abastecimento alimentar uma forma de acesso à riqueza e uma resposta econômica à necessidade de sobrevivência das populações crescentes da área mineradora. Mesmo antes da diminuição desta atividade, a diversificação da economia se dava em direção a produção agrícola, ao comércio, ao artesanato etc. *Op. cit.*, p. 151.

⁴⁴⁹ MENESES, José Newton Coelho de. *Op. cit.* p. 80.

⁴⁵⁰ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.* p. 96.

O ponto decisivo, portanto, não é a existência ou não de um mercado interno que possuía investimentos mercantis (o que de fato foi pouco enfatizado por Novais que privilegiou a análise dos setores exportadores por excelência), mas a importância e a caracterização deste mercado interno e da base social que se organizava em torno do abastecimento. Neste sentido, são várias as críticas que podemos fazer à tese de Novais, e não poderia ser diferente, já que em fins da década de 70, quando Novais concluiu sua tese, os estudos sobre a produção para o abastecimento, do mercado interno colonial e da circulação de mercadorias no interior da América Portuguesa eram escassos, sem falar em questões de ordem teórico-metodológicas.

Nosso objetivo não é criticar a noção de “Sistema Colonial” para descartá-la, mas revisitar alguns pontos críticos na formulação desta noção em relação ao momento atual da historiografia brasileira. Vejamos duas questões significativas para nossa análise. A primeira diz respeito à relação entre a reprodução econômica e a estrutura social. Assim como Caio Prado, Novais reforça que o “sentido da colonização” está na exploração de atividades voltadas para o mercado externo. Novais afirma de forma categórica que

toda a estruturação das atividades econômicas coloniais, bem como a formação social a que serve de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial⁴⁵¹.

Apesar do nosso trabalho não estar inserido propriamente no campo da história social, é necessário reconhecer que a relação entre a economia e a sociedade pode ser analisada de forma mais complexa. Obviamente a passagem que escolhemos expõe parcialmente a análise de Novais sobre esta relação, já que o próprio autor afirma que embora “o sentido do movimento” seja “a primitiva acumulação capitalista” este não está “presente em todas as manifestações, mas imanente em todo o processo”⁴⁵², o que dá margem para uma interpretação mais maleável, mas que não é suficiente para compreender a forma como a sociedade se articula com o sistema colonial da Época Moderna. A utilização de termos para tratar desta relação economia/sociedade como “ajuste”, “reflexo”, “determinação” faz com que a sociedade pareça muitas vezes “subordinada” aos “mecanismos”, “quadros”, “esquemas” do sistema colonial⁴⁵³. O que a primeira vista é plenamente compreensível já que é inegável que a colonização é um processo de conquista e de exploração, mas olhada mais de perto, dá

⁴⁵¹ NOVAIS, Fernando A. *Op. cit.*, p. 97.

⁴⁵² NOVAIS, Fernando A. *Op. cit.*, p. 97.

⁴⁵³ Ver NOVAIS, Fernando A. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”, in MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981.

margem para “resistências” e “estratégias” que não apenas expressam uma “adaptação” ao Sistema Colonial, mas relações de poder, que mesmo assimétricas, imprimiam suas marcas na reprodução deste⁴⁵⁴.

O segundo ponto é que as análises, tanto de Caio Prado Júnior como de Fernando Novais, atribuíram um lugar ao mercado interno que não corresponde, ao que indica os trabalhos mais recentes, à importância real que a reprodução deste tinha para a acumulação de capitais, não apenas, ou não fundamentalmente no interior da Colônia, mas subestimaram, sobretudo, o índice de “extroversão” do excedente econômico, ou do sobretrabalho, das atividades voltadas ao abastecimento do mercado interno, assim como da produção não “tipicamente” mercantil de mercadorias para o mercado externo, como apontam as pesquisas recentes sobre Pernambuco, Bahia⁴⁵⁵ e Rio de Janeiro⁴⁵⁶.

Nesse ponto nossa análise “radicaliza” o “sentido da colonização” (do ponto de vista econômico) mostrando que este se manifesta diretamente na produção e circulação de mercadorias no interior da América Portuguesa, e que na sua forma-valor esta “economia interna” externaliza-se como demonstramos na análise sobre o *fetice da mercadoria*.

José J. de A. Arruda em *Comércio Colonial* afirma que

provar que o líquido da exploração colonial é considerável em termos de valor, e que extravasa em direção ao centro do sistema promovendo a acumulação primitiva, é uma forma de penetração da estrutura da economia colonial. Do mesmo modo, mostrar que o mercado colonial é indispensável para sustentar o ritmo do crescimento econômico da Metrópole, também é penetrar na essência do sistema⁴⁵⁷.

Embora nossa ênfase recaia, ao contrário de Arruda, nos setores não ligados diretamente à exportação, argumentamos que uma análise da produção “internalizada”, desde que se atente para os mecanismos de “externalização”, também permite a “penetração da estrutura da economia colonial” e “na essência do sistema”, já que a produção não-exportadora longe de uma simples oposição ao escravismo e ao latifúndio, articulava-se a estas características. Schwartz aponta que a escravidão “mesmo que de maneira cruel, mostrava-se perfeitamente adaptável” à produção voltada para o mercado interno, mesmo a

⁴⁵⁴ Não podemos afirmar se Novais hoje ainda manteria a utilização desses termos, mas no texto de 1997, já citado, o autor não utiliza nenhum desses termos para caracterizar a relação entre economia e sociedade. Aliás Novais não faz nenhuma alusão a relação entre economia e sociedade, afirma que “extroversão” e “externalidade da acumulação” são características da “economia colonial”, não estende a afirmação à sociedade, e depois usa “formação econômica” para especificar a condição colonial. NOVAIS, Fernando A. “Condições de privacidade na Colônia”. *Op. cit.* p. 448 (nota 15).

⁴⁵⁵ PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão no Brasil. *Op. cit.*

⁴⁵⁶ Em relação à primeira metade do século XVIII. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de Sampaio. *Op. cit.*

⁴⁵⁷ ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no comércio colonial. Editora Ática: São Paulo, 1980, p. 27.

camponesa⁴⁵⁸. Segundo Schwartz “a produção de roceiros e escravos, ou, com maior exatidão, a agricultura de subsistência e de exportação, estavam intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica”. Assim como Schwartz, acreditamos que tanto uma como outra forma de produzir “eram, de fato, duas faces da mesma moeda”⁴⁵⁹.

O centro da América do Sul no âmbito da economia-mundo

Como apontou José Jobson de Andrade Arruda “a questão de fundo” na discussão sobre a relação entre produção colonial, sistema colonial e a vinculação ao processo de acumulação primitiva de capitais “é a própria natureza do capital mercantil”⁴⁶⁰. Fernand Braudel, em “Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII”, oferece uma perspectiva bastante esclarecedora, articulando a produção voltada para o abastecimento a uma economia-mundo européia. Marx e Engels, já na “Ideologia Alemã” apontavam para “a transformação da história em história mundial”⁴⁶¹. No entanto, Braudel, parte de uma linha de investigação diferente daquela desenvolvida por Marx tanto no *Capital* como em seus trabalhos anteriores. Apesar de afirmar que a transformação da história em história mundial era “ato totalmente material, demonstrável empiricamente, um ato cuja prova é fornecida por cada indivíduo no seu dia-a-dia, ao comer, ao beber, e ao vestir-se”⁴⁶², o autor de “O Capital” não avança na caracterização desta materialidade, o que parece ser, a começar pelo título, o principal objetivo de Braudel nos três volumes desta extensa obra.

Braudel atribui especial importância aos “jogos monetários” e/ ou “o jogo das trocas” e analisou as atividades comerciais em áreas de mineração na América. Sobre o comércio de abastecimento Braudel afirma que,

O mercador local, primeiro. Como na Europa, as populações mineiras instalam-se no ermo, como no norte do México; ou num verdadeiro deserto, no Peru, no coração das montanhas andinas. A grande questão é, portanto, o abastecimento. Ela já se colocava na Europa, onde o empresário fornecia os viveres necessários ao mineiro e ganhava muito com este tráfico. Na América, o abastecimento, domina tudo. É o caso dos garimpos brasileiros. É o caso do México, onde as minas do norte exigem grandes remessas de gêneros provenientes do sul. (...) Ora, aqui, não é o mineiro (proprietário que explora as minas) que assegura o próprio abastecimento. O mercador adianta-lhe a troco de ouro ou de prata, víveres, tecidos, ferramentas, mercúrio, aprovisionando-o em um sistema de escambo ou de comandita. É o dono

⁴⁵⁸ SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva Economia e Sociedade, Campinas, (13): 129-153, dez. 1999, p.

⁴⁵⁹ SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. *Op. cit.* p. 125.

⁴⁶⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)”. In TENGARRINHA, José (org). História de Portugal. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo-SP: UNESP; Portugal-PO: Instituto Camões, 2000, p. 168.

⁴⁶¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

⁴⁶² MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Op. cit.*, p. 44.

indireto, descrito ou não, das minas. Mas não o senhor último destas trocas que as diversas etapas de uma cadeia mercantil comandam, em Lima, no Panamá, nas grandes feiras de Nombre de Dios ou de Porto de Belo, em Cartagena de las Índias, finalmente em Sevilha ou em Cádiz, pontos de partida de uma outra rede europeia de redistribuição. (...) E ai, ao longo de todo o percurso e das fraudes por ele permitidos, que se situam os lucros – não tanto na fase de produção mineira⁴⁶³.

Por desenvolver uma análise em uma escala muito ampla, a análise de Braudel não consegue escapar da homogeneização e da generalização de processos históricos distintos, mas mesmo assim, a contribuição deste autor é bastante significativa, principalmente, por demonstrar os caminhos que as trocas desenhavam até chegar à Europa. Mesmo em atividades aparentemente voltadas apenas para o mercado interno, ou mesmo local, havia a articulação com uma economia-mundo que desde o século XVI expandia-se e incorporava novos territórios. Neste ponto a formulação de Braudel sobre “o abastecimento” é completamente diversa da idéia de “economia de subsistência” elaborada por Caio Prado Júnior e apropriada em várias análises sobre a economia colonial. A diferença fundamental é a percepção de Braudel sobre as características do capital mercantil. Caio Prado Júnior não considerou a capacidade deste em explorar atividades não diretamente ligadas à *plantation* escravista e à exploração de minérios. Braudel mostra a versatilidade do capital mercantil quanto à possibilidade de diversificação dos investimentos e, como consequência, esse operava na reprodução das mais diferentes atividades que, por consequência, se articulavam e se interligavam em relações econômicas mais amplas.

Apesar de a economia europeia representar o ponto mais dinâmico “é em escala mundial que se projeta e se explica o sistema, vasta rede lançada sobre as riquezas dos outros continentes”⁴⁶⁴. Braudel destaca o papel do crédito e da moeda para a configuração da economia mundial:

Tal como a navegação de alto-mar ou como a imprensa, moeda e crédito são técnicas, técnicas que se reproduzem, se perpetuam por si próprias. São a única e mesma linguagem que todas as sociedades falam a seu modo, que qualquer indivíduo é obrigado a aprender. Pode nem saber ler e escrever: só a alta cultura está sob o signo da escrita. Mas não saber contar seria ficar condenado a não sobreviver. A vida cotidiana é a escola obrigatória do número: o vocabulário do débito e do crédito, das trocas, dos preços, do mercado, das moedas oscilantes que envolve e confina qualquer sociedade um pouco evoluída. Estas técnicas tornaram-se heranças que, obrigatoriamente, se transmitem pela via do exemplo e da experiência.

⁴⁶³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. V. II O jogo das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285-286.

⁴⁶⁴ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. V. I – As estruturas do cotidiano. *Op. cit.*, p. 419. Braudel não enxerga este processo de forma unilateral. Para o autor a Europa “tem de jogar o jogo local onde quer que vá impor-se”.

Determinam a vida dos homens e o dia-a-dia, ao longo da existência, das gerações, dos séculos. Constituem um enquadramento dos homens à escala mundial⁴⁶⁵.

Este “enquadramento à escala mundial” não exclui dinâmicas particulares, exclui sim a idéia de isolamento entre práticas econômicas, que embora não se articulem diretamente, possuem vínculos com uma economia mundo em expansão e que se espacializa a partir, principalmente do século XVIII, no centro da América do Sul.

A análise de um documento de comerciantes de Cuiabá na primeira metade do século XVIII ajuda a esclarecer a relação das atividades comerciais desenvolvidas no extremo oeste da América Portuguesa.

Com a descoberta das minas do Mato Grosso, tanto a mineração quanto as atividades comerciais, na fronteira entre os territórios ibéricos, ganhavam cada vez mais expressão. A percepção da proximidade com os territórios hispânicos por parte dos comerciantes de Cuiabá redimensionava as possibilidades de ampliação deste comércio e sua inserção em diferentes redes de comércio. Segundo Carlos A. Rosa, na primeira metade do século XVIII formou-se em Cuiabá “um grupo hegemônico” (no sentido que Gramsci atribuiu à expressão)⁴⁶⁶. Carlos Rosa enumerou os seguintes instrumentos de acumulação por parte deste grupo: “a expropriação do trabalho indígena e o comércio do negro africano já expropriado”; “o investimento na expansão da exploração aurífera”; “esforço permanente com vistas ao acesso aos terminais da máquina estatal situados em Cuiabá”; “as tentativas explícitas ou dissimuladas de estabelecer um comércio intercolonial”⁴⁶⁷. Ainda segundo Carlos Rosa “de todos esses itens, o último pode ser assumido como a manifestação mais orgânica do grupo hegemônico de Cuiabá”⁴⁶⁸.

Em um longo documento datado de 20 de setembro de 1740, o ouvidor de Cuiabá corresponde-se com o rei, representando os interesses dos “comerciantes de Cuiabá”⁴⁶⁹. O

⁴⁶⁵ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. V. I – As estruturas do cotidiano. *Op. cit.*, p. 436.

⁴⁶⁶ ROSA, Carlos Alberto. “O comércio da conquista”, In *Rev. Universidade: Cuiabá*, Ano II – n. 1 – Jan. /Abril de 1982.

⁴⁶⁷ ROSA, Carlos Alberto. “O comércio da conquista”. *Op. cit.* p. 37.

⁴⁶⁸ ROSA, Carlos Alberto. “O comércio da conquista”. *Op. cit.* p. 37.

⁴⁶⁹ No artigo supracitado Carlos Rosa faz referência a este documento. O autor destaca a presença de Luís Rodrigues Vilares entre os comerciantes “abaixo-assinados”. “Luís Rodrigues Vilares em 1722 estabeleceu-se em Curitiba, no caminho entre as invernadas do Sul e o mercado paulista, com escravos, 500 cabeças de gado e 50 equínos. Em 1726/1727 despacha para as margens do Camapuã-Guaçu 900 pessoas, entre seus escravos e ‘alguns sertanistas’, em um empreendimento orçado em 17 mil oitavas de ouro (quase 60 quilos), que resulta na consolidação do “varadouro de Camapuã” (...) Estabelecendo ali plantações, criações, estoque de mercadorias e ferramentas, além de serviços de transportes terrestres (...). Em 1743/45 elabora detalhado projeto de outro “varadouro”, ligando o Jauru ao Guaporé, no caminho não só das lavras do Mato Grosso, como (e principalmente) das minas de Potosí”. ROSA, Carlos Alberto. “O comércio da conquista”. *Op. cit.* p. 36.

ouvidor anexa à sua carta um abaixo-assinado destes comerciantes⁴⁷⁰. Analisaremos este documento por partes,

Dizem os comerciantes das minas do Cuiabá na presente assinados uns por si, outros por seus bastantes procuradores, que eles tem experimentado, e atualmente estão padecendo diminuição muito grande de seus cabedais empregados em fazendas por não poderem dar-lhes saída nas ditas minas (...) o que procede do diminuto número de moradores, e falta de ouro por não ter quem o procure (...)

A argumentação inicial dos comerciantes não corresponde aos indícios que outros documentos do mesmo período deixam sobre o avanço da colonização tanto a oeste quanto para o norte do termo da Vila Real. Percebemos que este foi um período de vários descobertos auríferos e de ampliação do número de ambientes coloniais portugueses no centro da América do Sul. Os dados demográficos apontam o aumento regular e significativo de moradores no termo da Vila Real entre 1735 e 1745⁴⁷¹.

Não queremos afirmar que os argumentos dos comerciantes são “inválidos”, aliás não é nosso objetivo este tipo de avaliação. Só ponderamos, mais uma vez, que os indícios documentais devem ser analisados de forma criteriosa. É provável, contudo, que os comerciantes de Cuiabá encontrassem dificuldades de ampliar seus negócios e reproduzir seus capitais em virtude da impossibilidade do mercado local de acompanhar a perspectiva de crescimento e de ampliação de lucro dos comerciantes. Muitos inclusive, poderiam estar endividados por terem adquirido fazendas a prazo.

A primeira questão que este documento apresenta é que os “comerciantes de Cuiabá” constituíam um grupo social que lutava por seus interesses e que possuía vínculos com o poder local e conseguiam apoio de autoridades metropolitanas como o ouvidor João Gonçalves Pereira. Os comerciantes haviam comandado uma diligência para os territórios que julgavam estratégicos para o contato com os súditos de Castela, sob a alegação de que “para se poderem povoar é necessário explorar-se primeiro para servir no conhecimento de seus terrenos e capacidades”.

Desde o princípio da colonização portuguesa no centro da América do Sul, os colonos tinham percepção da proximidade com os territórios hispânicos. No entanto, as atividades exploratórias (diligências, expedições) tornaram esta percepção mais concreta. No documento os comerciantes procuraram articular seus interesses à “geografia política” de Portugal. O sistema administrativo português atribuía especial importância à dimensão territorial da

⁴⁷⁰ ABAIXO-ASSINADO dos comerciantes das minas do Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴⁷¹ ROSA, Carlos A. “O urbano colonial na terra da conquista”. *Op. cit.* p. 37.

conquista. Segundo o ouvidor, “fundaram os suplicantes à sua resolução no capítulo vinte e seis do regimento do vice-rei e governador geral deste Estado (Estado do Brasil) no qual determina v. majestade se povoem todos os domínios”.

Tanto cuidado em justificar as práticas adotadas por estes comerciantes não era um simples recurso narrativo. Era com muito receio que o rei de Portugal e seus conselheiros em assuntos do ultramar viam as relações entre os súditos das coroas ibéricas. Posicionamento político que emanava do poder central e que se reproduzia nas relações locais de poder, desencadeando disputas e tensões. O intendente e provedor de Cuiabá, Manuel Rodrigues Torres, escreveu ao rei, no mesmo ano de 1740, denunciando o ouvidor João Gonçalves Pereira de ambicionar “entregar as minas aos castelhanos”. O intendente e provedor ainda se queixava da “injusta prisão que sofria”⁴⁷² por ordem do mesmo ouvidor.

O desdobramento destas tensões não é o objeto desta pesquisa. A percepção da articulação destas aos interesses comerciais, contudo, mostra a expressão das atividades comerciais a nível local e a formação de uma elite de homens de negócio, voltados para as atividades comerciais. As tensões, inerentes às disputas de poder, entre defensores e opositores da abertura de comércio com os espanhóis, via centro da América do Sul, não se encerravam na câmara da vila de Cuiabá. Para termos uma noção da dimensão de tal proposta, o Conselho Ultramarino pediu pareceres dos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, do procurador da Coroa e do provedor da Real Fazenda. Voltando ao abaixo-assinado,

(...) pessoas práticas no sertão como Antonio Pinheiro de Faria, Manuel Dias [] e outros, que saíram desta povoação no princípio do mês de julho do presente ano para [] indagar a distância que há destas minas do Cuiabá às primeiras povoações de sua majestade católica: fundaram os suplicantes a sua resolução no capítulo vinte e seis do regimento do vice rei e governador geral desse Estado no qual determina v. majestade se povoem todos os domínios e como para se poderem povoar é necessário explorar-se primeiro para servir no conhecimento de seus terrenos e capacidades, motivos pelos quais se dispuseram os suplicantes a concluir a dita diligência, e poderão seus habitantes ficar com contígua vizinhança aos moradores das povoações daquele monarca, e estas são subúrbios do opulentíssimo reino do Peru, sendo este abundante de riquezas, populosas vilas e cidades, como necessitado de fazendas e mais gêneros que os suplicantes conduzem a estas minas para negócio – como o mundo todo conhece -, é certo que valendo-se os suplicantes da mercê que v. majestade tem feito a seus vassalos (...) que procurem comerciar com os castelhanos pelos meios que parecerem mais convenientes (...)

Os comerciantes buscavam articular seu interesse à geopolítica metropolitana, apropriando-se de enunciados dos discursos das cartas que o rei e o Conselho Ultramarino enviavam para Cuiabá. Para que houvesse expansão das conquistas portuguesas e efetivação

⁴⁷² CARTA do intendente e provedor Manuel Rodrigues Torres ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 17-08-1740. mss., microfilme Rolo 02, doc. 136, (AHU) – NDIHR/UFMT.

de ambientes coloniais era imprescindível a presença efetiva de súditos do rei de Portugal. A permissão para comercializar com os castelhanos, porém envolvia outros interesses que não podem ser entendidos apenas pela ótica geopolítica.

Os suplicantes argumentavam que por meio do comércio os castelhanos deixariam “parte do precioso de suas riquezas e muitos gados quadrúpedes, de que abundam as pampas paraguaianas”. Mais do que apenas prever os efeitos imediatos e locais, os comerciantes apontavam conseqüências mais amplas deste comércio: 1) “aumentarão as povoações nestes tão dilatados estados de v. majestade”; 2) “terá multiplicados os direitos da real fazenda tanto nas alfândegas dos portos marítimos”, 3) “terá maior aumento o contrato dos dízimos” 4) Ampliação das lavouras para abastecer o comércio⁴⁷³.

Os apontamentos dos comerciantes e do ouvidor nos possibilitam perceber como os luso-americanos que se dedicavam ao comércio e outras atividades econômicas na parte mais central da América do Sul, estavam interligados com as redes comerciais da América Portuguesa como um todo e previam as conseqüências positivas do empreendimento que propunham para toda a Colônia, e deixando ainda mais evidente a ligação já existente entre as praças comerciais do litoral atlântico. Na mesma construção textual o documento aponta os impactos destas relações comerciais para as tarifas alfandegárias e o conseqüente aumento do contrato dos dízimos com o “aumento das lavouras”. Aquilo que os historiadores buscam separar em mercado interno e mercado externo está interligado em redes que possibilitam acumulações de riquezas em diferentes níveis, nos diversos pontos de um “sistema”.

A demasiada preocupação da historiografia com as formas de reprodução econômica no interior da América Portuguesa e a conseqüente formação de elites coloniais levou à miopia em relação às articulações do mercado interno com dinâmicas econômicas mais gerais. Guillermo Palacios observou que na historiografia brasileira, “a imagem tradicional do mercado ‘interno’ como mercado ‘interior’ continua inquebrantável”, apesar, como aponta o autor “da flagrante obviedade” da constituição da América Portuguesa “como partes integrantes e sistematicamente articuladas de um império”⁴⁷⁴. Por mais “locais” que possam parecer os movimentos da economia, percebemos que, como afirma Arruda,

a compreensão global desse processo histórico particular, envolve a captação dessa interação dialética entre a condição colonial articulada a metrópole, interação esta

⁴⁷³ ABAIXO-ASSINADO dos comerciantes das minas do Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴⁷⁴ PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil*. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Ed. Unb, 2004, p. 58.

que o comando se encontra fora do espaço colonial, pois a reprodução das relações sociais não se realiza endogenamente”⁴⁷⁵.

A ênfase no “comando externo” segundo autor não significa, contudo, “a exclusão permanente e definitiva da ação dos homens coloniais na busca de sua autodeterminação”⁴⁷⁶.

É importante salientar que mesmo tratando-se de um “projeto”, a proposta dos comerciantes insere-se em uma lógica de funcionamento das atividades econômicas e de seus efeitos sobre as outras características da sociedade. Nosso intuito não é demonstrar que os comerciantes estariam corretos na previsão sobre os efeitos de um projeto que sequer foi concretizado, mas demonstrar que este projeto estava embasado em uma lógica de reprodução de atividades econômicas que orientava, em diferentes níveis, comerciantes, roceiros, fazendeiros, senhores de engenho autoridades metropolitanas e etc. Raciocínio que é válido não apenas em termos gerais, mas também especificamente tratando-se da fronteira entre a América Portuguesa e a América Espanhola.

Os autores do projeto propunham a construção de feitorias no rio Paraguai, relacionando com experiências no extremo sul da América Portuguesa. Em Portugal, no ano de 1713, foi publicada a “Descrição Corográfica e Bélica da Colônia de Sacramento”, de autoria do ex-governador da Colônia do Sacramento Sebastião da Veiga Cabral⁴⁷⁷, documento que possui similitudes reveladoras em relação ao abaixo-assinado dos comerciantes de Cuiabá. Segundo o historiador Fabrício Prado, além da obra de Veiga Cabral também o “Informe” de Francisco Ribeiro (enviado ao Conselho Ultramarino sob as recomendações de Sebastião da Veiga Cabral) compunha um conjunto de diretrizes para a administração de Sacramento. Segundo Prado,

O conteúdo de tais obras, além de exaltar os recursos naturais da região quanto ao clima e à riqueza de bovinos, mencionavam a importância dos mercados aos quais se podia ter acesso pela região. Além do já conhecido mercado portenho e da prata que por aí escoava, sublinhava-se a importância das Missões jesuíticas, do mercado de erva mate e da possibilidade, em caso de ocupação efetiva, de avançar por rotas terrestres até o Alto-Peru, permitindo assim o comércio direto para a obtenção de prata. Alertava ainda para as possibilidades, não apenas de exploração de bovinos (couro e gado em pé) e das cavalladas (para serem conduzidas às Minas), mas igualmente para a produção de gêneros agrícolas, como trigo e até mesmo linho-cânhamo. Justificava todos esses projetos prevendo “grande utilidade q’ a Real

⁴⁷⁵ ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)”. *Op. cit.* p. 170.

⁴⁷⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)”. *Op. cit.* p. 170.

⁴⁷⁷ CABRAL, Sebastião da Veiga. “Descrição Corográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia de Sacramento [1713]”, in RIHGU. T. XXIV, Montevideu: Imprensa Nacional, 1965, apud PRADO, Fabrício. *Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, p. 44.

Fazenda tirará daquelas terras com contracto dos couros e dízimo dos frutos cultivados”⁴⁷⁸.

Poderiam os comerciantes ou o ouvidor de Cuiabá ter lido a “Descrição” de Veiga Cabral? Principalmente no caso do ouvidor é bastante provável. Mas mesmo que não, o que parece mais evidente é que entre comerciantes, ouvidor, Conselho Ultramarino houvesse o interesse em desenvolver o comércio via centro da América do Sul com os castelhanos, e já havia um conjunto de enunciados que justificava este interesse. A diferença espacial, contudo, não poderia ser ignorada. Os comerciantes de Cuiabá queriam provar que era mais conveniente realizar o comércio com os espanhóis pelo centro do que pelo extremo sul do subcontinente americano,

caso tenha efeito este projeto é impar que arraia com vizinhos tão inconstantes como a experiência tem mostrado com os sucessos de nova colônia de Sacramento (...). (...) entrada aos navios que vierem das Índias Ocidentais, rio da Prata, Buenos Aires com prata, couro, e outras fazendas que não sejam da Europa e Índia Oriental, que possam comerciar livremente, levando em troca escravos e outros gentios deste Estado; e que quando se não abrisse o dito comércio por parte dos castelhanos (...) os ditos governadores todo o cuidado e diligência para se abrir por via dos portugueses pelos meios convenientes, que pudesse ser, e que lhe reputaria por particular serviço; e na conformidade dos ditos regimentos se tem abrir o comércio com os castelhanos pela nova Colônia de Sacramento, Rio Grande de São Pedro e por esta capitania de São Paulo, sendo o governador dela Antonio da Silva Caldeira Pimentel.

A importância estratégica da conquista de Sacramento, desde a sua fundação em 1680, era vista pelo Conselho Ultramarino como “um modo de ‘colocar prata nesse reino’ e que a existência da Colônia impulsionara o desvio do metal desde as minas potosinas até o Brasil”⁴⁷⁹. Segundo Fabrício Prado,

Além da prata e do couro, outro atrativo importante da região platina no período eram os mercados de Buenos Aires, Paraguai e do Alto Peru. Essas regiões eram marginalizadas no abastecimento oficial hispânico. A baixa frequência de embarcações oficiais autorizadas a comerciar artigos manufaturados fazia com que tais regiões encontrassem alternativas para o abastecimento. O contrabando surgia como uma opção frente as carências do sistema oficial e constituía uma atividade rotineira e muito lucrativa no Prata.⁴⁸⁰

A Coroa espanhola por seu lado também percebia a evasão de prata via contrabando, e tentou ao longo de todo o século XVIII recuperar a Colônia de Sacramento, o que só

⁴⁷⁸ PRADO, Fabrício. *Op. cit.*, p. 44.

⁴⁷⁹ AMEGHINO, Eduardo Azcuy e BIROCCO, Carlos María. “As colônias do Rio da Prata e o Brasil: geopolítica, poder, economia e sociedade” in CERVO, Amado Luiz, e Rapoport, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 34.

⁴⁸⁰ PRADO, Fabrício. Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. *Op. cit.* p. 76.

Sacramento “a partir de então, assumia a constituição de um porto comercial sem um entorno agrícola e uma possível moeda de troca por territórios de Espanha”⁴⁸³.

É impossível não articular as ações em torno de Sacramento com o “projeto” dos comerciantes. Parece bastante legítimo defendermos a hipótese de que estabelecer os territórios do centro da América do Sul e abrir mão de Sacramento, fez parte de uma estratégia de abastecer, por uma via mais rápida e conveniente, mercados andinos e consequentemente obter riquezas produzidas no lado hispânico, projeto que se concretizaria, não controlada por “homens de negócio”, mas monopolizado pela coroa através da fundação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, já na segunda metade do século XVIII, em 1755.

Ainda em relação ao abaixo-assinado dos comerciantes, estes afirmam que “aumentado-se a povoação necessariamente se hão de aplicar alguns moradores a tratar de lavoura, outros a comerciar conforme a inclinação e possibilidade de cada um (...)”. Além da lavoura e do comércio, os suplicantes também apontam “que é certo que estas campanhas tão dilatadas e em todas elas há ouro, e razão para que se não extrai é por não haver quem o procure e tire”⁴⁸⁴. Comércio, lavoura e mineração, três atividades que contavam com uma diversidade de agentes sociais para sua execução, não sendo, portanto, apenas a “possibilidade” financeira que determinava a prática de uma ou outra atividade mas também a “inclinação”. Ou seja, o interesse pelo ouro era indubitavelmente presente. Os senhores de engenho, proprietários de grandes “currais”, comerciantes e mineradores, desenvolviam, contudo, diferentes estratégias para obtê-lo. O alto preço das mercadorias, sobretudo dos escravos, ferramentas, sal, pólvora são indícios de que boa parte do ouro que circulava nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso passava pelas mãos dos negociantes⁴⁸⁵. Os negociantes previam de forma detalhada como funcionariam as feitorias, apontando valores percentuais para os comerciantes que fizessem uso destas, assim como do aparato necessário para sua defesa.

Concomitantemente ao projeto de desenvolver o comércio com as grandes praças comerciais hispano-americanas, os comerciantes também buscavam desenvolver relações comerciais com as missões jesuíticas, principalmente ao longo do rio Guaporé. O primeiro contato, que se tem notícia entre portugueses e estas missões, ocorreu em 1740, por meio de

⁴⁸³ PRADO, Fabrício. Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. *Op. cit.* p. 53.

⁴⁸⁴ ABAIXO-ASSINADO dos comerciantes das minas do Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴⁸⁵ CANAVARROS. Otávio, *Op. cit.*, p. 212-213.

uma “bandeirinha”, “uma expedição exploratória, visando ao levantamento da região para abrir opções nas rotas de troca e espionar as aldeias jesuíticas” e “que custou meia arroba de ouro, foi bem recebida em São Rafael e retornou a Cuiabá em novembro de 1740”⁴⁸⁶. Outra viagem exploratória para o território espanhol ocorreu em 1742, e partiu do Arraial de São Francisco Xavier. Esta viagem foi minuciosamente relatada em uma “relação” feita pelo ouvidor geral da câmara de Cuiabá, João Gonçalves Pereira⁴⁸⁷. Através deste documento percebemos como as atividades produtivas articulavam-se à expansão das conquistas portuguesas.

A pescaria no rio Guaporé e a venda do peixe salgado nos arraiais de Mato Grosso foram atividades presentes desde os primeiros anos de colonização da região e reproduziram-se, assim como em Cuiabá, por uma rede que articulava livres pobres (inclusive índios) que se dedicavam a pescaria e pessoas que vendiam os peixes nos arraiais e povoados. Os livres pobres avançavam a fronteira e formavam ambientes coloniais como o “Porto da Pescaria”, que se transformavam em locais estratégicos para o contato entre portugueses e espanhóis. Além da pescaria, a produção de alimentos também foi fundamental para a transformação do “Porto da Pescaria” em paragem estratégica e povoação fixa:

chegado ao rio Guaporé em sítio chamado da Pescaria, fabricaram mais algumas canoas e com toda cautela e vigilância se prepararam de mantimentos e mais necessário para a viagem (...)Preparados todos os sobreditos, seguiram viagem pelo rio Guaporé abaixo no dia 13 de junho do ano passado, levando em sua companhia João dos Santos Verneque, pescador, (...)”⁴⁸⁸.

Além de visitar as missões jesuíticas, estes sertanistas foram os primeiros, que se tem notícia, que empreenderam viagem de Mato Grosso ao Pará a partir do rio Guaporé⁴⁸⁹. Temos indícios que a partir deste primeiro contato rapidamente desenvolveram-se atividades de contrabando. Logo em 1743, houve denúncias de que açúcar, sabão, pano de algodão e aguardente eram contrabandeados por comerciantes⁴⁹⁰.

Os comerciantes que ambicionavam desenvolver comércio com os espanhóis negociavam escravos africanos, aguardente, tabaco, gêneros alimentícios, vestimentas, e “fazendas” de uma forma geral, em Cuiabá e no Mato Grosso. Caso as relações de comércio ambicionadas pelos comerciantes de Cuiabá tivessem o êxito esperado, a intensificação do

⁴⁸⁶ CANAVARROS, Otávio, *Op. cit.*, p. 216.

⁴⁸⁷ PEREIRA, Gonçalves Pereira. *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as missões Jesuíticas de Moxos*. Cuiabá: IHGMT, 2001

⁴⁸⁸ PEREIRA, João Gonçalves. *Op. cit.*, p. 11-12.

⁴⁸⁹ BORGES, Francisco Caetano. *Op. cit.*, p. 19.

⁴⁹⁰ CARTA do provedor Manoel Rodrigues Torres ao rei; Lisboa; 01-04-1743, microficha 39 doc. 326 (AHU) – NDHIR/UFMT.

comércio de escravos africanos teria implicação sobre os portos do Atlântico e, portanto, sobre a alfândega, a produção e venda de tabaco e aguardente, se contasse com a produção paulista e fluminense, teria efeito sobre o “direito das entradas”. A venda da produção agrícola e dos derivados das lavouras das minas do Cuiabá e do Mato Grosso, aumentaria a arrecadação dos dízimos e aumentaria o valor dos contratos administrados pela câmara, como o corte de carne, o comércio de aguardente e etc. Ainda, em relação a todas as mercadorias que fossem levadas às feitorias, deveria ser pago dez por cento do valor destas para a manutenção das mesmas⁴⁹¹. No entanto, apesar de corresponder a formas de exploração do trabalho e a cadeias produtivas diversas, todas estas mercadorias, indistintamente, serviriam para obter “prata, couro, e outras fazendas” dos espanhóis.

As mercadorias, quando adquiriam uma forma-valor, tinham silenciadas as relações que tornaram possíveis sua produção, seja em transações locais ou atlânticas, e que possibilitavam acumulações de capital em diferentes escalas. Não havendo, portanto, duas lógicas distintas de acumulação de capital, uma interna, outra externa, mas um “sistema” que articulava a produção voltada para o mercado interno e para o mercado externo, o que pode ser demonstrado tanto pela análise das relações comerciais quanto na lucrativa arrematação dos contratos régios.

Uma análise sobre as relações comerciais mostra que os mesmos comerciantes que comercializavam nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, sal, escravos africanos, roupas vindas da Europa e das Índias Orientais, comercializavam também mercadorias produzidas localmente. Por sua vez todo o capital reproduzido com estas atividades comerciais servia para “abastecer” o “sistema” como um todo, desde o responsável em aprisionar escravos na África até os roceiros que vendiam alimentos ao longo dos caminhos, passando pelos grandes comerciantes do Rio de Janeiro e de Lisboa. No caso dos contratos régios esta relação fica ainda mais evidente já que todas as mercadorias pagavam direitos de entradas aos caminhos que levavam às minas, assim como toda a produção seja ela produzida por mão-de-obra escrava, ou de livres pobres, deveriam pagar os dízimos. A Coroa e o arrematador do contrato retiravam seus lucros da exploração de todas estas atividades em conjunto.

Sobre a articulação das atividades comerciais no centro da América do Sul ao Império Português, o ouvidor que apóia o projeto dos comerciantes argumenta que “parece novo o requerimento dos suplicantes, mas é tão antigo como são as feitorias da Ásia, da Costa da

⁴⁹¹ ABAIXO-ASSINADO dos comerciantes das minas do Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

África...”⁴⁹². Além de relacionar o projeto com outros domínios portugueses, os colonos luso-americanos o relacionam à conjuntura dos outros grandes impérios coloniais europeus,

por ficar sendo aos castelhanos o trato que a eles oferece por estes arraiais com mais comodidade da distância, do que pela Colônia (Sacramento) com os portugueses; e pela contra costa do mar [...] com os franceses, holandeses e ingleses, e havendo guerras [...] os socorros dos (castelhanos) será o dito comércio⁴⁹³.

Uma percepção relativamente clara da dinâmica econômica que envolvia o comércio Atlântico e Pacífico, por parte dos comerciantes, é reveladora de como numa região em que estes oceanos eram quase eqüidistantes pensavam-se e desenvolviam-se atividades econômicas tendo como parâmetros a dinâmica do império português, do qual fazia parte no limite de sua fronteira, e o império hispânico com o qual rivalizavam territórios litigiosos e estabeleciam direta ou indiretamente uma série de contatos. Nosso objetivo não é demonstrar que os comerciantes eram “vassalos leais” ou que tinham uma “identidade” portuguesa, o que não está em questão. Procuramos demonstrar que estes articulavam seus interesses aos do império português, do qual se sentiam parte e tinham certa percepção de seu funcionamento. No entanto, além do império havia a percepção não tão clara, mas evidente, do funcionamento de uma economia mundial que articulava o interesse dos comerciantes de Cuiabá com outros impérios emergentes como o francês, o inglês e o holandês.

Foi com muita cautela que a Coroa avaliou o desenvolvimento de relações comerciais com os espanhóis. Em carta enviada, em 1746, à Vila Real, foram citados os pareceres do governador de São Paulo, do governador do Rio de Janeiro, do procurador da Fazenda Real e do procurador da Coroa. Apesar dos pareceres diferenciados, nenhum deles apoiou a proposta dos comerciantes, prevalecendo uma política de defesa com a proposta da construção de fortalezas e não de feitorias⁴⁹⁴. A consulta do Conselho Ultramarino acatada pelo rei, não apenas fazia referência às feitorias,

as bandeirinhas sertanejas e abertura de picadas ou caminhos novos serviam de alguma utilidade particular, mas de prejuízo e ruína do público, porque muitos morriam nas mãos dos bárbaros, e se fazia notório aos castelhanos a vizinhança de nossas terras, ou do nosso ouro e diamantes, o que se fazia muito perigoso, tendo aquela nação mais poder, e sendo mais numerosa que a nossa; e que assim parecia

⁴⁹² CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴⁹³ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁴⁹⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 26-04-1746. mss., microfilme Rolo 03, doc. 196, (AHU) – NDIHR/UFMT.

se devia repetir a ordem que proíba abrir caminhos novos principalmente para a parte que confina com os castelhanos e o comerciar com estes⁴⁹⁵.

No mesmo documento o conselho sugere que ministros envolvidos neste comércio deveriam perder seus cargos e os comerciantes “que por si, ou por outrem, fizerem aquelas negociações” teriam “confiscados os bens”. Via-se frustrada a intenção dos luso-americanos em introduzir, pelo menos legalmente, suas mercadorias, via centro da América do Sul ao “opulentíssimo reino do Peru”. Entretanto, o longo documento que analisamos deixa bastante evidente os laços que ligavam as atividades econômicas no centro da América do Sul a múltiplas espacialidades, rejeitando qualquer tese que confira a característica de isolamento às atividades produtivas e comerciais desenvolvidas no *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, seja em relação às praças comerciais da América Portuguesa, em relação ao império português, ou ainda à economia-mundo, à qual estava vinculada através de práticas típicas da Época Moderna e inseridas no processo de Acumulação Primitiva do Capital.

⁴⁹⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 26-04-1746. mss., microfilme Rolo 03, doc. 196, (AHU) – NDIHR/UFMT. O parecer final do Conselho Ultramarino demonstra que as “informações” passadas pelo provedor da Fazenda Real, Manuel Rodrigues Torres, tiveram uma importância decisiva na formulação deste: “E dando-se tudo vista o procurador da fazenda respondeu: que nestas últimas cartas do ouvidor do Cuiabá João Gonçalves Pereira, se conhecia já este ministro, que não era tão conveniente como ao princípio se persuadir a vizinhança descoberta das Índias de Castela: que está conhecido, que estes nossos confinantes tem muitas povoações grandes junto das nossas terras, e que do seu partido estão muitos índios domésticos, e guerreiros o que tudo faltava da nossa parte, no mesmo tempo, que dela se acharam minas de ouro e diamantes, que tanto pelo gênero como pela abundância são muito mais preciosos que as suas: [] nesta certeza lhe parecia que não só deveria ordenar ao governador de São Paulo e aos ouvidores da mesma capitania que proibam todo e qualquer comércio com os castelhanos, castigando severamente os que não observem esta ordem, mas também se devia logo cuidar, em que pelos meios mais [] e próprios, se segurem aquelas minas de alguma invasão dos mesmos castelhanos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por estes poucos traços – a inversão da ordem, o encerramento do texto, a substituição de um trabalho de lacuna por uma presença de sentido – pode-se medir a “servidão” que o discurso impõe à pesquisa.

Michel de Certeau em *Operação historiográfica*

O historiador francês Michel de Certeau em um conhecido texto em que analisa a produção do discurso historiográfico afirmou que a escrita opera uma inversão em relação à prática de pesquisa. A escrita “preenche ou oblitera as lacunas que constituem, ao contrário, o próprio princípio da pesquisa, sempre aguçada pela falta”⁴⁹⁶. Nossa pesquisa teve como objetivo construir uma análise que inserisse a formação de ambientes rurais no âmbito das conquistas portuguesas no centro da América do Sul, na primeira metade do século XVIII. Tema que confere a este trabalho algum ineditismo, já que o assunto não merecera por parte da historiografia nenhum estudo específico. Se nosso objetivo, como cremos ser o de qualquer trabalho historiográfico, é preencher lacunas, uma consequência inevitável é a criação de outras, já que não há aqui pretensão de esgotamento ou de uma análise definitiva sobre a questão.

As evidências documentais são relativamente fartas no sentido de demonstrar a existência de uma produção rural desde o princípio da colonização portuguesa nas minas do Cuiabá. A formação de roças ao longo dos caminhos fluviais e no entorno do arraial/vila do Cuiabá e todo seu *termo* não apenas atendiam a necessidade imediata de seus produtores, mas também serviam para atender as necessidades sociais de um mercado consumidor composto por ambientes urbanos e rurais.

As diversas paisagens rurais (roças, sítios, fazendas, engenhos, currais), a diversidade de agentes sociais (homens de negócio, livres pobres, escravos, negros, brancos, ameríndios, mestiços) e de práticas (atividades agropastoris e agro-manufatureiras, extrativismo vegetal e animal) engendraram-se articuladas ao processo de colonização portuguesa.

Mais do que simplesmente apontar a existência, a diversidade das atividades rurais e dos agentes sociais envolvidos, a produção, as técnicas, as paisagens e etc., nosso objetivo foi articular a análise da formação e reprodução da ruralidade com aspectos outros da colonização

⁴⁹⁶ CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”, in *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 94.

portuguesa no centro da América do Sul. Área de mineração e de fronteira, as minas do Cuiabá e do Mato Grosso tiveram nos ambientes rurais a reprodução de práticas fundamentais para a consolidação e expansão das conquistas portuguesas. Tal afirmativa não implica apenas, ao menos não neste trabalho, em perceber a produção rural em termos duplamente funcionais: abastecer as áreas mineradoras e ocupar o espaço em processo de conquista. As atividades rurais constituíram-se em espaços relativamente autônomos, embora intimamente articulados, de múltiplas formas, a estas duas características que conferem peculiaridade ao centro da América do Sul.

A mineração, ao contrário de desestimular a produção rural, funcionou como “um motor de arranque” para o investimento nessas atividades. Não obstante, uma vez as engrenagens da reprodução econômica são postas em funcionamento, estas atividades ganham relativa autonomia em relação à mineração. Aliás, este é um dos pontos essenciais para compreendermos o investimento do capital advindo da mineração para a reprodução de atividades rurais: a garantia de um investimento mais seguro, embora, potencialmente, menos lucrativo.

As atividades produtivas reproduzidas no centro da América do Sul não estavam isoladas e/ou restritas ao âmbito local. Primeiramente apenas o comércio monçoeiro interligava a produção local à produção de regiões mais próximas ao litoral atlântico. A abertura do caminho de terra de Goiás à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1737), outro caminho da Vila Real até os arraiais de Mato Grosso e o contato com territórios espanhóis completaram uma linha tortuosa que unia o centro da América do Sul aos oceanos Atlântico e Pacífico. Portanto, a produção de Cuiabá e de Mato Grosso estava ligada a circuitos mercantis locais, regionais, coloniais, em relações comerciais do estado do Brasil com o estado do Grão-Pará e Maranhão e ainda com os territórios espanhóis.

A análise da produção de mercadorias no meio rural, a percepção dos caminhos que a mercadoria percorria e como o valor era transmutado em reprodução e acumulação de capitais, permitiu-nos construir uma análise sobre as articulações entre mercado interno, sistema colonial e a reprodução de uma economia-mundo européia. Ao mesmo tempo em que permitia a formação de elites locais, a produção e o comércio interno também possuía mecanismos de extroversão de capitais, seja por meio da cobrança de tributos, como pelo comércio. Nos dois casos, contudo, com a mediação do sistema colonial moderno⁴⁹⁷. A utilização da noção de “fetichismo da mercadoria”, de Marx, pode ter soado como um atraso,

⁴⁹⁷ Obviamente é impossível ignorar as práticas de contrabando e a reprodução de circuitos mercantis que burlavam o princípio monopolista, o que não nega a existência do sistema colonial, antes a reafirma.

um retorno, em um momento de renovação epistemológica da historiografia. No entanto, parece-nos que esta noção tem convergências com as reflexões contemporâneas, muitas das quais a historiografia econômica reluta em incorporar⁴⁹⁸. Pretendemos mostrar que a análise do “caráter misterioso” da mercadoria-ouro pode contribuir para que os historiadores dedicados aos estudos sobre o funcionamento da economia dediquem-se aos estudos dos valores, não apenas como “índices”, mas, principalmente como “indícios”⁴⁹⁹.

Ao optarmos por fazer “considerações finais” e não “conclusões” abrimos mão de um exercício de pontuar minuciosamente os posicionamentos, hipóteses, afirmações e etc. que construímos ao longo do trabalho. Apesar de considerarmos, sem falsa modéstia, significativos os resultados alcançados nesse trabalho, percebemos com mais clareza do que antes de iniciarmos a pesquisa, a necessidade de outros estudos sobre a formação de ambientes rurais no século XVIII, particularmente no recorte espacial em questão. São muitas as perspectivas para estudos futuros.

O acesso e a análise das cartas de sesmarias (na íntegra) concedidas na primeira metade do século XVIII pela capitania de São Paulo assim como as cartas concedidas na segunda metade, já no âmbito da capitania de Mato Grosso, permitiriam a visualização mais concreta da espacialização dos ambientes rurais e a percepção dos movimentos de expansão da ruralidade, assim como as informações contidas nestes documentos, como dados qualitativos, poderiam servir de indícios para perceber condições específicas de acesso a terra.

A documentação eclesiástica, tanto referente aos batismos, casamentos e etc, quanto às “visitações”, correspondências, seriam um material importante que permitiria desde a percepção das formas de reprodução social ligadas aos laços de parentesco, até práticas rurais no âmbito simbólico, além da percepção mais clara da relação entre a formação de espaços rurais e o poder eclesiástico.

Para a segunda metade do século XVIII há uma maior quantidade de documentos e diversidade de tipologias, tornando possível o levantamento de inventários, registros de compra e venda de terras, permitindo compor quadros que “retratam” de forma mais objetiva as características dos ambientes rurais. A análise da documentação concernente ao Diretório dos Índios ampliaria sobremaneira a percepção da inserção dos ameríndios nos ambientes rurais. Os documentos referentes à Cia. de Comércio do Grão Pará e Maranhão oferecem perspectivas para a análise da articulação da produção local com atividades de comércio tanto

⁴⁹⁸ Um belo exemplo da utilização criativa do conceito de fetichismo da mercadoria encontra-se no capítulo “Antonil ou as lágrimas da mercadoria” do livro “Dialética da Colonização” de Alfredo Bosi. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992, pp. 149-175.

⁴⁹⁹ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

com a metrópole quanto com a América Espanhola. Essas são apenas algumas possibilidades. Esta pesquisa se propôs, sobretudo, a ser um ponto de partida para uma análise mais detida da formação e reprodução da ruralidade no centro da América do Sul.

Michel de Certeau, no texto já citado nestas “considerações”, afirmou que a história “faz mortos para que os vivos existam”, ou “mais exatamente, ela recebe os mortos, feitos por uma mudança social, a fim de que esteja marcado o espaço aberto por este passado e para que, no entanto, permaneça possível articular o que surge com o que desaparece”⁵⁰⁰. Esperamos que esta dissertação contribua para uma melhor percepção das diversas temporalidades que engendram os ambientes agrários contemporâneos no Brasil e, mais especificamente, no Mato Grosso.

⁵⁰⁰ CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. *Op. cit.* p. 108.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

Documentos manuscritos (citados)

ABAIXO-ASSINADO dos comerciantes das minas do Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

AUTO SUMÁRIO, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-04-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 84, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA (cópia) de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 03-10-1744; mss., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA (cópia) dos oficiais da Câmara ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-09-1738; mss., microfilme Rolo 02, doc. 107, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA Conselho Ultramarino ao governador e capitão general da capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses. Lisboa, 13-08-1725. mss., livro C001 doc. 29, APMT.

CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 03-10-1744; mss., microfilme Rolo 02, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, (ant. 22-06-1727), microfilme Rolo 01, doc. 13, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 03-1727; mss., microfilme Rolo 01, doc. 10, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA de Rodrigo César de Menezes ao governador do Rio de Janeiro. São Paulo, 02-05-1722. mss., livro C001 doc. 42, APMT.

CARTA do Conselho Ultramarino ao governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 15-03-1731. mss., livro C001 doc. 63, APMT.

CARTA do governador e capitão-general da capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 28-03-1728, mss., microfilme Rolo 01, doc. 24, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do intendente e provedor Manuel Rodrigues Torres ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 17-08-1740. mss., microfilme Rolo 02, doc. 136, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 25-03-1728, mss., microfilme Rolo 01, doc. 23, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do Juiz ordinário da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 06-1732 mss., microfilme Rolo 01, doc. 57, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei D. João V Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-04-1731. mss., microfilme Rolo 01, doc. 52, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei D. João V Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 06-03-1730. mss., microfilme Rolo 01, doc. 48, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V em que informa que fez publicar um edital para moderar o aprisionamento de índios. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 13-09-1737; mss., microfilme Rolo 01, doc. 101, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do provedor Manoel Rodrigues Torres ao rei; Lisboa; 01-04-1743, microficha 39 doc. 326 (AHU) – NDIHR /UFMT.

CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo 20-02-1743, Lisboa, 20-02-1743. mss., livro C001 doc.128, APMT.

CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo, Lisboa 12-06-1743. mss., livro C001 doc.136, APMT.

CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 18-08-1741. mss., livro C001 doc. 120, APMT.

CARTA do rei D. João V ao governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Lisboa, 08-10-1730. Registro de Cartas Expedidas Livro C 001, doc 51, APMT.

CARTA do rei D. João V. a governador e capitão general da capitania de São Paulo Antonio Caldeira Pimentel. Lisboa, 14-06-1728. mss., livro C001 doc. 42, APMT.

CARTA do rei do governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 12-10-1739. mss., livro C001 doc.113, APMT.

CARTA dos oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 19-09-1744. mss., microfilme Rolo 03, doc. 182, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 26-04-1746. mss., microfilme Rolo 03, doc. 196, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CONSULTA do Conselho Ultramarino. Lisboa 18-11-1734. mss., microfilme Rolo 01, doc. 70, (AHU) – NDIHR/UFMT.

JUNTA da câmara da Vila Boa de Goiás. Vila Boa de Goiás, 23/05/44. mss., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

JUNTA da câmara da Vila Boa de Goiás. Vila Boa de Goiás, 23-05-44. mss., microfilme Rolo 02, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real. 28-07-1753. mss., microfilme Rolo 07, doc. 433, (AHU) – NDIHR/UFMT.

ORDEM (cópia) do rei D. João V a José de Burgos Vila Lobos. Lisboa, 23-01-1732. mss., microfilme Rolo 03, doc. 185, (AHU) – NDIHR/UFMT.

PARECER do Conselho Ultramarino ao rei D. João V AHU-MATO GROSSO, cx. 3, doc. 5 V. Lisboa, 09-02-1741. mss., microfilme Rolo 03, doc. 144, (AHU) – NDIHR/UFMT.

RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

REPRESENTAÇÃO de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732; mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

REQUERIMENTO do padre José dos Anjos (religioso da reforma de São Francisco) ao rei [D. João V]. Rio de Janeiro, s/data (ant. 29-04-1750). mss., microfilme Rolo 05, doc. 310, (AHU) – NDIHR/UFMT.

TERMO DE ARREMATACÃO (cópia) dos rendimentos das entradas para as minas da capitania de São Paulo. Lisboa, 29-01-1742. mss., microfilme Rolo 03, doc. 160, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Documentos impressos (citados)

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. *Anais de Mato Grosso*. Publicações Avulsas nº 20. Cuiabá: IHGMT, 2001.

BORGES, Francisco Caetano. *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001.

CAMELO, João Cabral. “Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727” in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas. Relatos monçoeiros*. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as missões Jesuíticas de Moxos*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

REBELO, Gervásio Leite. (1727). “Notícia 6ª prática, E a relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas”. in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas. Relatos monçoeiros*. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

REPERTÓRIO DAS SESMARIAS. São Paulo: Secretária de Cultura. Departamento de Museus e Arquivo do Estado, 1994.

SÀ, José Barboza de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretária de Educação e Cultura, 1975.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Crônicas do Cuiabá*. Publicações Avulsas nº 53, Cuiabá: IHGMT, 2002.

Bibliografia

Dissertações e Teses

AMOROSO, Maria Christina de Mello. *Um sistema de agricultura camponesa em Santo Antonio do Leverger, Mato Grosso, Brasil*. São Paulo: Tese de Doutorado. USP, 2000.

ANZAI, Leny Caselli. *Doenças e práticas de cura na Capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2004.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: mercantilização de São Paulo colonial 1671 a 1721*. Tese (doutorado) – USP. São Paulo, 1995.

CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2003.

CASTRO, Sueli Pereira. *A festa de santo na terra da parentalha*. Festeiros, herdeiros e parentes. Sesmarias na baixada cuiabana – Mato Grosso. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2001.

COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes*. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997.

GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Ararituaba na rota das monções (1718-1828)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2002.

JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Henrique de. *Nas malhas da incerteza: comportamento e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820)*. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2006.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese (doutorado) – UFF. Niterói, 1999.

ROSA, Carlos Alberto. *A vila real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727-1808). Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1996.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650 - c.1750)*. Tese (doutorado) – UFF. Niterói, 2000.

SILVA, Jovam Vilela da. *A capitania de Mato Grosso: povoamento e população, século XVIII*. Tese de doutorado, USP, 1994.

Livros e artigos

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ACIOLI, Gustavo. “A Ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América Portuguesa - Um Balanço Historiográfico”. *Sæculum - Revista de História*; jan./jun. 2005, João Pessoa, 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. “A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais”. *Rev. Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.151-166, Jan/Jun 2007.

ANDRADE, Manuel Correa de. “A pecuária e a produção de alimentos no período colonial”, in SZMRECANYI, Tomás (org). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/SP/Ed. Hucitec, 2002.

ARAUJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2006.

ARRUDA, Elmar Figueiredo. *O mercado interno de Mato Grosso - Século XVIII*. Brasília: Grafica do Senado Federal, 1991.

ARRUDA, José Jobson de Andrade - *O Brasil no Comércio Colonial. (1796-1808)*. São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)”. In TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo-SP: UNESP; Portugal-PO: Instituto Camões, 2000, p. 168.

ARRUDA, José Jobson. “David Landes, um historiador desacorrentado”, in *Rev. Economia e Sociedade*: Campinas, (12): 87-107, jun. 1999.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROS, José d’Assunção. “História, Espaço e Tempo”. *Rev. Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006.

BARROZO, João Carlos. “Garimpos de diamante no Alto Paraguai-Diamantino”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras*, v. 1, nº 1 jul/dez, 2000, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2000.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. São Paulo: Edusc, 1979.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”, in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- BICALHO, Maria Fernanda. “As fronteiras da negociação: as câmaras municipais na América Portuguesa e o poder central”. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH, São Paulo, Humanitas, 1999.
- BLAJ, Ilana. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”. Rev. bras. Hist., 1998, vol.18, nº.36, pp. 281-296.
- BLAJ, Ilana. “São Paulo em inícios: a sedimentação da riqueza e do poder”. In AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, pp. 439-463.
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: EDUSC, 2001.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”, in ORTIZ, Renato (orgs) *Bourdieu. Sociologia..* p 47-81. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique orgs. *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1990
- BROW, Larissa V. Plantações, pastos e portos: a economia colonial e mudanças ambientais no Brasil. AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. V.5. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.
- BURKE, Peter. *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992
- CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1748)*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004.
- CANDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito*. 6ª Edição. São Paulo: Livraria duas cidades, 1982.
- CANOVA, Loiva. “Imagens dos índios Paresi no espelho do colonizador (1719-1757)”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras*, v. 6, nº 1 jan/jun, 2005, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1987.
- CARRARA, “Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850)”. *Estudos de História*, Franca, v. 8, n.2, 2001.

- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. “Os ‘senhores dos rios’ e as alianças: um estudo das fronteiras e as trocas interculturais no movimento das monções”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras*, v. 6, nº 1 jan/jun, 2005, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2005.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. 8ª Edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre prática e representações*. Ed. Difel: Lisboa, 1990.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paulo, Pongetti & Cia, 1926.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: IHGB, s/d.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanaís Matogrossenses*. Devassamento e Ocupação. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- COSTA PORTO, José da. *Formação Territorial do Brasil*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982.
- COSTA, Maria de Fátima. “Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal”, In Priore, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos. *Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CUNHA, Alexandre Mendes. “Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 123-128, 2007.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica: Memória, identidade e representação*. Bauru: Ed. EDUSC, 2002.
- DOBB, Maurice H. *Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

- FALCON, Francisco J. C. “Comércio colonial e exclusivo metropolitano. Questões recentes”, in SZMRECANYI, Tomás (org). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/SP/Ed. Hucitec, 2002.
- FALCON, Francisco J. C. “Descobrimentos e Modernidade Ibérica”, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. V.5. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.
- FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina* (política econômica e monarquia ilustrada). São Paulo: Ed. Ática, 1982.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 2ª ed., São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Globo, vol. 01, 1975.
- FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FERREIRA, Mário Clemente. “O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia”. *Rev. Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.51-69, Jan/Jun 2007.
- FIGUEIREDO, Israel de Faria. “Rolim de Moura e a escravidão em Mato Grosso: preconceito e violência – 1751-1765”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras*, v. 2, nº 2 jul/dez, 2001, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2001.
- FIRTH, Raymond. *Elementos da organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. “O Rio de Janeiro e o Mercado Atlântico Português”, 1790-1840, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. V.5. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.
- FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: “FOUCAULT. M. Microfísica do poder. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João. “A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII)”, in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”, *Topoi*, nº 1. Rio de Janeiro, 7 letras, 2000, p. 66-68.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Colônia. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”, in *Revista de História*, nº 15, São Paulo, 1950.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

GRESPLAN, João Luis S. “Urbanização e economia mineradora na América: o caso de Potosí”, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. V.5. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)”, in *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, 1986.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político – Portugal – Século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Depois do Leviathan. Almanack braziliense* nº 5, 2007. p.55-66.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. V. I - A Época Colonial. São Paulo: Difel, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JESUS, Nauk Maria de. “A ‘cabeça da república’ e as festividades na fronteira oeste da América Portuguesa”, in ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria (orgs). *A terra da conquista*. História de Mato Grosso Colonial, Cuiabá: Ed, Adriana, 2003.

- KERN, Arno Alvarez. “Fronteiras e missões coloniais: continuidades e oposições culturais”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras*, v. 4, nº 1 jan/jun, 2002, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2003.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O interior da estrutura*, in SZMRECANYI, Tomás (org). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/SP/Ed. Hucitec, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1994.
- LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982.
- LENIN, Wladimir Ilich. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- LEVI, Giovanni. “A micro-história”, in BURKE, Peter. *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LINHARES, Maria Yeda. “A pecuária e a produção de alimentos na colônia”, in SZMRECANYI, Tomás (org). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/SP/Ed. Hucitec, 2002.
- LINHARES, Maria Yedda. “História Agrária”, in CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- LOPES, Gustavo Acioli. “Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial”. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 5. nº 12, out./nov. 2004.
- LUCIDIO, João Antonio. B. *A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII*. Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade / MT. Relatório final. Fase 2 , Cuiabá: Governo de Mato Grosso/Secretaria de Estado de Cultura/ Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Arqueológico Odir Burity, 2004.
- LUIS, Washington. *Capitania de São Paulo*. Governo de Rodrigo César de Meneses. 2ª. Edição. Rio de Janeiro/São Paulo/Recife/Porto Alegre: Cia. Ed. Nacional, 1938.
- MALDI, Denise. “Pantaneais, planícies, sertão: uma reflexão antropológica sobre espaços brasileiros”. *Revista Mato-grossense de Geografia*, ano 1, nº 1, dez, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

MATTOS, Hebe. “A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”, in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

METCALF, Alida C. “Vila, reino e sertão no São Paulo Colonial”, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, John Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. V.5. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra – índios e bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. “A Dimensão Territorial nas Formações Sociais Latino-americanas”, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, John Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. V. 5. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA VIANA, Francisco. J. de. *Populações meridionais do Brasil*, in SANTIAGO, Silvio (orgs) *Interpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

OSÓRIO, Helen. “As elites econômicas e a arrematação de contratos: o exemplo do Rio Grande do Sul”, in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OSÓRIO, Helen. “Conflitos e apropriação da terra: região platina, século XVIII”, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, John Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, pp. 335-341.

OSÓRIO, Lígia. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*/Lígia Osório Silva – Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.

PALACIOS, Guillermo. “Agricultura camponesa e *plantations* escravistas e nordeste oriental durante do século XVIII”, in SZMRECANYI, Tomás (org). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/SP/Ed. Hucitec, 2002.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil - agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Ed. UNB, 2004.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e historiografia no Brasil: comentários sobre algumas obras notáveis*. BIB, nº 75. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS 1º sem.1993.

PASTORE, Mario. “Finanças públicas e relações de trabalho na América Latina”, in AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, John Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. V.5. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

- PINHEIRO, Francisco José. “O monopólio da terra e a constituição do poder na capitania do Ceará (1680-1822)”. *Estudos de História*, Franca, v. 8, n.2, 2001.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- PRADO, Fabrício. *Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.
- PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto; Fundação Unesp, 1997.
- RAU, Virgínia. “Presúrias e sesmo no povoamento de Portugal até o século XVIII”, in *Estudos da História Medieval*. Portugal: Presença, 1985.
- RAU, Virgínia. *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa: Ed. Proença, s/d.
- REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 1). Campinas: Papirus, 1994.
- RITTER, Maria de Lourdes. *As sesmarias do Paraná no século XVIII*. Curitiba: Estante Paranista, 1980.
- RODRIGUES, André Figueiredo. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 253-270, 2003.
- RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. 1ª parte. São Paulo: Historiografia Colonial. Ed. Nacional, 1979.
- ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria (orgs). *A terra da conquista*. História de Mato Grosso Colonial, Cuiabá: Ed, Adriana, 2003.
- ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroadores, alambiques, aguardentes: sinais da produção local do Cuiabá na *Relação* de Barbosa de Sá”. *Revista do IHGMT*, v.58, Cuiabá, 2000.
- ROSA, Carlos Alberto. “Confidências mineiras na parte mais central da América do Sul”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras*, v. 1, nº 1 jul/dez, 2000, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2000.
- ROSA, Carlos Alberto. “O comércio da conquista”. *Revista Universidade*, ano II, n.º1, Cuiabá, UFMT, 1982.
- ROSA, Carlos. *Ambientes urbanos coloniais na parte mais central da América do Sul*. Introdução à parte 2 – A. Cuiabá: inédito, 2006.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano, Itu, 1780-1830*. São Paulo, EDUSP, 2005.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “O agro fluminense na curva do tempo: 1650-1750”. *Estudos de História*, Franca, v. 8, n.2, 2001.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português (1701-1750)”, in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa* (séculos XVI e XVII) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SCHWARTZ, Stuart B. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. *Rev. Economia e Sociedade*, Campinas, (13): 129-153, dez. 1999.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, EDUSC, 2001.

SHANIN, Teodor. *Antologia*. Trabalho e Dominação. Petrópolis: Vozes – Cebrap, 1980.

SILVA, Carolina Joana da e SILVA, Joana A. Fernandes. *No ritmo das águas do pantanal*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

SILVA, Joana Aparecida F. “Tempo, mito e história em Mimoso”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras*, v. 1, nº 1 jul/dez, 2000, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2000.

SILVA, Jovam Vilela da. “Instruções régias: a política populacional e de povoamento na capitania de Mato Grosso no século XVIII”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras*, v. 2, nº 2 jul/dez, 2001, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2001.

SILVA, Jovam Vilela da. “O antemural de todo o interior do Brasil – a fronteira possível”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT – Territórios e Fronteiras*, v. 3, nº 2 jul/dez, 2002, Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini e Caniato, 2002.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá abaixo*. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1 1997.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro - século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRE, Nelson Werneck. *Oeste*. Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro*. 4ª ed. Editora Paz e Terra, 2005.

SOUZA, Laura de Mello. *Inferno atlântico*. Demonologia e colonização – Séculos XVI-XVIII, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SZMRECANYI, Tomás (org). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/SP/Ed. Hucitec, 2002.

TAUNAY, Afonso D. *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa, 1956.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. “Bahia, final do século XVII: sob o signo de uma estrela pálida e barbada”. AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. V.5. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. “Pecuária agricultura e recursos naturais no Brasil Colônia”, in SZMRECANYI, Tomás (org). *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/SP/Ed. Hucitec, 2002.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. “Capital e Colonização: a constituição da periferia do Sistema Capitalista Mundial”. *Rev. Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 36, n. 3, P. 539-591, julho-setembro, 2006.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais(1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios -- catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

VELHO, Otavio Guilherme. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil*. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1987.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888. Cuiabá: Ed. Marco Zero, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. V. II – El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea 1600-1750. México: Siglo Veintiuno Editores, 1984.

WORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e sitiados do Nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec/Edusp, 1990.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)